



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Faculdade de Medicina Veterinária

PROJECTO EDUCAÇÃO PRÓ-ANIMAL

DIANA GOMES BAPTISTA

CONSTITUIÇÃO DO JÚRI

Professor Doutor Virgílio da Silva Almeida

Professora Doutora Yolanda Vaz

Professor Doutor João José Martins Afonso

Dra Ana Elisa Vieira Da Silva

ORIENTADOR

Dra. Ana Elisa Vieira da Silva

CO-ORIENTADOR

Professora Doutora Yolanda Vaz

2011

LISBOA



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Faculdade de Medicina Veterinária

PROJECTO EDUCAÇÃO PRÓ-ANIMAL

Dissertação de Mestrado Integrado em Medicina Veterinária

DIANA GOMES BAPTISTA

CONSTITUIÇÃO DO JÚRI

Professor Doutor Virgílio da Silva Almeida

Professora Doutora Yolanda Vaz

Professor Doutor João José Martins Afonso

Dra Ana Elisa Vieira Da Silva

ORIENTADOR

Dra. Ana Elisa Vieira da Silva

CO-ORIENTADOR

Professora Doutora Yolanda Vaz

2011

LISBOA

AGRADECIMENTOS

Como tive a oportunidade de contactar e trabalhar directamente com inúmeras pessoas durante o projecto Educação Pró-Animal, muitas das quais recorro com saudade e carinho, são também imensos os agradecimentos que quero fazer (espero não me esquecer de ninguém!).

Em primeiro lugar quero agradecer à minha família por estar sempre presente em todos os momentos da minha vida (mesmo quando estou longe delas!), pelo facto de me apoiarem e confiarem nos projectos aos quais me dedico e, particularmente, por me terem apoiado no projecto Educação Pró-Animal, sendo os principais patrocinadores. Incluo aqui os meus tios de Sines, Tomás e Conceição, na casa de quem fiquei enquanto estive em Sines e Santiago do Cacém e os meus primos de Santo Tirso, Dona Marta e Sr. Fonseca, em casa de quem fiquei enquanto estive no Porto.

Agradeço também, com profundo sentimento de gratidão, ao meu Mestre de Vida, Daisaku Ikeda, pelo qual sou encorajada diariamente a nunca desistir, a lutar firmemente pelos meus objectivos e pela promoção da paz mundial e a acreditar não só no meu potencial ilimitado, como no potencial ilimitado das pessoas à minha volta. Não posso também deixar de agradecer a todos os meus companheiros membros da *Soka Gakkai Internacional*, por sermos “muitos em corpo, mas um em propósito”.

É com o coração cheio de gratidão e admiração, que agradeço também às minhas duas orientadoras de estágio, Ana Elisa e Professora Yolanda, por acreditarem em mim e no projecto que desenvolvi, por me permitirem crescer como pessoa e por serem um exemplo para mim, cada uma à sua maneira. Nunca me vou esquecer da forma pró-activa e encorajadora com que a Ana Elisa falou com os colegas MVM e me apoiou no planeamento de todo o projecto, assim como, nunca me vou esquecer da forma dedicada, construtiva e solidária com que a Professora Yolanda me apoiou durante a realização da dissertação de mestrado.

Agradeço também a todos os meus amigos, por me acarinharem e apoiarem da forma que o fazem! Um agradecimento especial à Patricia Jérvis, por todo o apoio na conclusão da minha dissertação de mestrado e à minha vizinha Rita Pina, que permitiu que a escrita da dissertação fosse menos penosa e solitária do que poderia ter sido!

Por outro lado, quero agradecer a todos os MVM que me apoiaram no projecto. Destaco aqui a forma calorosa como fui recebida e tratada em Monchique pela Tânia Candeias, em Ponte de Lima, pela Natália do Campo e na Ilha do Pico, pela Sally Lopes e companheiro. Muito obrigada! Também não me poderia esquecer do Henrique Paulo da Lousã e da sua simpática

família, os quais me receberam em sua casa como se fosse parte da família. Neste âmbito faço um aparte para agradecer aos MV de Portalegre Ricardo Romão e Alexandra Romão (assim como a toda a sua família), os quais tornaram a minha estadia naquele concelho muito agradável e plena de boa-disposição, assim como à família Figueiredo de São Roque do Pico, que me fizeram sentir em casa e com vontade de me instalar na Ilha do Pico de vez! Quero também agradecer ao Dr. Pedro Couceiro, de Oliveira do Hospital pela sua boa disposição e ensinamentos na prática de tirar sangue a pequenos ruminantes e trabalho com espécies pecuárias no geral, ao Dr. Hugo Viegas de Sines por me ter permitido conhecer o contexto médico-veterinário de Sines e ter apoiado a “Cãominhada” em Sines, ao Dr. João Lourosa de Santiago do Cacém pela sua disponibilidade e simpatia ao me ter permitido integrar nas suas actividades diárias, mesmo durante pouco tempo, ao Pedro Alegria, pelo bom astral, disponibilidade e simpatia durante o desenvolver do projecto Educação Pró-Animal em Portalegre, à Dra. Adélia Pereira do Porto pela agradável tarde que passámos juntas e à Catarina Manito e Professora Helena Amaral da Madalena do Pico, pela forma como receberam o projecto e o tornaram possível de acontecer e de ter visibilidade no concelho da Madalena.

Agradeço também a todos os Directores e Professores das Escolas Básicas 2,3 com os quais contactei, principalmente a Professora Henriqueta Oliveira da Lousã (e Professora Cristina Chau), pela grande receptividade e apoio ao projecto, na altura em que ainda estava em estado embrionário, à Professora Sandra e Professora Magda da EB 2,3 Vale do Alva (OHP) pela forma profissional e pró-activa com que receberam o projecto, desde o seu início até à altura de aplicar os 2^{os} Inquéritos, ao Professor Victor e à Professora Cristina Barata da EB 2,3 de Frei André da Veiga, à Professora Maria Teresa e Professora Carla da Escola EB 2,3 Augusto Gil no Porto e o Professor José António da Silva e Professor João Videira, por terem conseguido, em tão pouco tempo, mobilizar todos os colegas, os quais me apoiaram nas diversas iniciativas no âmbito do projecto e na adaptação à escola e aos alunos. Agradeço assim, a todos os profissionais de educação com os quais tive o prazer de interagir.

Por último, agradeço a todos os patrocinadores do projecto (para além da minha família) como: Câmaras Municipais (Oliveira do Hospital, Monchique, Ponte de Lima, São Roque do Pico e Madalena do Pico), escolas e empresa “Copiarte Irmãos Seixas” que ofereceram as impressões efectuadas, empresas de medicamentos e rações de alimentos para cão que patrocinaram algumas iniciativas que desenvolvi (*Virbac*, *Royal Canin* e *Siloal Vet*) e CAV's que apoiaram as Cãominhadas desenvolvidas (*Serravet*, *VetSines*, *Consultório Aurora*, *Vetal* e *Centro de Atendimento Veterinário*).

Resumo

Projecto Educação Pró-Animal

O Projecto Educação Pró-Animal é um projecto de educação sobre os aspectos do âmbito médico-veterinário (saúde e bem-estar animal e saúde pública veterinária), que tem como objectivo principal envolver os profissionais de saúde animal na sensibilização da população para a importância que a salvaguarda da saúde e bem-estar animal tem, para a promoção da saúde e bem-estar das pessoas. De forma a recolher informações sobre quais eram as áreas do âmbito médico-veterinários onde mais lacunas de informação existiam, foram aplicados a crianças do 6º ano de escolaridade, inquéritos com perguntas sobre 8 temas diferentes: “Como tratar os Animais de Companhia - Cães e Gatos”, “Como tratar os Animais de Companhia - Animais exóticos”, “Animais Selvagens”, “Espécies Pecuárias”, “Do prado ao prato”, “Animais abandonados”, “Zoonoses” e “Pragas urbanas”. As crianças do 6º ano eram de 8 concelhos/áreas de Portugal, de Norte a Sul de Portugal e Ilha do Pico, nomeadamente, por ordem cronológica (27 de Setembro de 2010 a 24 de Junho de 2011): Lousã, Oliveira do Hospital, Santiago do Cacém, Monchique, Portalegre, Porto, Ponte de Lima e Ilha do Pico. Aplicados estes inquéritos, eram desenvolvidas acções de sensibilização à população no geral mas, principalmente, às crianças inquiridas. Para tal foram testados, produzidos, ajustados e reajustados, diferentes instrumentos e métodos de aprendizagem, os quais serão aqui apresentados. Pretende-se com este trabalho, tornar a Educação Pró-Animal uma prática comum e sustentada, acessível a qualquer profissional de saúde animal, nomeadamente através da providência de materiais de sensibilização, métodos de aprendizagem, apoio personalizado e trabalho coordenados com outros profissionais de saúde animal.

Palavras-chave: Saúde animal, Bem-estar animal, Saúde pública veterinária, Projecto educativo, Educação para a saúde, Médicos Veterinários Municipais, ANVETEM, Sociedade.

Abstract

The Education Pro-Animal Project (attempt to translate):

The "Education Pro-Animal" Project is a education project about veterinary medicine subject (animal health and welfare and veterinary public health), which the main objective is to involve animal health's professional in the public awareness of the animal health and welfare protection's importance to improve the human health and welfare. To study which areas of veterinary people know less, it was applied surveys to secondary school children (11/12 years old), about 8 different areas of veterinary as "How to care about company animals- dogs and cats", "How to care about company animals- exotic animals", "Wildlife", "Farm animals", "From the farm to fork", "Abandoned animals", "Zoonosis" and "Urban pests". The surveyed children were from 8 different Portuguese areas, since North to South and also Azores, and were applied between 27th September 2011 and 24th June 2011. In chronological order, the 8 areas visited were Lousã, Oliveira do Hospital, Santiago do Cacém, Monchique, Portalegre, Porto, Ponte de Lima e Ilha do Pico and the project "stays" one month in each area. After apply those surveys, there were presented awareness-raising to the people in general, but specially directed to the surveyed children. To do the awareness-raising, different tools and teaching methods were tested, produced and adjusted, whose I will present here. With this work we want that Education Pro Animal become a common and well supported practice, accessible to every animal health's professional, by providing awareness materials, teaching methods, personalized help, and work in coordination with others animal health's professionals.

Keywords: Animal health, Animal Welfare, Public veterinary health, Education project, Health education, Council veterinarians, Society.

Índice Geral

CAPITULO 1 - INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 2 - EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE NO ÂMBITO DA SAÚDE PÚBLICA VETERINÁRIA	4
2.1- Competências do Médico Veterinário e papel do Médico Veterinário Municipal	4
2.2- Conceito de Educação para a Saúde.....	6
2.3- Conceito Educação Pró-Animal	6
2.3.1- Definição de objectivos e planificação	7
2.3.2- Empatia e motivação entre Educador-Educando.....	8
2.3.3- Experiência do Educador como base da Educação Pró-Animal.....	8
2.3.4- Contextualização	9
2.3.4.1- Importância de contextualizar o Educando.....	9
2.3.4.2- Contextualização dos Meios Rural e Urbano.....	9
2.3.4.3- Contexto económico e sociocultural dos 8 concelhos alvo	10
2.3.4.4- Contexto Sanitário Nacional e os Serviços Veterinários	17
2.4- Conteúdos relacionados com a Educação Pró-Animal	19
2.4.1- Animal de companhia.....	19
2.4.1.1- Satisfação das suas necessidades básicas.....	19
2.4.1.2- Interação social com o meio ambiente e com o dono	20
2.4.1.3- Acções de profilaxia sanitária.....	21
2.4.1.4- Animais exóticos.....	23
2.4.2- Espécies Pecuárias	23
2.4.3- Animais Selvagens	24
2.4.4- Prado ao prato.....	24
2.4.5- Pragas urbanas	25
2.5- Metodologias de educação e recurso a processos de aprendizagem criativos, investigativos e inovadores.....	25
2.6- Transformação de comportamentos de risco.....	27
2.7- Avaliação do sucesso/insucesso de acções educativas.....	29
CAPÍTULO 3 - MATERIAIS E MÉTODOS	31
3.1- Organização do trabalho.....	31
3.1.1- Selecção dos locais do projecto	31
3.1.2- Produção dos inquéritos	31
3.1.3- Contacto com as escolas	32

3.2- Actividades nas escolas.....	32
3.2.1- Apresentação geral	32
3.2.2- Aplicação dos inquéritos	33
3.2.3- Actividades desenvolvidas	33
3.2.4- Outras actividades desenvolvidas.....	34
3.2.5- Aplicação dos Inquéritos finais	34
3.3- Gestão e análise de dados.....	35
3.3.1- Informatização.....	35
3.3.2- Métodos de análise	35
CAPÍTULO 4 - RESULTADOS.....	36
4.1- Caracterização da amostra estudada	36
4.1.1- Caracterização dos inquiridos por concelhos	36
4.1.2- Caracterização dos inquiridos por Meios Rural e Urbano	38
4.1.3- Características dos inquiridos por concelhos dos Grupos 1 e 2	38
4.2- Informação fornecida pelos Inquéritos iniciais	39
4.2.1 -Padrão de detenção de Animais.....	39
4.2.2- Conhecimentos das crianças sobre temas do âmbito Médico-Veterinário.....	46
4.2.3- Importância e papel atribuído ao Médico Veterinário.....	89
4.3- Informações fornecida pelos Inquéritos finais	92
4.3.1- Posse de Animais de Companhia	92
4.3.2- Classificações ao trabalho do Médico Veterinário e suas competências	93
4.3.3- Importância da Educação Pró-Animal	94
CAPÍTULO 5 - DISCUSSÃO	96
Padrão de detenção dos animais pelas crianças	96
Conhecimentos sobre AC	99
Animais Selvagens.....	102
Espécies Pecuárias e trabalho no sector primário.....	103
Do prado ao prato	104
Animais Abandonados.....	106
Zoonoses	108
Pragas urbanas	109
Importância do MV.....	109
Inquéritos finais	110
CAPÍTULO 6 - CONCLUSÕES	111
Anexo 1. Contexto sanitário de cada um dos concelhos.....	119

Anexo 2. Contexto médico-veterinário nacional	124
Anexo 3. Material de sensibilização fornecido gratuitamente	127
Anexo 4. Metodologias de Educação e Inquéritos	128
Anexo 5. Panfletos em formato digital	132
Anexo 6. DVD contendo diversos materiais educativos:	132
Anexo 7. Música do projecto: “Se queres ter um animal”	133
Anexo 8. Fotografias do projecto “Educação pró-Animal”	134
Anexo 9. Caracterização da população em estudo	138
Anexo 10. Padrão de detenção de animais	141
Anexo 11. Generalidades do conhecimento das crianças.....	144
Anexo 12. Conhecimentos das crianças sobre os animais de companhia	145
Anexo 13. Conhecimentos das crianças sobre animais selvagens	150
Anexo 14. Conhecimentos das crianças sobre espécies pecuárias	166
Anexo 15. Conhecimentos das crianças acerca do tema: “do Prado ao Prato”	169
Anexo 16. Conhecimentos das crianças sobre animais abandonados	173
Anexo 17. Conhecimentos das crianças sobre as zoonoses.....	178
Anexo 18. Conhecimentos das crianças sobre as pragas urbanas	181
Anexo 19. Importância e papel atribuídos ao Médico Veterinário.....	184
Anexo 20. Informações fornecidas pelos inquéritos finais.....	186

Índice de Figuras

Figura 1- Esquema do papel a entregar às crianças para colocarem na "caixa de interesses".	26
Figura 2- Proporção de cada um dos animais na população total (n= 1027)	39
Figura 3- Distribuição das razões pelas quais as crianças não têm animais em casa.	45
Figura 4- Proporção de crianças dos diferentes concelhos que visitaram zoológicos nas Ilhas, no Norte, no Centro e no Sul.....	63
Figura 5- Localização dos zoológicos que as crianças dos diferentes concelhos já visitaram.	63
Figura 6- Proporção das crianças que afirmam ver muitos animais na rua sem trela ou coleira, nos diferentes concelhos.	76
Figura 7- Proporção de crianças que sabe para que servem os Canis/Gatis municipais e que já adoptaram um animal num Canil/Gatil municipal, por concelho.	80
Figura 8- Razões pelas quais as crianças acham que há surgimento de pragas urbanas, por concelho.	88

Anexo 1:

Figura 1- Campanha de adopção realizada a 15 de Outubro de 2010 pela “Louzanimales”, na Praça de Sá Carneiro da Lousã	119
Figura 2- Exemplares da raça de ovinos Serra da Estrela de uma exploração em OHP	120
Figura 3- Entidades que participaram e apoiaram o projecto “Educação Pró-Animal” em OHP	120
Figura 4- Canil Municipal de Santiago do Cacém e Associação de apoio animal S.Francisco de Assis	120
Figura 5- Cartaz da Feira de Enchidos Tradicionais de Monchique nos dias 5 e 6 de Março de 2011	121
Figura 6- Canil Municipal de Portalegre	121
Figura 7- Panfleto disponibilizado pela Câmara Municipal de Portalegre	121
Figura 8- Algumas associações de apoio animal do Porto	122
Figura 9- Canil Intermunicipal do Alto Minho e transporte para a recolha dos animais de rua	122
Figura 10- Acções de sensibilização nas escolas desenvolvidas pelo canil intermunicipal Alto Minho	123
Figura 11- Canil Municipal da Madalena do Pico	123

Anexo 2

Figura 1- Panfleto fornecido no âmbito do “Programa Antídoto”	124
Figura 2- Calendarização das auditorias pela DGV para metade do ano de 2011	124
Figura 3- N° de acções de sensibilização desenvolvidas pela ASAE, entre 2006 e 2011, em diversas entidades	125
Figura 4- Panfletos da Associação de apoio animal “Pelos animais”, distribuídos gratuitamente	125
Figura 5- Publicações avulsas disponibilizadas pelo IPIMAR sobre segurança alimentar ...	126
Figura 6- Cartazes de sensibilização divulgados pela União Zoófila	126
Figura 7- Logótipo da Associação Nacional dos Médicos Veterinários dos Municípios ...	126

Anexo 8:

Figura 1- Turma da EB 2,3 Vale do Alava (OHP)	135
Figura 2- Turma da EB 2,3 Frei André da Veiga (Stgo.do Cacém)	135
Figura 3- Turma da EB 2,3 António Feijó	135
Figura 4- Trabalhos de grupo em OHP	135
Figura 5- Trabalhos de grupo na Ilha do Pico	136
Figura 6- Apresentações à turma em Santiago do Cacém	136
Figura 7- Apresentação à turma na Ilha do Pico	136
Figura 8- Cartazes usados na Lousã, Santiago do Cacém e Portalegre para anunciar a AF ..	137
Figura 9- AF na Lousã	137
Figura 10- AF em Santiago do Cacém	137
Figura 11- AF em Portalegre	138
Figura 12- AF em Ponte de Lima	138

Anexo 10:

Figura 1- Padrão de posse de animais das famílias com animais (n= 885)	141
Figura 2- Proporção de crianças com animais exóticos, cães e gatos em simultâneo e cães e gatos isoladamente	141
Figura 3- Distribuição do número de cães e/ou gatos por fogo habitacional	141
Figura 4- Padrão da distribuição de EP	142
Figura 5- Distribuição das dúvidas mais frequentes sobre os animais exóticos	143
Figura 6- Razões pelas quais as crianças querem ou gostam/gostariam de ter animais exóticos	143
Figura 7- Razões pelas quais as crianças não querem ter animais exóticos	143

Anexo 11:

Figura 1- Classificações atribuídas à importância da educação sobre animais para as crianças	144
--	-----

Anexo 12:

Figura 1- Locais de eleição para a aquisição de animais de companhia pelas crianças	145
Figura 2- Locais de eleição para aquisição de animais de companhia consoante o género da criança	145
Figura 3- Distribuição das respostas sobre quais as obrigações de um dono de um animal de companhia aos olhos das crianças	145
Figura 4- Distribuição das respostas sobre o uso de trela nos animais de companhia quando passeiam na via pública	146
Figura 5- Classificação dada pelas crianças para a importância de ir com o animal ao Veterinário, de 0 a 5	146
Figura 6- Diferenças na frequência de idas ao MV	147
Figura 7- Distribuição das opiniões das crianças sobre as vacinas	147
Figura 8- Distribuição das famílias que vacinam, não vacinam e cujas crianças não sabem se vacinam	147
Figura 9- Distribuição das famílias que desparasitam/não desparasitam/não sabem se desparasitam	148
Figura 10- Distribuição das famílias que esterilizam/não esterilizam/cujas crianças não sabem que esterilizam	148
Figura 11- Distribuição das famílias cujos animais têm microchip/não têm microchip/crianças não sabem se têm microchip	148
Figura 12- Distribuição da proporção de famílias cujos animais têm boletim sanitário/não têm boletim sanitário/não sabem se têm boletim sanitário	148
Figura 13- Distribuição das classificações atribuídas de 1 a 5 à importância que as crianças cujos animais estão/não estão/não sabem se estão vacinados atribuem à vacinação	149
Figura 14- Classificações atribuídas à importância da esterilização e do microchip, consoante os seus animais tenham sido, não tenham sido e não saibam se tenham sido, submetidos a tais medidas	149

Anexo 13

Figura 1- Respostas das crianças sobre onde costumam vir os animais exóticos que estão à venda nas lojas	150
--	-----

Figura 2- Respostas crianças sobre onde deveriam vir os animais exóticos que estão à venda nas lojas	150
Figura 3- Comparação entre a proporção de resposta das crianças acerca de onde costumam vir e de onde deveriam vir os animais exóticos	150
Figura 4- Distribuição das opiniões das crianças sobre a existência de controlo específico no tráfico ilegal de animais selvagens	150
Figura 5- Distribuição das respostas sobre se as crianças acham que o Homem é responsável pelo desaparecimento dos animais selvagens	151
Figura 6- Distribuição das razões pelas quais as crianças acham que os animais selvagens estão em vias de extinção	151
Figura 7- Distribuição da proporção dos grupos de animais referidos pelas crianças como estando em vias de extinção	154
Figura 8- Distribuição da proporção dos grupos de animais referidos pelas crianças como estando em vias de extinção para as crianças do género feminino e masculino	154
Figura 9- Distribuição das respostas das crianças sobre o que fariam para salvar os animais em vias de extinção. A sua interpretação deverá ser feita com a Tabela 5	154
Figura 10- Distribuição das respostas das crianças sobre o que fariam para salvar os animais em vias de extinção em cada um dos género. A sua interpretação deverá ser feita com a Tabela 53	159
Figura 11- Respostas dadas pelas crianças à pergunta: "O que farias se visses uma águia-real bebé na rua?".....	164
Figura 12- Animais selvagens a partir dos quais são feitos os casacos de pele que os quais as crianças tiveram contacto	165
Figura 13- Distribuição das proporções de grupos de animais que as crianças gostariam de comer/experimentar	165
Figura 14- Zoológicos do Sul, do Centro, do Norte e do Estrangeiro visitados pelas crianças dos diferentes concelhos	165
Figura 16- Proporção de crianças que já foi ao zoológico, que os pais as levaram ao zoológico e que a escola organiza visitas aos zoológicos nos diferentes concelhos	165
Anexo 14	
Figura 1- Distribuição da frequência com que as crianças têm contacto com espécies pecuárias	166
Figura 2- Distribuição das proporções de crianças que querem trabalhar no campo no futuro, não querem trabalhar no campo no futuro e que não sabem se querem trabalhar no campo no futuro	166

Figura 3- Distribuição das razões pelas quais as crianças gostariam e não gostariam de trabalhar no Meio Rural no futuro	166
Figura 4- Distribuição dos locais de residência de futuro das crianças de cada um dos concelhos do estudo	167
Figura 5- Distribuição dos animais referidos como omnívoros pelas crianças	167
Figura 6- Distribuição das respostas das crianças sobre quais os animais omnívoros dentro de uma lista de 5 animais (Porco, Galinha, Coelho, Burro e Cão e Gato)	168
Figura 7- Padrão de frequência que as espécies pecuárias são assistidas pelos Médicos Veterinários	168
Figura 8- Respostas dadas pelas crianças sobre se acham que os animais de pecuárias devem ser identificados, desparasitados e vacinados	168
Figura 9- Classificações dadas à vacinação, desparasitação e identificação das espécies pecuárias (de 0 a 5)	168
Anexo 15:	
Figura 1- Padrão da frequência do consumo de carne pelas crianças	169
Figura 2- Local de onde vem a carne que as crianças consomem	169
Figura 3- Opiniões que as crianças têm acerca da carne que se vende actualmente	169
Figura 4- Factores que as crianças consideram mais importantes na escolha da carne que consomem no geral	170
Figura 5- Factores que as crianças consideram mais determinantes na escolha da carne que comem especificamente para as diferentes categorias em estudo	170
Figura 6- Respostas das crianças à pergunta: "acham que é possível através dos rótulos da carne saberem de onde veio o animal que lhe deu origem?"	170
Figura 7- Distribuição das classificações da importância atribuída pelas crianças	170
Figura 8- Percentagem das crianças que acham que as empresas deveriam informar devidamente o consumidor sobre como viveu o animal antes de chegar à sua mesa	171
Figura 9- Crianças que acham que as empresas deveriam informar o consumidor sobre como viveu o animal antes de chegar à sua mesa, consoante a importância que atribuem ao facto de saberem se o animal foi bem tratado (<4, 4 ou 5)	171
Figura 10- Distribuição das respostas acerca de onde existe controlo da carne "do Prado ao Prato"	172
Figura 11- Distribuição das respostas sobre os processo do ciclo "do Prado ao Prato" em que o Médico Veterinário intervém	172

Anexo 16:

Figura 1- Distribuição da opinião das crianças que costumam ver muitos animais na rua sem trela nem trela acerca de como vêm o facto de eles existirem	173
Figura 2- Opiniões das crianças acerca dos animais de rua	173
Figura 3- Distribuição das respostas do que as crianças acham acerca de se alimentar os animais na rua	174
Figura 4- Proporção de crianças que vêm muitos animais de rua e muitas fezes na rua e que alimentam os animais de rua	174
Figura 5- Distribuição das respostas assinaladas, sobre o que as crianças acham acerca do dono apanhar as fezes do seu animal na via pública	175
Figura 6- Distribuição das respostas assinaladas pelas crianças de cada um dos concelhos, sobre o que acham dos donos apanharem as fezes dos seus animais de companhia na via pública	175
Figura 7- Proporção de crianças que já foi atacada por algum cão ou gato e que costuma interagir com os animais de rua	175
Figura 8- Distribuição das respostas sobre se já foram a algum Canil/Gatil e dentro delas quais eram Canis/Gatis municipais	176
Figura 9- Proporção de crianças que pretende adoptar um animal, tendo e não tendo adoptado já algum, nos diferentes concelhos e na população geral	176
Figura 10- O que as crianças dos diferentes concelhos acham acerca dos Canis/Gatis municipais no geral	176
Figura 11- Opiniões das crianças sobre o canil municipal do concelho no geral (cima) e nas que já foram ao canil municipal (abaixo)	177
Figura 12- Crianças que acham permitido abandonar os animais, na população geral e em cada um dos concelhos em estudo	177

Anexo 17:

Figura 1- Proporção das doenças que as crianças já ouviram falar dentro de uma lista pré-definida com todas as doenças	178
Figura 2- Proporção das crianças que assinalaram cada uma das doenças que consideram que estas são, não são ou não sabem se são transmitidas entre Animal e Homem	178
Figura 3- Proporção das crianças que ouviram falar de certas doenças e de terem ou não o animal envolvido no ciclo biológico da doença	179
Figura 4- Distribuição das 1300 respostas dadas pelas crianças sobre em que situações costumam lavar as mãos	179
Figura 5- Distribuição das respostas das crianças sobre se é saudável as senhoras grávidas	

terem contacto com gatos ou não	180
Figura 6- Distribuição das respostas das crianças sobre a frequência com que consomem leite cru	180
Figura 7- Opinião das crianças sobre os legumes crus	180

Anexo 18:

Figura 1- Distribuição das espécies referidas pelas crianças como pragas urbanas	181
Figura 2- Distribuição das respostas das crianças sobre os problemas associados às pragas urbanas	181
Figura 3- Relação entre a proporção de crianças que considera que existem pragas em Portugal e que existem pragas no seu concelho	181
Figura 4- Pragmas que as crianças encontram frequentemente no seu concelho e no seu local de residência	182
Figura 5- Distribuição das respostas sobre o que é que as crianças fazem aos restos de comida que sobram das refeições	182
Figura 6- Distribuição das respostas “Dou a animais abandonados na rua” e “Deito para a rua” os restos de comida, nos diferentes concelhos	182
Figura 7- Formas de controlo das pragas	183

Anexo 19:

Figura 1- Proporção das classificações atribuídas pelas crianças à importância do MV na salvaguarda da SP	184
Figura 2- Distribuição das competências que as crianças atribuem ao Veterinário	184
Figura 3- Proporção das crianças que sabem minimamente as competências do MVM	184
Figura 4- Crianças que ouviram falar do MVM, não ouviram falar ou não respondem, nos respectivos concelhos	184
Figura 5- Crianças que acham que existe, não existe e não sabem se existe MVM no concelho	185
Figura 6- Proporção de crianças que acerta, não acerta e que especificamente não acerta porque confunde com um Médico Veterinário privado, acerca de quem é o MVM de cada um dos cinco concelhos em estudo	185

Anexo 20:

Figura 1- Proporção de crianças que têm animais antes e depois do projecto, comparando os diferentes concelhos e os diferentes temas abordados	186
Figura 2- Competências que o Médico Veterinário tem para a criança, antes (A) e depois (D) do projecto em relação aos diferentes concelhos e que aprenderam sobre os diferentes temas	187

Figura 3- Classificações atribuídas à importância que o projecto Educação Pró-Animal tem para melhorar o respeito que as pessoas têm pelos animais, nas diferentes escolas, e para os diferentes temas	188
Figura 4- Classificações atribuídas à importância que o projecto Educação Pró-Animal tem para melhorar a saúde das pessoas, nas diferentes escolas, e para os diferentes temas	189
Figura 5- Classificações atribuídas pelas crianças do género masculino e feminino, com ou sem animais, à importância que o projecto Educação Pró-Animal tem para melhorar o respeito que as pessoas têm pelos animais (esquerda) e para melhorar a saúde das pessoas (direita)	189

Índice de Tabelas

Tabela 1- Perfil das crianças do estudo por Concelho	36
Tabela 2- Perfil das crianças em estudo do Meio Rural e do Meio Urbano	38
Tabela 3- Perfil das crianças em estudo do Grupo 1 e do Grupo 2.....	38
Tabela 4- Perfil de propriedade de animais nas famílias com animais (n=885)	40
Tabela 5- Proporção das espécies que as famílias têm quando só possuem uma espécie animal e um animal em casa	41
Tabela 6- Perfil do contacto das crianças com espécies pecuárias dentro dos concelhos.	43
Tabela 7- Proporção das crianças que sabem tudo sobre o seu animal exótico e assinalam dúvidas na opção D.	44
Tabela 8- Proporção de crianças que consideram obrigatório e não obrigatório apanhar as fezes dos seus animais na via pública e sua relação com o facto de o fazer ou não.	49
Tabela 9- Distribuição das famílias que treinam os seus animais de companhia nos Meios Rural e Urbano, e nos Grupos 1 e 2.	49
Tabela 10- Organização das opiniões das crianças dos Meios Rural e Urbano acerca das vacinas.....	51
Tabela 11- Proporção de crianças que sabe o que são <i>microchips</i>	54
Tabela 12- Proporção de crianças que consideram que a venda ilegal de animais selvagens é crime.....	56
Tabela 13- Proporção de crianças que consideram que o tráfico ilegal de animais exóticos é um problema mundial e que é um problema mundial e crime.....	56
Tabela 14- Proporção de crianças que usa ou que conhece alguém que use casacos de pele ou pêlo de animais em vias de extinção e proporção destes que são feitos de pele de animais selvagens.	61
Tabela 15- Proporção de crianças que já foi a algum(ns) parque(s) zoológico(s) no geral, nos Meios Rural e Urbano, nos Grupos 1 e 2 e nos diferentes concelhos. Proporção para estes últimos também para zoológico no estrangeiro.	62
Tabela 16- Proporção de crianças cujos pais as levam a zoológicos no geral e nos Meios Rural ou Urbano.....	65
Tabela 17- Distribuição das crianças que sabem o que são ruminantes	68
Tabela 18- Crianças que sabem o que são vacinas, desparasitações e marcas de identificação para espécies pecuárias.	69

Tabela 19- Proporção de crianças que acha os rótulos dos produtos alimentares importantes e que costuma prestar atenção ao que eles dizem, entre crianças dos Meios Rural e Urbano, Grupo 1 e 2, género feminino e masculino.....	73
Tabela 20- Proporção de crianças dos diferentes concelhos em estudo que vê fezes na via pública.	78
Tabela 21- Crianças que acham comum os cães ataquem os próprios donos e comum os animais vadios ataquem as pessoas	79
Tabela 22- Proporção de crianças que consideram saudável beber-se leite imediatamente após a ordenha.....	85
Tabela 23- Proporções de crianças que ouviram e não ouviram falar de pragas urbanas, para crianças	86
Tabela 24- Crianças que acham que sim/não/não sabem se existem formas de controlar as pragas.....	88
Tabela 25- Perfil das crianças que sabem minimamente as competências do Médico Veterinário.....	90
Tabela 26- Proporção de crianças que sabem e não as responsabilidades do MVM nos diferentes concelhos.	91
Tabela 27- Crianças que já viram o MVM pessoalmente, em relação às crianças que acertaram no nome do MVM	92

Anexo 1:

Tabela 1- Dados estatísticos de cada um dos concelhos (fonte INE 2001)	119
Tabela 2- Calendário das campanhas de sensibilização e divulgação do Canil Intermunicipal Alto Minho (2010/2011)	122

Anexo 4:

Tabela 1- Métodos de educação segundo Russel 1996	128
Tabela 2- Organização dos questões dos inquéritos 1, 2 e 3 aplicados às crianças	128
Tabela 3- Actividades desenvolvidas em cada uma das EB 2,3 onde o projecto decorreu ...	129
Tabela 4- Actividades desenvolvidas em cada uma das EB 2,3 onde o projecto decorreu (continuação)	129
Tabela 5- Actividades desenvolvidas em cada uma das EB 2,3 onde o projecto decorreu (continuação)	130

Anexo 9:

Tabela 1- Alunos da EB 2,3 da Lousã	139
Tabela 2- Alunos das EB 2,3 de Oliveira do Hospital	139

Tabela 3- Alunos da EB 2,3 de Santiago do Cacém	139
Tabela 4- Alunos da EB 2,3 de Monchique	140
Tabela 5- Alunos da EB 2,3 de Portalegre	140
Tabela 6- Alunos da EB 2,3 do Porto	140
Tabela 7- Alunos da EB 2,3 de Ponte de Lima	140
Tabela 8- Alunos das EB 2,3 da Ilha Pico	141

Anexo 10:

Tabela 1- Proporção de pessoas com apenas uma espécie animal e com apenas um animal	141
Tabela 2- Números máximos, mínimos e médios de cães, gatos e pássaros das crianças	142
Tabela 3- Proporção dos animais assinalados como “Outros”	142
Tabela 4- Proporção das crianças que vai ao Veterinário com o seu animal exótico	142
Tabela 5- Proporção das crianças que não tendo animais de estimação, gostaria de ter ...	143

Anexo 11:

Tabela 1- Proporção que não sabe tudo o que gostaria sobre animais	144
Tabela 2- Crianças que não sabem, e que sabem tudo o que gostariam de saber sobre os animais, por género e detenção de animais	144

Anexo 12:

Tabela 1- Proporção das crianças cujas famílias apanham as fezes dos seus animais de companhia	146
Tabela 2- Proporção das famílias que dormem com os animais	146
Tabela 3- Proporção das famílias que têm preocupação para que os seus animais não incomodem os vizinhos	146
Tabela 4- Proporção de cães, gatos e pássaros que vão ao MV	146
Tabela 5- Variação da proporção de famílias que levam os seus cães e gatos ao MV com o nº de cães e/ou gatos por fogo habitacional	147
Tabela 6- Proporção das crianças que sabe com que frequência o seu animal de companhia vai ao MV	147
Tabela 7- Proporção das crianças que sabe o que são desparasitações	147
Tabela 8- Proporção das crianças que sabe o que são esterilizações	148

Anexo 13:

Tabela 1- Espécies de aves referidas pelas crianças como estando em vias de extinção ...	151
Tabela 2- Espécies de mamíferos australianos referidas pelas crianças como estando em vias de extinção	151
Tabela 3- Espécies de mamíferos marinhos referidas pelas crianças como estando em vias de	

extinção	152
Tabela 4- Espécies de mamíferos africanos referidas pelas crianças como estando em vias de extinção	152
Tabela 5- Espécies domésticas referidas pelas crianças como estando em vias de extinção	152
Tabela 6- Espécies de répteis referidas pelas crianças como estando em vias de extinção	152
Tabela 7- Espécies de mamíferos europeus referidas pelas crianças como estando em vias de extinção	153
Tabela 8- Outras espécies de mamíferos terrestres referidas pelas crianças como estando em vias de extinção	153
Tabela 9- Outras espécies aquáticas referidas pelas crianças como estando em vias de extinção	153
Tabela 10- Espécies de invertebrados referidas pelas crianças como estando em vias de extinção	153
Tabela 11- Outras espécies referidas pelas crianças como estando em vias de extinção	153
Tabela 12- Crianças que acham que podem contribuir para salvar os animais selvagens e a percentagem que quer e não quer ajudar a salvar animais selvagens	155
Tabela 13- Distribuição das respostas dadas pelas crianças ao que fariam para salvar os animais em vias de extinção	156
Tabela 14- Acções específicas das crianças para salvar os animais em vias de extinção: Educação (temas específicos)	157
Tabela 15- Acções específicas das crianças para salvar os animais em vias de extinção: Educação (meios específicos)	158
Tabela 16- Acções específicas das crianças para salvar os animais em vias de extinção: Protecção do habitat	159
Tabela 17- Acções específicas das crianças para salvar os animais em vias de extinção: Legislação	159
Tabela 18- Acções específicas das crianças para salvar os animais em vias de extinção: Acções sobre os caçadores	159
Tabela 19- Acções específicas das crianças para salvar os animais em vias de extinção: Dar dinheiro	160
Tabela 20- Acções específicas das crianças para salvar os animais em vias de extinção: Outros	160

Tabela 21- Acções específicas das crianças para salvar os animais em vias de extinção: Controlo do tráfico (tipo de tráfico)	160
Tabela 22- Acções específicas das crianças para salvar os animais em vias de extinção: Controlo do tráfico (processos)	161
Tabela 23- Acções inespecíficas das crianças para salvar os animais em vias de extinção .	161
Tabela 24- Acções específicas das crianças para salvar os animais em vias de extinção: Controlo da caça	162
Tabela 25- Acções específicas das crianças para salvar os animais em vias de extinção: acções sobre os animais	163
Tabela 26- Respostas desenquadradas do conteúdo das perguntas acerca do que as crianças fariam para salvar os animais em vias de extinção	164
Tabela 27- Proporção de crianças, no geral e dos géneros feminino e masculino, que gostariam de experimentar uma carne à qual não estão habituadas	164
Anexo 14:	
Tabela 1- Proporção das crianças que gostariam de ter mais contacto com a Natureza	166
Tabela 2- Distribuição das profissões, que as crianças que não querem trabalhar no campo porque querem ter outra profissão, escreveram	167
Anexo 15:	
Tabela 1- Proporção de crianças que acham que as espécies pecuárias sofrem até chegar à sua mesa	171
Anexo 16:	
Tabela 1- Proporção de crianças que vê animais na rua sem trela nem coleira	173
Tabela 2- Crianças que alimentam e/ou conhecem alguém que o faça (Meio Rural e Urbano)	174
Tabela 3- Crianças que alimentam e/ou conhecem alguém que o faça (Grupos 1 e 2 e género feminino e masculino)	174
Tabela 4- Proporção de crianças que foram atacadas e que conheciam o animal envolvido .	175
Tabela 5- Classificação atribuída às instalações dos Canis/Gatis municipais de cada um dos concelhos pelas crianças	176
Anexo 17:	
Tabela 1- Crianças que acham que o Homem pode transmitir doenças aos animais e que já ouviu falar de zoonoses	178
Anexo 19:	
Tabela 1- Perfil das crianças que sabem quais são as responsabilidades do MVM, pelos 8 concelhos	185

Tabela 2- Crianças que já viram o MVM pessoalmente, em relação às crianças que confundiram o MVM com MV privado	185
---	-----

Anexo 20:

Tabela 1- Comparação das classificações de importância em se ir ao Médico Veterinário com o animal de estimação, nos diferentes concelhos e para os diferentes temas, antes e depois do projecto	186
--	-----

Tabela 2- Comparação das classificações de importância do Médico Veterinário na salvaguarda da saúde pública, nos diferentes concelhos e para os diferentes temas, antes e depois do projecto	187
---	-----

Tabela 3- Proporção de crianças que gostaria de saber mais do que o que sabe sobre animais, comparando diferentes concelhos e diferentes temas abordados	188
--	-----

Tabela 4- Classificações atribuídas à importância da educação sobre os animais, antes e depois do projecto, para os diferentes concelhos e temas	188
--	-----

Lista de Abreviaturas e Símbolos

AC- Animais de Companhia
ACANIL- Associação Ilha Negra - Amigos dos Cães Abandonados
ADS- Associação de Defesa Sanitária
AF- Apresentação Final
ALAAR- Associação Limiana dos Amigos dos Animais de Rua
AMU- Áreas Mediamente Urbanas
ANCOSE- Associação Nacional de Caprinos e Ovinos da Serra da Estrela
ANVETEM- Associação Nacional dos Médicos Veterinários dos Municípios
APR- Áreas Predominantemente Rurais
APU- Áreas Predominantemente Urbanas
ASAE- Autoridade da Segurança Alimentar e Económica
CAC- Clínica de Animais de Companhia.
CAV- Centros de Atendimento Veterinário
CEP- Clínica de EP
DGV- Direcção Geral de Veterinária
DIV- Divisão de Intervenção Veterinária
DRA- Direcção Regional de Agricultura
DSHPV- Direcção de Serviços de Higiene Pública Veterinária
DSP- Direcção de Serviços de Planeamento
DSPA-DAA- Direcção de Serviços de Protecção Animal- Divisão da Alimentação Animal
DSVR- Direcção de Serviços Veterinários Regionais
DSVRA- Direcção de Serviços Veterinários Regionais do Alentejo
DSVRALG- Direcção de Serviços Veterinários Regionais do Algarve
DSVRC- Direcção de Serviços Veterinários Regionais do Centro
DSVRLVT- Direcção de Serviços Veterinários Regionais de Lisboa e Vale do Tejo
DSVRN- Direcção de Serviços Veterinários Regionais do Norte
DVD- Digital Versatile Disc
EB 2,3- Escola Básica 2,3
EP- Espécies Pecuárias
FAWC- Farm Animal Welfare Council
ICNB- Instituto da Conservação da Natureza
IFAP- Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas
INE- Instituto Nacional de Estatística
IPIMAR- Instituto de Investigação das Pescas e do Mar

MADRP- Ministério de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas
MAMAOT- Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento de Território
MIME- Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar
MV- Médico Veterinário
MVM- Médico Veterinário Municipal
OHP- Oliveira do Hospital
OMS- Organização Mundial de Saúde
PIB- Produto Interno Bruto
RSPCA- Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals
SAU- Superfície Agrícola Útil
SEPNA- Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente
SP- Saúde Pública
SPV- Saúde Pública Veterinária

CAPITULO 1 - INTRODUÇÃO

O projecto “Educação Pró-Animal” surgiu como forma de aplicar o tempo, esforço e recursos financeiros subjacentes a um estágio final de Mestrado Integrado em Medicina Veterinária, num projecto que valorizasse a Saúde Pública Veterinária, ao mesmo tempo que enobrecesse a classe médico-veterinária e as suas respectivas valências. Assim, tendo o apoio logístico da Associação Nacional de Médicos Veterinários dos Municípios (ANVETEM) e o apoio financeiro familiar, dediquei-me ao projecto “Educação Pró-Animal”, com os objectivos de: estudar qual o nível de conhecimentos da população de Portugal sobre temas do âmbito Médico-Veterinário, através das crianças do 6ºano de vários locais do país, sensibilizar as crianças e a população no geral, para a importância da salvaguarda da saúde e bem-estar animal, estreitar a relação entre o Médico Veterinário e a população, reforçando a importância deste profissional na salvaguarda da Saúde Pública e estimular todos os profissionais de saúde e bem-estar animal a praticarem Educação Pró-Animal e providenciá-lhes ferramentas e técnicas adaptadas à realidade nacional e adaptáveis à realidade local. Para tal, estive em oito concelhos/regiões de Portugal, de Norte a Sul do país, incluindo Ilhas (Lousã, Oliveira do Hospital, Santiago do Cacém, Monchique, Portalegre, Porto, Ponte de Lima e Ilha do Pico) durante cerca de um mês em cada concelho, a desenvolver o projecto.

A primeira fase consistia no contacto com o Médico Veterinário Municipal (MVM) e na abordagem e informação prévias às Câmara Municipais dos concelhos seleccionados, acerca da existência e vontade de ali aplicar este projecto, de forma a oficializar e a estreitar laços com esta entidade. Já no terreno, após a autorização concedida, o projecto desenvolvia-se com base na relação e partilha de informação com o MVM do concelho respectivo, com o qual estagiava durante uma a duas semanas. Durante esta altura, para além da adquirir conhecimentos e experiência nas mais diversas áreas médico-veterinárias (variáveis consoante o concelho) tendo contacto com a realidade sociocultural e sanitária do mesmo, dava a conhecer o projecto “Educação Pró-Animal” à Direcção da(s) Escola(s) Básica(s) 2,3 (EB 2,3) onde iria desenvolver o projecto, a Centros de Atendimento Veterinário (CAV) da região, às diversas entidades envolvidas na saúde e bem-estar animal da zona e/ou a possíveis patrocinadores do projecto. Durante estas duas semanas muitas foram as áreas com as quais tive contacto, as quais dependeram, do concelho onde me encontrava:

Lousã: colaboração com o MVM Dr. Henrique Paulo, onde o trabalho incidiu sobre a profilaxia e tratamentos básicos a animais de companhia. Tive ainda contacto com vistorias em eventos de “Matança do Porco” e “Caçadas ao javali”, vistorias regulares ao Mercado Municipal, e a superfícies de venda a retalho de carne e peixe (em grande e pequenas

superfícies), resposta a queixas dos munícipes relativas à existência de pragas e animais maltratados com a delegada de saúde, apoio nas actividades que a *Louzanimaies* (Associação de Apoio Animal) desenvolvia no concelho e desenvolvimento de todo o material de sensibilização para a formação, incluindo as apresentações em *Power point* e a música do projecto, tendo o apoio activo e empenhado de uma Professora de Música do concelho.

Oliveira do Hospital: colaboração com o MVM Dr. Pedro Couceiro em acções de profilaxia e de sanidade animal a explorações pecuárias. Em menor proporção, realizei serviços de clínica de pequenos animais e envolvi-me em acções informativas de vistoria a estabelecimentos de restauração e cantinas, em cooperação com a delegada de saúde. Não menos importante foi também a colaboração com a Associação de Desenvolvimento Sanitário (ADS) local: a Associação Nacional de Caprinos e Ovinos da Serra da Estrela (ANCOSE).

Santiago do Cacém: a maior parte do trabalho veterinário foi desenvolvido com o Dr. Hugo Viegas, MVM de Sines, concelho que inicialmente iria ser alvo do projecto. Apesar de ter sido organizada em Sines uma “Cãominhada” (Caminhada com cães), não foi possível desenvolver o projecto na EB 2,3, por falta de resposta da mesma. De forma a rentabilizar e aproveitar a estadia ali, tendo o projecto sido aceite num concelho a cerca de 20 km de distância, Santiago do Cacém, o concelho alvo primeiro foi trocado por este último. Em Sines as intervenções eram maioritariamente ao nível da segurança alimentar e vistorias a estabelecimentos de restauração, locais de venda a retalho de produtos de origem animal e do Mercado Municipal. Nos 2 dias em que contactei com o trabalho do MVM de Santiago do Cacém, Dr. João Lourosa, o trabalho incidiu na sanidade e apoio Clínico a explorações pecuárias e no apoio ao canil municipal.

Monchique: o trabalho neste concelho foi muito variado (por opção e decisão da MVM do concelho, Dra. Tânia Candeias em me dar a conhecer um pouco de tudo o que fazia). Assim, desde acções de profilaxia a pequenos animais, vistorias a carrinhas de venda ambulante, a locais de restauração e ao mercado municipal, passando pela contagem do número de Asininos no distrito (em colaboração com o Dr. Mário Gomes) e acções de formação em escolas primárias, até à participação exaustiva na Feira anual de Enchidos de Monchique, fui sempre encorajada a participar activamente.

Portalegre: trabalho com o MVM Dr. Pedro Alegria incidiu maioritariamente no apoio ao canil municipal e, esporadicamente, na assistência Clínica a explorações pecuárias. Para além disso, colaborei com um CAV local em acções de formação em escolas de ensino primário.

Porto: neste concelho tive acesso ao canil municipal e a toda a história do mesmo, mas o trabalho com a Dra. Adélia, MVM do concelho, foi limitado por motivos burocráticos.

Ponte de Lima: as actividades desenvolvidas com a Dra. Natália do Campo foram muito variadas. Desde o trabalho e assistência ao Canil Intermunicipal Alto Minho, aberto ao público 10 horas por dia e sábados, e desenvolvimento de actividades na Quinta Pedagógica dos Penteeiros, principalmente com asininos, até ao apoio na Feira do Cavalo e na Feira de venda quinzenal de gado e ao contacto com o controlo oficial fronteiriço internacional.

Ilha do Pico: a ilha tem três concelhos e duas MV a exercer as funções oficiais na Ilha, uma MV da Associação de Municípios, Dra. Sally Lopes, e outra MVM do concelho da Madalena, Dra. Catarina Manito. O trabalho desenvolvido, com cada uma das MV, incidiu tanto sobre a sanidade e Clínica a animais de companhia, como em vistorias com a delegação de saúde a estabelecimentos de restauração e cantinas, a locais de venda periódica de alimentos de origem animal e a feiras e festivais religiosos.

Passadas as duas semanas de estágio com o MVM, iniciava o projecto Educação Pró-Animal na EB 2,3 do concelho (ou em várias, no caso excepcional de Oliveira do Hospital), onde iria intervir em todas as turmas do 6ºano da mesma (salvo raras excepções). O tempo de contacto com cada uma das turmas era idêntico (ver “Material e Métodos”), o qual era usado para aplicar um inquérito de teste aos conhecimentos das crianças, sobre um determinado tema da competência médico-veterinária (animais de companhia, animais selvagens, espécies pecuárias, segurança alimentar, animais abandonados, zoonoses ou pragas urbanas) e para levar a cabo uma série de acções de sensibilização sobre esse mesmo tema (escolhido aleatoriamente e diferindo de turma para turma). Tais acções compreendiam a visualização de um vídeo geral sobre saúde animal, a apresentação específica do tema em *Power Point*, a aprendizagem de uma música, o desenvolvimento de trabalhos em grupo e a apresentação dos trabalhos desenvolvidos aos colegas da turma e/ou da EB 2,3. Paralelamente, desenvolviam-se acções abertas à população para as quais as crianças eram convidadas, como “Cãominhadas”, Concursos de fotografia e campanhas de adopção.

Com a aplicação dos inquéritos pretendeu-se estudar quais os assuntos do âmbito médico-veterinário que carecem de mais informação e acções de sensibilização por parte do profissional de saúde animal. Desta forma, pretende-se que a Educação Pró-Animal se torne numa actividade cada vez mais eficaz e, ao mesmo tempo, que contribua favoravelmente, tanto quanto possível, para a sociedade, a qual depende da contribuição de cada um dos seus elementos para se tornar numa sociedade saudável, completa e rica.

CAPÍTULO 2 - EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE NO ÂMBITO DA SAÚDE PÚBLICA VETERINÁRIA

2.1- Competências do Médico Veterinário e papel do Médico Veterinário Municipal

Ao Médico Veterinário (MV) compete promover acções que visam o “bem-estar e saúde animal, a conservação, o melhoramento e a gestão do património animal, incluindo o da fauna selvagem, a salvaguarda da saúde pública e a protecção do meio ambiente” (Código Deontológico Médico-Veterinário, Capítulo 1, artigo 4º, ponto 3). Para o desempenho destas competências o MV deverá desenvolver acções, tanto no âmbito da assistência Clínica a animais, da Sanidade animal (incluindo prevenção e erradicação de zoonoses) e da Produção e Melhoramento Animal, como no âmbito da Higiene e segurança sanitária dos alimentos e da transformação tecnológica de todos os produtos de origem animal. Fará também pareceres técnicos sobre assuntos do âmbito médico-veterinário ou no âmbito de outras áreas científicas sobre as quais possua conhecimentos especializados legalmente conhecidos (Código Deontológico Médico-Veterinário, artigo 4º-3). Para tal, deverá entre outras coisas, elucidar os utentes acerca de temas da sua competência e domínio, demonstrar respeito para com os animais, evitando infringir sofrimento desnecessário em actos de contenção, tratamento, transporte e outras operações de manejo e manter-se permanentemente actualizado acerca de temas relativos às ciências veterinárias (ou a elas relacionados) e relativos a conhecimentos científicos e técnicos específicos para o exercício da sua profissão (participando em cursos, seminários, conferências e outras actividades científicas e culturais) (Código Deontológico Médico-Veterinário, artigo 7º e 15º-1). Assim, o principal papel do MV na sociedade é lutar pela salvaguarda da saúde e do bem-estar dos Animais, que directa ou indirectamente, interagem e/ou coabitam com o Homem.

O MVM, por sua vez, como Autoridade Sanitária Veterinária Concelhia local, cujos poderes lhe são delegados pela Autoridade Sanitária Veterinária Nacional, a Direcção Geral de Veterinária (DGV), e dependendo funcionalmente do actual Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento de Território (MAMAOT), representado a nível regional pelas Direcções Regionais de Agricultura (DRA), é responsável por garantir as funções previstas no Código Deontológico da profissão, em nome da saúde e bem-estar animal e das pessoas, na sua área geográfica de intervenção. Colabora com a Autoridade da Segurança Alimentar e Económica- ASAE (autoridade administrativa nacional especializada no âmbito da segurança alimentar e da fiscalização económica) para assegurar a higiene e segurança sanitária dos alimentos e da transformação tecnológica de todos os produtos de origem animal. Por outro lado, a nível hierárquico e laboral, depende directamente do Presidente da Câmara do

concelho onde actua, e está vinculado à Administração Pública, sendo provido de lugar nos quadros da Câmara Municipal (artigo 2º do Decreto de Lei nº 116/98 de 5 de Maio). O facto de depender hierarquicamente do Presidente da Câmara, não o invalida de tomar qualquer “decisão, por necessidade técnica e científica, que entenda indispensável ou relevante para a prevenção e correcção de factores ou situações susceptíveis de causarem prejuízos graves à Saúde Pública”, conforme o Código Deontológico e o idoneidade da profissão.

Segundo a OMS 1999, Saúde Pública Veterinária é “a soma de todas as contribuições para o bem-estar físico, mental e social dos seres humanos através de uma compreensão e aplicação das Ciências Veterinária”. Esta definição enfatiza a importância que os Médicos Veterinários têm no Bem-estar Humano. Mas em que consiste o Bem-estar Humano?

Bem-estar Humano é associado a um “estar bem” geral, a um estado de conforto geral, proporcionado por vários factores. Estes dependem da experiência, interesses e necessidades de cada pessoa, sendo que o todo (Bem-estar pleno) é muito mais vasto do que cada uma das partes definidas por uma determinada pessoa ou grupo de pessoas, que vivem em determinado ambiente e numa determinada época (“seja a acumulação de riqueza, uma posição social elevada, ou qualquer outra coisa específica”) (Makiguchi 1989).

Makiguchi 1989 considera que onde houver desenvolvimento e realização pessoal há bem-estar e saúde humanas e que bem-estar e saúde não existem uma sem a outra pois, por um lado, sem saúde não é possível aproveitar alguns dos aspectos que tipicamente proporcionam bem-estar, e por outro, a saúde da sociedade no geral, depende do bem-estar individual.

O *National Institute of Public Health* 1997 identificou alguns exemplos de determinantes da Saúde (que já vimos estar intimamente ligada ao Bem-estar): Profissão, Rendimento e Educação. O recurso a critérios objectivos de avaliação de cada um destes determinantes, permitem identificar quais as necessidades e mais valias de uma determinada região ou país, tornando qualquer medida de saúde, preventiva ou activa, mais eficaz e produtiva.

Para avaliar o Rendimento, podemos avaliar o orçamento do agregado familiar, os gastos que tem no uso de serviços públicos e/ou privados e o montante que dispõe para o acesso a serviços médicos. Para avaliar a Profissão podemos analisar a população activa, a população activa no sector primário, população desempregada ou empregada. E para avaliar a Educação, para além do recurso a dados estatísticos que nos informam, genericamente sobre o grau de sapiência de uma população, como a taxa de analfabetismo ou a taxa de escolaridade mínima obrigatória, podemos recorrer a avaliações dirigidas concretamente para a área ou tema que se pretende abordar ou estudar. Este último aspecto reveste-se de grande importância em qualquer projecto educativo.

2.2- Conceito de Educação para a Saúde

Este é um conceito que existe há mais de 35 anos (Russel, 1996), sobre o qual já existe um leque bastante extenso e completo de material bibliográfico, com definições, metodologias, materiais de apoio, entre outros e, baseado no qual, inclusivamente, já existem graus académicos específicos (ao contrário do que acontece relativamente ao conceito “Educação Pró-Animal”, acerca do qual não existe nenhum material bibliográfico específico, sendo o tema disperso pelos variados assuntos incluídos nas iniciativas de educação para a saúde no âmbito da SPV e educação ambiental). Assim, muitas considerações que são adoptadas no projecto Educação Pró-Animal tiveram como base o conceito Educação para a Saúde, sendo que se torna imprescindível defini-lo. Assim:

“Educação para a Saúde é uma acção exercida sobre os indivíduos no sentido de modificar os seus comportamentos, a fim de adquirirem e conservarem hábitos de saúde saudáveis, aprenderem a usar judiciosamente os serviços de saúde que têm à sua disposição e estarem capacitados para tomar, individual ou colectivamente, as decisões que implicam a melhoria do seu estado de saúde e o saneamento do meio em que vivem” (OMS, 1969)

“Educação para a saúde é toda a actividade intencional conducente a aprendizagens relacionadas com a saúde e doença [...], produzindo mudanças no conhecimento e compreensão e nas formas de pensar. Pode influenciar ou clarificar valores, pode proporcionar mudanças de convicções e atitudes; pode facilitar a aquisição de competências; pode ainda conduzir a mudanças de comportamentos e de estilos de vida” (Tones e Tilford, 1994, citado por Carvalho e Carvalho 2006, p.25)

2.3- Conceito Educação Pró-Animal

O conceito Educação Pró-Animal é o conjunto de actividades que visam incentivar a população a promover a Saúde e Bem-estar dos Animais, quer sejam eles Domésticos, de Quinta, Exóticos ou Selvagens, e assim contribuírem para melhorar a Saúde Pública e o Bem-estar Social. Aqui os Educadores são pessoas com conhecimentos e experiência na área da Saúde e Bem-estar Animal que, no contexto sociocultural e sanitário real, providenciam processos de aprendizagem criativos, investigativos e inovadores, geradores de empatia com os Educandos, os quais devem adquirir respeito pela Vida (Animal e Humana) e transformar comportamentos de risco e de ameaça à Saúde Pública, em comportamentos positivos e promotores da Saúde.

De forma a simplificar o conceito é importante abordarmos cada uma das partes que fazem o todo da definição. Assim podemos dividi-lo em aspectos chave para a criação e condução de uma acção de “Educação Pró-Animal”:

- Definição de objectivos e planificação da acção
- Empatia e motivação entre Educador-Educando
- Experiência do Educador como base da Educação Pró-Animal
- Contextualização e temáticas a incluir
- Providenciar processos de aprendizagem criativos, investigativos e inovadores
- Transformação de comportamentos de risco

Tendo em conta que sociedade é um “agrupamento orgânico e psicológico de indivíduos que têm um objectivo comum” (Makiguti 1989, p. 49), podemos definir os profissionais médico-veterinário, que têm como base os objectivos comuns estabelecidos pelo Código Deontológico da sua profissão, uma sociedade, onde todos devem trabalhar em prol do objectivo comum. De acordo com o artigo 20º da Secção 1 no Capítulo II deste importante documento, “os meios de expressão destinados ao público [...] deverão possuir um carácter educativo e servir o interesse geral da profissão”, este último, entendido como “as acções que visam o bem-estar e a saúde animal, a conservação, o melhoramento e a gestão do património animal incluindo o da fauna selvagem, a salvaguarda da saúde pública, e a protecção do meio ambiente” (Capítulo 1, artigo 4º, ponto 3).

2.3.1- Definição de objectivos e planificação

A primeira parte do projecto deve consistir na formulação de objectivos claros e bem definidos, que deverão ser mantidos e recordados ao longo da condução do projecto Educação Pró-Animal, de forma a maximizar os proveitos e o desenvolvimento gerados pelo mesmo. Contradições e oposições burocráticas, de tempo e/ou financeiras são de esperar que ocorram ao longo do projecto, o que comprometerá o sucesso do mesmo se os objectivos não estiverem bem definidos. Na definição dos objectivos é necessário conseguir sinergias nas diferentes visões que possam existir sobre os assuntos a abordar.

Depois dos objectivos definidos, há que planificar o projecto de Educação Pró-Animal, de forma a que nenhum pormenor seja descurado. Para tal é importante aliar um estudo completo acerca do contexto sociocultural e sanitário do Educando, aos conhecimentos empíricos e curriculares do Educador, de tal forma que seja possível ter uma acção realista, concreta e direccionada ao que realmente é importante para aquele meio e sensibilizar o maior número de pessoas possível, a lutarem em prol da saúde e bem-estar animal (não só crianças, como

professores, pais e autoridades locais- ex.: Juntas de freguesia e MVM), sem perder, claro, a qualidade na educação.

Da planificação devem constar as seguintes fases do trabalho: identificação da população-alvo, determinação das necessidades, definição dos conteúdos educacionais, definição e estudo dos recursos de trabalho disponíveis e preparação dos mesmos. Estes pontos irão ser abordados ao longo do trabalho (Vaz, 2010).

2.3.2- Empatia e motivação entre Educador-Educando

O problema maior é a falta da receptividade das crianças, mais do que a falta de informação em si (principalmente com acesso cada vez mais corriqueiro da internet, onde toda a informação está directamente disponível). Se houver falta de receptividade, a informação pouco influencia as atitudes e só através do trabalho das atitudes se poderá proporcionar uma mudança real (Comissão da Luta Contra a SIDA 1996).

Mesmo em situações de conflito, é possível a manutenção de um diálogo entre o Educador e Educando, se existir empatia entre eles (Ikeda 2001). “É por isso muito importante a relação que se estabelece entre os educandos e entre estes e o seu educador para o progresso de qualquer programa educativo” (Carvalho e Carvalho, 2006).

A Educação Pró-Animal não visa chegar às pessoas sob a forma autoritária e como tendo de ser aceite cegamente. Se assim fosse, estaríamos a dar a conhecer a nossa autoridade e não os conhecimentos que queremos transmitir (Makiguti, 1989) o que, para além de poder levantar algumas questões éticas e anular o exercício da cidadania de um dos interlocutores, revela-se pouco frutífera nos processos de tratamento e preventivos (Reis, 1998). Deverá assim investir-se mais na modificação do sistema de comunicação, no qual o sujeito faz a sua própria aprendizagem (Oliveira, 1999, citado por Carvalho e Carvalho 2006).

O objectivo é providenciar meios ao Educando para que este desenvolva “capacidades que lhes permitam fazer escolhas conscientes e positivas a respeito da saúde” (C. Pestana, comunicação pessoal, Abril 1996). Para tal é muito importante que os Educadores “se tornem parceiros dos alunos na descoberta de novos modelos de educação, guiando aqueles que procuram saber mais” (Ikeda 2001 p. 14).

No ponto 2.5 irão ser abordados alguns métodos e “truques” para concretizar a empatia entre Educador e Educando e despertar a motivação do Educando.

2.3.3- Experiência do Educador como base da Educação Pró-Animal

Para conseguir sensibilizar as crianças falando da experiência prática em vez de conhecimentos soltos, será importante basear o conteúdo e métodos de educação na experiência profissional do Educador. Aqui a profissão médico-veterinária apresenta-se como

a mais categorizada para fornecer a vivência necessária para um diálogo na primeira pessoa sobre a importância da salvaguarda da saúde e bem-estar animal e a sua estreita relação com a saúde e bem-estar humana. O recurso a exemplos, demonstrações de actos médico-veterinários e/ou sanitários em geral e até a ferramentas médicas e/ou animais vivos (respeitando a seu bem-estar durante a acção de sensibilização), são algumas formas de transmitir o que se pretende. A segurança e a aplicabilidade com que as informações são transmitidas, são importantes para que os educandos se revejam e identifiquem com o projecto Educação Pró-Animal.

2.3.4- Contextualização

2.3.4.1- Importância de contextualizar o Educando

“Qualquer programa de Educação para a Saúde que não tenha por base a análise de crenças e experiências da população, pode conduzir ao insucesso”. Continuando, “quer a comunicação, quer a aprendizagem, necessitam de um contexto. É o receptor da mensagem que cria este contexto e é este contexto receptor que vai fixar o seu significado. A aprendizagem contextualizada vai, por sua vez, permitir à educação ter significado.” (Carvalho e Carvalho 2006 p.21).

As influências dos meios físicos e sociais são determinantes na formação pessoal (Mahoney, Miller e Arciero 1995). Damásio 1998 defendia a hipótese do marcador-somático, ou seja, a intensidade com que sentimos ou reagimos face a uma associação opção(ões)-resposta, é menor ou maior, consoante já tenhamos sido submetidos aquela associação ou não (citado por Carvalho e Carvalho 2006). Exemplificando com o facto de uma criança estar habituada desde pequena a ver os pais a alimentarem os pombos na rua, a opção “alimentar pombos” é a correcta e permutável e “não alimentar os pombos” é interpretado como a opção incorrecta. Falamos da alimentação dos pombos, como podemos falar da violência aos animais ou a não colecta das fezes. Assim, o estudo do meio ambiente e social do Educando revela-se muito útil para a detecção das necessidades educativas.

2.3.4.2- Contextualização dos Meios Rural e Urbano

No projecto “Educação Pró-Animal”, as diferenças na relação Homem-Animal serão importantes no âmbito de contextualização, para além dos acessos a cuidados de saúde e de informação. Assim, tendo em conta que no Meio Rural existe maior proporção de população a trabalhar no sector primário (muitas vezes na produção pecuária), cuja mão-de-obra em Portugal é bastante envelhecida, tem geralmente pouca escolaridade, menos acesso a cuidados de saúde e a conhecimentos acerca da saúde, em relação ao Meio Urbano, parece importante a

distinção entre “ambiente Rural” e “ambiente Urbano” no que diz respeito às experiências vividas pelas crianças.

A diferenciação entre zonas rurais e urbanas não é consensual entre os diversos Estados-Membros da União Europeia, não existindo em muito casos uma definição e uma tipologia oficiais (Instituto do Desenvolvimento Rural e Hidráulica, 2000). Em Portugal, a tipologia aprovada pelo Conselho Superior de Estatística integra três níveis: Áreas predominantemente urbanas (APU), Áreas mediantemente urbanas (AMU) e Áreas predominantemente rurais (APR), e considera que a análise deve ser feita no nível mais baixo da divisão administrativa do território, a freguesia.

São incluídas nas APU, as freguesias urbanas (freguesias com uma densidade populacional superior a 500 habitantes por quilómetro quadrado ou população residente igual ou superior a 5000 habitantes), as freguesias semiurbanas (freguesias que tenham uma densidade populacional entre 100 e 500 habitantes por quilómetro quadrado, ou população residente entre 2000 e 5000 habitantes, que estejam incluídas em áreas limítrofes de freguesias urbanas ou ainda, freguesias que, por si só revestem-se de natureza predominantemente urbana segundo orientações e critérios de funcionalidade e planeamento) e freguesias sedes de concelhos (com população superior a 5000 habitantes). As AMU são integradas por freguesias semiurbanas e freguesias sedes de concelho que não cumprem os requisitos referidos para que serem consideradas APU. Por último, nas APR são incluídas as restantes freguesias.

Com base no estudo efectuado no âmbito do *Programa Lead +*, destinado a promover a fixação dos jovens e da população em geral nas “zonas rurais em declínio”, 76% do território continental é Rural (Áreas Mediantemente Urbanas [AMU] e Áreas Predominantemente Rurais [APR]), onde vivem 30% da população total (Instituto do Desenvolvimento Rural e Hidráulica, 2000). Muitas das zonas actualmente em declínio, outrora tiveram grande notoriedade económica pois Portugal era economicamente forte na produção primária até meados do século XIX (Imprensa Nacional, 1908).

2.3.4.3- *Contexto económico e sociocultural dos 8 concelhos alvo*

Lousã

A economia da Lousã é desenvolvida principalmente pelas indústrias de papel, fiação e de produção de energia. Outras indústrias surgem, diversificando as vocações da população do concelho, que se dedicava maioritariamente à agricultura. A emigração inicialmente para o Brasil, depois para os E.U.A. e Europa, aliada ao desenvolvimento dos caminhos-de-ferro, propulsionaram o desenvolvimento da Lousã (Câmara Municipal da Lousã, 2011).

A Lousã é um concelho de pequena dimensão (de 17380 habitantes, 113,8 por quilómetro quadrado), pertencente ao distrito de Coimbra e constituído por 6 freguesias, todas rurais.

Tem uma proporção de população analfabeta inferior à média nacional (ver Tabela 1 do Anexo 1) e uma proporção de população com escolaridade obrigatória ligeiramente abaixo da média (37,38% vs 37,95%) (Instituto Nacional de Estatística [INE] 2001).

Actualmente, apesar dos solos férteis e terraços fluviais que ladeiam a Serra da Lousã estes correspondem apenas a 4,16% de Superfície Agrícola Útil (SAU), predominando para a actividade agrícola áreas de policultura intensiva de olivais e pomares. No sector primário, também há que referir a silvicultura e apicultura (pecuária existe apenas um produtor com produção rentável), contribuindo este sector para apenas 2% do Produto Interno Bruto (PIB) anual. Tal acontece essencialmente devido à pressão exercida pelos outros sectores de actividade do concelho e dos concelhos limítrofes. No sector secundário (36% do PIB) existem as indústrias de papel, madeira, têxteis, alimentação (no qual se destaca a produção de Licor Beirão) e produção de material eléctrico. Já o sector terciário, corresponde a 62% e tem uma oferta muito variada em serviços e comércio (INE 2001).

Toda a vila da Lousã está envolta pela Serra da Lousã e esta tem grande influência nos hábitos dos habitantes. Existem percursos organizados e, se solicitado, guiados, assim como, alberga vários animais selvagens, como as Raposas, os Javalis e os Veados. Na altura da brama (época reprodutiva dos veados), são organizadas visitas nocturnas à serra, e na altura da caça, são organizadas caçadas aos Javalis. O esforço para a manutenção de tradições como as matanças do porco, o folclore e as cinco Aldeias de Xisto, é notório (Aldeias de Xisto, material de divulgação). O Parque da Quinta da Paiva é o Jardim Zoológico mais próximo.

O Canil na Lousã não está a funcionar em condições normais, tendo já sido submetido à Câmara Municipal um projecto para a reconstrução do mesmo. Entretanto os animais errantes são recolhidos apenas sob denúncia numa carrinha camarária e colocados nas instalações actuais. Existe uma associação de apoio animal, a “Louzanimales”, que estabelece boas relações com o MVM e com a Câmara Municipal e que organiza activamente, no 3ºsábado de cada mês, Campanhas de Adopção para os animais sem dono (organizadas na Praça de Sá Carneiro, zona central da freguesia- Figura 1) e peditórios regulares de mantimentos e utensílios em superfícies comerciais.

O Mercado Municipal está aberto à 3ªfeira e ao sábado e não existe matadouro no concelho. O mais próximo é em Vila Nova de Poiares, a 15 km, mas tem pouca capacidade, sendo mais usado o de Pedrogão Grande, a cerca de 50 km.

Oliveira do Hospital

Actualmente, é um concelho de dimensão média (20919 habitantes, 94,28 por quilómetro quadrado) pertencente ao distrito de Coimbra, com 21 freguesias (todas rurais e apenas 1 urbana- Oliveira do Hospital). A proporção da população analfabeta é superior à média do

país (12,27% vs 9,03%) e a proporção de população com a escolaridade obrigatória é inferior à média (24,07% vs 37,95%) (INE 2001).

O sector primário corresponde a cerca de 8% do PIB, sendo a SAU de 17,86% e as explorações maioritariamente de pequena dimensão (INE 2001). No sector secundário, que emprega metade da população, destacam-se as Indústrias: Alimentar (indústria dos lacticínios e do sector de transformação de carnes, em especial a fabricação de Queijo da Serra e enchidos), Metalúrgica, Têxtil e da Madeira. Por sua vez, no sector terciário o concelho de Oliveira do Hospital é reconhecido como possuidor de um relativamente vasto e dinâmico tecido empresarial, para além de também oferecer uma grande variedade de serviços (Câmara Municipal de Oliveira do Hospital 2011).

Não existe Canil Municipal em Oliveira do Hospital e a situação já se arrasta há muitos anos, sendo que existem umas instalações provisórias e com pouca capacidade para receber animais. Quando existe algum animal errante capturado e colocado nestas instalações, são feitos editais de forma a tentar arranjar dono, o que nem sempre tem sucesso. Por vezes são encaminhados para o Canil Municipal mais próximo, o de Seia, a cerca de 50 km de distância.

O Mercado Municipal está aberto de 3ªfeira a sábado, mas é mais frequentado no sábado. Existe matadouro no concelho e uma ADS, a ANCOSE, que garante as acções de profilaxia animal e outros, à raça ovina e caprina Serra da Estrela (Figura 2, Anexo 1). Existe um Clube de Caça e Pesca no concelho, o qual ajudou na organização da “Cãominhada”. De destacar também foi o apoio da empresa de fotocópias “Copiar-te- irmãos Seixas” (Figura 3, Anexo 1).

Santiago do Cacém

Actualmente, pertencente ao distrito de Setúbal, este concelho de média dimensão (29720 habitantes, 29,37 por quilómetro quadrado) é formado por 11 freguesias rurais. A população residente tem uma taxa de analfabetismo muito superior à média nacional (15,68% vs 9,03%) e uma taxa de população com escolaridade obrigatória ligeiramente inferior à média nacional (36,16% vs 37,95%) (INE 2001).

O sector primário, ao qual se dedicam 4,25% da população, nomeadamente a agricultura, prevalece como actividade predominante no concelho (numa SAU de 65,68%, a maior dos oito concelhos- ver Tabela 12 do Anexo 1) (INE 2001). Existe também uma forte indústria local e é o sector terciário que emprega maior parte da população (no comércio, nos serviços, no turismo e nas profissões independentes) (Câmara Municipal de Santiago do Cacém 2011).

Existe Canil Municipal em médio estado de conservação. Existe uma associação de apoio animal “São Francisco de Assis” (Figura 4 do Anexo 1), que colabora com o Canil Municipal e com o MVM, apoiando e promovendo várias acções, entre as quais de esterilização.

Monchique

Monchique é actualmente um concelho de pequena dimensão (apenas 6037 habitantes, 17,62 por quilómetro quadrado), que se insere no distrito de Faro, e é composto por 3 freguesias, todas rurais. A proporção de analfabetismo é muito superior à média nacional (e a maior de todos os 8 concelhos, ou seja, 20,3% vs 9,03%) e a proporção de população com escolaridade obrigatória é inferior à média nacional (23,51% vs 37,95%). O sector primário representa 8,36% do Produto Interno Bruto (PIB) anual (INE 2001). A agricultura é baseada em explorações de pequena dimensão apesar do concelho ser constituído por uma grande extensão de pastagens permanentes (mas apenas 7,53% de Superfície Agrícola Útil- SAU) e em alguma produção silvícola (pinheiros e eucaliptos). Tem uma significativa produção de mel e de aguardente de medronho e suinicultura, tanto no regime intensivo, de tipo industrial, como extensivo, de tipo familiar e subsistência. O sector secundário é baseado na indústria extractiva (ex.: pedra) e na indústria alimentar principalmente em microempresas (ex.: transformação de carnes, enchidos, destilação de medronho, etc.) e a marca “Águas de Monchique”. O sector terciário, é de baixo rendimento comparativamente aos outros concelhos da região do Algarve, tanto no sector empresarial, como nos sectores do comércio, da hotelaria e da restauração (Câmara Municipal de Monchique 2011).

O concelho de Monchique está na área protegida de Serra de Monchique, o que apesar de limitar muito o crescimento e construção de edifícios e estradas, propicia um grande contacto com a natureza e a manutenção de dezenas de espécies de aves selvagens, algumas delas em vias de extinção, como a Garça-real, a Águia-de-as-redonda, a Águia-real, a Águia-cobreira, a Águia de Bonelli, a Galinha de água, Pombo torcaz, o Cuco, o Mocho, o Guarda-rios, o Garriço e o Chapim, e alguns mamíferos selvagens, como o Javali. Existe a tradição das Batidas e Montadas ao Javali, organizados por Clubes e Associações de caça de Monchique, uma Feira de Produtos locais duas vezes por mês, um grande Mercado uma vez por mês e a “Feira dos Enchidos de Monchique” (Figura 5 do Anexo 1) uma vez por ano (Câmara Municipal de Monchique 2011).

Não existe Canil Municipal em Monchique, sendo que qualquer animal errante que seja encontrado é encaminhado para um canil ou gatil mais próximo (mais comumente, o de Silves). A MVM trabalha apenas para a Câmara Municipal, onde tem bastante autonomia e abertura para desenvolver projectos variados. Exemplo disso são os panfletos que distribui e os sacos para recolha de fezes (ver panfleto 1 do Anexo 2). Existe apenas um CAV no concelho.

Existe Mercado Municipal mas este tem muito pouco movimento. O matadouro mais próximo é o de Beja (que serve toda a região do Algarve), sendo que muitas vezes os animais têm de ser enviados até Montijo.

Portalegre

Actualmente sede de distrito, de média dimensão (24973 habitantes, 57,98 por quilómetro quadrado), Portalegre é composto por 10 freguesias, 2 das quais urbanas (Sé e São Lourenço). Apesar da proporção de população analfabeta ser superior à média portuguesa (12,67% vs 9,03%), a proporção de população com a escolaridade obrigatória é superior à média portuguesa (39,54% vs 37,95%) (INE 2001). Devido a microclimas muito favoráveis à agricultura e produção pecuária, principalmente próximo e na Serra de São Mamede, à abundância de água e à elevada percentagem de SAU (superior a qualquer outro dos 8 concelhos- 66,10%), Portalegre é competitivo na produção de vinho e na produção pecuária (gado caprino e ovino), principalmente em extensivo, mas a produção primária ocupa apenas 2,49% da população. São os sectores secundário (principalmente indústria alimentar de produção queijeira e enchidos) e terciário, aqueles que contribuem mais para o PIB e empregabilidade da população (INE 2001).

Portalegre fica num dos lados da Serra de São Mamede, uma cadeia montanhosa com uma grande variedade de fauna e flora, parte da qual foi declarada parque natural. Animais como águias, veados e javalis selvagens vivem entre florestas de castanheiros e carvalhos (Portugal Virtual). São organizadas muitas feiras tradicionais onde, entre outras coisas, se visa promover produtos de origem animal IGP como a farinheira, chouriço e o painho. A caça, principalmente à lebre, é uma actividade de grande relevo (Câmara Municipal de Portalegre).

Existe Canil Municipal devidamente legalizado e com relativamente boas condições de qualidade e dimensão (Figura 6 do Anexo 1), uma actualização mensal do boletim do canil, com as entradas e saídas dos animais no mesmo, constando tal boletim, da primeira página do *website* da internet da Câmara Municipal. Todos os animais que saem do canil para adopção têm de ser vacinados e *microchipados*, mediante taxa fixa. O número de adopções mensais ronda os 5 animais. A Câmara Municipal tem panfletos informativos que oferece aos seus munícipes (Figura 7 do Anexo 1). Existe Mercado Municipal, aberto às 4^{as} feiras e sábados.

Porto

É um concelho de grande dimensão- o segundo maior em população- (237559 habitantes, 6337,42 por quilómetro quadrados), localizado no distrito Norte, composto por 15 freguesias, todas urbanas. A percentagem de população residente analfabeta é a mais baixa dos 8 concelhos em estudo e Lisboa (4,79%, ver Tabela 12 do Anexo 1) e a percentagem de população com escolaridade obrigatória é bastante superior à média (52,52% vs 37,95%).

Apenas 0,16% da população dedica-se à produção primária e a percentagem de SAU é 15,78% (INE 2001). A economia é baseada assim no comércio, no turismo, que evidencia perspectivas bastante favoráveis e nos serviços, e apresenta uma dinâmica de crescimento elevada (Câmara Municipal do Porto).

Existe um Canil Municipal legal, apesar de as condições não serem as melhores. Tratando-se de um meio Urbano, existem 3 MVM oficiais, dezenas de CAV's, vários Parques Zoológicos na zona, Mercado Municipal em várias freguesias do concelho, matadouro e acesso a vários panfletos informativos gratuitos sobre saúde e bem-estar animal fornecidos pela Câmara Municipal e por associações de apoio animais (ex.: Associação dos Amigos dos Animais do Porto, Sociedade Protectora dos Animais do Porto e SOS Animal- Figura 8 do Anexo 1).

Ponte de Lima

Ponte de Lima é um concelho de dimensão média (43594 habitantes, 138,23 por quilómetro quadrado), pertencente ao distrito de Viana do Castelo, com 51 freguesias, 48 rurais e 3 urbanas (entre as quais, Ponte de Lima). Tem uma percentagem de analfabetismo superior à média do país (12% vs 9,03%) e uma percentagem de população com escolaridade obrigatória abaixo da média do país (21,87% vs 37,95%) (INE 2001).

A produção primária contribui com 4,13% para o PIB, numa Superfície Agrícola comum de 33,52%. Destaca-se a agricultura devido à riqueza hidrográfica e as encostas montanhosas que propiciam o desenvolvimento de culturas como o milho, a batata e o vinho (principalmente Vinho Verde), em regime essencialmente de minifúndios, apesar de a Pecuária também ser uma actividade de destaque no concelho. O sector secundário contribui com cerca de metade do PIB anual, destacando-se as indústrias Automóvel e Agro-Alimentar. O sector terciário, que representa cerca de metade do PIB, envolve principalmente os serviços bancários, os seguros, a hotelaria e a restauração, seguidos do sector social.

Ponte de Lima é um concelho muito voltado para a natureza, para a ruralidade e para a preservação das tradições antigas. O Rio Lima alberga espécies de peixes migratórios, entre os quais, o Salmão e mamíferos autóctones, como a Lontra e a Toupeira-d'Água. É circundado por uma Ecovia com cerca de 40 km, a Ecovia da Valimar ou "Do Penedo ao Mar". Para além disto, existe uma área protegida: a Área Protegida das Lagoas de Bertandos e São Pedro d'Arcos, que nos seus 350 hectares, sustenta uma elevada biodiversidade animal e vegetal. Existe também a Quinta Pedagógica de Penteeiros onde ocorrem frequentemente visitas de escolas. Esta última é constituída, entre outras coisas, por várias infra-estruturas: Quinta Pedagógica, Estábulos, Cavalariças e Parques de Gado. Por fim, são realizados todos os anos os eventos: "Vacacões das Cordas", "Feira do Cavalo", "Feiras Novas" e o mais recente

“Festival Internacional de Jardins”, assim como, uma feira de gado, uma vez por mês e a “Feira Quinzenal” (a mais antiga de Portugal) duas vezes por mês (Camara Municipal de Ponte de Lima, 2011).

Quanto ao Canil Intermunicipal (Figura 9 do Anexo 1) gerido por uma associação de municípios, tem a seguinte missão:

“O Canil Intermunicipal procura pautar a sua acção pela defesa e promoção da adopção responsável, desenvolvendo, para o efeito, acções de sensibilização e divulgação do Canil, sobretudo, junto das camadas mais jovens, para que seja diminuída a taxa de abandono de animais de companhia e para a adopção dos animais em cativeiro nesta estrutura. Neste sentido, mediante um calendário pré-definido (Tabela 2 do Anexo 1), os técnicos do Canil deslocam-se, todos os meses, às escolas dos concelhos abrangidos pelos seus serviços, com o objectivo de explicar às crianças os benefícios da adopção de um animal de estimação e apelar à sua adopção responsável. A intenção é que o Canil seja apenas um local de passagem para estes animais, ao mesmo tempo que se pretende contribuir para o desenvolvimento do sentido de responsabilidade das crianças” (Canil Intermunicipal AltoMinho, 2011).

Exemplos de tais acções de formação podem ser vistas na Figura 10 do Anexo 1.

Ilha do Pico

É a segunda maior ilha do arquipélago dos Açores e deve o seu nome à montanha mais alta de Portugal (2351 m de altitude), a Montanha do Pico que, tal como todo o arquipélago dos Açores, é de origem vulcânica.

É constituída por três concelhos: Lages, Madalena e São Roque do Pico, os quais apesar das muitas semelhanças, preservam a sua identidade. Os três concelhos são de pequena dimensão, mas São Roque do Pico é o menos populoso (3394 habitantes, 25,49 por quilómetro quadrado), seguido das Lages do Pico (4701 habitantes, 32,46 por quilómetro quadrado) e da Madalena (6049 habitantes, 41,71 por quilómetro quadrado). Tanto as Lages do Pico como a Madalena são constituídas por 6 freguesias cada, todas rurais, São Roque do Pico é constituída por 5, também elas rurais. Nos concelhos de Lages do Pico, Madalena e São Roque do Pico, a proporção de população analfabeta é inferior à média nacional (respectivamente, 6,12%, 6,92% e 5,47% vs 9,03%) e a proporção de população com a escolaridade obrigatória é inferior à média nacional (respectivamente, 22,79%, 27,34% e 28,33% vs 37,95%). A produção primária ocupa 8,08%, 7,01% e 5,01% da população, numa percentagem de SAU de 52,94%, 41,16% e 34,23%, respectivamente. Esta é baseada na agricultura (produtos hortícolas, cereais e fruta, principalmente a uva nos chamados "currais"), na pesca e na pecuária, também está muito desenvolvida (principalmente no

concelho de São Roque). O sector secundário está ligado principalmente ao ramo alimentar, sendo a produção de lacticínios e conservas, seguidos de aguardentes e licores e de artesanato (basalto e osso da baleia), as indústrias mais rentáveis da região. O turismo também tem alguma importância. É uma terra plena de tradições religiosas, voltadas para o mar ou para a vinha, como a Festa dos Baleeiros, Festas do Espírito Santo que se vivem por toda a ilha e Festa das vindimas, voltada para a natureza, com os trilhos e percursos pedestres, parques naturais e algumas espécies de animais protegidas, como as Lapas e os Cagarros, onde a insularidade apesar de ocasionalmente sentida, é rapidamente esquecida.

Só o concelho da Madalena tem Canil Municipal, que funciona com a interajuda da associação “Acanil” e a MVM do concelho. Nos restantes concelhos existem boxes singulares ou em pequeno número e alguns jornais informativos que fazem divulgação dos animais para adopção (Figura 11 do Anexo 1).

2.3.4.4- Contexto Sanitário Nacional e os Serviços Veterinários

Em Portugal as zoonoses mais importantes e restantes perigos colocados pela interacção Homem-Animal são prevenidas e controladas pelos serviços veterinários, oficiais e privados. Os serviços veterinários oficiais estão integrados no MAMAOT (DL 209/2006 e DL 32/2008), com serviços centrais (a Direcção Geral de Veterinária) e regionais (Direcções de Serviços Veterinários Regionais e respectivas Direcções de Intervenção Veterinária). Tal como referido, os MVM representam também a DGV ao nível dos Concelhos.

A DGV é a entidade responsável pela definição e aplicação de políticas sanitárias veterinárias, nomeadamente relativas à saúde animal, protecção animal e saúde pública veterinária. Os seus principais planos dão indicação da importância de determinadas zoonoses no país e de quais os aspectos relevantes da segurança sanitária dos alimentos e protecção do bem-estar animal e da biodiversidade. Os planos relacionados com os temas desenvolvidos no projecto são:

A. Programas de sanidade animal relativos a zoonoses:

- ✓ Plano de Vigilância Controlo e Erradicação da EEB
- ✓ Programa Nacional de Erradicação da Tuberculose Bovina
- ✓ Plano de Controlo e Erradicação da Tuberculose Caça Maior
- ✓ Programa Nacional de Erradicação da Brucelose dos Bovinos
- ✓ Programa Nacional de Erradicação da Brucelose dos Pequenos Ruminantes
- ✓ Programa de Vigilância para a Gripe Aviária em Aves de Capoeira e Aves

Selvagens

- ✓ Programa Nacional de Controlo de Salmonelas
- ✓ Programa Nacional de Luta e Vigilância Epidemiológica da Raiva

- ✓ Plano de Vigilância da Febre do Nilo Ocidental em Equinos

B. Programas de protecção animal:

- ✓ Programa Antídoto (ver exemplo de panfleto na Figura 1 do Anexo 2)
- ✓ Programa de Protecção de Aves Petrolizadas.
- ✓ Programa de Protecção Animais e Fauna Selvagem apreendidos.

C. Programas de higiene e segurança sanitária dos alimentos:

- ✓ Auditorias: Programa Anual de Auditorias (ver Figura 2 do Anexo 2)
- ✓ Plano de Controlo Oficial da Produção de Leite Cru
- ✓ Plano de Aprovação e Controlo dos Estabelecimentos
- ✓ Plano de Inspeção dos Géneros Alimentícios
- ✓ Plano Nacional de Controlo de Resíduos

A DGV tem à disposição, a nível gratuito, em formato de papel e na sua página da internet, panfletos informativos acerca de: animais de companhia (“Antes de adoptar um Animal pense bem nos pós e contras, um Animal é para toda a vida”, “Desloca-se com o seu Animal de Companhia nos Transportes Públicos?”, “Cães Perigosos e Potencialmente Perigosos - Obrigações Legais” e “Esterilização”), espécies pecuárias (“Identificação de pequenos ruminantes”, “Brucelose bovina”, “Língua Azul”, “Doença de Aujeszky nos suínos”, “Salmonelose nos suínos”, “Gripe aviária” e “Doença de Newcastle”), zoonoses (“Raiva” e “Equinococose”), animais selvagens (“Doenças dos cervídeos”, “Conservação do lince ibérico e do abutre”) e transporte de animais vivos (“Normas para o transporte dos animais vivos”), os quais podem ser usados nas acções de “Educação Pró-Animal”.

Para além disto, existem outras entidades que asseguram a comunicação pública de temas do âmbito médico-veterinário, como é o caso da ASAE (divulgação da informação sobre segurança alimentar junto dos consumidores, operadores de restauração, empresas públicas e privadas, estabelecimentos de ensino - ver Figura 3 do Anexo 2, onde estão representadas as acções de formação desenvolvidas pela ASAE) e do IPIMAR (informação sobre qualidade alimentar e riscos alimentares dos recursos piscícolas - ver manuais informativos na Figura 5 do Anexo 2). Para além disso, existem associações de apoio animal que promovem a educação e conduta correcta por parte do dono de um AC, como é o caso da União Zoófila (Figura 6 do Anexo 1) e que até disponibilizam material informativo gratuitamente, como é o caso da associação “Pelos animais” (Figura 4 do Anexo 2).

Por outro lado, existem associações que apoiam o MV no exercício das suas actividades. Para além da Ordem dos Médicos Veterinários, que dispõe do serviço de “Gabinete de Apoio Profissional”, onde o MV pode colocar qualquer questão que tenha sobre o exercício da profissão, existe a Associação Nacional de Médicos Veterinários dos Municípios

(ANVETEM- Figura 7 do Anexo 2), através da qual este trabalho se desenrolou. Esta associação representa os MVM e tem “como objectivo principal zelar pela dignificação e prestígio dos mesmos” (ANVETEM, 2011). De entre as acções concretas que desenvolve, destaca-se o facto de lutar para exaltar o “papel essencial e de extrema relevância positiva que o médico veterinário municipal desempenha junto da respectiva comunidade, no âmbito das suas diversas actividades”. Para tal mantém uma relação muito próxima com cada um deles, apoiando e divulgando as acções por eles desenvolvidas. Na altura de planear um projecto de Educação Pró-Animal em Portugal, esta será uma associação que deve ser contactada, sejam os Educadores MVM ou não.

No Anexo 3 (papel) e 5 (formato digital) encontram-se alguns panfletos informativos fornecidos gratuitamente.

2.4- Conteúdos relacionados com a Educação Pró-Animal

“Bem-estar animal significa como o animal reage às condições em que vive. Um animal está num bom estado de bem-estar se está saudável, confortável, bem nutrido, seguro, é capaz de expressar o seu comportamento inato e não está a sofrer de dor, medo ou angústia. Bem-estar animal requer prevenção das doenças e tratamento veterinário, abrigo apropriado, organização, nutrição, maneo humano e abate humano” (OIE 2011, Capítulo 7.1).

2.4.1- Animal de companhia

“É qualquer animal detido ou destinado a ser detido pelo homem, designadamente no seu lar, para seu entretenimento e enquanto companhia, independentemente da espécie a que pertence e desde que a sua detenção não seja proibida por lei específica” (Decreto de Lei nº 314/2009 de 28 de Outubro de 2009, artigo 3º).

2.4.1.1- Satisfação das suas necessidades básicas

Por necessidades básicas entenda-se Alimento, Água e Abrigo adequados, tal como se refere na primeira e na segunda liberdades das cinco reconhecidas internacionalmente (OIE 2011, Capítulo 7.1)- “Liberdade de fome e sede através do acesso a água fresca e dieta para manter a vida plena e vigor; Liberdade de desconforto através da providência de um ambiente apropriado, incluindo abrigo e uma área confortável de descanso” (tradução livre).

Abrigo: O alojamento de cães e gatos em prédios Urbanos está condicionado à ausência de riscos higio-sanitários para o ambiente, e ao respeito dos limites legais relativos à quantidade de animais em prédios Urbanos (até 4 animais, entre três cães e quatro gatos- excepcionalmente seis animais adultos em prédios Urbanos) e em prédios rústicos mistos (até

6 animais, excepcionalmente mais se as condições de espaço e saúde forem salvaguardadas)- Decreto-Lei nº 314/03, de 17/12. Relativamente a prédios Urbanos onde a maioria dos residentes discorda em coabitar com o animal que um dos condóminos queira adquirir, este último será obrigado a respeitar e a não ter o animal.

2.4.1.2- Interação social com o meio ambiente e com o dono

Uso de coleira, trela e açaima: É obrigatório os cães e os gatos circularem na via pública acompanhados pelo seu detentor, providos de coleira ou peitoral (devidamente identificada com o nome, morada ou telefone do detentor), com açaima funcional (excepto quando conduzidos à trela, em provas e treinos) e, caso se tratem de cães perigosos ou potencialmente perigosos, com este mais os meios de contenção determinados por legislação especial. Apesar disto, as Câmaras Municipais podem criar zonas e locais próprios para a permanência e circulação de cães e gatos, estabelecendo as condições em que esta se pode fazer sem os meios de contenção previstos (Decreto-Lei nº 314/2003 de 17 de Dezembro, artigo 7º).

Recolha de fezes: A limpeza e remoção imediata por parte dos proprietários ou acompanhantes do animal, dos dejectos por ele produzidos nas vias e outros espaços públicos é obrigatória (excepto cães-guia quando acompanhantes de cegos), assim como os acondicionar de forma hermética, para evitar qualquer insalubridade. A deposição de dejectos de animais assim acondicionados, deve ser efectuada nos equipamentos de deposição existentes na via pública, nomeadamente sacões e papeleiras (Regulamento de Resíduos Sólidos da Cidade de Lisboa- artigo 30º e 72º).

Treino e educação do animal: Um treino do animal quando é jovem, nem que seja um treino básico feito em casa, é extremamente importante para que o animal tenha um comportamento correcto, não perturbe os vizinhos e seja obediente (*Dogs Trust* 2009, tradução livre).

Abandono dos animais: “O abandono de um animal é um acto cruel e degradante” (Declaração Universal dos Direitos dos Animais pela UNESCO, 15 de Outubro de 1978, artigo 6º). Em Portugal é proibido abandonar intencionalmente animais na via pública. Por abandono de animais de companhia entende-se também a não prestação de cuidados por parte do dono, denominado abandono no domicílio. Neste último caso, quando esteja em causa a saúde e o bem-estar dos animais, os serviços da Câmara Municipal e as autoridades policiais, poderão aceder às propriedades privadas onde tais animais se encontram (acompanhados do respectivo mandado judicial) e proceder à sua captura e recolha para os canis ou gatis municipais (Lei 92/95, de 12 de Setembro, Capítulo I, artigo 1º).

Maus tractos e Actos de Violência aos Animais: “São proibidas todas as violências injustificadas contra animais, considerando-se como tais os actos consistentes, sem

necessidade, se infligir a morte, o sofrimento cruel e prolongado ou graves lesões a um animal”(Lei 92/95, de 12 de Setembro, Capítulo I, artigo 1º).

2.4.1.3- Acções de profilaxia sanitária

Vacinação anti-rábica: obrigatória a todos os cães de caça, cães e gatos que participem de concursos e exposições e de todos os outros que a DGV entender declarar necessário, com três ou mais meses de idade. Relativamente à vacinação efectuada em regime especial, num determinado local ou locais, esta é executada pelo(s) Médico(s) Veterinário(s) Municipal(is) ou seus substitutos legais, avisado com até 20 dias de antecedência, em Diário da República. Aqui, todos os detentores dos animais abrangidos deverão comparecer no dia, hora e local designado no aviso (ou, dentro do mesmo período, noutra local com serviços veterinários). (Portaria nº 81/2002 de 24 de Janeiro)

Outras acções de profilaxia oficiais: A DGV pode determinar, em determinados concelhos ou áreas, a execução de acções sanitárias para efeitos do controlo de outras zoonoses nomeadamente Equinococose-hidatidose, Leishmaniose e a Leptospirose, sendo a população avisada da mesma forma que para a vacinação anti-rábica. O Programa Nacional de Luta e Vigilância Epidemiológica da Raiva Animal e Outras Zoonoses compreende ainda acções de educação sanitária no âmbito das mesmas (Portaria nº 81/2002 de 24 de Janeiro).

Registo e Licenciamento dos cães e gatos: Todos os cães carecem de Licença, efectuada entre os 3 e os 6 meses de idade, sujeita a renovação anual, emitida pela Junta de Freguesia da área de residência do detentor. O não cumprimento pode incorrer numa contra-ordenação, excepto se forem cães para fins militares, policias e de segurança do Estado (não dispensando possuir sistema de identificações e de registo próprios e cumprir as disposições de profilaxia médica e sanitária prevista por lei). O licenciamento não é obrigatório para os gatos, a menos que, por alguma razão, haja obrigação de identificação electrónica (Portaria nº 421/204, 24 de Abril).

Identificação electrónica: Os cães e os gatos devem ser identificados por método electrónico e registados entre os 3 e os 6 meses, coincidindo com a altura em que terá de fazer o registo na Junta de Freguesia. A obrigatoriedade é apenas para cães nascidos após 1 de Julho de 2008. A identificação só pode ser feita por um Médico Veterinário, após se ter certificado que este ainda não está identificado, através da aplicação subcutânea de uma cápsula, no centro da face lateral esquerda do pescoço. O número de identificação electrónica e os respectivos dados dos animais são introduzidos na base de dados nacional coordenada pela DGV e estes dados são facultados, em regime gratuito, aos respectivos detentores dos animais que constem na base de dados. Nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, as competências relativas à DGV e às DRA neste decreto de lei, são exercidas pelos serviços e

organismos competentes (apesar da DGV se manter a autoridade nacional competente que pode intervir se assim o considerar) (Decreto-Lei nº 313/2003, de 17 de Dezembro).

Desparasitação: Existem vários tipos de desparasitantes externos e internos, com aplicação mensal, trimestral ou bianual, contra parasitas gastrointestinais, cutâneos, pulmonares, entre outros. Os parasitas interno são prejudiciais para os animais de forma mais ou menos grave consoante a carga parasitária. Existem parasitas que causam geralmente sintomas muito graves, como o caso da *Toxocara canis*, mas mesmo quando não causam sintomas graves de doenças, reduzem a vitalidade e o bem-estar animal, atrasam o crescimento, enfraquecem o sistema imunitário e podem ser perigosos para o Homem - zoonoses.

Os parasitas intestinais existentes em Portugal são os Nemátodos (*Toxocara canis*, *Ascaris lumbricoides*), os Céstodos (*Taenia Equinococcus*, *Taenia solium*, *Taenia saginata*), os Protozoários (*Giardia lamblia*) e os "Vermes em gancho" (oxiúros, tricocéfalos, os ancilostomas e os estrogiloides).

Existem atitudes a adoptar que previnem o aparecimento destas doenças (tais como ferver os alimentos para destruir os quistos infestantes (p.e. Giardiase e Hidatidose), não alimentar o cão com vísceras cruas e proteger o mesmo da vida errante (p.e. Hidatidose), mas a desparasitação interna periódica, associada à desparasitação externa, é muito importante para manter o estado hígido dos animais e pessoas. Os desparasitantes internos devem ser aplicados de 2 em 2 meses, até o animal perfazer a idade adulta e, posteriormente, de 4 em 4 meses, usando um desparasitante eficaz e adequado, cuja eficácia deverá ser testada, por exemplo através da pesquisa de parasitas nas fezes. As fezes posteriores à desparasitação deverão ser misturadas com lixívia, soda cáustica ou outra substância à qual o parasita seja sensível. Destaca-se ainda a importância dos hábitos higiénicos como a lavagem das mãos antes da manipulação e do consumo de alimentos.

Por outro lado, em Portugal, um dos parasitas que maior relevância, por ser veiculado por um mosquito (género *Phlebotomus* da família *Psycodidae*) que se adapta bem às nossas condições edafoclimáticas, é o protozoário *Leishmania infantum* (família *Trypanosomatidae*). A leishmaniose canina ocorre em todo o território nacional, em algumas regiões de forma esporádica e noutras de forma endémica, nomeadamente em Trás-os-Montes e Alto Douro, na sub-região da Cova da Beira, no concelho da Lousã, na região de Lisboa e Setúbal, em algumas áreas do Ribatejo, em algumas zonas do Alentejo com destaque para o concelho de Évora e no Algarve (ON Leish, 2011). Foi lançada no presente ano uma vacina contra a espécie de *Leishmania infantum* (Virbac, 2011), mas as forma de prevenção da doença consistem não só na aplicação da vacina como através da prevenção da picada dos insectos

com meios químicos (desparasitantes externos com Ivermectina) e outras atitudes de diminuição da exposição dos cães aos vectores (ex.: evitar os finais de tarde próximo de matas). A doença, a Leishmaniose, põe em causa não só a saúde e estado hígido do animal, como também a saúde pública. O tratamento é dispendioso e difícil de seguir.

Nos parasitas externos, destacam-se as pulgas e carraças, importantes vectores de doenças, e ainda a sarna. A última implica um diagnóstico e tratamento precoce como meio de prevenção da sua transmissão ao Homem. O controlo de pulgas e carraças é realizado pela aplicação sistemática de desparasitantes externos ou o uso de coleiras insecticidas.

Esterilização: Os animais do sexo masculino beneficiam desta cirurgia por se tornarem menos agressivos e com menos tendência para estarem constantemente a marcar o território, e os animais do sexo feminino, beneficiam por não terem crias e não serem constantemente perseguidas na época do cio. A nível da saúde do animal, se a castração for praticada próxima do primeiro cio do animal, evita-se em grande medida o aparecimento de doenças reprodutoras (tumores mamários, tumores testiculares, da próstata, entre outros) e alterações irreversíveis de comportamento agressivo e territorial do macho, mas propicia o ganho de peso devido ao decréscimo de actividade do animal. A nível da saúde pública em geral, a esterilização evita o aumento do número de animais na sociedade o que, numa sociedade com excesso de animais para adopção, diminui o abandono e o número de animais errantes.

2.4.1.4- Animais exóticos

Embora este termo se refira somente aos animais com origem noutros países que não Portugal, hoje em dia, este termo é usado para descrever os novos animais de companhia, ou seja animais que possuem características específicas que exigem um conhecimento profundo sobre a sua biologia, regras de maneio, nutrição, fisiologia, patologia e tratamento. São considerados aqui todos os répteis, aves, coelhos, roedores e todos os outros animais de estimação que não sejam nem cão, nem gato. (Centro Veterinário de exóticos, 2011).

Deve ser preferida a obtenção de animais exóticos de quintas onde os animais têm um contacto com o Homem desde o nascimento, relativamente à sua obtenção a partir do ambiente selvagem. Devem ainda ser conhecidos os aspectos de bem-estar destes animais e a possibilidade de transmissão de agentes patogénicos ao Homem (p.e. *Salmonella* em répteis).

2.4.2- Espécies Pecuárias

Muitos têm sido os esforços para a promoção da saúde e bem-estar das espécies pecuárias, impulsionados pelas regras impostas pela União Europeia (Directiva 91/629 do Conselho, Decisão 78/923 do Conselho de 19 de Junho de 1978, Regulamento (CE) No 639/2003 do Conselho de 9 de Abril 2003, Regulamento (CE) N.º. 1/2005 de 22 de Dezembro de 2004,

Regulamento (CE) N.º 1099/2009 de 24 de Setembro de 2009). Para além disso, “os próprios produtores perceberam que as performances dos animais são muito superiores quando o conforto e bem-estar dos seus animais estão garantidos” (G.Stilwell, comunicação pessoal, Julho 8, 2011). Por outro lado, com igual relevância, há o facto de a população estar mais exigente relativamente à segurança e qualidade dos produtos e ao bem-estar animal, sendo que quando tal não é salvaguardado, pode-se comprometer a venda destes mesmos produtos.

Em Portugal várias são as peças legislativas onde constam as regras a serem cumpridas (Decreto-Lei n.º 38382/1951, de 07 de Agosto –R.G.E.U.; Decreto-Lei n.º 64/2000, de 22 de Abril e Decreto-Lei n.º 338/99, de 24 de Agosto). Assim, o cidadão deve conhecer a importância do investimento do Estado no controlo de zoonoses, as formas de transmissão das mesmas por contacto directo com os animais, através do produto de origem animal ou indirectamente pela partilha de ambientes contaminados.

2.4.3- Animais Selvagens

No que diz respeito aos Animais Selvagens, que constam no Anexo II do CITES (Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção), são proibidas: a sua captura, detenção e abate intencionais, a deterioração dos respectivos habitats, a sua venda, detenção para venda, oferta e transporte para venda e exposição com fins comerciais, a sua perturbação intencional, designadamente durante o período de reprodução, de dependência e de hibernação e a destruição ou apanha intencional de ovos do meio natural (mesmo se estes estiverem vazios). São excepção a isto todos os animais nascidos e criados em cativeiro, animais que só foram inscritos nos Anexo CITES depois da sua detenção pelo dono ou os animais que tenham entrado no nosso território de acordo com as normas relativas à protecção da respectiva espécie (Decreto-Lei n.º 316/89. D.R. n.º 219, Série I de 1989-09-22).

Relativamente aos restantes animais, o respeito pela biodiversidade e conservação do habitat deve fazer parte da consciência do cidadão, tal como o conhecimento sobre os riscos para a saúde decorrentes do contacto directo com os mesmos e do consumo dos produtos de caça e pesca, sem o devido controlo.

2.4.4- Prado ao prato

As funções desempenhadas pelo MV revestem-se de importância fundamental na garantia da segurança e higiene dos produtos de origem animal para consumo da população. Tal é possível, através do controlo mesmo antes da nascença do animal, ao serem seleccionados os reprodutores mais adequados ao meio ambiente e exigências do produtor, até à chegada à etapa final da cadeia alimentar, ao nível do consumidor final. As etapas intermédias consistem

na garantia da salvaguarda do bem-estar e saúde dos animais em questão e cumprimento das questões legais e oficiais em vida, no assegurar da qualidade do transporte, de trocas nacionais e internacionais de animais adequadas do ponto de vista sanitário e legal e de uma morte o mais digna possível e no certificar que o produto de origem animal pode ser consumido e vendido, por respeitar todos os parâmetros organolépticos, de rotulagem e de conservação, segundo as normas previstas por lei.

2.4.5- Pragas urbanas

“Praga é um ser vivo (planta, animal, microrganismo) que se torna indesejável, sobretudo pela dimensão que a população pode atingir” (Vaz, 2010).

A capacidade de uma espécie para se tornar potencialmente indesejável vai depender do grau de urbanização, do tipo de ocupação do espaço, dos padrões de higiene e dos hábitos culturais da população (Vaz, 2010).

As pragas surgem quando existe uma disponibilidade exagerada e desequilibrada de um dos aspectos, ou de vários, dos “3 Ás”: Alimento, Água e Abrigo.

Nos Meios Rurais estes “3 Ás” são encontrados, principalmente, em zona limítrofes de explorações pecuárias, e nos Meios Urbanos estes “3 Ás”, se não forem geridos conveniente e conscientemente, podem ser facilmente encontrados em qualquer lugar. Assim, existem uma série de atitudes e hábitos de vida que podem propiciar o aparecimento de pragas e os quais devem ser atendidos quando se quer controlar as mesmas. Podemos agrupá-las:

- ✓ Disponibilidade de Alimento: deixar caixotes de lixo destapados, lixo fora dos contentores, gestão inadequada dos efluentes de uma exploração pecuária ou de qualquer indústria ou empresa alimentar e alimentação consciente de animais sinantrópicos (ex.: gaiivotas e pombos) e errantes (cães e gatos) na via pública;
- ✓ Disponibilidade de Água: existência de águas paradas ou acumulações maiores ou menores de águas, sejam fluviais, pluviais, efluentes ou de limpeza dos terrenos. Tal poderá constituir um meio de cultura óptimo para a multiplicação microbiana, os quais serão veiculados pelas pragas que as ingerirem;
- ✓ Disponibilidade de Abrigo: existência de ruínas de casas ou outros edifícios, destroços ou outros vestígios de intervenção humana, os quais são os locais preferidos para as pragas se instalarem.

2.5- Metodologias de educação e recurso a processos de aprendizagem criativos, investigativos e inovadores

“Para a criança pensar por iniciativa própria, a aprendizagem deve ser criativa, investigativa e inovadora, de forma a fazer nascer nas crianças a vontade de aprender,

facilitando a que pensem por elas próprias, que façam as suas próprias escolhas” (Ikeda 2001, p.20). Segundo este educador, o que desmotiva as crianças e, por generalização, qualquer Educando, é a repetição de conceitos e acções, sendo que o melhor será “evitar inércia com a criatividade”.

Damásio 1998 e a sua teoria de marcadores somáticos pode também ser uma possibilidade de acção, podendo ser usado, tanto para incitar as crianças a adoptarem comportamentos saudáveis, como, se for o caso, para lhes explicar como adquiriram certos comportamentos de risco. Exemplificando o acto de se alimentarem os pombos na via pública, se mostrarmos às crianças as duas opções: “alimentar os pombos” e “não alimentar os pombos”, e associarmos a opção “alimentar os pombos” a problemas de saúde e a opção “não alimentar os pombos” à saúde plena, é possível fazê-las ver as consequências directas que um e outro acto têm na sua saúde. Ou seja, o processo de Educação para a Saúde é também criar marcadores-somáticos, que ajudem as pessoas a tomar decisões racionais saudáveis (Carvalho e Carvalho 2006).

Já foi abordada a importância de se saber o contexto sociocultural e sanitário do Educando e as necessidades do meio ambiente onde está inserido, assim como, a importância que a empatia entre o Educador- educando tem no desenvolvimento de um projecto educativo. Para tal é imprescindível ir ao encontro dos interesses do Educando. Uma forma prática de o fazer é através da “caixa de interesses”. Tal consiste em solicitar aos Educandos que refiram concretamente quais os assuntos, no âmbito do tema que o Educador pretende abordar, que lhes suscitam maior interesse. Isto é mais eficazmente conseguido se a expressão do Educando for por escrito e anónima. O papel a ser preenchido pelos Educandos deverá ser preparado previamente pelo Educador e conter as questões chave que se pretendem analisar, tal como género, idade, ano lectivos e turma e pergunta respeitante ao tema que o Educado pretende abordar (disponibilizando espaço suficiente para o Educando escrever) - tal como se apresenta na Figura 1. Deverá ser definido previamente o tempo que o Educando dispõe para preencher este papel, e findo o mesmo, este deverá ser colocado numa caixa com tampa e ranhura suficientemente grande para a introdução dos papéis, género urna de recolha de votos partidários, referida como “Caixa de interesses” pela Comissão de Luta contra a SIDA (1996).

Figura 1- Esquema do papel a entregar às crianças para colocarem na "caixa de interesses".

sexo	idade/ano	turma
Apetece-me saber mais acerca de...		

Tal é muito simples de se fazer e, segundo esta Comissão, permite detectar o nível de conhecimentos da turma à priori, a agressividade de algum(ns) elemento(s) da turma e, mais

importante, os medos e as preocupações sobre o tema a abordar (ex.: se expressões muito abstractas será uma mera curiosidade, mas referências quase personalizadas, demonstram preocupação).

Segundo Russell 1996, a motivação é o que inicia, dirige e mantém o comportamento. Existem seis teorias de motivação: reforçadores, necessidades, dissonância cognitiva (o facto de pensar de outras forma), atribuição (justificação), personalidade e expectativa. Para que a transmissão da informação seja efectiva é recomendado “que se seleccione uma variedade de estratégias pois os programas mais efectivos associam uma combinação de métodos e de actividades”. A importância da combinação de métodos e actividades ainda se torna mais evidente se considerarmos a teoria da multiplicidade da inteligência defendida por Gardner em 2000 (citado por Nista-Piccolo e Silva 2010). Segundo este psicólogo, a inteligência humana consiste no "potencial biopsicológico para processar informações, que pode ser activado num cenário cultural para solucionar problemas ou criar produtos que sejam valorizados numa cultura" e este “potencial biopsicológico” é o resultado da influencia de múltiplos tipos de inteligência. Estas podem ser agrupadas em sete principais: linguística, lógica, motora, espacial, musical, intrapessoal e interpessoal, e irão determinar, a forma como cada pessoa interpreta uma dada informação ou um dado estímulo. Assim, o recurso a diferentes métodos de educação, que incluam deste discurso oral, apresentações audiovisuais, musicais, teatrais, de pesquisa, de interacção entre os educandos e entre os educandos e o educador, será uma mais valia por apelar e estimular as capacidades associadas aos diferentes tipos de inteligência.

Não menos importante e incluindo e resumindo alguns dos aspectos abordados, para a escolha do melhor método de educação, segundo Russell 1996, há que ter em conta:

- i. A sua aceitação pela população-alvo
- ii. Nível de escolaridade da população-alvo
- iii. Frequência com que as pessoas assistem às palestras ou são estimuladas por meios audiovisuais
- iv. O custo do método
- v. A conveniência do seu uso, exequibilidade e eficiência prevista

Na Tabela 1 do Anexo 4 apresentam-se algumas metodologias propostas por Russel 1996.

2.6- Transformação de comportamentos de risco

Os processos de mudança e de desenvolvimento produzem transformações do sistema na direcção de padrões progressivamente mais complexos. Nestes processos, os seres humanos organizam-se a si próprios de forma a proteger e a perpetuar a sua integridade (Mahoney,

Miller, Arciero, 1995). Isto é, a pessoa tende a manter uma ideia de continuidade e de coerência de si própria face das mudanças inerentes aos processo de desenvolvimento. A manutenção desta identidade percebida torna-se tão importante quanto a vida, pois sem ela a pessoa seria incapaz de funcionar e perderia o sentimento de realidade (Guidano, 1987). É isto que permite explicar a resistência das pessoas à mudança, mesmo quando concordam que precisam mudar! Por isso, a mudança será facilitada se for feita com a pessoa e não contra a pessoa. Isto é, se a pessoa se envolver activamente no processo de mudança, se forem consideradas as suas significações e respeitado o seu ritmo pessoal de mudança.

O que queremos é transformar as atitudes irresponsáveis e comportamentos de risco que põem em causa a saúde de todos, em comprometimento consciente do papel que tais acções implicam na vida em sociedade (Makiguti 1989). A persistência de comportamentos de risco pode ser influenciada por: ignorância do Educando, negação de querer aprender, dificuldades económicas, crenças e valores acerca da prioridade da saúde, falta de apoio familiar, ansiedade ou medo de encarar novas atitudes (Russel 1996).

Nas acções de educação, a pessoa pode afirmar que compreendeu por temer represálias ou não querer ocupar tempo extra do educador ou ainda não querer compreender, estar com pressa ou não ter capacidade cognitiva para o fazer. O objectivo não é alimentar este tipo de conhecimento cego acerca de tudo o que o educador afirma. Tal conhecimento revela-se pouco frutífero nos processos de educação e prevenção de riscos (Reis 1998).

A alteração de comportamentos implica a passagem por estádios da mudança: pré-contemplação (não está a pensar mudar nos próximos 6 meses), contemplação (pensam seriamente mudar nos próximos 6 meses - mas podem permanecer neste estado durante anos), Preparação (estão a considerar seriamente a mudança dentro do próximo mês e até já tomaram algumas iniciativas para que a acção se realize), a acção (modificação completa do comportamento, que dura em média de 3 a 6 meses) e a manutenção (manter o comportamento aprendido, apesar de estarem sempre sujeitos a recaídas) (Russel 1996)

Estes estádios da mudança devem ser considerados quando pensamos que o projecto de educação não está a atingir os resultados esperados. Para além disso, a seguinte frase enfatiza o espírito de “Nunca ser desencorajado” (Russel 1996):

“Adquirir um comportamento é um processo não um acontecimento e frequentemente exige aprendizagem através de aproximações sucessivas de comportamento, com concretização de cada etapa desenvolvendo disposição para a etapa seguinte. A adopção de submetas alcançáveis que levem a metas futuras maiores podem dar (ao Educando) marcos claros de progresso para verificar um sentimento crescente de auto-eficácia”

2.7- Avaliação do sucesso/insucesso de acções educativas

A avaliação de um projecto educativo é de grande importância, de forma a determinar até que ponto os objectivos estão alcançados e a reorientar as actividades, maximizar o grau de alcance dos objectivos finais (Russel 1999).

Na Educação Pró-Animal, os objectos de avaliação podem ser a aprendizagem dos Educandos, a eficácia dos métodos de aprendizagem, a qualidade e conteúdos dos meios e materiais usados e o desempenho e capacidade de transmitir a informação do próprio Educador.

Em relação à aprendizagem dos Educandos, esta pode ser avaliada através de expressões de aborrecimento, interesse, confusão ou entusiasmo por parte do Educando e atender a que se alguns indivíduos são capazes de dizer a um Educador que não compreendem, outros não são. A avaliação por parte do Educador pode ser considerada como um “processo sistemático de recolha de informação” (Cardinet 1993). Para garantir que a aprendizagem está a acontecer, o Educador pode reforçar a explicação ou a competência demonstrada, fazer perguntas e observar e criticar o desempenho de uma habilidade (Russel 1996).

Tal indicará se os métodos de aprendizagem estão a ser os adequados (2º objecto de avaliação), se os termos utilizados pelo Educador e a informação veiculada é adequada e interessante, e não, demasiado complexa ou aborrecida. Os métodos de aprendizagem devem ir ao encontro dos objectivos do projecto, sendo que estes devem ser mantidos quando a mensagem está a ser veiculada convenientemente e alterados quando tal não acontece. Para tal o Educador deve estar atento, ter sentido crítico, sensibilidade e pro-actividade para levar a cabo os objectivos iniciais. O mesmo se aplica aquando da avaliação da qualidade e conteúdos dos meios e materiais usados (3º objecto de estudo), os quais devem ser apropriados à população-alvo e ao tipo de mensagem que se quer transmitir.

Em relação à avaliação do próprio Educador, esta deve ser feita com base nas opiniões dos Educandos sobre o seu próprio progresso e a sua interpretação crítica e objectiva por parte do Educador.

Em função da finalidade da avaliação consideram três tipos de avaliação: uma preparação inicial para a aprendizagem (avaliação diagnóstica), uma verificação da existência de dificuldades por parte do aluno durante a aprendizagem (avaliação formativa) e o controlo sobre se os alunos atingiram os objectivos fixados previamente (avaliação certificativa) (Bloom, Hastings e Madaus, 1971).

A informação necessária para avaliar como os objectivos foram bem alcançados é obtida através de vários instrumentos de avaliação e modos científicos de colheita de dados, entre os quais, a avaliação escrita (inquéritos). Este é um instrumento indirecto que, se bem elaborado,

proporciona uma excelente oportunidade para avaliar a aprendizagem a todos os níveis do domínio cognitivos, com o uso eficiente do tempo do Educador, apesar de exigir, pelo menos, algumas competências de leitura e da capacidade para responder a testes por parte do Educando (Russel 1996).

Existem vários critérios para a avaliação da validade de um inquérito, seja através da abrangência do seu conteúdo (se são incluídos todos os aspectos essenciais do tema que se pretende estudar) ou da temporalidade dos dados fornecidos (se nos informam de um dado presente - validade concorrente, ou um dado futuro - validade predita), existindo mesmo empresas especializadas na produção de inquéritos, com alto nível de validade e qualidade. Aquando da construção “amadora” de um inquérito de avaliação, existem vários erros que lhe podem estar associados. São exemplos, o uso de pistas e aspectos obviamente incorrectos (que propiciará a escolha da resposta correcta mesmo se o Educando não souber), de perguntas ambíguas, de questões a aspectos triviais e sem importância, de questões com expressões que propiciam a negação da mesma (ex.: "todos", "sempre", "certamente"), de questões com expressões que propiciam a afirmação da mesma (ex.: "por vezes", "pode", "por regra") e o recurso a textos extensos, são exemplos de erros cometidos na elaboração de inquéritos. O recurso a inquéritos que avaliem rigorosamente o conhecimento dos Educandos, eleva a fidedignidade e o valor científico da avaliação (Russel 1996).

A Educação Pró-Animal, podendo decorrer de um conjunto de experiências do cidadão, adquiridas na sua vivência diária e interacção com os animais ou com os profissionais com eles relacionados, deve ser uma actividade formal, dirigida para a criação de comportamentos e atitudes correctas que defendam a saúde e bem-estar animal, a conservação da biodiversidade e a promoção da saúde pública.

CAPÍTULO 3 - MATERIAIS E MÉTODOS

3.1- Organização do trabalho

3.1.1- *Seleção dos locais do projecto*

Os critérios para a selecção dos locais a realizar o projecto e a aplicar os inquéritos foram vários entre os quais: representatividade da população nacional (inclusão de concelhos localizados de norte a sul de Portugal e Ilhas), oferta de alojamento e melhores condições de estágio (de forma a reduzir as despesas ao mínimo), disponibilidade e aceitação do MVM, da Câmara Municipal e das Escolas Básicas 2,3 e, num dos concelhos, pró-actividade do MVM.

3.1.2- *Produção dos inquéritos*

Os inquéritos foram produzidos com base em perguntas específicas formuladas previamente à sua realização, feitos pela autora deste trabalho, tendo com base estratégias específicas para aumentar a validade dos mesmos (referidas em 2.7). Inicialmente foram produzidos oito tipos diferentes de inquéritos sobre cada uma das áreas a abordar durante o projecto (“Canis/Gatis”, “Como tratar os animais de companhia - Cães e Gatos - versão com animais e versão sem animais”, “Como tratar os animais de companhia - animais exóticos”, “Espécies pecuárias”, “Do prado ao prato”, “Pragas urbanas” e “Zoonoses”) e estes foram aplicados na Lousã e em Oliveira do Hospital, enquanto esperava pela aprovação dos mesmo pelo Ministério da Educação (Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar - MIME). Estes mesmos inquéritos acabaram por necessitar de reformulação no sentido de retirar perguntas idênticas e unificar em três inquéritos. Os novos inquéritos já aprovados foram aplicados a partir de Santiago do Cacém. Concentravam a informação dos diversos temas abordados da seguinte forma:

- Inquérito 1 (versão com e sem animais): “Como tratar os animais de companhia - Cães e gatos”, “Como tratar os animais de companhia - Animais exóticos” e “Animais selvagens”.
- Inquérito 2: “Espécies pecuárias” e “Do prado ao prato”
- Inquérito 3: “Animais abandonados”, “Pragas urbanas” e “Zoonoses”.

Cada um dos diferentes tipos de inquéritos continha questões sobre o perfil da criança, questões relativas ao padrão da posse de animais, e questões acerca das suas atitudes, de opinião, de percepção e de preferências/gostos. As questões formuladas nos inquéritos foram de escolha múltipla (sem número de respostas a assinalar pré-definidas, com número de respostas a assinalar pré-definidas e respondidas de acordo com a resposta anterior - respostas-chave), de resposta aberta (nominal, ordinal e métrica) e de resposta fechada (nominal, ordinal e métrica). Para o acesso às questões formuladas ver Tabela 2 do Anexo 4.

3.1.3- Contacto com as escolas

O contacto com as escolas era feito aquando da chegada a cada um dos concelhos, sob autorização e conhecimento prévio da Câmara Municipal, inicialmente via telefone e, numa fase avançada, pessoalmente. Nesta segunda fase, já me era apresentado o horário no qual iria trabalhar, os professores e auxiliares que me iriam apoiar no projecto e os meios logísticos que tinha à disposição. A grande limitação desta forma de contacto às escolas foi a pouca antecedência com que era feito sendo que, apesar de as escolas terem mostrado grande disponibilidade e abertura em colaborar, por vezes a aplicação do projecto envolvia abdicarem de certas actividades já estabelecidas na organização e calendarização normal da EB 2,3, para que o projecto se desenvolvesse na sua totalidade. Em algumas escolas foi necessário adaptar o projecto Educação Pró-Animal à disponibilidade da EB 2,3 (OHP, Monchique e Ilha do Pico), abdicando por vezes da qualidade e abrangência do mesmo. Para além disso, o projecto coincidiu com algumas alturas críticas lectivas, discriminadas na Tabela 3 do Anexo 4.

3.2- Actividades nas escolas

3.2.1- Apresentação geral

Ao longo do projecto foram abordados vários temas do âmbito médico-veterinário, um diferente para cada turma das diferentes escolas, totalizando 8: “Como tratar os Animais de Companhia - Cães e Gatos”, “Como tratar os Animais de Companhia - Animais Exóticos”, “Animais Selvagens”, “Espécies pecuárias”, “Do prado ao prato”, “Animais abandonados, Canis/Gatis municipais”, “Zoonoses” e “Pragas urbanas”. Os materiais utilizados foram sendo executados e aperfeiçoados ao longo do projecto, com base em bibliografia variada, fornecida por Associações de Apoio Animais (“*Dogs Trust*”, “RSPCA”, ...), por MVM’s, pela ANVETEM, entre outros... A lista é bastante extensa mas é difícil de especificar de forma fidedigna quais foram os materiais utilizados. De qualquer forma, no Anexo 6 estão os dispositivos de “*Power Point*” apresentados durante o projecto e que estiveram na base de diversas acções de sensibilização.

O projecto desenvolveu-se em treze escolas diferentes: Escola Básica 2,3 (EB 2,3) da Lousã, Brás Garcia de Mascarenhas, Vale do Alva (Figura 1 do Anexo 8), Cordinha, Lagares da Beira (as últimas quatro pertencentes a OHP), Frei André da Veiga (Santiago do Cacém - Figura 2 do Anexo 8), Monchique, José Régio (Portalegre), Augusto Gil (Porto), António Feijó (Ponte de Lima - Figura 3 do Anexo 8), das Lages do Pico, da Madalena do Pico e de São Roque do Pico (as últimas três pertencentes à Ilha do Pico). Teve a duração de aproximadamente duas semanas, ao longo das quais as actividades eram desenvolvidas durante quatro tempos de 45 minutos por turma. Foram usadas principalmente as aulas de

Área Projecto (2 tempos), Formação Cívica (1 tempo) e Educação Musical (1 tempo), mas quando a calendarização e horário o obrigavam (e a escola e professores o permitiam), eram usadas outras disciplinas.

3.2.2- Aplicação dos inquéritos

A apresentação dos inquéritos era feita no primeiro contacto com as crianças e este era de carácter anónimo e individual, a tinta permanente. As dúvidas apresentadas pelas crianças acerca do inquérito só eram respondidas se fossem por dificuldade de interpretação do mesmo. Os professores das disciplinas estavam presentes e apoiavam na realização das actividades, chegando em casos especiais (crianças em educação especial) a prestar auxílio na leitura e interpretação do inquérito às mesmas. Em média os inquéritos eram respondidos em 45 minutos, mas variava de turma para turma.

3.2.3- Actividades desenvolvidas

Podemos dividir as actividades desenvolvidas durante o projecto “Educação Pró-Animal” nas escolas, da seguinte forma:

1. Apresentações de “Power Point” (no Anexo 5): desenvolvidas para cada tema, com base nas informações apresentadas em 2.4 e noutras informações obtidas “no terreno”.
2. Apresentação do vídeo “Nós e os animais”, disponibilizado pela associação de apoio animal *Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals* (RSPCA) e cedido pelo MVM da Lousã, Dr. Henrique Paulo (Anexo 6).
3. Aprendizagem da música do projecto: “Se queres ter um animal” (Anexo 7). A melodia da música coincidia com a da música “Regresso à escola” do manual escolar “100% Música 6ºano- Caderno de actividades”, a letra da canção foi produzida pela autora deste trabalho e a adaptação da letra à melodia foi feita pela Professora Otília, professora de Educação Musical na EB 2,3 da Lousã.
4. Trabalho de grupo (Figuras 4-6 do Anexo 8): desenvolvimento de trabalho em grupo acerca de um subtema sobre o tema abordado na turma, após a divisão da mesma em quatro grupos constituídos aleatoriamente, cada qual com entre 4 a 6 elementos. Quando o tamanho da turma o exigia, esta era dividida em três grupos. As crianças dispunham de 20 minutos para discutir o subtema entre si, durante o qual eram esclarecidas quaisquer dúvidas que tivessem.
5. Apresentação oral do trabalho de grupo à turma (Figuras 7 do Anexo 8), na mesma aula da produção dos trabalhos em grupo, pelo porta-voz do mesmo (escolhido pela própria professora).

6. Apresentação oral do trabalho de grupo à comunidade escolar, num evento denominado “Apresentação Final” (Figuras 8-12 do Anexo 8) onde todos os grupos das turmas do 6º ano apresentavam aos colegas, professores, funcionários e, por vezes, pais e Director(a) da escola, o trabalho que produziram, ou seja, aquilo que aprenderam durante o projecto “Educação Pró-Animal”.

Infelizmente estas actividades não puderam ser desenvolvidas em todas as escolas por incompatibilidade de tempo e/ou disponibilidade entre a escola e eu, sendo que as actividades foram desenvolvidas da forma como está representada na Tabela 3-5 do Anexo 4.

3.2.4- Outras actividades desenvolvidas

Paralelamente, foram realizadas em cada um dos concelhos, outras iniciativas, com o objectivo não só de sensibilizar a população no geral para conceitos desenvolvidos no projecto (uso de trela e coleira e recolha de fezes na via pública, aplicação das medidas profilácticas previstas em Portugal, detenção de um animal devidamente legalizado, respeito pelo bem-estar animal, ...), como também de envolver as crianças da EB 2,3 em que estava a trabalhar e os respectivos pais, nestas iniciativas, de forma a consolidarem, aplicarem e partilharem o que aprenderam no projecto. Estas iniciativas foram realizadas com a autorização e apoio da Câmara Municipal, do MVM do concelho, de MV privados (quando se envolveu CAV's nas iniciativas), patrocinadores diversos (de marcas de ração para animal e de empresas farmacêuticas) e associações de apoio animal. As iniciativas desenvolvidas foram desde “Cãominhadas”- caminhadas com cães (OHP, Sines, Monchique, Portalegre, Ponte de Lima e Madalena do Pico), concursos de fotografia (Monchique, Portalegre e Ilha do Pico) e campanhas de adopção de animais (Lousã e Ponte de Lima). Por último, na Lousã, Monchique e Portalegre, foi ainda possível conciliar o projecto com idas a escolas primárias para sensibilizar as crianças para os temas e conceitos defendidos na Educação Pró-Animal, através de apresentações orais (com a devida adequação da linguagem) e teatrais com um cão.

3.2.5- Aplicação dos Inquéritos finais

Estes inquéritos foram aplicados em Junho de 2011, com o objectivo de analisar os conhecimentos adquiridos e a eficácia dos métodos aplicado no projecto, pelo menos um mês depois da sua realização no concelho. Dado ser o final do ano lectivo e de o projecto “Educação Pró-Animal” ainda não ter sido aplicado a todos os concelhos, a recolha de dados mostrou-se pouco produtiva. Estes novos inquéritos tinham apenas algumas perguntas-chave dos inquéritos iniciais, e foram aplicados pelos professores da escola, após terem sido enviados via correio para a escola respectiva. Estes professores aplicaram-nos nas turmas que participaram no projecto e enviaram-nos de volta. Neste processo conseguimos receber

inquéritos de 4 concelhos e 5 EB 2,3 (EB 2,3 Vale do Alva e EB 2,3 Lagares da Beira- OHP, EB 2,3 de Monchique, EB 2,3 de Portalegre, EB 2,3 do Porto). Os restantes concelhos não chegaram a aplicar os inquéritos finais.

3.3- Gestão e análise de dados

3.3.1- Informatização

A informatização dos Inquéritos foi feita em Excel.

3.3.2- Métodos de análise

A análise foi feita através do Excel, utilizando métodos estatísticos descritivos. Para a testagem de hipóteses foi utilizado o “Qui-quadrado” a partir do programa *Statcalc* do “EpiInfo 2000”, utilizando-se um nível de confiança de 95%. Nos casos em que existiam menos de quatro respostas por categoria, foi utilizada a correção *Fisher exact test* do “Qui-quadrado”. Os concelhos foram classificados em Urbanos e Rurais e de acordo com o nível de empregabilidade como em seguida se apresenta.

3.3.2.1- Concelhos do Meio Rural e Urbano

De forma a agrupar os oito concelhos em estudo em Meios Rural e Urbano, tive como base, tal como é previsto Instituto do Desenvolvimento Rural e Hidráulica, definições de zonas rurais e urbanas e, no caso de concelhos rurais com freguesias rurais e urbanas, a classificação da freguesia onde a escola estava inserida. Assim, no meu estudo, o Meio Urbano é representado pelos concelhos/escolas do Porto, de Ponte de Lima, de Portalegre e da escola Mascarenhas de Oliveira do Hospital e o Meio Rural é representado pelas outras três escolas de Oliveira do Hospital, pelos concelhos da Lousã, de Santiago do Cacém, de Monchique e pelos concelhos da Ilha do Pico.

3.3.2.2- Concelhos do Grupo 1 e do Grupo 2

Por outro lado, de forma a avaliar como é que a proporção de pessoas com emprego no concelho influencia a posse de animais e a forma como as crianças vêem o animal e sabem informações acerca de temas do âmbito médico-veterinário, decidi agrupar os concelhos onde estive em concelhos com maior percentagem de pessoas empregadas e concelhos com menor percentagem de pessoas empregadas. Tendo como base os dados estatísticos do INE, foi possível agrupar os concelhos com valores superiores à média em Portugal - 44,06% - (Grupo 1) e os concelhos com valores inferiores a este valor (Grupo 2). Assim, no Grupo 1 estão incluídos os concelhos do Porto, de Portalegre, de Monchique e de Santiago do Cacém e no Grupo 2 estão incluídos os concelhos de Oliveira do Hospital, da Madalena do Pico, da Lousã, de Ponte de Lima, de São Roque do Pico e das Lages do Pico.

CAPÍTULO 4 - RESULTADOS

4.1- Caracterização da amostra estudada

4.1.1- Caracterização dos inquiridos por concelhos

A Tabela 1 resume o perfil das crianças participantes no estudo, por Concelho, relativamente ao género, ter ou não ter animais, idade e nota a Ciências da Natureza. O Anexo 9 apresenta esta informação, por turma em cada Concelho.

Tabela 1- Perfil das crianças do estudo por Concelho

Concelho	Total	%F	% Tem Animais	Idades			Notas a Ciências		
				Média	Máx	Mín	Média	Máx	Mín
Lousa	168	39,29%	85,12%	10,93	13	10	3,64	5	0
Oliveira do Hospital	147	54,42%	93,20%	11,44	17	9	3,50	5	2
Santiago do Cacém	115	54,78%	89,56%	11,65	18	10	3,77	5	2
Monchique	44	43,18%	97,73%	11,52	13	11	3,51	5	2
Portalegre	87	54,02%	75,86%	11,68	15	11	3,69	5	2
Porto	134	44,78%	67,91%	11,73	15	10	3,73	5	2
Ponte de Lima	205	47,80%	89,27%	11,57	14	10	4,05	5	2
Pico	127	53,54%	93,70%	12,03	18	11	3,75	5	2
Geral	1027	48,78%	86,17%	11,57	18	9	3,74	5	0

As 1027 crianças inquiridas nos oito concelhos têm entre 9 e 18 anos (11,6 de média) e tiveram 3,74 de média a nota na disciplina de Ciências da Natureza do 5ºano. O género feminino representou 48,78% (e o masculino 51,22%) e 86,17% das crianças têm animais.

De todas as crianças inquiridas, são as do concelho de Monchique que mais frequentemente têm animais (97,73%), seguidas das crianças da Ilha do Pico (93,70%) e de Oliveira do Hospital (93,20%) e são as crianças do Porto e de Portalegre as que menos têm animais (67,91% e 75,86%). Por outro lado, os concelhos onde a proporção das crianças inquiridas do género feminino era superior a 50% foram: Santiago do Cacém (54,78%), Oliveira do Hospital (54,42%) e Portalegre (54,02%) e os concelhos onde a proporção das crianças inquiridas do género masculino era superior ao feminino foram: Lousã (60,71%), Monchique (56,82%) e Porto (55,22%).

O concelho onde a média de idades das crianças inquiridas é menor é a Lousã (11 anos) e onde a média das idades é maior é a Ilha do Pico (12 anos). O concelho com a média da nota final à disciplina de Ciências da Natureza no 5ºano é maior Ponte de Lima (4,1) e onde a média é menor é Oliveira do Hospital (3,5).

Em relação ao trabalho realizado nas diferentes turmas, obtivera-se os seguintes resultados:

1. Lousã

Na Lousã trabalhou-se com 8 turmas (do 6ºB ao 6ºI), constituídas por 20 a 23 alunos, com idades entre 10 e 13 anos (média aritmética das idades 11) e com 3,66 de média nas notas a

Ciências da Natureza do 3ºPeríodo do 5ºano. Estas médias variaram de 3,4 a 3,95, entre turmas (Tabela 1 do Anexo 9).

2. *Oliveira do Hospital*

Em Oliveira do Hospital participaram quatro escolas do concelho: Cordinha, 22,45% dos alunos, Lagares da Beira, 15,65% dos alunos, Mascarenhas, 38,78% dos alunos e Vale do Alva, com 23,13% dos alunos do estudo. Participaram ao todo 9 turmas constituídas por 8 a 20 alunos, com 3,50 de média nas notas a Ciências da Natureza do 3ºPeríodo do 5ºano (Tabela 2 do Anexo 9). Na escola Mascarenhas, única das quatro escolas inserida numa freguesia urbana, existe menor percentagem de crianças a terem animais (84,21%) e a média aritmética nas notas a Ciências da Natureza no 3ºPeríodo do 5ºano foi ligeiramente superior à média dos concelhos: 3,7.

3. *Santiago do Cacém*

Por sua vez, em Santiago do Cacém trabalhou-se com 8 turmas (do 6ºA ao 6ºG), que eram constituídas por 10 a 22 alunos, com idades entre 10 e 18 anos (média aritmética das idades 11,6). As notas médias a Ciências da Natureza do 3ºPeríodo do 5ºano variaram entre os 3,11 e os 4,00 (Tabela 3 do Anexo 9).

4. *Monchique*

No concelho de Monchique o projecto foi aplicado a três turmas da única escola básica do concelho (do 6ºA ao 6ºC) com entre 14 e 16 alunos cada. As idades dos alunos variavam entre 11 e 13 (média de 11,5) e a média das notas a Ciências da Natureza do 3ºPeríodo do 5ºano variou de 3,43 a 3,57 (Tabela 4 do Anexo 9).

5. *Portalegre*

Já no concelho de Portalegre o projecto foi aplicado a cinco turmas do 6ºano (de A a E), com entre 15 a 22 alunos cada, tendo os alunos entre 11 e 15 anos (média de idades 11,7) e as médias de notas a Ciências da Natureza do 3ºPeríodo do 5ºano variaram entre 3,43 e 4,13 (Tabela 5 do Anexo 9).

6. *Porto*

No que diz respeito ao concelho do Porto, trabalhou-se com 6 turmas inquiridas (do 6ºB ao 6ºG), constituídas por 17 e 27 alunos com entre 10 e 15 anos (11,7 de média de idades) e 3,52 a 4,10 de média de notas a Ciências da Natureza do 3ºPeríodo do 5ºano (Tabela 6, Anexo 9).

7. *Ponte de Lima*

Relativamente ao concelho de Ponte de Lima, foram trabalhadas 9 turmas da escola básica (do 6ºA ao 6ºI) com idades entre os 10 e os 14 anos (11,6 de média de idades). As turmas eram constituídas por 19 e 28 alunos com médias de notas a Ciências da Natureza do 3ºPeríodo do 5ºano entre 3,68 e 4,59 (Tabela 7 do Anexo 9).

8. Ilha do Pico

Por último, na ilha do Pico, os alunos com idades entre 11 e 18 anos (média aritmética das idades 12,03) eram de três escolas da ilha, uma em cada um dos concelhos: Lages do Pico, com 37,80% dos alunos do estudo, Madalena do Pico, com 52,76% dos alunos e São Roque do Pico com 9,45% dos alunos do estudo. Participaram ao todo 7 turmas constituídas por 6 e 24 alunos, com 3,1-4,0 de média nas notas a Ciências da Natureza do 3º Período do 5º ano (Tabela 8 do Anexo 9).

4.1.2- Caracterização dos inquiridos por Meios Rural e Urbano

Na Tabela 2 encontra-se a caracterização dos inquiridos nos Meios Rural e Urbano (classificados de acordo com o descrito em “3. Materiais e métodos”) relativamente à proporção do género feminino, de ter animais, as idades e as notas a ciências.

Tabela 2- Perfil das crianças em estudo do Meio Rural e do Meio Urbano

Concelhos	Total	% F	% Tem animais	Idade			Notas a Ciências		
				Média	Máx	Mín	Média	Máx	Mín
Meio Rural	544	48,90%	91,36%	11,52	18	9	3,64	5	0
Meio Urbano	483	48,65%	80,33%	11,62	17	10	3,85	5	2
Geral	1027	48,78%	86,17%	11,57	18	9	3,74	5	0

A população em estudo do Meio Rural são 544 crianças e do Meio Urbano são 483 crianças. A proporção de crianças do género feminino e masculino é semelhante nos dois meios mas a proporção de crianças com animais é consideravelmente maior no Meio Rural do que o Meio Urbano (91,36% vs 80,33%; p do Qui-quadrado < 0,01, OR = 2,59, IC95% 1,75-3,83). Quanto à média de idades e de notas, são ligeiramente superiores no Meio Urbano.

4.1.3- Características dos inquiridos por concelhos dos Grupos 1 e 2

Relativamente à empregabilidade, como possivelmente influencia na posse de animais, foram agrupados os concelhos com maior percentagem de pessoas empregadas de acordo com o descrito em “Capítulo 3. Materiais e métodos”. Na Tabela 3 encontra-se a caracterização dos inquiridos de ambos os grupos relativamente à proporção do género feminino, de ter animais, as idades e as notas a ciências.

Tabela 3- Perfil das crianças em estudo do Grupo 1 e do Grupo 2

Concelhos	Total	% F	% Tem animais	Idade			Notas a Ciências		
				Média	Máx	Mín	Média	Máx	Mín
Grupo 1	380	49,74%	79,74%	11,67	18	10	3,71	5	2
Grupo 2	647	48,22%	89,95%	11,51	18	9	3,76	5	0
Geral	1027	48,78%	86,17%	11,57	18	9	3,74	5	0

A população em estudo do Grupo 1 são 380 crianças e do Grupo 2 são 647 crianças. A proporção de crianças do género feminino é ligeiramente superior na população do Grupo 1

do que do Grupo 2, não sendo esta diferença estatisticamente significativa ($p > 0,05$) e a proporção de crianças com animais é consideravelmente maior na população do Grupo 2 do que na população do Grupo 1 (89,95% vs 79,74%; $p < 0,01$, OR=2,28 (IC95% 1,53-3,43)). A média das idades e das notas a Ciências é semelhante entre si.

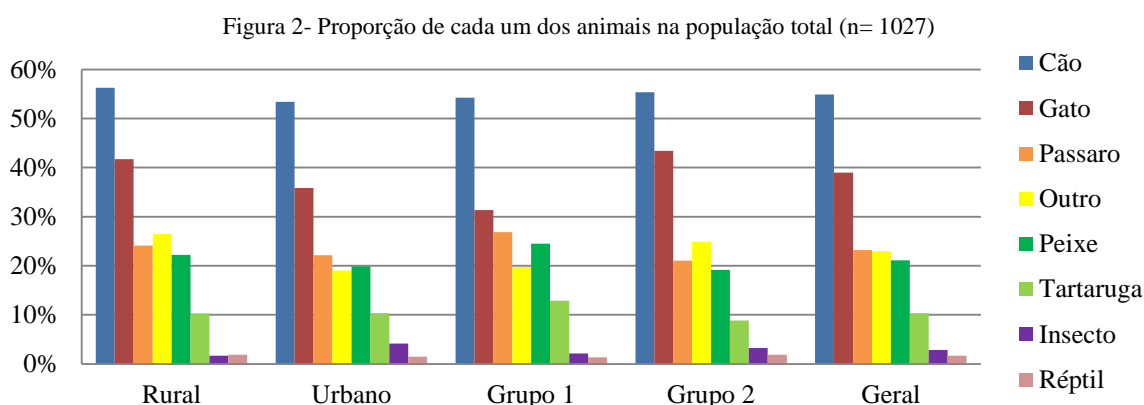
4.2- Informação fornecida pelos Inquéritos iniciais

4.2.1 -Padrão de detenção de Animais

4.2.1.1- As crianças que têm Animais de Companhia

a) Qual é o padrão de detenção de Animais Domésticos e Exóticos da população em estudo?

Numa amostras de 1027 famílias participantes no estudo, 885 têm animais (86,17%). A Figura 2 representa a proporção de famílias com vários tipos de animais. Assim, de uma forma geral 54,92% têm cães, 38,95% tem gatos, 23,17% têm pássaros, 22,98% têm outros animais e 21,23% têm peixes. Existe alguma variação nestas proporções entre os diferentes grupos de crianças.



Numa população composta por 885 famílias com animais, verificamos que a maioria dos animais adquiridos são cães (63,73%), seguido de gatos (45,20%), pássaros (26,89%), outros animais e peixes (26,89% e 24,52%) (Tabela 4 e completar com Figura 1 do Anexo 10).

Não há diferenças significativas na proporção destes animais entre as famílias com animais do Meio Rural e com animais do Meio Urbano. Em relação aos Grupos 1 e 2, existem diferenças significativas relativamente às proporções de gato (mais provável encontrar nas famílias do Grupo 2 (48,28 vs 39,27% no Grupo 1; $p < 0,05$, OR=1,44, IC95% 1,08 a 1,93) e às proporções de pássaro, 1,66 vezes mais provável de encontrar nas famílias do Grupo 1 do que 2 ($p < 0,001$, IC95% 1,21 a 2,29). Outra espécie onde se verificam diferenças significativas e cuja probabilidade de encontrar nas famílias do Grupo 1 é 1,6 vezes mais do que nas famílias do Grupo 2, é a existência de tartaruga ($p < 0,05$, IC95% 1,03 a 2,48).

Tabela 4- Perfil de propriedade de animais nas famílias com animais (n=885)

Espécie	Total		Rural		Urbano		Grupo 1		Grupo 2	
		%		%		%		%		%
Cão	564	63,73	306	61,57	258	66,49	206	67,99	358	61,51
Gato	400	45,20	227	45,67	173	44,59	119	39,27	281	48,28
Pássaro	238	26,89	131	26,36	107	27,58	102	33,66	136	23,37
Peixe	217	24,52	121	24,35	96	24,74	93	30,69	124	21,31
Tartaruga	106	11,98	56	11,27	50	12,89	49	16,17	57	9,79
Outro réptil	17	1,92	10	2,01	7	1,80	5	1,65	12	2,06
Insecto	29	3,28	9	1,81	20	5,15	8	2,64	21	3,61
EP	161	18,19	107	21,53	54	13,92	43	14,19	118	20,27
Outro (animal)	56	6,33	31	6,24	25	6,44	27	8,91	29	4,98
Geral	885		497		388		303		582	

b) Qual a proporção da população só com cães (sem gatos), só com gatos (sem cães), com ambas as espécies e com exóticos?

Na população com animais (n=885), 38,53% têm animais exóticos (tartaruga, pássaro, peixe, réptil, insecto e "outro" animais exóticos especificados pela criança), seguidos por ordem decrescente, daqueles que têm cães e gatos em simultâneo, apenas cães (sem gatos) e apenas gatos (sem cães). As diferenças da posse destes animais por famílias dos Meios Rural e Urbano são apenas significativas ($p < 0,05$, IC95% 1,09 a 1,97) relativamente à posse de “cães sem gatos” (superior no Meio Urbano). Já no que diz respeito à comparação com Grupos 1 e 2, existe cerca de 2 vezes mais de probabilidade de as famílias do Grupo 1 terem animais exóticos ou de terem apenas cães (sem gatos) ($p < 0,001$, IC95% 1,46 a 2,64 ou 1,57 a 2,90, respectivamente) do que as famílias do Grupo 2 e o Grupo 2 tem maior proporção de famílias com cães e gatos em simultâneo as do que o Grupo 1 ($p < 0,05$, IC95% 1,17 a 2,22) (Figura 2 do Anexo 10).

c) Qual a proporção da população com apenas 1 espécie animal? E com apenas 1 animal? Quais as espécies animais que estão dentro desta condição?

Dentro dos 885 pessoas com animais, 22,15%, em média, têm apenas uma espécie animal, 1,8 vezes mais provável encontrar famílias com apenas uma espécie animal no Meio Rural do que no Meio Urbano ($p < 0,001$, IC95% 1,28 a 2,52). Em relação aos Grupos 1 e 2, são as pessoas do Grupo 2 aquelas que mais frequentemente têm apenas um animal, ou seja, 29,12% contra 16,70% do Grupo 1 ($p < 0,05$, OR=1,45, IC95% 1,05 a 2,02) (Tabela 1 do Anexo 10).

Por outro lado, verificamos que, em média, 11,64% das 885 pessoas com animais possuem apenas um animal na residência. Não existem diferenças significativas entre a proporção de famílias com um animal nos Meios Rural e Urbano, mas para este parâmetro, ao se comparar os Grupos 1 e 2 (14,18% vs 9,66%), apesar de existirem diferenças estatisticamente significativas ($p < 0,05$, OR=1,54) o intervalo de confiança 95% para esta estimativa é de 1,00

a 2,38 e assim, contendo a unidade, não se pode considerar que esta seja uma diferença evidente entre estes grupos.

As espécies animais dentro da condição de serem as únicas espécies animais e de serem os únicos animais são os cães, os gatos e os peixes e, em proporção mais reduzida, os insectos e os coelhos (Tabela 5).

Tabela 5- Proporção das espécies que as famílias têm quando só possuem uma espécie animal e um animal em casa

Concelhos	População	Cão	Gato	Peixe	Insecto	Coelho
Apenas 1 espécie	196	59,69%	26,53%	10,71%	1,53%	1,53%
Apenas 1 animal	103	63,11%	29,13%	3,88%	1,94%	1,94%

d) Qual a quantidade de cães e/ou gatos por fogo habitacional? Será que existem famílias a possuírem mais cães e/ou gatos do que o permitido por lei?

O número de cães e/ou de gatos por família varia de 1 a mais que 6 cães e/ou gatos (valor que não é permitido exceder por lei), e distribui-se como consta na Figura 3 do Anexo 10.

De destacar há o facto de a maioria das famílias com cão e gato, terem menos do limite máximo legal (menor ou igual a 4)- 70,03% das 674 famílias com cães e/ou gatos. Verifica-se que a proporção de famílias com cães e gatos nestas circunstâncias é 2,16 vezes mais provável encontrar-se famílias do Meio Urbano com o número adequado de animais do que famílias do Meio Rural ($p < 0,01$, IC95% 1,51 a 3,09) e 2,49 vezes mais provável encontrar-se famílias do Grupo 1 a terem o número correto de animais do que do Grupo 2 ($p < 0,01$, IC95% 1,68-3,70).

A proporção de famílias com cães e/ou gatos totais a proceder ilegalmente por deter maior quantidade de cães e/ou gatos do que é permitido, ocorre numa frequência intermédia: 20,92%. Tal é duas vezes mais provável de acontecer, tanto na população total como particular (com cães e/ou gatos), no Meio Rural do que no Meio Urbano (ambos com $p < 0,0001$, IC95% 1,57 a 3,65) e três vezes mais provável de acontecer, tanto na população total como particular (com cães e/ou gatos), do Grupo 2 do que no Grupo 1 (ambos com $p < 0,0001$, IC95% 1,77 a 4,76).

Por fim, a posse de uma quantidade cães e/ou gatos condicionada ao pedido de autorização especial (caso de existirem 5 ou 6 animais por fogo), ocorre em menor proporção: 9,05% das 674 famílias. Quando analisamos dois a dois cada grupo de concelhos (Meio Rural/Urbano, Grupo 1/Grupo 2) verificamos diferenças significativas entre as proporções de população com cães e/ou gatos que se enquadra nestas condições. Assim, é quase duas vezes mais provável que tal se verifique no Meio Rural do que no Meio Urbano ($p < 0,01$, IC95% 1,27 a 1,50) e em famílias do Grupo 2 do que do Grupo 1 ($p < 0,01$, IC95% 1,28 a 2,67).

e) Quais são as quantidades mínimas, máximas e médias de cães, gatos e pássaros que as famílias em estudo têm?

Na população estudada, 564 famílias tinham de 1 a 33 cães, sendo a média 2 cães por família (desvio padrão de 2,509), 400 famílias tinham de 1 a 22 gatos, 3 gatos em média (desvio padrão de 2,89) e 238 famílias tinham de 1 a 50 pássaros, 5 pássaros de média (desvio padrão de 8,59). Verifica-se que a média mais elevada e o valor máximo da quantidade das espécies animais referidas registam-se em concelhos do Meio Rural. Por outro lado, são as famílias do Grupo 1 que registam uma média mais elevada e o valor máximo da quantidade de cães e, são as famílias do Grupo 2 que registam médias mais elevadas e valores máximos da quantidade de gatos e pássaros (Tabela 2 do Anexo 10).

f) Quais são os animais a que as crianças referem quando assinalam "Outros"?

Quando assinalam "Outros" as 236 crianças referem-se, na sua grande maioria (61,86%), a diversos animais de quinta (desde ruminantes, a aves, suínos e asininos), seguindo-se a referência a animais exóticos variados (23,31%). São também referidos por menor proporção de crianças os Coelhos (9,32%), os Equinos (4,24%) e Animais Selvagens (1,27%) (Tabela 3 do Anexo 10).

Não se verificam diferenças significativas nos animais assinalados em "Outros" pelas crianças, entre os Meios Rural e Urbano, mas tal já se verifica entre as famílias do Grupo 1 e 2, nomeadamente no que diz respeito à posse de animais de quinta e de animais exóticos. Assim, é 2,11 vezes mais provável que uma família do Grupo 2 tenha EP do que uma família do Grupo 1 ($p < 0,05$, IC95% 1,17 a 3,81) e é 2,42 mais provável que uma família do Grupo 1 tenha animais exóticos do que do Grupo 2 ($p < 0,01$, IC95% 1,24 a 4,72).

De salientar o facto de qualquer um destes valores poder estar subvalorizado uma vez que dependia da vontade da criança preencher o campo "Outros" e de se lembrar de todos os animais que tinha, para além daqueles com alínea própria.

4.2.1.2- Padrão de detenção de Espécies Pecuárias pelas crianças

a) Qual a proporção de crianças que tem contacto com EP, seja por as ter no seu local de residência, seja pelos seus familiares terem?

Através da Tabela 6 verificamos que grande maioria das crianças têm contacto com espécies pecuárias (71,79%), seja por estes animais existirem no seu local de residência (34,87%), seja pelos seus familiares terem estes animais (36,92%). Sem ter qualquer um destes dois tipos de contacto com as EP existem 28,21% da população em estudo.

Temos 2,37 vezes maior probabilidade de encontrar uma criança que tenha contacto com EP no meio Rural do que no meio Urbano e inversamente, a mesma probabilidade de encontrar uma criança do Meio Urbano que não tenha contacto com EP, em relação ao Meio Rural ($p < 0,05$, IC95% 1,16 a 4,90) e 2,60 vezes maior probabilidade de as primeiras terem EP

no seu local de residência do que as segundas ($p < 0,01$, IC95% 1,36 a 4,99). Não se verificam diferenças significativas entre a população dos Grupos 1 e 2 que tem contacto com EP, mas sim concretamente no facto de estas terem EP no seu local de residência, sendo 2,56 vezes mais provável no Grupo 2 que no Grupo 1 ($p < 0,01$, IC95% 1,34 a 4,93).

Tabela 6- Perfil do contacto das crianças com espécies pecuárias dentro dos concelhos.

Amostra	Não tem contacto com EP	Tem contacto com EP (sua ou familiar)	Tem EP	População que responde
Rural	18,82%	81,18%	47,06%	85
Urbano	35,45%	64,55%	25,45%	110
Grupo 1	29,70%	70,30%	24,75%	101
Grupo 2	26,60%	73,40%	45,74%	94
Geral	28,21%	71,79%	34,87%	195

b) Quais são as EP que as crianças têm no seu local de residência?

Através da análise da Figura 4 (Anexo 10), verificamos como varia o padrão de detenção das EP pelas famílias do Meio Rural e Urbano, concelhos dos Grupos 1 e 2. No geral verifica-se que as espécies que as crianças mais assinalam são galinhas (34,10% de 261 EP), porcos (15,71%) e coelhos (15,33%), seguidos depois pelos pequenos ruminantes (cabra e ovelha) e bovinos (10,34%, 7,28% e 6,51% das EP). Outras espécies assinaladas foram diferentes aves de produção (perus, gansos e patos), outras aves (pombos e rolas), burros e equinos.

O padrão de detenção destas espécies não tem diferenças significativas entre a amostra que temos vindo a estudar, excepto relativamente à probabilidade de se encontrar famílias com suínos no Meio Rural em comparação com o Meio Urbano, que é 3,14 vezes mais provável ($p < 0,05$, IC95% 1,19 a 8,72*) e 7,01 vezes mais provável na população em geral ($p < 1 \times 10^{-5}$, IC95% 2,79 a 18,70*).

4.2.1.3- As crianças que têm animais exóticos

a) Porque optaram por este tipo de animal?

Das 131 crianças com animais exóticos que responderam, a maior parte diz que optaram por este tipo de animal por ser diferente (46,56%). Também têm este tipo de animais "para saberem mais sobre o animal" (19,85%), "porque gostam destes animais" (9,92%), porque "Cães e gatos dão muito trabalho" (9,16%), porque os seus "Amigos também têm" (4,58%), para "Impressionar" (4,58%) e/ou porque acham que eles "Têm de estar com as pessoas para serem felizes" (3,05%). As respostas menos dadas pelas crianças foram "Vi famoso que tinha" e "Outro", onde se incluem alergia a outros animais e os facto de ter sido oferta (0,76% e 1,53%) (Figura 6 do Anexo 10).

b) As crianças sabem tudo sobre as características do animal que escolheram?

A maioria das 116 crianças que respondeu (77,59%) sabe tudo sobre o animal exótico que têm (Tabela 7). Dentro destas crianças, 67,78% assinalou mais à frente, na alínea D, algum(ns) aspecto(s) do seu animal onde costuma ter mais dúvidas, o que me faz pensar que a primeira percentagem está bastante sobrevalorizada. A proporção de crianças que admite não saber tudo sobre o animal exótico que tem é de 22,41%.

Tabela 7- Proporção das crianças que sabem tudo sobre o seu animal exótico e assinalam dúvidas na opção D.

Sabem sobre exótico?	Não	Sim		População
		Total	% Assinala dúvidas	
Concelhos do				
Meio Rural	11 (18,97%)	47 (81,03%)	76,60%	58
Meio Urbano	15 (25,86%)	43 (74,14%)	58,14%	58
Grupo 1	11 (24,44%)	34 (75,56%)	64,71%	45
Grupo 2	15 (21,13%)	56 (78,87%)	69,64%	71
Geral	26 (22,41%)	90 (77,59%)	67,78%	116

Não existem diferenças significativas nas crianças que assinalam que sabem e que não sabem tudo sobre o seu exótico, entre os grupos que temos vindo a caracterizar, nem diferenças significativas na proporção de crianças que assinala alguma(s) dúvida(s) específica(s) na alínea D do inquérito após terem dito que sabia tudo sobre o seu animal exótico (apesar de $p < 0,05$, IC95% 0,96 a 4,87).

c) Qual a proporção das famílias que vão ao Veterinário com o seu animal exótico?

Verificamos que 41,38% das 116 crianças vão ao Veterinário com o seu animal exótico. Existe 8,46 vezes mais probabilidade de as famílias dos concelhos do Grupo 2 irem com o seu animal exótico ao MV do que as famílias do Grupo 1 ($p < 0,001$) (Tabela 4 do Anexo 10). Apesar desta grande diferença, um estudo mais minucioso da população dos Grupos 1 e 2 que respondeu à pergunta, permite verificar que 2 concelhos do Grupo 1 (Monchique e Porto) e 1 concelho do Grupo 2 (OHP) não tiveram quase representatividade, pelo que não vou considerar este resultado significativo.

d) Sobre que aspectos do seu animal exótico as crianças costumam ter mais dúvidas?

Os aspectos do Animal Exótico sobre os quais as crianças têm geralmente mais dúvidas, são o "Comportamento" (42,45% de 106 respostas), no qual está incluído a forma de se relacionar com as outras espécies, "Alimentação" (23,58%), "Quando deveria ir ao Veterinário" (17,92%) e "Higiene" (16,04%) (Figura 5 do Anexo 10).

4.2.1.4- As crianças que não têm Animais de Companhia

a) Será que as crianças que não têm animais, gostariam de ter?

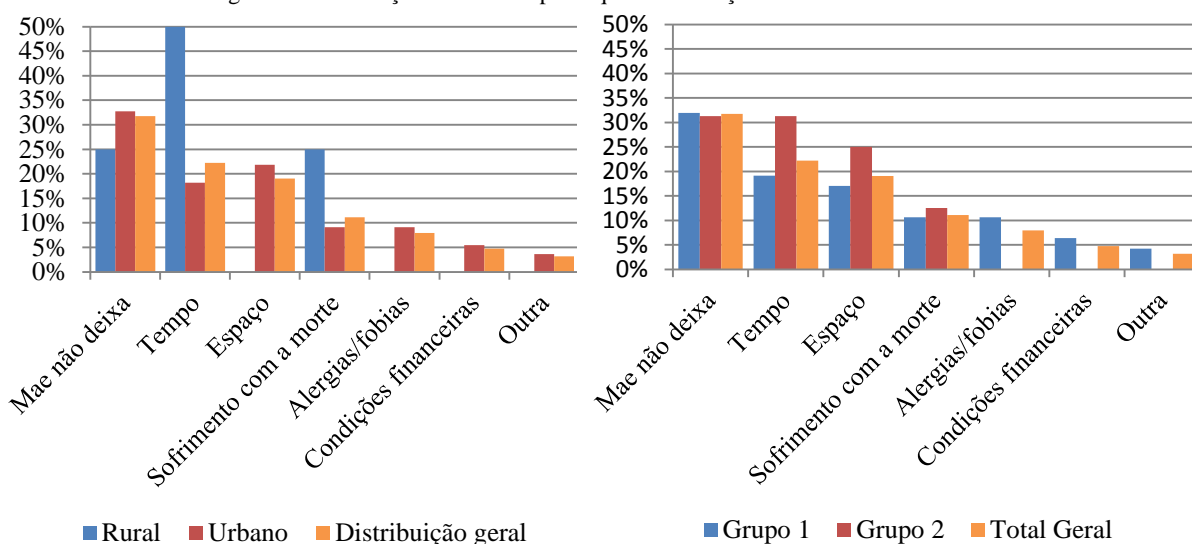
Verificamos que sim, a esmagadora maioria das crianças que não têm animais, gostariam de ter (92,86% das 56 crianças que responderam). A percentagem de crianças que gostariam

de ter animais é de 100% nos concelhos do Meio Rural (7 crianças) e do Grupo 2 (14 crianças) (Tabela 5 do Anexo 10).

b) *Quais as razões para as crianças, que não têm animais mas que gostariam de ter, não terem animais?*

As respostas a esta questão das 52 crianças que não têm animais mas que gostariam de ter foram várias (63 respostas), as quais podem ser analisadas na Figura 3. As mais assinaladas foram: “Mãe não deixa” (31,75%), falta de “Tempo” (22,22%) e falta de “Espaço” (19,05%), As razões pelas quais as crianças não têm animais no Meio Rural (8 respostas) têm mais a ver com a falta de tempo (50%), a mãe não deixar (25%) e o sofrimento com a morte dos seus animais (25%). No Meio Urbano (55 respostas) a distribuição de respostas é mais dispersa e próxima da distribuição geral, com o factor “Mãe não deixa” a ter mais importância que os outros (33,33%), seguido de falta de espaço e tempo. O mesmo acontece relativamente às

Figura 3- Distribuição das razões pelas quais as crianças não têm animais em casa.



crianças do Grupo 1 (47 respostas), ou seja, os motivos mais importantes para não terem animais são “A mãe não deixar”, a falta de tempo e espaço (o tempo em primeiro lugar). Relativamente às crianças do Grupo 2, verificamos que a proporção de crianças que não têm animais porque as mães não deixam é igual à de crianças que não tem animais por falta de tempo (31,25%). Seguem-se “falta de espaço” (25%) e “sofrimento com a sua morte”.

4.2.1.5- As crianças que não têm Animais Exóticos

a) *Será que as crianças que não têm animais exóticos, gostariam de ter?*

Das 215 respostas, 59,53% gostariam de ter um animal exótico. Não existem diferenças significativas entre as respostas do Meio Rural e Urbano, Grupo 1 e 2.

b) *Porque é que as crianças que gostariam de ter animais, os querem ter?*

A maior parte das crianças gostariam de ter um animal exótico porque este é diferente (47,29%), de forma a saber mais sobre o animal em questão (20,16%) e por gostar deste tipo

de animais (10,60%)- Figura 6 do Anexo 10. Também gostariam de ter porque os cães e gatos dão muito trabalho, porque o amigos também têm, ou em menor proporção, porque viram um famoso que também tinha.

c) Existem semelhanças entre razões pelas quais as crianças que não têm animais exóticos os querem ter e pelas quais as crianças que têm animais exóticos escolheram este tipo de animal?

Na Figura 6 Anexo 10, verificamos que as principais razões pelas quais as crianças gostam de animais exóticos são as mesmas, tenham ou não este tipo de animal. Elas são o facto de ser um animal diferente (mais importante para quem não tem exóticos do que para quem tem), quererem saber mais sobre o animal em questão e gostarem deste tipo de animais (mais importante para quem tem exóticos do que para quem não tem). A quarta opção mais assinalada (“Cães e gatos dão trabalho”), parece ser mais importante para quem não tem exóticos do que para quem tem, e a quinta opção mais assinalada (“Têm de estar com pessoas para serem felizes”), mais importante para quem tem exóticos do que para quem não tem.

d) Quais as razões para as crianças não quererem ter animais exóticos?

Através da análise da Figura 7, Anexo 10, verificamos que a principal razão, dentro das 64 crianças que responderam, pela qual a criança não quer ter um animal exótico, é que estes devem estar no seu habitat natural (54,69%). Numa proporção mais reduzida foram dadas as respostas os “Exóticos fazem estragos” (28,13%), os “Pais (das crianças) não querem”, não gostam destes animais (ambas com 6,25%) ou não têm condições financeiras” (4,69%).

4.2.2- Conhecimentos das crianças sobre temas do âmbito Médico-Veterinário

4.2.2.1- Generalidades

a) A população estudada sabe tudo o que gostaria sobre animais?

A grande maioria das 744 crianças que responderam a esta questão, não sabe tudo o que gostaria sobre os animais (66,53%) (Tabela 1 do Anexo 11). Não existem diferenças significativas entre as respostas das crianças do Meio Rural e Urbano, do Grupo 1 e 2.

b) Qual é a importância que as crianças dão à educação sobre os animais e sua variação entre Meios Rural e Urbano e concelhos do Grupo 1 e 2?

Através da análise da Figura 1 do Anexo 11, verificamos que a classificação mais atribuída pelas 744 crianças em estudo é 5 (61,69%), seguida da classificação 4 (27,42%), da classificação 3 (10,08%) e das classificações 1 e 2 (ambas com 0,40%).

A classificação máxima é atribuída por maior proporção de crianças do Meio Urbano do que do Meio Rural ($p < 0,05$, OR= 1,61, IC95% 1,11 a 2,36). Não se verificam diferenças

significativas entre as crianças de cada um destes meios nas classificações abaixo de 4 e não existem diferenças assinaláveis entre as crianças do Grupo 1 e 2.

c) *Será que são as crianças do género feminino aquelas que gostariam de saber mais sobre os animais? E será que são as crianças sem animais que gostariam de saber mais sobre eles?*

É 2,86 vezes mais provável encontrar uma criança sem animais que queira saber mais sobre eles do que uma criança com animais ($p < 1 \times 10^{-4}$, IC95% 1,70 a 4,852,73). A diferença no número de crianças dos géneros feminino e masculino que gostariam de saber mais, não é significativa (Tabela 2 do Anexo 11).

4.2.2.2- Conhecimentos das crianças sobre Animais de Companhia

A) Adquirir o Animal de Companhia

a) *Qual o local de eleição para as crianças adquirirem um AC?*

As 311 crianças preferem ir ao Canil/Gatil (46,39%), seguido da Loja de Animais que tem animais “muito queridos” (29,15%), da Loja de Animais que “lhe informa sobre o animal de companhia que vai adquirir” (17,87%) e só depois o Criador da raça (6,58%)- Figura 1 do Anexo 12.

Entre crianças dos Grupos 1 e 2, não existem grandes diferenças quando ao local preferido para a aquisição de um animal de companhia, mas existem algumas entre aquelas do Meio Rural e Urbano, principalmente em relação às percentagens de ir ao Canil/Gatil e de ir à Loja com animais queridos. Assim, a probabilidade de crianças do Meio Urbano preferirem o Canil/Gatil é 1,93 vezes superior à de crianças do Meio Rural ($p < 0,01$, IC95% 1,20 a 3,11) e a situação inverte-se relativamente à preferência pela loja de animais com animais queridos, onde é 3,32 vezes mais provável encontrarmos crianças do Meio Rural preferirem este local do que do Meio Urbano ($p < 1 \times 10^{-5}$, IC95% 1,93 a 5,72)- Figura 2 do Anexo 12.

b) *Existem diferenças nos locais preferidos para adquirir um AC entre crianças do género feminino e masculino?*

Sim, existem diferenças significativas entre as respostas das 164 crianças do género feminino e das 147 crianças do género masculino (Figura 3 do Anexo 12). É 2,19 vezes mais provável as crianças do género feminino preferirem ir ao canil ou gatil adquirir um animal do que as crianças do género masculino ($p < 0,001$, IC95% 1,36 a 3,55), 1,98 vezes mais provável as crianças do género masculino preferiram adquirir um animal de companhia numa loja que tenha animais queridos ($p < 0,01$, IC95% 1,18 a 3,35) e 2,99 vezes mais provável que estes prefiram ir a um criador da raça do que crianças do género feminino ($p < 0,05$, IC 1,05-8,91*).

B) Obrigações dos donos de Animais de Companhia

c) Quais as obrigações que os donos dos animais têm aos olhos das crianças?

Verificamos que a maioria das 275 crianças que responderam a este inquérito, reconhece as obrigações associadas à posse de um animal de companhia, com excepção da colocação do *microchip* (apenas 48,73% das crianças a assinala), e que não consegue distinguir obrigações de responsabilidades, sendo as duas opções mais assinaladas, respeitantes a responsabilidades: “Brincar com o animal pelo menos uma vez por dia” (85,82%) e “Ir regularmente ao Vet” (85,09%).

As obrigações reconhecidas pelas crianças são, por ordem decrescente, “Ir à rua e apanhar as fezes” (74,91%), “Vacina contra a raiva” (73,45%), “Ir à rua com trela e coleira” (72,73%) e por último, a obrigação menos reconhecida já mencionada, “Colocar *microchip*”.

As diferenças das proporções de respostas dadas pelas crianças podem ser analisadas na Figura 3 do Anexo 12. De significativo há o facto de ser 3,04 vezes mais provável uma criança do Meio Urbano considerar obrigatório apanhar as fezes do seu cão do que uma criança do Meio Rural ($p < 0,001$, IC95% 1,67 a 5,54) e o facto de ser 1,93 vezes mais provável encontrar uma criança do Meio Urbano que considere obrigatório a colocação do *microchip* do que do Meio Rural ($p < 0,05$, IC95% 1,14 a 3,25).

d) Existem diferenças significativas nas obrigações dos donos de cães assinaladas entre crianças do género feminino e masculino

Não, ver Figura 3 do Anexo 12.

e) Será que o facto de a criança ter ou não animais influencia as obrigações que considera que o dono de um cão tem? E dentro das crianças que têm animais, será que influencia o facto de terem cães?

Não, ver Figura 3 do Anexo 12.

C) Conduta geral de um dono de um Animal de Companhia

a) Qual a percentagem de famílias que usam trela e coleira quando passeiam com o seu AC (“passeável”) na via pública?

A maior parte das 236 crianças que têm cães e/ou gatos, afirma que os seus animais são guiados à trela sempre que passeiam na via pública (47,03%). A usar a trela e a coleira apenas em situações especiais (ir ao veterinário ou ir para longe de casa), regista-se 20,76% da população e a não usar a trela e coleira regista-se 21,19% da população com cães e/ou gatos (Figura 4 do Anexo 12).

Nem todas as crianças responderam a esta questão, registando-se uma proporção de não respostas de 11,02%, a qual não nos possibilita tirar conclusões muito fidedignas

relativamente às diferenças entre categorias. De qualquer forma, estatisticamente relevante temos que é 2,54 mais provável que famílias do Meio Urbano usem trela quando passeiam o seu animal na via pública, em situações especiais, do que famílias do Meio Rural ($p < 0,01$, IC95% 1,27 a 5,08). Como a proporção de respostas totalmente afirmativas é semelhante nos dois meios, conclui-se que o uso de trela é mais comum no Meio Urbano.

b) Qual a percentagem de famílias que apanham as fezes do seu animal?

Das 181 crianças que responderam a esta pergunta, aproximadamente metade afirma que a sua família apanha as fezes do seu animal na via pública (50,28%). Não se verificam diferenças significativas na proporção de famílias que apanham as fezes do seu animal na via pública entre Meio Rural e Urbano, Grupos 1 e 2 (Tabela 1 do Anexo 12).

c) Será que existe relação entre o facto da criança achar que é obrigatório apanhar-se as fezes dos animais de companhia na via pública e a família o fazer?

A resposta é sim, é 2,29 vezes mais provável uma criança que saiba que apanhar as fezes é obrigatório, ter a família que o faça, do que uma criança que não saiba que tal é obrigatório ($p < 0,05$) (Tabela 8).

Tabela 8- Proporção de crianças que consideram obrigatório e não obrigatório apanhar as fezes dos seus animais na via pública e sua relação com o facto de o fazer ou não.

Opinião apanhar fezes	Apanha as fezes		N apanha as fezes		População
Obrigatório	74	55,64%	59	44,36%	133
N obrigatório	17	35,42%	31	64,58%	48
Geral	91	50,28%	90	49,72%	181

D) Educar o animal

a) Os animais de companhia das crianças tiveram algum tipo de treino/educação? Qual a percentagem que os treinou ou treina numa escola própria?

As respostas variam equilibradamente entre terem os animais treinados, não terem os animais treinados e não saberem se os seus animais estão treinados, conforme a Tabela 9.

Tabela 9- Distribuição das famílias que treinam os seus animais de companhia nos Meios Rural e Urbano, e nos Grupos 1 e 2.

Amostra	População	% Que treina	% N treina	% N sabe	% Treino profissional
Rural	54	29,63%	50,00%	20,37%	0,00%
Urbano	112	41,07%	34,82%	24,11%	2,68%
Grupo 1	51	35,29%	50,98%	13,73%	1,96%
Grupo 2	115	38,26%	34,78%	26,96%	1,74%
Geral	166	37,35%	39,76%	22,89%	1,81%

Não se verificam diferenças significativas ou mensuráveis no perfil de treino e não treino dos animais entre Meios Rural e Urbano, concelhos dos Grupos 1 e 2.

b) Qual a percentagem de crianças cujos animais dormem na sua cama ou na dos seus familiares?

Entre as 164 crianças que responderam a esta pergunta, 19,51% afirmam que os seus animais dormem na sua cama ou na dos seus familiares (Tabela 2 do Anexo 12). Entre as respostas das crianças dos Meios Rural e Urbano e dos concelhos do tipo 1 e 2, não existem diferenças significativas.

c) As crianças que têm atenção para que os seus animais não incomodem os vizinhos?

Sim, a maioria das 167 crianças que responderam a esta pergunta, têm cuidado para que o seu animal não incomode os vizinhos (84,43%). Não existem diferenças estatisticamente significativas entre os meios Urbano e Rural, nem entre concelhos do Grupo 1 e 2. Consultar Tabela 3 do Anexo 12.

E) Cuidados veterinários

Geral

a) Qual é a classificação que as crianças dão, de 0 a 5, ao acto de ir ao MV com o animal de estimação?

A maioria das 987 respostas das crianças atribui classificação 5 à importância de ir com o animal ao veterinário (74,67%). As restantes classificações foram atribuídas na seguinte proporção: 19,25% dão a classificação 4, 4,15% dão a classificação 3, 0,81% dão classificação 0 e 2 e 0,3% dão a classificação 1.

Não existem diferenças significativas entre as 514 crianças dos concelhos do Meio Rural e as 473 crianças do Meio Urbano e entre as 372 crianças dos concelhos do Grupo 1 e as 615 crianças do Grupo 2 relativamente à importância atribuída ao MV (Figura 5 do Anexo 12).

b) Qual a proporção de cães, gatos e pássaros cujas famílias levam ao MV?

No geral, 83,26% das 436 famílias levam os seus cães ao MV, 63,51% das 285 famílias levam os seus gatos ao MV e 24,29% das 140 famílias levam os seus pássaros ao MV.

A probabilidade das famílias do Meio Urbano irem com o seu cão e com o seu pássaro ao MV é respectivamente, 2,42 vezes e 3,66 vezes maior, do que das famílias do Meio Rural o fazerem (respectivamente, $p < 0,001$, IC95% 1,40-4,20, e $p < 0,05$, IC95% 1,22-11,76*). Por sua vez, a probabilidade das famílias de concelhos do Grupo 1 irem com os seu cão e com o seu pássaro ao MV é 2,12 vezes e 2,70 vezes maior, respectivamente, do que as famílias de concelhos do Grupo 2 ($p < 0,05$, IC95% 1,14-3,96, e $p < 0,01$, IC95% 1,26-5,85, respectivamente)- Tabela 4 do Anexo 12).

c) Existe alguma relação entre o número de cães e gatos que as famílias têm com o facto de irem ou não com os cães e/ou gatos ao MV?

Não existe qualquer relação significativa entre o número de cães e gatos que as famílias detêm e o facto de estas irem ou não ao MV com eles- ver Tabela 5 do Anexo 12.

d) Qual é a proporção de crianças que sabe a frequência que os animais vão ao MV?

A grande maioria das crianças apesar de saber que o animal vai ao Veterinário, não sabe com que frequência (59,21% das 152 crianças que responderam).

Não existem diferenças significativas entre as crianças dos Meios Rural e Urbano e do Grupo 1 e 2 (Tabela 6 do Anexo 12).

e) Qual é a frequência com que as crianças levam o animal ao MV?

Verificamos que a maior parte das 62 crianças que sabem a frequência com que o seu animal vai ao veterinário, assinalam com mais frequência que ele vai uma vez por ano (33,87%), seguido de que este vai uma vez por mês e de que vai mais de 4 vezes por ano (ambos com 27,42% de crianças a responder). As opções menos assinaladas são duas vezes por ano (9,68%) e uma vez por semana (1,61%). Estas respostas foram agrupadas em “mais de quatro vezes por ano”, “duas vezes por ano” e “uma vez por ano”, da forma como é apresentada na Figura 6 do Anexo 12. Não se verificam diferenças significativas nas respostas dadas pelas crianças dos Meios Rural e Urbano, Grupo 1 e 2.

Vacinação

a) O que é que as crianças acham das vacinas para cães?

Registaram-se uma maior percentagem de respostas “Todas obrigatórias” (36,36%) e “Importantes mas não obrigatórias” (33,09%), seguidas de “Uma vacina obrigatória” (23,64%) e, por último, com 7,64%, “Desconhece” (onde se incluem não saberem se são importantes e nunca terem ouvido falar) (Figura 7 do Anexo 12).

Não se verificam diferenças significativas entre as respostas das crianças do Grupo 1 e 2, mas sim, entre as respostas das crianças dos Meios Rural e Urbano. Assim as respostas dadas pelas crianças foram agrupadas em “consideram obrigatoriedade em pelo menos uma das vacinas”, “consideram importante mas não obrigatórias” e “não sabem”, e obteve-se a Tabela 10. Existe 1,98 maior probabilidade de as crianças do Meio Urbano acharem que a aplicação de pelo menos uma das vacinas é obrigatória do que crianças do Meio Rural ($p < 0,01$, IC95% 1,17 a 3,36) e é 3,40 vezes mais provável que as crianças do Meio Rural não saibam o que são vacinas do que as crianças do Meio Urbano ($p < 0,05$, 1,23 a 9,70).

Tabela 10- Organização das opiniões das crianças dos Meios Rural e Urbano acerca das vacinas

Amostra	Pelo menos 1 Obrigatória	Importantes mas não obrigatórias	Não sabe	População
Rural	50,00%	35,19%	12,96%	108
Urbano	66,47%	31,74%	4,19%	167
Geral	60,00%	33,09%	7,64%	275

b) Das crianças que têm cão(es)ou gato(s), qual a proporção que tem os animais vacinados?

Das crianças em estudo com cães e/ou gatos, 77,83% responde “Sim”, vacina o seu animal. Apenas 14,15% e 8,02% respondem “Não sei” e “Não”, respectivamente (Figura 8 do Anexo 12). Não se verificam diferenças significativas entre Meios Rural e Urbano, Grupos 1 e 2.

c) Como as crianças classificam a importância das vacinas de 0 a 5?

Verificamos que a maior parte das 168 crianças com cães ou gatos que responderam atribuem a classificação 5 à importância da Vacinação (73,81%). As outras classificações são muito menos significativas, com 19,64% a darem a classificação 4 e 6,55% a atribuírem classificação abaixo de 4 (5,95% classificação 3 e 0,60% classificação 2)- Figura 13 do Anexo 12) que no caso da vacinação representa das respostas dadas pelas crianças.

Se compararmos a proporção de classificação máxima dada pelas famílias que têm o seu animal vacinado com as famílias que não têm o seu animal vacinado, verificamos que existe 4,53 vezes maior probabilidade de que as primeiras atribuam classificação máxima à importância da vacinação, do que as segundas (*Fisher exact test*: $p < 0,01$, IC95% 1,29 a 16,23*). Foi testada a hipótese de se o facto das crianças não saberem se o seu animal estava vacinado, tinha a ver com o facto de esta achar a vacinação pouco importante, mas não se verificou qualquer relação.

Desparasitação

a) Qual a percentagem de crianças que sabe o que são desparasitações?

Entre as 322 crianças que responderam, 68,01% sabem o que são desparasitações e não existem diferenças significativas entre Meios Rural e Urbano, Grupos 1 e 2. (ver Tabela 10 do Anexo 12).

b) Das crianças que têm cão(es)ou gato(s), qual a proporção que tem os animais desparasitados?

Através da análise das 207 respostas relativas à desparasitação do cão e/ou do gato, verificamos que a percentagem de “Sim” (é desparasitado) é maior que a das restantes opções “Não sei” e “Não”: 61,84% vs 28,02% e 10,14% (Figura 9 do Anexo 12).

De destacar existe o facto de ser 2,16 vezes mais provável encontrar uma família do Grupo 1 a ter os seus cães e/ou gatos desparasitados do que uma família do Grupo 2 ($p < 0,05$, IC95% 1,11 a 4,24).

c) Qual é a classificação, de 0 a 5, que as crianças atribuem à importância das desparasitações?

Verificamos que a maior parte das 157 crianças com cães ou gatos que responderam atribuem a classificação 5 à importância da desparasitação (68,15%). Com menor

percentagem de respostas segue-se a classificação 4 (25,48%) e as classificações abaixo de 4 (6,37%- classificações 3, 2 e 1, 4,46%, 1,27% e 0,64%, respectivamente). ver Figura 13 do Anexo 12.

Não existe relação assinalável entre o facto da criança assinalar que o seu animal está desparasitado, com a maior proporção de classificação 5 (apesar de $p < 0,05$, IC95% é 0,92 a 12,58) - Figura 13 do Anexo 12. Foi testada a hipótese de se o facto das crianças não saberem se o seu animal estava desparasitado, tinha a ver com o facto de esta achar a desparasitação pouco importante, mas tal não se verificou.

Esterilização

a) Qual a percentagem de crianças que sabe o que é a esterilização?

Entre as 175 crianças que respondem, 49,14% sabem o que são esterilizações (Tabela 11 do Anexo 12).

Não se verificam diferenças significativas nas categorias que temos vindo a estudar.

b) Das crianças que têm cão(es)ou gato(s), qual a proporção que tem os animais esterilizados?

Verificamos que a maior parte das 143 crianças que responderam desconhece se os seus cães e/ou gatos são esterilizados ou não (51,75%), seguindo-se as que têm animais não esterilizados (28,67%) e por ultimo as que têm animais esterilizados (19,58%) (Figura 10 do Anexo 12). Não se verificam diferenças significativas nas categorias que estamos a estudar.

c) Qual é a classificação, de 0 a 5, que as crianças atribuem à importância da esterilização?

Verificamos que a maior parte das 105 crianças com cães ou gatos que responderam atribuem a classificação 5 à importância da esterilização (55,24%). Seguem-se as classificações 4 (24,76%) e as classificações abaixo de 4, com 20% das respostas (3: 11,43%, 0: 3,81%, 2: 2,86% e 1:1,90%)- Figura 14 do Anexo 12).

Não existe relação entre o facto da criança assinalar que o seu animal está esterilizado, com a maior proporção de classificação 5. Foi testada a hipótese de se o facto das crianças não saberem se o seu animal estava esterilizado, tinha a ver com o facto de esta achar tal medida pouco importante, o que não se verificou.

Microchip

a) Qual a percentagem de crianças que sabe o que é o microchip?

Entre as 328 crianças que responderam, 71,65% sabem o que são *microchip* (Tabela 11).

Verifica-se que é 1,91 vezes mais provável que uma criança do Meio Urbano saiba o que são *microchips* do que uma criança do Meio Rural ($p < 0,05$, IC95% 1,10 a 3,31) e que é 2,63

vezes mais provável que uma criança do Grupo 1 saiba o que são *microchips* ($p < 0,01$, IC95% 1,37 a 5,12).

Tabela 11- Proporção de crianças que sabe o que são *microchips*

Amostra	% Sabe <i>microchip</i>	População	Amostra	% Sabe <i>microchip</i>	População
Rural	66,67%	198	Grupo 1	84,04%	94
Urbano	79,23%	130	Grupo 2	66,67%	234
Geral	71,65%	328	Geral	71,65%	328

b) Das crianças que têm cão(es)ou gato(s), qual a proporção que os têm com *microchip*?

Entre as 211 crianças que responderam, a maioria tem cães e/ou gatos sem *microchip* (54,50%), seguido pelas crianças que não sabem se os animais têm *microchip* (24,17%) e por aquelas cujos animais têm *microchip* (21,33%) (Figura 11 do Anexo 12).

Não existem diferenças significativas nas proporções registadas nos Meios Rural e Urbano e nos Grupo 1 e 2.

c) Qual é a classificação, de 0 a 5, que as crianças atribuem à importância do *microchip*?

A maior parte das crianças atribui a classificação 5 (46,11%) à importância do *microchip*, seguida da classificação 4 (26,42%) e das classificações abaixo de 4 (27,46% das respostas)- classificação 3:17,10%, classificação 2:7,25%, classificações 1: 1,04% e classificação 0: 2,07%- Figura 14 do Anexo 12.

Existe relação entre o animal ter *microchip* e a proporção de classificação 5, sendo que é 4,04 vezes mais provável que as crianças cujos animais têm *microchip* atribuam a classificação máxima à importância do mesmo, do que uma criança cujos animais não tenham *microchip* ($p < 0,001$, IC95% 1,80 a 9,17). Foi testada a hipótese de se o facto das crianças não saberem se o seu animal tinha *microchip*, tinha a ver com o facto de achar o *microchip* pouco importante, mas tal não se verificou.

Boletim sanitário

a) Das crianças que têm cão(es)ou gato(s), qual a proporção que têm boletim sanitário?

Através da Figura 12 do Anexo 12 verificamos que, relativamente a o seu animal ter ou não boletim de saúde, 46,37% das 179 respostas foram "Não sei", 41,90% foram "Sim" e apenas 11,73% foram "Não".

Não se verificam diferenças significativas entre concelhos do Meio Rural e Urbano e entre concelhos do Grupo 1 e 2.

4.2.2.3- Conhecimentos das crianças sobre Animais Selvagens

A) Questões legais sobre a venda ilegal de Animais Selvagens

a) De onde as crianças acham que vêm os animais exóticos que estão à venda na loja?

A maioria das 286 crianças que responderam a esta pergunta (63,99%) acha que os animais exóticos que estão à venda na loja vêm do Ambiente Selvagem Internacional. Com alguma frequência encontramos crianças que acham que eles vêm do Ambiente Selvagem Português (13,99%) e várias são aquelas que desconhecem de onde vêm estes animais (17,13%). Em menor percentagem, foi assinalada a opção "Quintas onde criam estes animais" (4,9%).

Entre os Meios Rural e Urbano não se verificam diferenças significativas, mas tal já se verifica entre as crianças dos Grupos 1 e 2. Assim, verificamos que é 1,88 vezes mais provável uma criança do Grupo 2 achar que os animais exóticos vêm do Ambiente Selvagem Internacional do que uma criança do Grupo 1 ($p < 0,05$, IC95% 1,11 a 3,19) e que é 2,45 vezes mais provável que uma criança do Grupo 1 não saiba de onde costumam vir os animais exóticos que estão à venda na loja, do que uma criança do Grupo 2 ($p < 0,01$, IC95% 1,26 a 4,80)- Figura 1 do Anexo 13.

b) De onde as crianças acham que deveriam vir os animais exóticos que estão à venda?

A maior parte das 227 crianças que respondem a esta questão acha que os animais deveriam vir do Ambiente Selvagem Internacional (48,90%), seguido da opção "Ambiente Selvagem Português" (23,35%). As opções "Quintas onde criam estes animais" e "Indiferente", são as menos assinaladas, com 14,10% e 13,66% crianças a assinalarem, respectivamente.

Não se verificam diferenças significativas em ambos os pares de categorias que temos vindo a classificar (Figura 2 do Anexo 13).

c) Como variam as respostas “os locais de onde as crianças acham que os animais vêm” e “os locais de onde as crianças acham que estes deveriam vir”?

Através da Figura 3, Anexo 13, verificamos que existem diferenças nas percentagens entre de onde as crianças acham que vêm os animais (286 respostas) e de onde acham que deveriam vir (227 respostas). Assim, relativamente às respostas de onde os animais exóticos deveriam vir vs vêm, regista-se menor percentagem do “Ambiente Selvagem Internacional” (48,90% vs 63,99%) e maior percentagem “Ambiente Selvagem Português” (23,35% vs 13,99%) e “Quintas onde se criam estes animais” (15,67% vs 11,83%). Existe uma menor percentagem de respostas neutras ("Não sei"/"Indiferente") na questão onde deveriam vir, relativamente às respostas à questão onde vêm efectivamente (17,13% vs 13,66%).

d) As crianças acham que a venda ilegal de animais selvagens é crime?

A maioria das 352 crianças acha que a venda ilegal de animais selvagens é crime (86,08%). Não existem diferenças significativas entre Meio Rural e Urbano e entre concelhos do Grupo 1 e do Grupo 2 (Tabela 12).

Tabela 12- Proporção de crianças que consideram que a venda ilegal de animais selvagens é crime

Meios	% É crime	Total	Grupos	% É crime	Total
Rural	85,06%	174	Grupo 1	87,60%	129
Urbano	87,08%	178	Grupo 2	85,20%	223
Total	86,08%	352	Total	86,08%	352

e) As crianças acham que a venda ilegal de animais exóticos é um problema a nível mundial? E quantas consideram a venda ilegal de animais selvagens um problema mundial e crime?

A maioria de 352 crianças que responderam acham que o tráfico ilegal de animais selvagens é crime (86,08%)- Tabela 12- e uma proporção inferior de 349 crianças responderam que a venda ilegal de animais selvagens é um problema mundial (73,93%)- Tabela 13. Das 349 crianças 67,34% acham que a venda ilegal de animais selvagens não só é um problema mundial, como também é crime- Tabela 13. Tal parece ser consensual entre os vários grupos que temos vindo a estudar- Tabelas 12-13).

Tabela 13- Proporção de crianças que consideram que o tráfico ilegal de animais exóticos é um problema mundial e que é um problema mundial e crime

Meios	%Problema Mundial	%Problema Mundial e crime	Amos tra	Concelho	% Problema Mundial	% Problema Mundial e crime	Amos tra
Rural	71,51%	64,53%	172	Grupo 1	71,09%	65,63%	128
Urbano	76,27%	70,06%	177	Grupo 2	75,57%	68,33%	221
Geral	73,93%	67,34%	349	Geral	73,93%	67,34%	349

f) As crianças acham que existe algum controlo na venda de animais selvagens? Existem diferenças entre os Meios Rural e Urbano e entre os Grupos 1 e 2?

A maioria das 348 crianças (66,95%) não sabe se existe controlo específico na venda de animais selvagens. 23,28% das mesmas diz que existe controlo específico e 9,77% dizem que não existe controlo.

Verificamos diferenças significativas entre as 176 respostas das crianças do Meio Rural e as 172 respostas das crianças do Meio Urbano no que diz respeito às percentagens de respostas "Sim" e "Não sei" (Figura 4 do Anexo 13). É 2,20 vezes mais provável uma criança do Meio Urbano achar que existe controlo específico na venda de animais selvagens do que uma criança do Meio Rural ($p < 0,01$, IC95% 1,27 a 3,80) e é 2,11 vezes mais provável uma criança do Meio Rural vir a responder que não sabe se existe algum tipo de controlo específico sob a venda de animais selvagens do que uma criança do Meio Urbano ($p < 0,01$, IC95% 1,30 a 3,42).

Por sua vez, relativamente às diferenças entre os concelhos do Grupo 1 e 2, verificamos que é 2,8 vezes mais provável uma criança do Grupo 1 vir a dizer que não existe qualquer tipo de controlo específico na venda de animais selvagens do que uma criança do Grupo 2 ($p < 0,01$, IC95% 1,29 a 6,13).

B) Animais Selvagens em vias de extinção

Processo de desaparecimento dos Animais Selvagens

a) Será que as crianças acham que o Homem é responsável pelo desaparecimento dos Animais Selvagens? Existem diferenças nas respostas das crianças do género feminino e masculino?

A grande maioria das 268 crianças acha que “Sim” (76,12%), que o Homem é responsável pelo desaparecimento dos animais selvagens.

Com muito menor frequência encontramos a resposta “Não mas para lá caminham” (13,43%). Que desconhecem são ainda em menor proporção (10,45%) e não existem crianças que acham que o desaparecimento dos animais selvagens não é um problema importante.

Não se verificam diferenças significativas entre as 146 respostas das crianças do género feminino e as 122 respostas do género masculino (ver Figura 5 do Anexo 13).

b) Por que é que as crianças acham que os animais estão em vias de extinção?

Existe um maior número de crianças a associar a extinção dos animais selvagens ao “Tráfico de peles” (26,38% das 800 respostas). Numa percentagem muito semelhante entre si surgem as opções "Tráfico de animais exóticos AC" (animais selvagens usados para animais de companhia) - 17,38%, "Tráfico de marfim e ossos" e "tráfico de carne" (ambas com 16,75% das respostas) e "Troféus de caça" - 15,38%. Menos frequentemente surgem as opções "Acção natural" e "Agricultura" (5,13% e 2,25%) (Figura 6 do Anexo 13).

Exemplos de Animais Selvagens em vias de extinção

a) Quais são as espécies que as crianças referem como estando em vias de extinção?

Através das 505 respostas obtidas, verifica-se que as crianças referem inúmeras espécies e subespécies de animais diferentes que consideram estar em vias de extinção (107 ao todo). Assim, são referidos desde Mamíferos europeus (ex.: Gato selvagem, Lince ibérico, Lobo ibérico, Raposa, Texugo, ...), Mamíferos Africanos (ex.: Elefantes, Girafa, Hipopótamos, Leão, Leopardos, Rinocerontes, Tigres, Zebra, ...), Mamíferos Marinhos (ex.: Baleias, Focas, Golfinho, Leão-marinho, Orca,...), Mamíferos Australianos (Canguru e Koala), Outros Mamíferos terrestres (ex.: Macacos, Pandas, Tigres, Ursos, ...), Aves (ex.: Águia-real, Araras, Cagarras, Falcões, Papagaios, Pinguins, Tucano, ...), Répteis (Crocodilo, Tartarugas e Dragão

de Komodo), Animais Domésticos e de Companhia (Burro, Cobra, Iguana, Tartaruga, ...) Invertebrados (ex.: Abelha, Lapas, ...) e Outros (Ornitorrinco)- Tabelas 1 a 11 do Anexo 13.

É de salientar o facto de se terem enumerado espécies que em Portugal não são consideradas em vias de extinção nem protegidas e que, em alguns casos, até são consideradas pragas como é o caso das andorinhas (apesar de existirem Portugal pelo menos uma espécie da família das andorinhas, a andorinha-dos-beirais, que é protegida- Quercus), rato (apesar de existir pelo menos uma espécie em Portugal, o rato-dos-lameiros, que é protegida- ICNB), gatos e cães e coelhos.

b) Quais são as espécies animais que as crianças mais enumeram? Em que proporção enumeram estas e outras espécies animais? O género da criança influencia a escolha?

Dado a grande quantidade e diversidade de espécies e subespécies referidas pelas crianças, a quantificação terá de ser dentro do grupo de animais em que a espécie ou subespécie se insere e não de cada espécie ou subespécie isolada. Através da análise da Figura 7 do Anexo 13, verificamos que, no geral, as crianças assinalam mais Mamíferos europeus (onde se destacam o Lince Ibérico e Linces no geral, o Lobo Ibérico e Lobos no geral), seguidos de outros Mamíferos terrestres (Onde se destacam o Panda e o Urso), das Aves (grande importância da Águia-real), dos Mamíferos marinhos (onde se destacam as Baleias, as Focas e os Golfinhos) e dos Mamíferos Africanos (destacando-se os Tigres, os Elefantes e os Leões). Menos referidos foram as espécies e subespécies dos grupos “Domésticos”, “Répteis”, “Mamíferos Australianos”, “Invertebrados”, “Outros animais aquáticos” e “Outros animais”.

Por outro lado, entre as 276 respostas das crianças do género feminino e as 229 respostas das crianças do género masculino, não existem diferenças significativas nos grupos dos animais referidos (Figura 8 Anexo 13).

c) Quais são as espécies ou subespécies mais referidas? Existem diferenças entre as respostas das crianças do género feminino e as do género masculino?

A espécie mais referida foi: o Lince-ibérico, com 22,18% das respostas. Nenhuma das restantes 106 espécies são referidas por mais de 7% das crianças.

Por ordem decrescente foram referidas as seguintes espécies: Panda, a Águia-real, o Lince (sem ser especificamente Ibérico), a Baleia e o Burro na mesma frequência.

Entre meninas e meninos não existem diferenças estatisticamente significativas nas espécies assinaladas, mas verifica-se que a Baleia (Tabela 3 do Anexo 13) e o Panda (Tabela 8 do Anexo 13) são mais referenciados pelas crianças do género feminino e o Burro pelas crianças do género masculino (Tabela 5 do Anexo 13).

C) Interesses e Atitudes da criança em relação aos Animais Selvagens

Interesse em lutar pela defesa dos Animais Selvagens

a) A criança acha que pode contribuir para salvar as espécies em vias de extinção?

Existem diferenças entre crianças do género feminino e do género masculino?

A grande maioria das 345 crianças acha que pode ajudar a salvar os animais selvagens (82,9%), 85,66% das quais (71,01% da população total) querem-no fazer. Verificamos que são as crianças que acham que não podem contribuir para salvar os Animais Selvagens que, em comparação com os que acham que podem ajudar a salvar, mais frequentemente não o querem fazer (45,76% vs 14,34%). Apenas 11,88% da população total acha que pode contribuir mas não o quer fazer- Tabela 12 do Anexo 13.

Comparando as respostas das crianças do género feminino com as do género masculino, verifica-se 2,14 maior probabilidade de uma criança do género feminino achar que pode salvar os animais selvagens em vias de extinção do que uma criança do género masculino ($p < 0,05$, IC95% 1,16 a 3,96). Não existem diferenças significativas nas crianças do género feminino e masculino que realmente o querem fazer (Tabela 12 do Anexo 13).

b) Dentro das crianças que gostariam de salvar as espécies em vias de extinção, o que fariam concretamente para o conseguir?

Através da leitura das 236 respostas diferentes acerca do que as crianças fariam para salvar os animais em vias de extinção, 135 dadas por crianças do género feminino e 101 por crianças do género masculino, em média com 11 anos de idade, verificamos muitas ideias e formas de actuar diferentes! Assim, de forma a uma interpretação mais objectiva das respostas, agrupei-as em dois grupos principais, alguns deles com subgrupos e categorias de classificação, da forma como está apresentada na Tabela 13 e nas Figuras 9 e 10 do Anexo 13.

Os dois grupos principais são, acções preventivas e acções activas. Nas primeiras inclui a educação à população sobre os animais em vias de extinção, a alteração da legislação e protecção do habitat destes animais e nas segundas acções sobre os caçadores, acções sobre a caça, acções sobre o tráfico de animais selvagens e produtos deles obtidos, acções sobre os próprios animais, concessão de dinheiro e outras acções. Todas elas estão representadas na Tabela 13, tal como a legenda para a interpretação da Figura 9 do Anexo 13. Através desta Figura, constatamos que as crianças agem mais frequentemente através de acções activas do que preventivas e que as crianças do género feminino respondem mais frequentemente em todas os subgrupos à excepção da acção directa sobre o caçador/traficante (maior proporção de crianças do género masculino a responder) e as acções de protecção do habitat (proporção semelhante entre os dois géneros). Esta última, as acções de protecção do habitat, foram assinaladas por maior proporção de crianças do que qualquer outra alínea (20,34%), seguida

das acções educativas (18,22%). Em terceiro e quarto lugar são referidas acções dirigidas aos animais e dirigidas à caça (14,83% e 14,41%, respectivamente).

As acções de protecção do ambiente passam por criação de áreas protegidas, protecção das árvores, luta contra a poluição, contra a destruição do habitat e contra o aquecimento global e promoção da reciclagem (Tabela 16 do Anexo 13). Dentro das acções educativas são descritas acções inespecíficas e específicas para assuntos como a caça, respeito pelos animais, comércio de animais e poluição ou dirigidas aos caçadores e autoridades e são descritas diversas formas de comunicação e de fazer passar a mensagem (papel, oral, media e audiovisuais) (Tabela 14 e 15 do Anexo 13).

As acções dirigidas aos animais foram desde para serem feitas directamente pela criança, até para serem outros a fazerem, passando por acções de promoção da vida em cativeiro dos animais selvagens ou pela vida no ambiente natural (Figura 25 e 26 do Anexo 13). As acções dirigidas para o controlo da caça são deste específicas para animais em vias de extinção, animais bebés, caça ilegal ou para lhes tirar o pêlo até gerais com proibição total ou parcial (Tabela 24 do Anexo 13).

As restantes respostas podem ser analisadas pormenorizadamente através das Tabelas respectivas de cada tema, que constam do Anexo 13: controlo sobre os caçadores (Tabela 18), controlo do tráfico de animais selvagens e produtos deles obtidos (Tabela 21 e 22), alterações na legislação (Tabela 17), concessão de dinheiro (Tabela 19), respostas inespecíficas (Tabela 23), outras acções (Tabela 20) e respostas desenquadradas (Tabela 27).

Atitudes específicas em relação aos Animais Selvagens

a) O que é que as crianças fariam se vissem uma águia-real bebé na rua?

A maior parte das 387 crianças que responderam, "Levá-la-ia ao Veterinário" (mesmo que tivesse de pagar com o seu dinheiro para a tratar) - 47,29%, seguida da opção "Ligava ao Veterinário", com 32,82% das respostas. Com menor frequência foram assinaladas as opções "Levá-la-ia para minha casa" (14,99%) e "Deixá-la-ia no sítio porque a sua mãe a vinha buscar" (4,91%).

Não existem diferenças significativas entre Meio Rural, nem entre os concelhos do Grupo 1 e do Grupo 2 (Figura 11 do Anexo 13).

b) Será que as crianças conhecem pessoas que usem casacos de pêlo/pele de animais selvagens?

Das 319 respostas dadas pelas crianças em estudo, 29,15% usam ou conhecem alguém que use casacos de pele/pêlo (Tabela 14). Dentro das crianças que especificaram de que animais eram feitos estes casacos, 80,36% são de espécies selvagens, sendo as restantes de animais domésticos.

Tabela 14- Proporção de crianças que usa ou que conhece alguém que use casacos de pele ou pêlo de animais em vias de extinção e proporção destes que são feitos de pele de animais selvagens.

Meio	Amos- tra	% Casaco de pele/pêlo	% Casacos de espécies selvagens	Concelho	Amos- tra	% Casaco de pele/pêlo	% Casacos de espécies selvagens
Rural	144	21,53%	86,36% (22)	Grupo 1	129	37,21%	83,76% (29)
Urbano	175	34,86%	76,47% (34)	Grupo 2	190	23,68%	77,78% (27)
Total	319	29,15%	80,36%% (56)	Total	319	29,15%	80,36%% (56)

Verificamos que é 2 vezes mais provável que uma criança do Meio Urbano use ou conheça alguém que use casacos de pele do que uma criança do Meio Rural ($p < 0,01$, IC95% 1,17 a 3,42), mas a proporção daqueles que são feitos com pêlo de animais selvagens é inferior aos das crianças do Meio Rural. É também aproximadamente 2 vezes mais provável encontrarmos uma criança do Grupo 1 que use ou que conheça alguém que use casacos de pele do que uma criança do Grupo 2 ($p < 0,05$, IC95% 1,14 a 3,21), e este grupo assinala maior proporção de animais selvagens do que o Grupo 2. Apesar disto, não existem diferenças significativas entre a população do Meio Urbano e o Rural e dos concelhos dos Grupo 1 e 2, relativamente à proporção de crianças que assinalaram animais selvagens como constituintes dos casacos de pele a que se referem.

c) *Quais são os animais selvagens mais usados para fazer os casacos de pele/pêlo com os quais as crianças tiveram contacto?*

Dentro das 45 respostas referentes a Animais Selvagens a partir dos quais são feitos os casacos de pele/pêlo, a maior parte referiu o Urso (26,67%), seguido da Raposa (20%) e o Tigre (13,33%). Também se registaram respostas como a Cobra e a Zebra (ambas com 8,89% das respostas), o Leopardo (6,67%) e o Castor, Leão, Pantera, Guaxinim, Tigre branco, Veado e Lobo, todos constituindo 2,22% das respostas (Figura 12 do Anexo 13).

d) *As crianças gostariam de experimentar carne obtida a partir de um animal ao qual não estão habituadas? Existem diferenças significativas entre as respostas das crianças do género masculino e feminino?*

A grande maioria das 322 crianças que responderam não gostaria de experimentar a carne de outro animal à qual não está habituada (84,16%). Não existem diferenças significativas entre as respostas das crianças do género feminino e masculino- Tabela 28 do Anexo 13.

e) *Qual o animal que dá origem a carne que as crianças não estando habituadas, gostariam de experimentar?*

Dentro das 37 respostas dadas, a maioria dizia respeito a animais pouco ameaçados ou de consumo considerado “normal” na sociedade portuguesa (56,76%). Por ordem decrescente surgem as respostas relativas a "Mamíferos em extinção", "Ruminantes Selvagens" e "Outros animais protegidos" (18,92% vs 13,51% vs 10,81%). Dentro da categoria "Animais pouco ameaçados" estão incluídos os seguintes animais: Cão, Cavalo, Cobra, Crocodilo, Lampreia,

Porquinho-da-índia, Rã, Javali, Raposa e a Avestruz. Na categoria "Mamíferos em extinção/protegidos" foram referido o Golfinho, o Leão, o Lobo, o Morcego e o Urso, da categoria "Ruminantes Selvagens" foram referidos o Búfalo, a Gazela e o Veado e na "Outros Animais protegidos" foram incluídos a Águia e o Tubarão (Figura 13 do Anexo 13).

As respostas das crianças do género masculino e feminino são semelhantes em quase todos os grupos de animais referidos, à excepção da proporção de crianças que gostaria de provar mamíferos em extinção, superior nas crianças do género feminino do que nas crianças do género masculino. Dado a amostragem ser bastante reduzido, não considero este resultado significativo.

D) Ida Parques Zoológicos

a) Será que as crianças já foram a algum Parque Zoológico ou Reserva Natural?

Sim, a grande maioria das crianças já foi a algum Parque Zoológico ou Reserva Natural (77,33% de 322). É 5 vezes mais provável que uma criança do Meio Urbano tenha ido alguma vez a um Jardim Zoológico do que uma criança do Meio Rural ($p < 0,001$, IC95% 2,70 a 9,40) e não existem diferenças significativas entre as crianças dos concelhos do Grupo 1 e as do Grupo 2 (Tabela 15).

Fazendo esta mesma análise para cada concelho em particular obtemos, da proporção maior de crianças a terem ido a um Zoológico até à menor, os seguintes concelhos: Monchique, Ponte de Lima, Portalegre, Lousã, Santiago do Cacém, Oliveira do Hospital, Porto e Ilha do Pico. Apenas uma percentagem reduzida de crianças foram a algum zoológico nesta última zona (27,66% das 47 crianças) (Tabela 15).

Tabela 15- Proporção de crianças que já foi a algum(ns) parque(s) zoológico(s) no geral, nos Meios Rural e Urbano, nos Grupos 1 e 2 e nos diferentes concelhos. Proporção para estes últimos também para zoológico no estrangeiro.

			Concelho	% Q já foi a zoológico	% Zoo estrangeiro	Total
			Monchique	100,00%	14,29%	14
			Ponte de Lima	94,32%	0,00%	88
			Portalegre	90,63%	6,25%	32
			Lousa	90,48%	4,76%	21
			Santiago do Cacém	80,00%	0,00%	45
			Oliveira do Hospital	74,29%	8,57%	35
			Porto	72,50%	5,00%	40
			Ilha do Pico	27,66%	4,26%	47
			Total	77,33%	3,73%	322
Concelhos dos	% Q já foi a zoológico	Total				
Meio Rural	62,50%	144				
Meio Urbano	89,33%	178				
Grupo 1	82,44%	131				
Grupo 2	73,82%	191				
Total	77,33%	322				

b) Qual o peso que a ida a zoológico no estrangeiro tem na percentagem de quem já foi a algum? De que concelhos são as crianças que já foram com maior frequência?

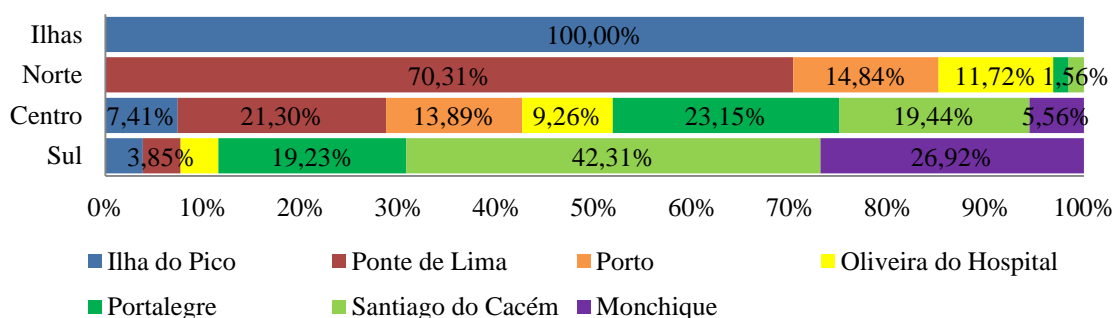
Nas 322 crianças que responderam, apenas 3,73% foram a algum zoológico no estrangeiro, ou seja, a ida a zoológicos nacionais, dentro da população em estudo, representa 96,27%. Verificamos através da análise da Tabela 15 que são as 14 crianças de Monchique as que

maior proporção foi a um zoológico estrangeiro, seguido das de Oliveira do Hospital, Portalegre e Porto. Com percentagem nula de idas a zoológicos estrangeiros, surgem os concelhos Ponte de Lima e Santiago do Cacém.

c) *Quais são os zoológicos de Portugal que as crianças visitaram?*

De forma a facilitar a organização, agrupei os Jardins Zoológicos, Parque e Reservas Naturais por zonas de Portugal. Através da análise da Figura 14 do Anexo 13, verificamos de que concelhos são as crianças que visitaram zoológicos das diferentes zonas: Ilhas dos Açores, Norte, Centro e Sul.

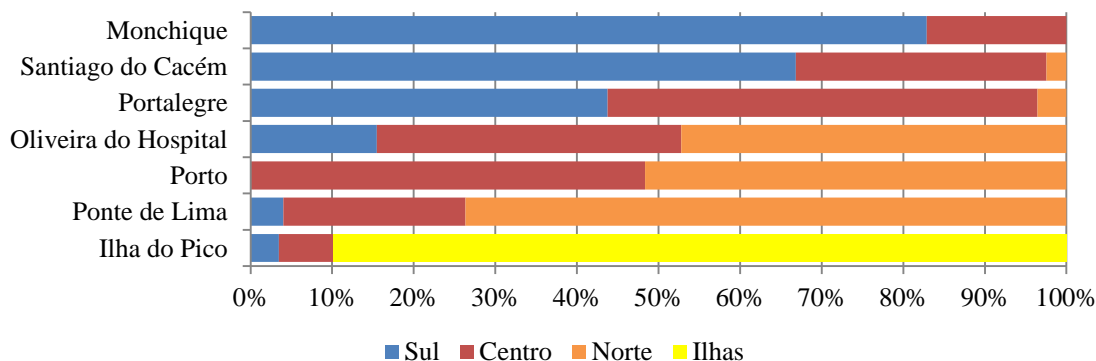
Figura 4- Proporção de crianças dos diferentes concelhos que visitaram zoológicos nas Ilhas, no Norte, no Centro e no Sul.



Os zoológicos dos Açores foram referidos por 2 crianças, ambas da Ilha do Pico. Os zoológicos do Norte foram referidos por 128 crianças, a maioria de Ponte de Lima e os restantes do Porto e de Oliveira do Hospital.

Em relação às 108 crianças que foram aos zoológicos do centro, estas pertenciam a concelhos com distribuição geográfica mais heterogénea. Os três concelhos onde as crianças mais referiram ter visitado zoológicos nesta zona foram Portalegre, Ponte de Lima e Santiago do Cacém. Em relação às 26 crianças que foram aos zoológicos do Sul, maior percentagem são de concelhos do Sul: Santiago do Cacém, Monchique e Portalegre. Nenhuma das crianças do Porto foi a um zoológico do Sul.

Figura 5- Localização dos zoológicos que as crianças dos diferentes concelhos já visitaram.



É curioso verificar-se na Figura 6, que à medida que vamos avançando para concelhos mais a Norte, a proporção dos zoológicos do Sul visitados diminui, aumentando

proporcionalmente a proporção dos zoológicos do Norte (excepção para Ponte de Lima). Verificamos também, que são os concelhos do “meio” (do gráfico) onde mais percentagem de crianças visitou zoológicos do Centro (Portalegre, Oliveira do Hospital e Porto).

Relativamente aos diferentes zoológicos mais visitados pelas crianças em estudo, irei analisar zona por zona em relação a Portugal, com excepção das Ilhas, e em relação aos países/continentes referidos do estrangeiro.

Assim, no Sul (Figura 14 do Anexo 13), verificamos que o zoológico mais visitado é o Badoca Parque (53,85%), seguido pelo de Lagos (23,08%). Com igual percentagem surgem o Zoomarine, Omegaparque (Monchique), Portimão e Parque Natural de Montemor. No Centro, o zoológico visitado pela esmagadora maioria das crianças é o Zoo de Lisboa (96,3%) e em igual proporção registam-se as visitas ao Oceanário de Lisboa, à Figueira da Foz, ao Parque Ambiental de Constância e a Gouveia.

Em relação aos zoológicos do Norte os mais referidos pelas crianças foram, por ordem decrescente, Quinta de Santo Inácio, Zoo da Maia, Vila Nova de Gaia e Gerês. Menos referidos foram o “Sea Life”, Lagoas de Pentieiros e Viana do Castelo e Minho. No estrangeiro, por sua vez, os zoológicos mais visitados são do Brasil e em igual proporção, a Ásia, Vigo (Espanha), Canadá, Suíça e Alemanha.

d) A escola organiza visitas de estudo a zoológicos? Os pais levam as crianças a zoológicos? Existem diferenças nestas percentagens entre os diferentes concelhos?

Através da análise da Figura 15 do Anexo 13, verificamos uma grande heterogeneidade de resultados relativa à percentagem de crianças cujos pais levam aos zoológicos e cuja escola leva aos zoológicos. Assim temos concelhos em que é a ida aos zoológicos com os pais que prevalece sobre a ida com as escolas (Lages do Pico, Monchique, Porto e Santiago do Cacém), escolas em que a situação se inverte (Ponte de Lima e Portalegre) e escolas em que as duas percentagens são idênticas (Madalena e São Roque do Pico). Por norma, nem uma nem a outra percentagem sobressai, obtendo-se uma percentagem de respostas afirmativas à pergunta sobre se a escola costuma organizar visitas de estudo a zoológicos de 55,47% e uma percentagem de respostas afirmativas à pergunta sobre se os pais as costumam levar a zoológicos de 55,86%.

No geral, as escolas com maior percentagem de respostas afirmativas à pergunta se elas organizam visitas de estudo são, por ordem decrescente: Ponte de Lima, Portalegre e Santiago do Cacém (94,32%, 67,74% e 46,34%), e as com menor percentagem de respostas afirmativas são Lages do Pico, Monchique e São Roque do Pico (4,55%, 7,14% e 18,18%).

e) *Existem diferenças significativas na percentagem de crianças que afirmam que os pais as levam ao zoológico entre crianças do Meio Rural e Urbano e entre crianças de concelhos dos Grupos 1 e 2?*

Existem uma maior proporção de pais do Grupo 1 a levar os filhos ao Jardim Zoológico do que do Grupo 2 ($p < 0,05$, $OR = 1,79$, $IC95\%$ 1,06 a 3,02), mas não entre famílias dos Meios Rural e Urbanos (Tabela 16).

Tabela 16- Proporção de crianças cujos pais as levam a zoológicos no geral e nos Meios Rural ou Urbano.

Meios	% Pais levam ao zoo	Amostra	Concelhos	% Pais levam ao zoo	Amostra
Rural	49,51%	103	Grupo 1	62,79%	129
Urbano	59,38%	160	Grupo 2	48,51%	134
Total	55,51%	263	Total	55,51%	263

4.2.2.4- Conhecimentos das crianças sobre Espécies Pecuárias

A) *Interesses e tipo de contacto que as crianças têm com as EP*

a) *Com que frequência as crianças têm contactos as EP e com o campo?*

Das 195 crianças que responderam, existem três situações mais frequentes em relação ao contacto com as espécies pecuárias: os que vêem EP todos os dias (28,21%), os que vêem EP muito raramente (23,59%) e os que vêem EP uma vez por semana (20,51%). Algumas crianças responderam que estavam com este tipo de animais uma vez por mês (10,77%), outras que só quando iam a quintas pedagógicas com a escola (7,18%) ou com os pais (3,59%) e outras nunca estão com as espécies pecuárias (6,15%)- Figura 1 do Anexo 14.

Através desta mesma Figura, verificamos diferenças nas respostas sobre a frequência de contacto com EP. Entre estas diferenças há a destacar o facto de ser 2,87 vezes mais provável uma criança do Meio Rural ter contacto com EP todos os dias do que uma criança do Meio Urbano ($p < 0,01$, $IC95\%$ 1,44 a 5,78) e que o mesmo é 2 vezes mais provável de acontecer nas crianças do Grupo 2 do que do Grupo 1 ($p < 0,05$, $IC95\%$ 1,01 a 3,97). São as crianças do Meio Urbano as que vão mais frequentemente, do que as do Meio Rural, a quintas com a escola para ter contacto com estas espécies ($p < 0,01$, $OR = 12,15$, $IC95\%$ 1,59 a 251,46*). No que diz respeito às respostas “Nunca” e “Raramente”, estas não diferem significativamente entre crianças do Meio Rural e Urbano, mas é 11,12 vezes mais provável que uma criança do Grupo 1 “Nunca” tenha contacto com EP do que uma criança do Grupo 2 ($p < 0,05$, $IC95\%$ 1,44 a 235,11*).

b) *As crianças gostavam de ter mais contacto com a natureza?*

A esmagadora maioria das 201 crianças gostava de ter mais contacto com a natureza (94,03%) e esta proporção não varia muito entre concelhos dos Meios Rural e Urbano e dos Grupo 1 e 2 (Tabela 1 do Anexo 14).

c) Qual a proporção de crianças que gostaria de trabalhar no campo quando crescesse?

Dentro das 261 crianças estudadas, 35,63% gostariam de trabalhar no campo quando crescessem. A maioria das crianças “Não” gostaria de trabalhar no campo quando crescer (43,30%) e a resposta menos dada foi a de indecisão acerca de vir a trabalhar no campo no futuro (21,07%).

Não existem diferenças significativas nas respostas dadas a esta pergunta nos Meios Rural e Urbano e nos Grupo 1 e 2 (ver Figura 2 do Anexo 14).

d) Dentro das crianças que responderam que gostariam de trabalhar no campo, quais são as razões que apresentam para justificar tal escolha?

A maioria das 141 respostas dadas pelas 933 crianças que responderam, foram trabalhar no campo porque gosta de natureza (50,35%), seguida de “Porque o país precisa” (23,4%) e “Continuar o negócio da família” (19,86%). Menos frequentes foram as respostas porque é divertido (4,96%) e porque gosto muito de animais (1,42%) (Figura 3 do Anexo 14).

e) Porque é que as crianças respondem que não querem vir a trabalhar no campo, de futuro?

A razão pela qual a maior parte das crianças não quer trabalhar no campo, de futuro, é porque quer outra profissão (51,91%). Menor percentagem de crianças justifica-se como sendo uma “actividade aborrecida” (16,79%), “não dar dinheiro” (15,27%) e “não saberem o que fazer para o serem” (9,16%). Menos comum é usarem as justificações de já existirem pessoas suficiente no ramo (2,29%) e com 1,53% crianças a assinalarem, as respostas “não gostarem de espécies pecuárias e da quinta no geral”, “ser um trabalho árduo” e “outras” (“Depende das condições de vida no futuro” e “Porque não acho que seja uma boa escolha, mas o país precisava”) (Figura 3 do Anexo 14).

f) Dentro das crianças que assinalaram que gostariam de ter outra profissão, a que tipo de profissões se referiam? Qual a percentagem de profissões dos sectores secundários?

Através da análise da Tabela 2 do Anexo 14, verificamos que a maior parte das 58 profissões descritas pelas crianças é a Medicina Veterinária (por 10 crianças, ou seja, 17,24% da população), seguindo-se uma profissão Futebolista (9 referências, 15,52%). De destacar que apenas 2 crianças referiram que gostariam de trabalhar em actividades do Sector Secundário (3,45% da população, com as profissões: Cozinheiro e Mecânico) e todas as outras respostas diziam respeito a profissões do sector terciário (96,55% das 58 crianças).

g) De futuro, onde é que as crianças gostariam de morar?

As respostas mais frequentes das 243 crianças foram “Continuar na sua vila/cidade” (35,8%) e “Indiferente/Onde tiver trabalho” (29,63%), seguidas de morar numa “Grande cidade da Europa ou do Mundo” (19,34%) e de morar numa “Grande cidade de Portugal” (15,23%).

Através da Figura 4 do Anexo 14, verificamos que o concelho onde maior proporção de crianças quer continuar a morar no futuro, é Ponte de Lima (53,85%), seguido da Lousã (45,00%) e Monchique (43,75%). Verificamos também que são as crianças de Santiago do Cacém (18,75%) e Oliveira do Hospital (25,00%), as que menos querem ficar na sua vila/cidade quando crescerem.

Por outro lado, constatamos que são as crianças dos concelhos de Santiago do Cacém e de Oliveira do Hospital que mais querem morar em centros Urbanos de grandes dimensões, com as segundas a preferirem continuar em Portugal e as primeiras com uma proporção semelhante entre as crianças que querem ficar em Portugal e emigrar (percentagem ligeiramente superior desta última - 28,13% vs 25%). Com menos vontade de ir para um grande centro Urbano nacional ou internacional temos as crianças de Monchique e Ponte de Lima, e quando a têm, parecem preferir ir para fora de Portugal. De salientar que, contrariamente ao que se poderia esperar, em Monchique a percentagem de crianças que quer continuar no seu concelho é apenas a terceira mais elevada, devido à elevada percentagem de crianças que estão indecisas ou à mercê do mercado de trabalho (43,75 vs 29,63% de média).

Constatamos também que as crianças cuja maior percentagem quer continuar em Portugal, residem por ordem decrescente de percentagem que quer ficar, nos concelhos Oliveira do Hospital, Ponte de Lima e Lousã, e que as crianças cuja menor percentagem quer ficar cá residem por ordem crescente de percentagem, nos concelhos do Porto, Portalegre e Santiago do Cacém..

Relativamente às diferenças entre concelhos do Meio Rural e do Meio Urbano (Figura 4 do Anexo 14), não se verificam diferenças significativas e relativamente aos Grupos 1 e 2 (IC95% inferior à unidade apesar de $p < 0,05$).

B) Conhecimentos gerais sobre espécies pecuárias

a) Qual a percentagem de crianças que sabe o que são ruminantes nas diferentes Escolas EB 2,3 que responderam?

Em média, 66,98% das 215 crianças que responderam sabem o que são ruminantes. Verificamos que são as crianças da Escola EB 2,3 de Santiago do Cacém onde maior percentagem de crianças sabe o que são ruminantes, seguidas das Escola EB 2,3 Brás Garcia de Mascarenhas (OHP)- Tabela 17. As escolas onde maior percentagem de crianças respondeu negativamente a esta pergunta foram a Escola EB 2,3 de Ponte de Lima e Escola

EB 2,3 de Portalegre. Por forma a verificar se a Ruralidade e o contacto directo com EP influenciava o facto de saberem o que são ruminantes, analisamos a proporção de crianças que sabem o que são ruminantes nos Meio Rural e Urbano, com e sem espécies pecuárias em casa e cujos familiares têm ou não espécies pecuárias (Tabela 17).

Verificamos é 6,10 vezes mais provável que uma criança do Meio Rural saiba o que são ruminantes do que uma criança do Meio Urbano ($p < 1,0 \times 10^{-6}$, IC95% 2,83 a 13,42), que não há diferenças significativas entre aquelas que têm e não têm EP no local de residência, que é 2,27 vezes mais provável uma criança que tenha EP em casa ou EP dos familiares saber o que são ruminantes do que uma criança que não tenha EP e cujos familiares também não tenham ($p < 0,05$, IC95% 1,13 a 4,56) e que esta probabilidade aumenta para 2,43 vezes ($p < 0,01$, IC95% 1,26 a 4,69) nas crianças que têm familiares com EP (e não obrigatoriamente têm EP em casa) em relação aquelas cujos familiares não têm EP.

Tabela 17- Distribuição das crianças que sabem o que são ruminantes

Concelhos do	% Sabe ruminantes	Amostra	Concelhos	% Sabe ruminantes	Amostra
Meio Rural	85,00%	80	Santiago do Cacém	93,55%	31
Meio Urbano	48,15%	108	Mascarenhas	90,00%	20
Crianças sem EP	62,40%	125	Madalena do Pico	81,58%	38
Crianças com EP	66,67%	63	Monchique	81,25%	16
Familiares sem EP	51,35%	38	Porto	56,82%	44
Familiares com EP	71,93%	82	Portalegre	43,75%	16
Total	63,83%	188	Ponte de Lima	35,59%	50
			Total	66,98%	215

b) Será que as crianças sabem o que são omnívoros?

No geral, a maioria das crianças referem uma das espécies omnívoras possível dentro da lista de opções do inquérito (68,72%), sendo a mais frequente, o porco (54,87%). Regista-se uma percentagem intermédia de crianças que não refere nenhuma espécie omnívora (23,08%) e uma reduzida percentagem de crianças que refere as duas possíveis (8,21%)- Figura 5 do Anexo 14. Dentro das espécies que as crianças assinalam erradamente destacam-se o “Cão e Gato”, com 16,08% das crianças a assinalarem (ver Figura 5 do Anexo 14). Em relação aos resultados das crianças dos Meios Rural/Urbano, com EP/sem EP, e cujos familiares com EP/familiares sem EP (Figura 6 do Anexo 14), são poucas as diferenças significativas. Estas apenas se verificam entre meios Urbano e Rural relativamente a acertarem as duas espécies de animais omnívoros. É 13,26 vezes mais provável que uma criança do Meio Urbano saiba os dois animais omnívoros do que uma criança do Meio Rural ($p < 0,01$, IC95% 1,78 a 274,86*).

C) *Questões relativas a cuidados de saúde das espécies pecuárias*

a) *As crianças sabem a regularidade com que as suas EP têm contacto com o MV? Qual é esta regularidade?*

A grande maioria das 82 crianças que responderam sabem com que regularidade os seus animais de quinta têm contacto com o veterinário (69,51%), não existindo diferenças significativas na proporção de crianças que sabem nos Meios Rural e Urbano, Grupo 1 e 2.

Em relação às crianças que sabem com que regularidade o MV tem contacto com o seu animal de quinta, a maior parte afirma que tal acontece na altura das "Vacinações/Desparasitações" (29,27%) ou quando estão "Doentes" (23,17%). Não existem diferenças na proporção destas respostas entre Meios Rural e Urbano, nem entre Grupos 1 e 2- Figura 7 do Anexo 14.

b) *Qual a proporção de crianças que sabem os que são vacinas, desparasitações e marcas de identificação para espécies pecuárias?*

Através da análise da Tabela 18, verificamos que entre os conceitos vacinação, desparasitação e marcas de identificação, o que maior percentagem de crianças sabe (das 274 que responderam) é a vacinação (96,25%), seguido dos outros dois, ambos com a mesma percentagem de respostas afirmativas (70,44%).

Tabela 18- Crianças que sabem o que são vacinas, desparasitações e marcas de identificação para espécies pecuárias.

Concelhos do	% Sabem as vacinas	% Sabem desparasitações	% Sabem marcas de identificação	Amostra
Meio Rural	95,24%	68,03%	62,59%	147
Meio Urbano	97,64%	73,23%	79,53%	127
Grupo 1	97,12%	79,81%	62,50%	104
Grupo 2	95,88%	64,71%	75,29%	170
Total	96,35%	70,44%	70,44%	274

Crianças	% Sabem as vacinas	% Sabem desparasitações	% Sabem marcas de identificação	Amostra
Sem EP em casa	99,19%	79,84%	66,94%	124
Com EP em casa	95,24%	76,19%	68,25%	63
Familiar com EP	98,61%	80,56%	68,06%	72
Familiar com EP	97,39%	77,39%	66,96%	115
Total	97,86%	78,61%	67,38%	187

Não se verificam diferenças entre as categorias que temos vindo a estudar relativamente a saberem o que é vacinação. Por outro lado, são as crianças do Grupo 2 as que mais frequentemente sabem sobre desparasitações e marcas de identificação, em relação às do Grupo 1 ($p < 0,05$, IC95% 1,17 a 3,99 e 1,04 a 3,21, respectivamente), e é 2,32 vezes mais provável que uma criança do Meio Urbano saiba o que são marcas de identificação do que uma criança do Meio Rural ($p < 0,01$, IC95% 1,30 a 4,16). Não existem diferenças

significativas nas respostas dadas pelas crianças com e sem EP no seu local de residência, nem cujos familiares têm ou não têm EP.

c) Será que as crianças sabem que as espécies pecuárias precisam de ser vacinadas, desparasitadas e identificadas com marcas de identificação?

Sim, a maioria das crianças sabe que os animais de quinta têm de ser vacinados (81,29% de 278 crianças), desparasitados (57,09% de 275 crianças) e identificados com marcas de identificação (65,93% de 273 crianças). Verificamos assim que a Vacinação é a intervenção veterinária que as crianças mais acham necessária para as espécies pecuárias e que a Identificação com marcas específicas é a intervenção veterinária que as crianças menos acham necessária para as espécies pecuárias (11,36%). A Desparasitação é a intervenção veterinária que mais suscita dúvidas acerca de se é precisa ou não (37,09%) (Figura 8 do Anexo 14).

d) Qual a importância que as crianças dão à Vacinação, Desparasitação e Identificação com marcas de identificação (de 0 a 5)?

A maioria das crianças atribui classificação 5 à importância da Vacinação (84,62% de 260 crianças), da Desparasitação (73,53% de 204 crianças) e da Identificação com marcas de identificação (53,73% de 201 crianças). Por sua vez, a classificação 4 é atribuída por maior percentagem de crianças à Identificação com marcas de identificação (24,88%), à Desparasitação (20,59%) e à Vacinação (11,92%) e as classificações abaixo de 4 são atribuídas à Vacinação por 3,46% das crianças (3:3,08% e 2:0,38%), à Desparasitação por 5,88% crianças (classificação 3) e por 21,45% das crianças às Marcas de Identificação (3:15,48%, 2:3,48% e 0:2,49%)- Figura 9 do Anexo 14).

As classificações de importância das Vacinações, Desparasitações e Marcas de identificação, são semelhantes para quase todas as categorias populacionais avaliadas na Figura 9 do Anexo 14, verificando-se apenas uma maior proporção de crianças do género feminino a atribuírem classificação 5 à Vacinação do que as crianças do género masculino ($p < 0,05$, IC95% 1,17 a 5,83).

4.2.2.5- Conhecimentos das crianças sobre o tema: "Do prado ao prato"

A) Considerações gerais sobre os produtos cárneos

a) Com que frequência as crianças consomem carne?

As três respostas mais frequentes à pergunta são: "2 ou 3 vezes por semana" (38,89%), "Quase todas as refeições" (25,25%) e "1 Refeição por dia" (24,75%). As hipóteses "1 vez por semana", "Todas as refeições" e "Raro ou nunca" são as menos assinaladas (1,52% e 0,51%, respectivamente).

Verificamos diferenças entre as respostas das crianças do Meio Urbano e Rural, nomeadamente às opções “1 vez/semana”, 7,16 vezes mais provável de acontecer nas crianças do Meio Rural do que Urbano ($p < 0,01$, IC95% 1,85 a 32,36*) e “Todas as refeições”, só dada por crianças do Meio Urbano- Figura 1 do Anexo 15.

Entre o Grupo 1 e 2 registam-se situações opostas, com as respostas de maior consumo de carne (“Todas as refeições”, “Quase todas as refeições” e “1 vez por dia”) 3,33 vezes mais frequentes no Grupo 1 do que no Grupo 2 ($p < 1 \times 10^{-4}$, IC95% 1,79 a 6,25) e com as respostas de menor consumo de carne (“Raro/Nunca” e “1 vez por semana”) 3,18 vezes mais frequentes no Grupo 2 do que no Grupo 1 ($p < 0,001$, IC95% 1,71 a 5,95).

Não existem diferenças significativas relativas à frequência de consumo de carne pelas crianças do género feminino e masculino, nem pelas crianças com ou sem EP no local de residência.

b) De onde vem geralmente a carne que as crianças consomem?

A maior parte da carne que as 241 crianças consomem- 70,54%- vem do comércio retalhista (Talhos e Supermercados), 26,14% da quais é adquirido especificamente em Supermercados. Menos importância tem o consumo das espécies pecuárias caseiras, das próprias crianças, de familiares ou de amigos que criem espécies pecuárias (25,31%). Foram dadas outras respostas, em proporção inferior, como “Frigorífico” (3,32%) e “Não sei” (0,83%) (Figura 2 do Anexo 15).

Verificamos que é 2,47 vezes mais provável as crianças sem EP no local de residência consumirem carne obtida do comércio retalhista ($p < 0,01$, IC95% 1,35 a 4,54) do que as crianças com EP, e que a probabilidade de uma criança do Meio Urbano adquirir a carne deste local é 2,19 vezes do que as crianças do Meio Rural ($p < 0,01$, IC95% 1,20 a 4,02). Inversamente e como era de esperar, é mais provável que as crianças com EP no local de residência ($p < 0,05$, IC95% 1,15 a 4,10) e as crianças do Meio Rural adquiram uma EP caseira, seja sua, seja de familiares ($p < 0,05$, IC95% 1,03 a 3,63) do que as crianças sem EP e as crianças do Meio Urbano, respectivamente. Dentro do comércio retalhista, a proporção de crianças que especificam adquirir a carne no supermercado é semelhante em quase todas as categorias em estudo, com excepção para as crianças dos Grupo 1 e 2, sendo 2,78 vezes mais provável que uma criança do Grupo 2 adquira carne especificamente do supermercado do que uma criança do Grupo 1 ($p < 0,001$, IC95% 1,49 a 5,21).

c) O que acham da carne que se vende actualmente em termos de Segurança Alimentar?

A maior parte das 298 crianças tem opiniões negativas acerca da segurança e salubridade da carne que se vende actualmente (35,23%), e tais respostas são 2 vezes mais prováveis nas

crianças que têm espécies pecuárias do que nas que não têm ($p < 0,01$, IC95% 1,21 a 3,50), sem diferenças significativas entre as crianças que vivem no Meio Rural e as que vivem no Meio Urbano. Dentro das opções negativas temos o facto de acharem que a carne é "Menos saudável" que antigamente (19,8%), poder ter "Doença das vacas loucas" (10,74%) e estar "Cheia de hormonas" (4,7%). Numa percentagem ligeiramente inferior à percentagem de respostas negativas, as crianças respondem que não têm opinião sobre a carne que se vende actualmente (32,55%) sem variar significativamente entre os diferentes meios ($p < 0,05$ mas IC95% <1) e grupos, nem entre crianças com e sem EP. Por fim, numa percentagem bastante semelhante à resposta anterior, as crianças acham que a carne é "Higienicamente mais segura" que antes (32,21%), sendo esta resposta, por sua vez, 2,14 vezes mais provável de ser dada no Meio Urbano do que no Meio Rural ($p < 0,01$, IC95% 1,27 a 3,63) e 3,18 vezes mais provável nas crianças que não têm animais de quinta do que nas que têm ($p < 0,001$, IC95% 1,69 a 6,02). Não se verificam diferenças significativas nas respostas das crianças dos Grupo 1 e 2- Figura 3 do Anexo 15.

d) Quais são os três factores que as crianças acham mais significativos para a escolha de uma carne?

Através da análise dos 604 factores que as crianças acham mais importantes para a escolha de uma carne (3 factores por criança), obtivemos a distribuição da Figura 4 do Anexo 15. Assim, os três factores mais assinalados são: se o animal foi "Saudável e bem tratado em vida" (29,8% das respostas), se foi "Produzido de forma higiénica" (25,83%) e o "Local onde nasceu e cresceu" (13,08%).

Estes três factores não são, no entanto, os mais assinalados em todos os grupos que temos vindo a estudar (Rural/Urbano, Grupo 1/Grupo 2, com espécie pecuária/sem espécie pecuária), variando segundo a Figura 5 do Anexo 15. Verificamos assim que as crianças do Meio Rural valoriza mais "Se não sofreu no transporte" do que o "Local onde nasceu e cresceu" e que as crianças de concelhos do Grupo 1 consideram ligeiramente mais se o animal "Nasceu e viveu conforme a lei" do que "Local onde nasceu e cresceu".

Comparando individualmente cada uma das alíneas, verificamos que é 2,89 vezes mais provável que as crianças sem espécies pecuárias incluam o "Preço da carne" nos 3 principais factores do que as crianças com EP no local de residência ($p < 0,05$, IC95% 1,01 a 8,94*), que é 3,46 vezes mais provável que uma criança do Meio Urbano incluia "Local onde nasceu e cresceu" nos 3 factores do que uma criança do Meio Rural ($p < 1 \times 10^{-4}$, IC95% 1,93 a 6,25), sendo que esta última mais provavelmente incluirá a opção "Se não sofreu durante o transporte" do que a primeira (sendo 2,38 vezes mais provável que tal aconteça e $p < 0,01$, IC95% 1,24 a 4,61). Por sua vez, no que diz respeito às crianças dos Grupo 1 e 2, é 3,16 vezes

mais provável que as primeiras incluem “Preço da carne” nos 3 factores que mais valorizam na escolha da carne do que as segundas ($p < 0,01$, IC95% 1,36 a 7,47).

B) Considerações gerais sobre Segurança Alimentar

a) Será que as crianças acham que os rótulos dos produtos alimentares são importantes? Costumam prestar atenção ao que eles dizem?

Sim, a maioria das 217 crianças considera os rótulos dos produtos alimentares importantes (98,16%) e a maioria das 217 crianças prestam atenção à informação veiculada pelos rótulos (78,8% da população total, 80,28% das crianças que acham os rótulos importantes)-Tabela 19.

Não existem diferenças significativas nas percentagem de crianças que acha os rótulos importantes e de crianças que presta atenção aos rótulos, entre o Meio Rural e Urbano, concelhos dos Grupo 1 e 2 e entre crianças do género masculino e feminino.

Tabela 19- Proporção de crianças que acha os rótulos dos produtos alimentares importantes e que costuma prestar atenção ao que eles dizem, entre crianças dos Meios Rural e Urbano, Grupo 1 e 2, género feminino e masculino.

Concelhos do	% Rótulos importantes	% Prestam atenção aos rótulos	Amostra
Meio Rural	98,15%	79,63%	108
Meio Urbano	98,17%	77,98%	109
Grupo 1	99,05%	76,19%	105
Grupo 2	97,32%	81,25%	112
F	98,97%	80,41%	97
M	97,50%	77,50%	120
Total	98,16%	78,80%	217

b) As crianças acham possível, através dos rótulos dos produtos animais, saber de onde vieram as espécies pecuárias que lhes deram origem?

A maioria das 218 crianças que respondeu, considera possível que, através dos rótulos dos produtos animais, se saiba de onde veio ou vieram o animal ou os animais que lhe(s) deu ou deram origem (54,13%). Muitas são as crianças que não sabem se isto é possível (37,61%) e, menos frequentemente, acham que tal não é possível (8,26%) (Figura 6 do Anexo 15).

É 3,23 vezes mais frequente que as crianças que prestam atenção aos rótulos respondam que é possível através deles saber de onde veio o animal que deu origem ao produto animal, do que as que não prestam atenção ($p < 0,001$, IC95% 1,55 a 6,80), e é 2,60 vezes mais frequente as crianças que acham que as EP precisam de marcas de identificação acharem que é possível através dos rótulos se saber de onde veio o animal que deu origem ao produto animal do que as crianças que não sabem se as EP precisam de marcas de identificação ($p < 0,01$, IC95% 1,37 a 4,96).

C) Bem-estar animal e controlo Médico-Veterinário dos produtos de origem animal

a) Qual a importância que as crianças dão ao facto de saberem se o animal foi bem tratado até chegar à sua mesa (de 0 a 5)?

A maioria das 205 crianças que responderam atribuem a classificação 5 ao facto de saberem se o animal foi bem tratado até chegar à sua mesa (63,90%). Com alguma frequência (23,41% das respostas) é atribuída a classificação 4. As restantes 12,68% da amostra geral dão classificação abaixo de 4 (N3: 10,73%, e N2: 1,95%) (Figura 7 do Anexo 15).

Não existem diferenças significativas entre crianças dos Meios Rural e Urbano, Grupo 1 e 2, com e sem EP, do género feminino e masculino e que consomem mais EP caseira vs do comércio retalhista- ver como se distribuem através da Figura 7 do Anexo 15.

b) As crianças acham que as empresas que produzem carne informam devidamente o consumidor sobre como o animal viveu antes? Acham que o deveriam fazer?

A maioria das 197 crianças acham que as empresas que produzem carne não informam devidamente o consumidor sobre se o animal foi bem tratado em vida (59,99%) e que estas deviam informar devidamente o consumidor sobre como viveu o animal antes (81,22%).

É 2,18 vezes mais provável que uma criança do Meio Rural ache que as empresas que produzem carne, não informam devidamente o consumidor do que uma criança do Meio Urbano ($p < 0,05$, IC95% 1,16 a 4,12) e é 5,33 vezes mais provável que uma criança do Meio Urbano ache que as empresas que produzem carne devem informar devidamente o consumidor do que uma criança do Meio Rural ($p < 1 \times 10^{-4}$, IC95% 2,22 a 13,12). Entre as restantes categorias que temos vindo a estudar não se verificam diferenças significativas- ver Figura 8 do Anexo 15. Através da análise da mesma Figura verificamos que a proporção de crianças do Meio Rural que acha que as empresas não informam e que as empresas o deviam fazer, é semelhante entre si, contrariamente a todas as outras categorias, cuja proporção de crianças que responde que as empresas o deviam fazer, é superior à proporção de crianças que considera que as empresas não o fazem.

No que diz respeito à relação entre a classificação atribuída pelas crianças à importância de saberem se o produto animal que estão a consumir foi produzido a partir de um animal que foi bem tratado em vida e a sua opinião sobre se as empresas que produzem carne deveriam informar devidamente o consumidor, apesar de verificarmos, através da Figura 9 do Anexo 15, que a proporção a responder que as empresas deviam informar cresce, com o aumento do valor da classificação, estas diferenças não são estatisticamente significativas.

c) As crianças acham que os animais sofrem até chegar à sua mesa? As que respondem afirmativamente, em que processo consideram que elas sofrem mais?

A maior parte das 221 crianças acham que as espécies pecuárias sofrem até chegar à sua mesa (87,78%) e não existem diferenças significativas entre as diferentes categorias que temos vindo a estudar (Tabela 1 do Anexo 15).

A maioria das crianças que respondem afirmativamente à pergunta acha que o animal sofre mais no matadouro (81,73%), seguido no transporte para o matadouro (13,2%) e por último quando estão na quinta com o produtor (5,08%).

d) As crianças sabem que existe controlo na carne que chega ao supermercado? Em que etapas consideram que existe este controlo?

A maior parte das crianças acha que existe algum tipo de controlo na carne que chega ao comércio retalhista, entre os quais, o controlo no campo é o mais assinalado (27,95%), seguido do controlo da higiene na venda (17,18%), antes e durante o abate (13,33%) e depois do abate (12,31%) (Figura 10 do Anexo 15). O aspecto em que menos crianças acham que há controlo é no transporte de animais vivos (7,44%). A percentagem de crianças que desconhecem é elevada (17,18%) e superior à de crianças que acham que não é feito qualquer tipo de controlo (4,62%).

É 2,13 vezes mais provável que uma criança do Meio Urbano considere que existe controlo no processo “Do prado ao prato” do que uma criança do Meio Rural ($p < 0,01$, IC95% 1,27 a 3,58). Tal não varia significativamente entre as outras categorias que temos vindo a estudar (Figura 10 do Anexo 15).

e) Em que processos da produção de carne as crianças acham que o MV intervém?

Para a maior parte das crianças, o Médico Veterinário intervém na “Saúde das espécies pecuárias na quinta” (35,99%) e no “Bem-estar das EP na quinta” (19,36%). A “garantia de que a carne se pode consumir” é atribuída por menor percentagem de crianças (10,71%), seguida pela intervenção no transporte, segurança alimentar dos restaurantes, abate, qualificação de carne. Que desconhecem se o Médico Veterinário intervém ou em que processo o faz são poucas (0,23%) – Figura 11 do Anexo 15. Entre os grupos de crianças que temos vindo a estudar, não há diferenças significativas no papel do MV.

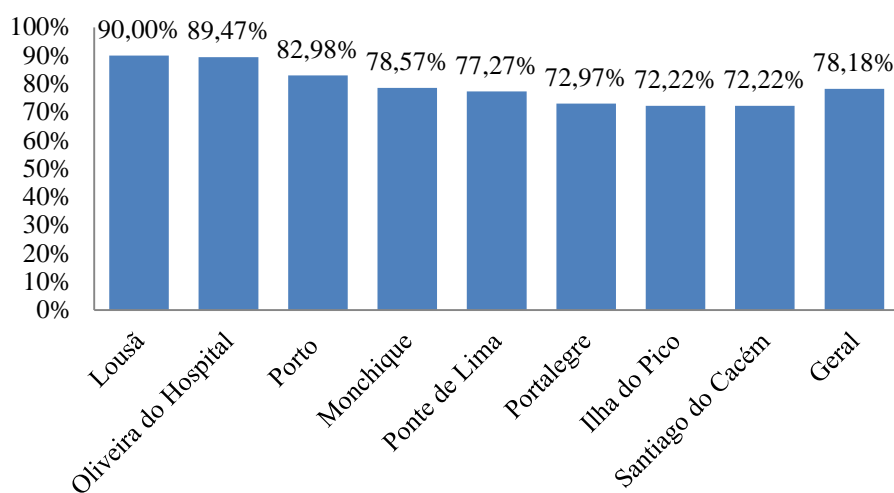
4.2.2.6- Conhecimentos das crianças sobre Animais Abandonados

A) Considerações gerais sobre os animais abandonados

a) Será que as crianças costumam ver muitos animais na rua sem coleira nem trela?

A maioria das crianças costuma ver muito animais na rua sem coleira nem trela (78,18 de 275 crianças), mas esta percentagem varia de 90% a 72,22%, consoante o concelho (Figura 86 do Anexo 16). Verificamos que são as crianças da Lousã, de Oliveira do Hospital e do Porto aquelas que mais frequentemente respondem que vêem muitos animais na rua, e que são as crianças da Ilha do Pico, de Santiago do Cacém e de Portalegre, as que comparativamente com as crianças dos restantes concelhos, assinalam com menos frequência que vêem animais na rua- apesar da percentagem ser muito elevada na mesma (Figura 6).

Figura 6- Proporção das crianças que afirmam ver muitos animais na rua sem trela ou coleira, nos diferentes concelhos.



Não existem diferenças significativas entre as crianças dos Meios Rural e Urbano, Grupo 1 e 2 (Tabela 1 do Anexo 16).

b) O que é que as crianças que responderam afirmativamente à pergunta anterior acham do facto de verem muito animais na rua sem trela e sem coleira?

Mais frequentemente, as 333 crianças acham "Mal porque podem atacar as pessoas" (33,93%) e "Mal porque pode espalhar doenças" (30,63%). Com alguma frequência (terceira resposta mais assinalada), as crianças acham "Mal porque é ilegal" (15,62%). Cerca de metade da percentagem anterior corresponde à percentagem de crianças que assinala a resposta "Mal porque assim não sabemos se tem dono" (7,51%) (Figura 1 do Anexo 16).

Entre as categorias que temos vindo a estudar verificamos apenas diferenças significativas na resposta "Mal porque assim não sabemos se tem dono", mais comum nas crianças do Grupo 1 do que Grupo 2 ($p < 0,001$, OR e IC95% indefinido).

c) O que é que as crianças acham sobre os animais de rua?

Entre as 557 respostas assinaladas pelas crianças, as três mais frequentes são "Podem estar doentes e contaminar as pessoas e outros animais" (37,7%), "Devem ser apanhados e acolhidos pela Câmara Municipal" (28,73%) e "Devem ser alimentados pelas pessoas" (18,49%). Em relação às respostas dadas em menor proporção: "Sempre queridos", "Aterrorizadores" e "Devem estar na rua em liberdade", existem 6,28%, 5,57% e 3,23% de crianças a assinalar, respectivamente (Figura 2 do Anexo 16).

A resposta "Devem ser alimentados pelas pessoas" é mais assinalada dentro das crianças do Grupo 1 do que do Grupo 2 ($p < 0,05$, IC95% 1,01 a 2,56), e a resposta "Aterrorizadores" é 3,27 vezes mais provável de ser dada pelas crianças do Meio Urbano do que do Meio Rural ($p < 0,05$, IC95% 1,17 a 9,86) e 2,56 vezes mais provável de ser dada por crianças do Grupo 2 do que do Grupo 1 ($p < 0,05$, IC95% 1,12 a 5,96). Para as restantes respostas, entre cada uma

das categorias que temos vindo a estudar, as diferenças verificadas não são significativas (Figura 2, Anexo 16).

Apesar de não haverem diferenças estatisticamente significativas entre as respostas dadas a esta pergunta por criança que assinalaram previamente que costumavam e não costumavam ver animais na rua, ao analisarmos a Figura 2 do Anexo 16 verificamos que para as crianças que assinalaram que não costumavam ver animais de rua, as respostas “Sempre queridos” e “Devem estar em liberdade” são assinaladas mais frequentemente do que “Aterrorizadores” e para as crianças que costumam ver animais de rua, esta última é assinalada mais frequentemente do que as duas primeiras.

B) Alimentação de Animais Abandonados

a) Será que as crianças alimentam animais de rua e/ou conhecem alguém que o faça?

A maioria das 273 crianças que respondem não alimenta os animais de rua (63%), mas conhece alguém que o faça (61,17%).

Não existem diferenças significativas na proporção de crianças que costuma alimentar os animais de rua entre as crianças do Meio Rural e Urbano, Grupo 1 e 2, do género feminino e masculino- ver Tabela 2 do Anexo 16.

Através da análise da Tabela 2 e 3, verificamos que associadas à proporção de crianças que respondem que alimentam animais de rua e/ou que conhecem pessoas que alimentam animais de rua, estão milhares de pessoas que ao todo alimentam os animais na rua (crianças que não alimentam mas conhecem alguém que o faça + crianças que alimentam mas que não conhecem alguém que o faça + crianças que alimentam e que conhecem alguém que o faça²). Assim, verificamos que no geral, o número de pessoas a alimentar os animais associados às 273 crianças que responderam, é de aproximadamente 35 vezes o número de crianças que responderam que alimentavam os animais na rua.

b) O que é que as crianças acham acerca de se alimentar os animais na rua?

A maioria das crianças considera a prática de alimentar os animais de rua, “Necessária e de louvar” (57,76% de 277 crianças). A segunda opção mais assinalada, apesar de numa frequência mais reduzida (14,08%) é o facto de ser "Indiferente" para a criança, seguindo-se, o facto de ser "Indispensável" e "Prejudicial" (ambas com 11,55%)- Figura 3 do Anexo 16. Não se verificam diferenças significativas entre crianças do género feminino e masculino.

C) Dejectos na via pública

a) As crianças costumam ver muitas fezes na via pública? Varia consoante os concelhos?

A maioria das 255 crianças em estudo afirma ver muitas vezes dejectos nas ruas (73,33%). Os concelhos onde a percentagem de respostas afirmativas é superior são Oliveira do Hospital, Monchique e Porto, e os concelhos onde a percentagem de respostas afirmativas é inferior são Ponte de Lima, Portalegre e Ilha do Pico (Tabela 20).

Tabela 20- Proporção de crianças dos diferentes concelhos que vêem fezes na via pública.

Concelhos	% Vê fezes na rua	Amostra
Oliveira do Hospital	100%	19
Monchique	85,71%	14
Porto	80,85%	47
Santiago do Cacém	75,68%	37
Ilha do Pico	69,44%	36
Portalegre	69,44%	36
Ponte de Lima	60,61%	66
Total	73,33%	255

b) Existe relação entre a percentagem de crianças que vê muito animais abandonados na rua, que vê muitos dejectos na rua e que alimenta os animais de rua?

Verificamos que a percentagem de crianças que afirma ver muitos animais da rua não é influenciado directamente pelas outros dois factores (os grupos cujos valores são maiores, não coincidem com aqueles onde os outros dois factores são maiores) - ver Figura 5 do Anexo 16. Por sua vez, em relação à percentagem de crianças que vê muitas fezes na rua e a percentagem de crianças que alimenta animais de rua, as duas crescem de forma directa, ou seja, verifica-se uma menor ou maior percentagem de crianças que vêem fezes na rua quando a percentagem de crianças que alimenta é, respectivamente, menor ou maior.

c) O que é que as crianças acham acerca da recolha das fezes dos animais na rua por parte dos donos?

A maioria das 291 crianças em estudo acha que a colecta de fezes por parte do dono é "Obrigatória" (62,54%). Tal resposta é mais significativa para as crianças dos concelhos cuja percentagem de crianças que viam muitas fezes na rua era superior, ou seja, as dos concelhos de Oliveira do Hospital (89,47%), Porto (76,92%) e Monchique (73,33%). As crianças da Ilha do Pico são aquelas que menos acham que é obrigatório os donos apanharem as fezes do(s) seu(s) animal(is). A segunda resposta mais dada foi ser "Dispensável porque os serviços da Câmara Municipal limpam as ruas todos os dias" (15,46%), mais importante em Ponte de Lima (29,17%) e nada importante em Monchique. Menor quantidade de crianças respondeu cada uma das outras opções: "Nojenta", "Parece mal" e "Só faz quem tem a mania da higiene", à excepção da Ilha do Pico e de Monchique, pois as duas primeiras são relativamente importantes para as crianças da Ilha do Pico (18,18% e 15,91% das crianças) e a última é relativamente importante para as crianças de Monchique (20%) (Figura 6 do Anexo

16). Não se verificam diferenças significativas entre crianças do género feminino e masculino (Figura 5 do Anexo 16).

D) Agressividade canina e felina

a) Será que as crianças já alguma vez foram atacadas por cães ou gatos? Costumam interagir e brincar com os animais de rua? As crianças que interagem e brincam com os animais de rua são mais frequentemente atacadas?

A maioria das 234 crianças em estudo nunca foi atacada por um cão ou um gato (70,51%), nem costuma interagir ou brincar com os animais na rua (66,24%).

Não se verifica qualquer relação entre a proporção de crianças que foi atacada e a proporção que interage com os animais de rua (Figura 7 do Anexo 16).

b) As crianças que já foram atacadas por algum cão ou gato conheciam o animal envolvido?

A maioria das 68 crianças que foram atacadas por um cão e/ou gato que responderam, conheciam o animal que as atacou (67,65%). Tal é mais importante no Meio Rural do que no Meio Urbano (78,79% vs 57,14%)-Tabela 4 do Anexo 16- mas tal não é estatisticamente significativo.

c) As crianças acham que é comum os cães vadios atacarem as pessoas? E acham comum os cães atacarem os próprios donos? Como é que a proporção de respostas varia entre as crianças que foram atacadas e não atacadas?

A maioria das 233 crianças em estudo, considera comum os cães vadios atacarem as pessoas (68,24%), mas não o facto de os cães atacarem o próprio dono (7,73%).

Os ataques por parte de animais vadios parecem ser considerados mais comuns nas crianças que nunca foram atacadas (70,91%) do que nas crianças que já foram atacadas (60,30%), contrariamente ao que acontece no ataque pelos cães aos próprios donos, que é considerado mais comum nestas últimas crianças em relação às primeiras (13,22% vs 5,45%). Isto verifica-se em todos os grupos à excepção das crianças do Meio Rural. Esta é a categoria onde, em relação a todas as outras, se regista maior percentagem de crianças que acha comum que os cães ataquem os próprios donos (10,47% de 86 crianças).

Tabela 21- Crianças que acham comum os cães atacarem os próprios donos e comum os animais vadios atacarem as pessoas

% Crianças q acham comum os cães atacarem os próprios donos	Tendo já sido atacados			Nunca tendo sido atacados		Distribuição geral	
	Não conheciam	Conheciam	Total	%	Total	%	Total
Rural	0,00%	9,38%	32	11,11%	54	10,47%	86
Urbano	2,78%	13,89%	36	2,70%	111	6,12%	147
Grupo 1	0,00%	10,81%	37	6,32%	95	7,58%	132
Grupo 2	3,23%	12,90%	31	4,29%	70	7,92%	101
Total	1,48%	11,76%	68	5,45%	165	7,73%	233

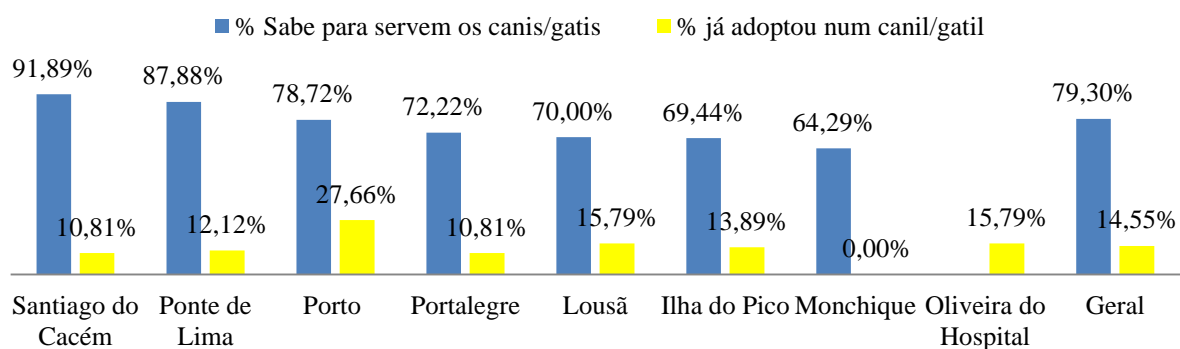
Por outro lado, verificamos que, dentro das crianças que foram atacadas, são aquelas que conheciam o cão responsável, relativamente às que não conheciam, onde maior percentagem responde que é comum os cães morderem os próprios donos (11,76% vs 1,48%) e os cães vadios morderem as pessoas (44,12% vs 16,18%)- Tabela 21.

E) Canis/Gatis

a) Será que as crianças sabem para que servem os Canis/Gatis municipais? Varia consoante o concelho?

Sim, a maior parte das 256 crianças sabe para que servem os Canis/Gatis municipais (79,3%), mas nem todas estas respostas correspondem à verdade, pois quando especificaram a que Canil/Gatil municipal se referiam, enumeraram outro tipo de canis como privados, de associações e outros (a especificar mais à frente). Em Santiago do Cacém, no Porto e Portalegre existem mais crianças que afirmam saber o que são Canis/Gatis, em detrimento de Monchique, Ilha do Pico e Lousã- Figura 7.

Figura 7- Proporção de crianças que sabe para que servem os Canis/Gatis municipais e que já adoptaram um animal num Canil/Gatil municipal, por concelho.



b) As crianças já foram a algum Canil/Gatil? Se sim, a que canil municipal? Qual a classificação que atribui?

Apenas 22,51% de 271 crianças afirmam ter ido a um Canil/Gatil municipal e das 49 crianças que foram e que especificam a que Canil/Gatil, apenas 12,86% refere-se a um Canil/Gatil municipal (Figura 8 do Anexo 16).

Tal varia muito consoante o concelho, de tal forma que em Ponte de Lima e Porto as crianças referem-se, na sua grande maioria ao Canil/Gatil municipal, na Lousã e Portalegre metade das crianças referem-se ao Canil/Gatil municipal e em Santiago do Cacém e Oliveira do Hospital nunca se referem ao seu Canil/Gatil municipal.

As classificações que as crianças atribuem aos Canis/Gatis do seu concelho variam muito consoante o concelho em causa (ver Tabela 5 no Anexo 16). Assim, a média das classificações atribuídas aos Canis/Gatis varia de 4,47 (pelas 17 crianças de Ponte de Lima) e 3 (pelas 3 crianças da Lousã). Em relação aos concelhos em estudo, as instalações foram

globalmente classificadas pelas 28 crianças com 4,07 (de 0 a 5). Dadas as discrepâncias de classificações atribuídas ao canil de Ponte de Lima, esta média está sobrevalorizada em relação ao panorama geral (se não a incluirmos para 3,45 de média).

c) As crianças dos diferentes concelhos já adoptaram algum animal no Canil/Gatil municipal?

A sua grande maioria (85,45% de 275 crianças) ainda não adoptou um animal num canil ou gatil municipal (ver Figura 7). As crianças do Porto são aquelas que respondem afirmativamente com maior frequência (27,66%), seguidas das crianças da Lousã e Oliveira do Hospital (ambas com 15,79% de crianças a assinalarem). Em Monchique, nenhuma das crianças inquiridas adoptou alguma vez um animal num canil ou gatil municipal. Não existe relação directa entre a percentagem de crianças que sabe para que servem os Canis/Gatis e aquelas que já adoptaram algum.

d) Será que a vontade de adoptar um animal é superior nas crianças que já adoptaram algum ou nas crianças que nunca adoptaram?

Verificamos que, regra geral, a percentagem de crianças que pretende adoptar um outro animal (depois de já ter adoptado algum) é maior do que a percentagem de crianças que pretende adoptar um animal sem nunca o ter feito (excepção de Monchique e Santiago do Cacém), apesar de estas diferenças não serem, nem no geral, nem em cada um dos concelhos, estatisticamente significativas- Figura 9 do Anexo 16.

As crianças dos concelhos de Portalegre e Porto são os concelhos onde maior percentagem de crianças que já adoptou um animal, o quer voltar a fazer (apesar desta percentagem estar sobrevalorizada em Portalegre, uma vez que o universo são 2 crianças). São também as crianças do Porto que estão no pódio das que querem adoptar, nunca o tendo feito (75,86% de 29 crianças, seguido de Monchique (75% de 12 crianças) e Santiago do Cacém (62,07% de 29 crianças).

e) O que é que as crianças dos diferentes concelhos acham acerca dos Canis/Gatis municipais?

Podemos agrupar as opiniões das crianças acerca dos animais que estão nos Canis/Gatis municipais nas que têm uma conotação positiva (“Os animais que não são adoptados, ficam lá até o serem”, “Vivem bem e alegremente” e “São todos adoptados”) e nas que têm conotação negativa ou menos positiva (“Os que não são adoptados, passado uma semana, são eutanasiados”, “São mal tratados e mal alimentados” e “São muito feios e doentes”).

Em média, a percentagem de respostas com conotação positiva é de 73,44%, sendo a resposta com maior peso a “Os animais que não são adoptados, ficam lá até o serem” (45,9%), seguindo-se “Vivem bem e alegremente” (18,69%). Entre as crianças que deram respostas

com conotação negativa ou menos positiva (26,56% das 305 crianças), a maior parte (17,05%) responde "Os que não são adoptados, passado uma semana, são eutanasiados", seguindo-se "São mal tratados e mal alimentados" (8,85%). Através da análise da Figura 12 do Anexo 16, verificamos que as crianças de Oliveira do Hospital têm 9,15 vezes mais probabilidade de assinalam respostas com conotação positiva do que as crianças dos outros concelhos ($p < 0,05$, IC95% 1,28 a 185,11*). Por sua vez, é 2,33 vezes mais provável que uma criança de Portalegre tenha uma opinião negativa sobre o canil municipal do que as outras crianças ($p < 0,01$, IC95% 1,24 a 4,39). De destacar também é a distribuição bastante equilibradas das respostas dadas pelas crianças da Ilha do Pico por cada uma das opções (positivas e negativas).

f) As crianças sabem se o seu concelho tem ou não Canil/Gatil municipal?

A maioria das crianças responde desconhecer se existe algum canil no seu concelho (56,25% de 256 crianças), e é em Oliveira do Hospital ($p < 1 \times 10^{-7}$, OR=indefinido) e Portalegre ($p < 0,01$, OR= 4,26, IC95% 1,60 a 11,99*) onde as crianças mais assinalam esta opção- Figura 11 do Anexo 16. A segunda resposta mais assinalada é "Sim e tem boas condições" (31,25%), sendo 10,55 vezes mais frequente uma criança do concelho de Ponte de Lima dar esta resposta do que qualquer outra ($p < 1 \times 10^{-7}$, IC95% 5,30 a 21,19). A resposta "Não" é 11,74 vezes mais provável em Monchique do que nos outros concelhos ($p < 0,001$, IC95% 3,26 a 42,62). Na Ilha do Pico é o único concelho onde se registam crianças a dar a resposta "Sim mas é ilegal" (2,86% de 35 crianças).

Quando olhamos para o mesmo tipo de gráfico obtido apenas com a população que foi ao canil municipal (Figura 11 do Anexo 16), verificamos que 100% das 2 crianças de Portalegre e das 18 crianças de Ponte de Lima acham que o canil tem boas condições, 66,67% das 6 crianças do Porto também o acham e apenas 1 das 4 crianças da Ilha do Pico o acham (sendo esta de Madalena do Pico). Neste último concelho, as 3 crianças que respondem "Não" são do concelho das Lages do Pico (que não tem Canil/Gatil). Que considerem que o Canil/Gatil tem más condições são apenas 33,33% das 6 crianças do Porto.

g) O que é que as crianças acham acerca do abandono dos animais, é permitido ou é proibido e ilegal?

A maioria das 251 crianças sabe que o abandono de animais é "Proibido e Ilegal" (68,13%) contra 31,87% que responde que é "Permitido". Esta última resposta é assinada pelas crianças dos diferentes concelhos da forma como está representada na Figura 12 do Anexo 16. Não há diferenças significativas das respostas dadas pelas crianças nos diferentes concelhos.

4.2.2.7- Conhecimentos das crianças sobre Zoonoses

A) Generalidades sobre zoonoses

a) Será que as crianças acham que o Homem pode transmitir doenças ao Animal? Já alguma vez ouviram falar de zoonoses?

Uma minoria das 258 crianças acham que o Homem pode transmitir doenças ao Animal (39,53%) e uma percentagem ainda menor das 288 crianças que respondem (4,17%), ouviu falar alguma vez em zoonoses. Não existem diferenças significativas entre Meios Rural e Urbano nem entre os Grupos 1 e 2- Tabela 1 do Anexo 17.

b) Quais são as zoonoses que as crianças mais ouviram falar?

Entre as 1258 respostas dadas pelas crianças em estudo, as zoonoses que mais se destacam são a Raiva (18,53%) e a Febre da carraça (14,04%), seguidas das Alergias (12,93%), “Doença das vacas loucas” (12,38%) e Tuberculose (12,22%)- Figura 1 do Anexo 17. Na lista de doenças apresentada à criança no inquérito apenas uma não era zoonose: o escorbuto, mas não ficou entre as 5 doenças sobre as quais as crianças ouviram falar (9,97% das respostas). Em menor proporção foram assinaladas a Febre Q, a Esgana, a Leptospirose, Toxoplasmose, Leishmaniose, Brucelose, Listeriose, Salmonelose e Equinococose.

c) Das doenças acima descritas, quais é que as crianças acham que se transmitem entre o Animal e o Homem?

Verificamos que as doenças em que mais de metade da população que as assinalou considera que é transmitida entre animal e homem são a Febre da Carraça e as Alergias (ambas com 8,20% de crianças a serem dessa opinião). As restantes doenças registarem uma proporção de respostas afirmativas, negativas ou desconhecidas para o facto de serem zoonoses, verificamos a seguinte organização: maior percentagem de respostas afirmativas- Raiva, Doença das vacas loucas, Escorbuto, Febre Q e Brucelose; maior percentagem de negativas: Leptospirose; maior percentagem de desconhecidas: Tuberculose, Esgana, Toxoplasmose, Leishmaniose, Listeriose, Salmonelose e Equinococose (Figura 2, Anexo 17).

d) Será que se regista maior proporção de crianças a ouvirem falar de certas doenças se possuírem em casa o(s) animal(is) envolvido(s) no ciclo biológico das mesmas?

Através da análise da Figura 3 do Anexo 17, não verificamos diferenças significativas entre o facto da criança ter cão e ter ouvido falar na Raiva, na Equinococose, na Febre da Carraça, na Febre Q, na Leptospirose, na Esgana nem na Leishmaniose, tal como as crianças que têm gatos não ouviram falar significativamente mais da Toxoplasmose, da Leptospirose e da Equinococose, nem as crianças com EP no local de residência ouviram falar

significativamente mais da “Doença das Vacas Loucas”, Tuberculose, Brucelose ou Listeriose.

Por outro, verificamos que é 5,41 vezes mais provável uma criança que tenha Réptil(eis) (Tartarugas e outros Réptis), tenham ouvido falar da Salmonelose do que as crianças que não têm estes animais (*Fisher exact test*, $p < 0,01$, IC95% 1,79 a 16,25).

B) Comportamentos de risco que propiciam o aparecimento de zoonoses

a) Em que situações é que as crianças lavam as mãos?

As 1300 respostas foram distribuídas pelas várias opções, verificando-se um maior número de crianças a assinalarem as opções “Antes das refeições” (19,54%), “Quando as mãos estão sujas” (17,46%) e “Depois do WC” (16,38%). Seguiram-se as opções “Depois de mexer no animal de companhia” (15%), “Antes de pegar a comida com as mãos” (14,54%) e “Depois de lavar a casota do animal de companhia” (11,54%). Menos assinalada foi a opção “Depois do recreio” (5,54%). Esta ordem é idêntica quando se analisam isoladamente as crianças dos diferentes géneros e de Meio Rural e Urbano- Figura 4 do Anexo 17.

Comparando as proporções em que cada uma das+ respostas são assinaladas pelas crianças do Meio Urbano e do Meio Rural, verificamos que é 3,53 vezes mais provável que as crianças do Meio Urbano lavem as mãos depois de lavar a casota dos seus animais do que as crianças do Meio Rural ($p < 1 \times 10^{-7}$, IC95% 2,21 a 5,65), que é 3,29 vezes mais provável que as crianças do Meio Urbano lavem as mãos antes das refeições do que as crianças do Meio Rural ($p < 1 \times 10^{-5}$, IC95% 1,92 a 5,66), que é 2,25 vezes mais provável que as crianças do Meio Urbano lavem as mão depois de ir à casa de banho ($p < 0,001$, IC95% 1,41 a 3,58) e que é mais provável que as crianças do Meio Urbano lavem as mãos quando estão sujas ($p < 0,05$, OR= 1,72, IC95% 1,08 a 2,76) e antes de pegar a comida com as mãos ($p < 0,05$, OR= 1,76, IC95% 1,13 a 2,76 do que as crianças do Meio Rural). Entre crianças do género feminino e masculino, verificamos que as primeira lavam mais frequentemente as mãos quando estão sujas ($p < 0,05$, OR=1,61, IC95% 1,01 a 2,57), antes de pegar a comida com as mãos ($p < 0,05$, OR=1,72, IC95% 1,10 a 2,70) e depois de lavar a casota do seu animal de companhia ($p < 0,01$, OR=1,81, IC95% 1,15 a 2,84)- Figura 4 do Anexo 17.

b) O que acham acerca do contacto das senhoras grávidas com os gatos?

A maior parte das 267 crianças que responderam, desconhecem se as senhoras grávidas podem ter contacto com os gatos ou não (39,70%). Entre aquelas que sabem, existe maior percentagem que acha que não podem ter contacto com os gatos do que que acham que elas podem ter contacto com gatos (33,33% contra 26,97%).

Não existem diferenças significativas entre crianças com gatos e sem gatos e entre crianças dos Meios Rural e Urbano- Figura 5 do Anexo 17.

c) *Acham saudável beber-se leite imediatamente após a ordenha?*

A maioria das crianças não acha saudável beber-se leite imediatamente após a ordenha (apenas 19,03% de respostas afirmativas entre as 247 crianças). É 2,30 vezes mais provável que uma criança do Meio Rural considere saudável beber-se leite cru do que uma criança do Meio Urbano ($p < 0,05$, IC95% 1,15 a 4,61)- Tabela 22.

Tabela 22- Proporção de crianças que consideram saudável beber-se leite imediatamente após a ordenha.

Concelhos	% Saudável leite cru		Amostra
Rural	27	26,73%	101
Urbano	20	13,70%	146
Total	47	19,03%	247

d) *Com que regularidade as crianças bebem o leite imediatamente após a ordenha?*

A maioria das crianças "Não" bebe leite cru (85,08% de 248), contra apenas 8,47% que o bebem de vez em quando e 6,45% que o bebem frequentemente.

O padrão de consumo de leite cru por crianças dos Meios Rural e Urbano é semelhante (Figura 6, Anexo 17), mas verifica-se que é 13,21 vezes mais provável uma criança que considere saudável beber-se leite cru, ter bebido ou beber leite cru do que uma criança que não ache este leite saudável ($p < 1 \times 10^{-7}$, IC95% 5,59 a 31,68).

e) *Acham seguro consumirem legumes crus?*

A maioria das 242 crianças acha que os legumes crus são saudáveis apenas se devidamente lavados (66,94%), uma minoria acha que são sempre muito saudáveis (15,29%), e uma percentagem intermédia considera que "Pode ser perigosa" (17,77%)- Figura 7 do Anexo 17.

Verificamos que é 3,21 vezes mais provável que as crianças do género masculino considerem o acto de se comer legumes perigoso, do que as crianças do género feminino ($p < 0,01$, IC95% 1,47 a 7,08) e que é 19,59 vezes mais provável que as crianças que não consumam legumes consideram que eles podem ser perigosos do que as crianças que consomem legumes ($p < 1 \times 10^{-6}$, IC95% 4,44 a 120,79*). O factor "lavar os legumes" ser 2,55 vezes mais provável de ser considerado como necessário no consumo dos legumes nas crianças do género feminino do que masculino ($p < 0,05$, IC95% 1,15 a 5,74). Não existem diferenças significativas entre crianças dos Meios Rural e Urbano ($p < 0,05$, IC95% < 1).

4.2.2.8- *Conhecimentos das crianças sobre Pragas urbanas*

A) *Generalidades sobre Pragas urbanas*

a) *Será que as crianças sabem o que são pragas urbanas?*

A maioria das 243 crianças nunca ouviram falar de pragas urbanas (74,90%), sendo tal é 2 vezes mais frequente nas crianças do Grupo 2 do que do Grupo 1 ($p < 0,05$, IC95% 1,13 a 3,87). Não existem diferenças significativas entre os Meios Rural e Urbano (Tabela 23).

Tabela 23- Proporções de crianças que ouviram e não ouviram falar de pragas urbanas.

Concelhos	% Ouviu falar de pragas	Amostra	Concelhos	% Ouviu falar de pragas	Amostra
Rural	29,29%	99	Grupo 1	30,53%	131
Urbano	22,22%	144	Grupo 2	18,75%	112
Total	25,10%	243	Total	25,10%	243

b) *Quais são os animais que as crianças consideram pragas?*

As 3 espécies animais mais assinaladas nas 1548 respostas dadas pelas crianças, foram as Baratas, as Carraças e as Pulgas (13,82%, 13,70% e 13,57%). Com percentagens muito semelhantes foram assinaladas as espécies Ratazanas, Mosquitos, Moscas e Ratos (desde 11,69% a 10,98%), seguidos das formigas (8,07%). As espécies menos assinaladas são "Outros" (Gafanhotos, Abelhas, Aranhas, Cobras, Lesmas, Minhocas, entre outros), os Pombos, as Gaivotas, os Cães e, por último, os Gatos (Figura 1 do Anexo 18).

c) *A que tipo de problemas as crianças associam às pragas?*

As três opções mais assinaladas pelas 350 crianças relativamente aos problemas associados às Pragas urbanas são "Provocar doenças às pessoas" (44,86%), "Incomodar as pessoas" (43,71%) e "Provocar doenças aos animais" (38,86%). Seguem-se as "Alergias", com 33,71% de crianças assinalarem, "Estragar alimentos" (32,86%), "Sujar as ruas" (14,00%) e "Estragar monumentos" (7,74%) (Figura 2, Anexo 18).

Através da análise desta Figura, verificamos que as crianças do Meio Urbano assinalam significativamente com maior frequência quase todas as possibilidades, à excepção da opção "Estragar monumentos" que se assemelha à proporção de respostas das crianças do Meio Rural. Assim, nas crianças do Meio Urbano, em relação às crianças do Meio Rural, é 3,79 vezes mais provável encontrar a opção "Incomodar as pessoas" ($p < 1 \times 10^{-7}$, IC95% 2,37 a 6,08), 3,11 vezes mais provável encontrar a opção "Provocar doenças aos animais" ($p < 1 \times 10^{-6}$, IC95% 1,94 a 5,00), 2,93 vezes mais provável encontrar a opção "Provocar doenças às pessoas" ($p < 1 \times 10^{-5}$, IC95% 1,85 a 4,65), 2,66 vezes mais provável encontrar a opção "Provocar alergias" ($p < 1 \times 10^{-4}$, IC95% 1,64 a 4,32), 2,47 vezes mais provável encontrar a opção "Sujar as ruas" ($p < 0,01$, IC95% 1,25 a 4,92) e por último, 2,22 vezes mais provável encontrar a opção "Estragar alimentos" ($p < 0,001$, IC95% 1,37 a 3,59).

B) *Reconhecimento da existência de pragas no país, no concelho e na habitação*

a) *As crianças acham que existem muitas pragas urbanas em Portugal? E especificamente no seu concelho?*

A maioria das crianças acha que existem pragas urbanas em Portugal (60,93%) e tal percentagem varia consoante os diferentes concelhos.

Ao analisarmos a Figura 3 do Anexo 18, verificamos que, regra geral, os concelhos onde maior percentagem de crianças acha que existem muitas pragas urbanas em Portugal, são

aqueles onde menor percentagem de crianças afirma que no seu concelho tem pragas urbanas (excepção de Monchique). Não existe nenhum concelho em que a percentagem de cada um destes aspectos se destaca significativamente em relação aos outros, mas podemos ordená-los da maior para a menor percentagem de crianças a responder que existem pragas urbanas em Portugal e no seu concelho. Os primeiros são Monchique, Santiago do Cacém e Ilha do Pico e os segundos são Monchique, Portalegre e Ponte de Lima. Os concelhos com menor percentagem deste aspecto correspondem, tal como já referi, aqueles com maior percentagem no aspecto anterior.

b) As crianças que detectam a existência de pragas no seu concelho, a que pragas se referem especificamente? As crianças detectam a existência de pragas na sua habitação? Se sim especificamente que pragas detectam?

As pragas mais frequentemente assinaladas pelas crianças que responderam que no seu concelho existiam pragas urbanas foram, por ordem decrescente Moscas, Mosquitos, Formigas, Baratas, Ratos, Ratazanas, Pulgas e Carraças. Estas também são as espécies mais referidas como existindo na casa das crianças. O padrão de respostas das crianças de cada um dos concelhos está representado Figura 4 do Anexo 18.

Em relação às pragas assinaladas como existindo no concelho, há a destacar o facto de as crianças de Ponte de Lima assinalarem 3,74 vezes mais a pragas Moscas do que os restantes concelhos ($p < 0,01$, IC95% 1,41 a 9,94).

Relativamente às respostas sobre as pragas encontradas em casa (Figura 4 do Anexo 18), verificamos que nas crianças da Ilha do Pico, é 7,32 vezes mais provável terem Baratas em casa ($p < 1 \times 10^{-6}$, IC95% 3,10 a 17,40) e 3,88 vezes mais provável terem Pulgas em casa (*Fisher exact test*, $p < 0,01$, IC95% 1,42 a 10,50) do que nas crianças dos outros concelhos. Por outro lado, é 2,72 vezes mais provável que as crianças de Ponte de Lima tenham Ratos em casa ($p < 0,05$, IC95% 1,08 a 6,82). Nos restantes concelhos para as restantes espécies de pragas, apesar de haverem diferenças visíveis na Figura 4, estas não são significativas.

C) Comportamentos de risco para o aparecimento de Pragas urbanas

a) O que é que as crianças fazem aos restos que sobram das refeições?

A maior parte das 282 crianças responderam: "Dou aos meus animais de companhia" (37,95%). Seguem-se as respostas "Não sei, a minha mãe é que trata disso" (29,22%) e "Dou aos animais da rua" (11,45%), com 19,88% dos resultados. Deitar directamente para o lixo é o que 11,45% afirmam fazer e deitar o lixo na rua é apenas feito por 1,51% das crianças (Figura 5 no Anexo 18).

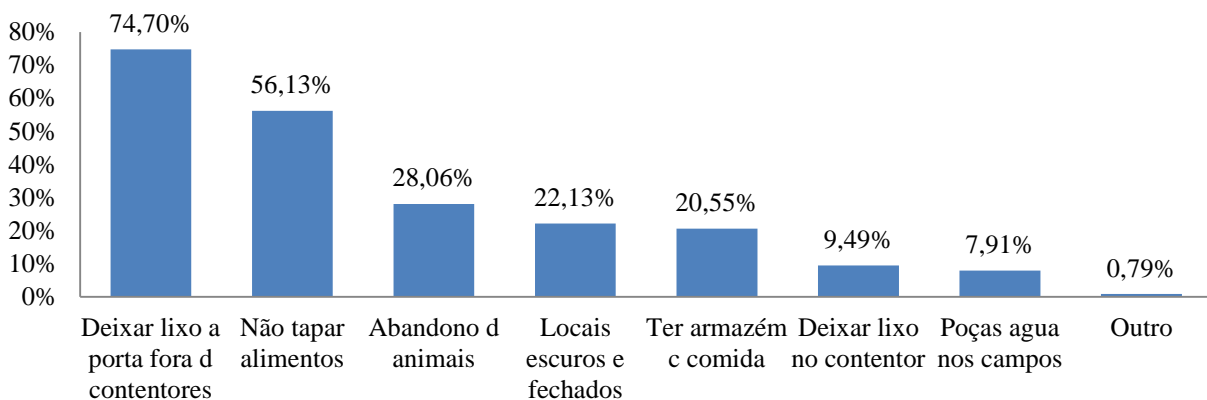
Na Figura 6 do mesmo Anexo está representada a forma como as respostas "Dou aos animais de rua" e "Deito para a rua" estão organizadas consoante os concelhos. A primeira

resposta é dada em maior proporção pelas crianças do concelho de Monchique (42,86%), Porto (38,64%) e Ilha do Pico (28,58%), mas esta diferença não é significativa em relação aos outros concelhos. A menor proporção desta resposta é encontrada no concelho de Santiago do Cacém Quanto a “Deitar os restos para a rua”, é 11,32 vezes mais provável de ocorrer na Ilha do Pico do que em qualquer outro local (*Fisher exact test*, $p < 0,05$, IC95% 1,47 a 101,22*).

b) O que é que as crianças acham que contribui para o aumento das pragas?

A maior parte das 253 crianças considera que as pragas surgem devido a se “Deixar o lixo fora dos contentores”, seguindo-se de "Não tapar os alimentos". Seguiram-se as opções "Abandono dos animais", "Existência de locais escuros", "Ter um armazém com comida", “Deitar o lixo no contentor”, "Existência de poças de água" e "Outras" respostas como meios pouco adequados de prevenção, temperaturas altas, poluição, falta de higiene, maus cheiros e quintas de animais, como mostra a Figura 8.

Figura 8- Razões pelas quais as crianças acham que há surgimento de pragas urbanas, por concelho.



D) Controlo das pragas

a) As crianças acham que há alguma forma de se controlar as pragas?

A maioria das 264 crianças não sabe se existem formas de controlar as pragas urbanas (60,23%), seguidas das crianças que acham que existem formas de controlar as pragas (34,85%) e, por último, das 4,92% que acham que não.

Tabela 24- Crianças que acham que sim/não/não sabem se existem formas de controlar as pragas

Categorias	Sim	Não	Não sei	Amostra
Rural	37,39%	7,83%	54,78%	115
Urbano	32,89%	2,68%	64,43%	149
Grupo 1	35,88%	3,82%	60,31%	131
Grupo 2	33,83%	6,02%	60,15%	133
F	29,92%	2,36%	67,72%	127
M	39,42%	7,30%	53,28%	137
Total	34,85%	4,92%	60,23%	264

Não existem diferenças significativas entre as respostas dos meios Urbano e Rural nem Grupo 1 e 2, mas sim, entre crianças do género feminino e masculino, sendo mais provável que uma criança do género feminino não saiba se existem formas de controlo das pragas do que uma criança do género masculino ($p < 0,05$, OR= 1,84, IC95% 1,08 a 3,13)- Tabela 24.

b) Quais são as formas de controlo de pragas a que as crianças que respondem afirmativamente à pergunta anterior, se referem?

A maioria das 66 crianças que considera existirem formas para se controlar as pragas, refere algum(ns) tipo(s) de produto(s) químico(s) como forma de controlo de pragas (56,06%). A segunda resposta mais dada foi melhorar as condições de higiene de alguma forma (24,24%), seguidas de contratar serviços especializados de controlo de pragas e "Tapar bem os alimentos" (ambas com 6,06% das crianças). Outras possibilidades foram referidas pelas crianças, como "Adoptar/Não abandonar os animais" (3,03%), "Prevenir comportamentos de risco", "Cuidados" e "Manter as janelas fechadas" (todas com 1,52% de crianças a responderem)- Figura 7 do Anexo 18. Não existem diferenças significativas entre as formas de controlo de pragas referidas pelas crianças do Meio Urbano e do Meio Rural, nem entre as formas de controlo de pragas referidas pelas crianças dos Grupos 1 e 2.

4.2.3- Importância e papel atribuído ao Médico Veterinário

4.2.3.1- Importância do Médico Veterinário na Saúde Pública

a) Qual a importância que as crianças dão ao papel do Médico Veterinário na Saúde Pública (de 0 a 5)?

A maioria das 689 crianças dá classificação 5 à importância que o Veterinário tem na salvaguarda da Saúde Pública nacional. As classificações foram atribuídas nas seguintes proporções: 55,88% classificação 5, 24,02% classificação 4 e 19,97% classificação abaixo de 4 (N3: 8,97%, N2: 3,33%, N1: 1,16% e N0: 6,51%) – Figura 1 do Anexo 19.

Não existem diferenças significativas entre as classificações atribuídas pelas crianças do Meio Rural e do Meio Urbano. Por outro lado, existem diferenças entre as 368 crianças do Grupo 1 as 323 crianças do Grupo 2, com as segundas a atribuírem maior proporção de classificações à importância do MV na SP ($p < 0,01$, OR=1,50, IC95% 1,10 a 2,06) e entre as 344 crianças do género feminino e as 347 crianças do género masculino, com as primeiras a atribuírem maior proporção de classificações máximas do que as segundas ($p < 0,001$, OR= 1,70, IC95% 1,24 a 2,32) e as segundas a atribuírem maior proporção de classificações abaixo de 4 do que as primeiras ($p < 0,05$, OR=1,59, IC95% 1,07 a 2,37).

4.2.3.2- Competências do MV

a) Que competência é que as crianças em estudo atribuem ao Médico Veterinário?

Através da análise das respostas dadas por 712 crianças, constatámos que as crianças, por ordem decrescente, associam o MV principalmente à CAC (86,38%), à prevenção das doenças do animal (83,43%) e à Educação (sobre os animais e questões de Saúde Pública)-73,88%. Seguem-se as funções associadas à CEP, a Inspeção Sanitária, ao controlo de pragas urbanas (ratos, ratazanas, pombos e gaivotas) e, por último, à Segurança alimentar.

Na Figura 2 do Anexo 19 estão representadas as respostas assinaladas pelas crianças dos diferentes meios, grupos e géneros. De todas as competências assinaladas, apenas se verificam diferenças no que diz respeito à competência Educação (“Pró-Animal”). Estas diferenças verificam-se entre o Grupo 1 e 2, com os primeiros a assinalarem 1,43 vezes mais que os segundos ($p < 0,05$, IC95% 1,01 a 2,03), e entre as crianças dos géneros femininos e masculinos, com os primeiros a assinalarem 1,63 vezes mais do que os segundos ($p < 0,01$, IC95% 1,15 a 2,33). Não se verificam diferenças significativas nas proporções de competências do MV assinaladas, entre crianças dos Meios Rural e Urbano.

b) Qual a proporção de crianças que sabem minimamente as competências do MV?

Dentro das 705 crianças que responderam a esta pergunta, 55,46%, em média sabem minimamente as responsabilidades do Veterinário (“Clínica de Animais de Companhia”, “Clínica de Espécies Pecuárias” e “Prevenir o aparecimento de doenças”) (Tabela 25).

Tabela 25- Perfil das crianças que sabem minimamente as competências do Médico Veterinário

Concelho	Q responderam	% Sabem os mínimos
Rural	282	51,42%
Urbano	423	58,16%
Grupo 1	376	56,38%
Grupo 2	329	54,41%
F	355	58,59%
M	357	51,26%
Total	712	55,46%

Na Figura 3 do Anexo 19 pode-se ver a forma como se distribuem as crianças que sabem as competências mínimas do MV. Não existem diferenças significativas entre crianças dos Meios Rural e Urbanos, Grupos 1 e 2, Géneros Feminino e Masculino, com ou sem animais de estimação.

4.2.3.3- Conhecimentos acerca do Médico Veterinário Municipal

a) Será que as crianças de cada um dos concelhos ouviram falar em MVM?

A maioria das 1027 crianças inquiridas já ouviu falar do Médico Veterinário Municipal (52,97%), contra 44,21% que não ouviram falar. O concelho onde se regista uma maior percentagem de crianças a responder afirmativamente a esta pergunta é Monchique (70,45%), seguido de Ponte de Lima (59,51%) e Lousã (57,74%). Os três concelhos onde a percentagem

de respostas afirmativas são inferiores são Santiago do Cacém (47,83%), Porto (41,04%) e Portalegre (40,23%)- Figura 4 do Anexo 19.

b) As crianças que ouviram falar no MVM, sabem as suas responsabilidades?

Através da análise das 544 crianças que responderam afirmativamente à resposta anterior, 69,30% que sabem as responsabilidades a ele associadas (Tabela 26). O concelho onde a percentagem de respostas afirmativas é maior é Monchique, seguindo-se Ilha do Pico e Porto. O Porto é concelho que regista menor taxa de pessoas que não sabem as responsabilidades do MVM, mas também é o que regista uma maior taxa de respostas nulas (3,64%). Os três concelhos que registam uma menor percentagem de crianças a saberem as responsabilidades do MVM são Santiago do Cacém, Portalegre e Lousa.

Tabela 26- Proporção de crianças que sabem e não as responsabilidades do MVM nos diferentes concelhos.

Concelhos	% Sabe as responsabilidades	% N sabe as responsabilidades	% N responde	Total Geral
Monchique	77,42%	22,58%	0,00%	31
Ilha do Pico	75,71%	24,29%	0,00%	70
Porto	74,55%	21,82%	3,64%	55
Oliveira do Hospital	69,62%	30,38%	0,00%	79
Ponte de Lima	67,21%	31,97%	0,82%	122
Santiago do Cacém	65,45%	34,55%	0,00%	55
Portalegre	62,86%	34,29%	2,86%	35
Lousa	60,82%	38,14%	1,03%	97
Total	68,38%	30,70%	0,92%	544

c) Qual o perfil das crianças que sabem quais as responsabilidades do MVM, no que diz respeito a terem ou não animais e de serem do género feminino ou masculino?

Na Tabela 1 do Anexo 19 estão as características da população de cada um dos concelhos e de todos no geral, que responderam afirmativamente à pergunta se sabiam as responsabilidades do MVM, por ordem da percentagem maior para a mais pequena. Não verificamos qualquer tipo de tendência em relação às características terem ou não animais ou serem do género feminino ou masculino para os concelhos dispostos por ordem decrescente, sendo em média, 89,52% das respostas afirmativas têm animais e 47,58% são do género feminino.

d) Existe algum MVM no concelho segundo as crianças?

Através da Figura 5 do Anexo 19, verificamos que a maior parte de 988 crianças, não sabe se existem MVM no concelho (48,08%) seguido pela resposta "sim" (42,11%) e "não" (9,82%).

De destacar há o facto de os três concelhos onde a resposta "sim" foi em maior proporção serem Monchique (62,79%), Lousa (61,82%) e Oliveira do Hospital (57,53%), contra Portalegre e Porto onde esta proporção foi menor (20,55% e 14,96, respectivamente). De

destacar é também a elevada proporção de respostas "não sei" nos concelhos Porto (78,74%), Portalegre (78,08%) e Ponte de Lima (59,20%) e a elevada proporção de resposta "não" em Santiago do Cacém (44,34%).

e) As crianças que responderam que existia MVM no seu concelho, acertaram?

Através do estudo de 69 crianças que especificaram quem achavam ser o MVM do seu concelho, verificamos que a grande maioria não acerta no nome ou na descrição do mesmo (75,36% contra 24,64% que acertaram), confundindo na grande maioria das vezes com o Médico Veterinário privado (62,32%). São as crianças de Portalegre as que mais acertam (33,33% em 23 crianças), seguidas das da Ilha do Pico (30,43% em 11 crianças), Ponte de Lima (28,00% em 25 crianças) e Santiago do Cacém (25% em 6 crianças). Em relação a Monchique, nenhuma das crianças acertou no MVM do concelho, fazendo confusão com a Médica Veterinária de uma Clínica privada- ver Figura 6 do Anexo 19.

f) As crianças que acertaram no nome ou descrição do MVM do concelho têm animais? Já viram o MVM pessoalmente?

Todas as 17 crianças que acertaram têm animais, mas em média, apenas 47,96% das mesmas o viram pessoalmente (Tabela 27).

Tabela 27- Crianças que já viram o MVM pessoalmente, em relação às crianças que acertaram no nome do MVM

Concelhos	% Tem animais	% Q viu MVM pessoalmente	Total
Ilha do Pico	100,00%	42,86%	7
Ponte de Lima	100,00%	42,86%	7
Portalegre	100,00%	50,00%	2
Santiago do Cacém	100,00%	100,00%	1
Total	100,00%	47,06%	17

g) As crianças que confundiram o MVM com um Médico Veterinário privado têm animais? Já viram o suposto “MVM” pessoalmente?

A grande maioria das crianças que confundiram o MVM com o MV privado têm animais (95,56%) e já o viu pessoalmente (55,56%) (Tabela 2 do Anexo 19).

4.3- Informações fornecida pelos Inquéritos finais

4.3.1- Posse de Animais de Companhia

a) Será que o projecto fez com que as crianças adquirissem mais AC?

Não, verificamos até uma ligeira redução entre a proporção de crianças que tinha animais antes do projecto e depois do projecto (80,95% para 85,20%), não estatisticamente relevante- ver Figura 1 do Anexo 20.

4.3.2- Classificações ao trabalho do Médico Veterinário e suas competências

a) Será que as crianças melhoraram a classificação que atribuem a ir ao MV?

Verificamos que a proporção de classificação 5 atribuída à importância de se ir ao Médico Veterinário com o animal de estimação, aumentou depois do projecto, relativamente à mesma classificação antes do projecto (85,21% vs 72,12%), ou seja é 2,23 vezes mais provável que uma criança que tenha participado no projecto e seja destes concelhos, dê a classificação máxima à importância de se ir ao MV do que antes do projecto ($p=8,54 \times 10^{-3}$).

As diferenças foram significativas nas turmas que tiveram o tema “Zoonoses” (é 10,61 vezes mais provável que estas crianças dêem classificação máxima agora do que antes, $p=1,40 \times 10^{-3}$) e “Como tratar os animais de companhia- Cães e gatos” (é 2,64 vezes mais provável que estas crianças dêem classificação máxima agora do que antes, $p<0,05$). Inversamente, a proporção de classificações abaixo de 4, baixou depois do projecto, sendo antigamente 3,63 vezes mais provável de obter uma classificação abaixo de 4 do que actualmente ($p=0,04$). As diferenças foram significativas foram registadas nas crianças do Porto ($p=0,04$)- ver Tabela 1, Anexo 20.

b) Será que as crianças melhoraram a classificação que atribuem à importância do Médico Veterinário na salvaguarda da saúde das pessoas?

Verifica-se que houve uma ligeira redução de proporção de crianças a atribuírem classificação 5, no geral, em relação à importância que o Médico Veterinário tem na salvaguarda da saúde das pessoas, depois do projecto, em relação a antes (47,58% vs 50,38%), e um aumento da proporção de respostas inferiores a 4- numa proporção estatisticamente insignificativo. Isto não ocorre em todos os concelhos (excepção de Monchique), nem para todos os temas abordados (excepções para "Do prado ao prato" e "Pragas urbanas"). Verificamos que amostra da população é diferente entre o antes, existindo na amostra das "Zoonoses" pelo menos 5 pessoas que beneficiaram do projecto (Tabela 2 do Anexo 20).

c) As competências do MV são as mesmas para as crianças antes e depois do projecto?

Verificamos através da Figura 2 em Anexo 20, que as competências do Médico Veterinário tem aos olhos da crianças, são diferentes depois do projecto (para 129 crianças), relativamente a antes do mesmo (para 139 crianças). Assim, existe 3,26 vezes mais probabilidade das crianças associarem o MV à Inspeção sanitário do que antes ($p<0,001$), 3,05 vezes mais probabilidade das crianças associarem o MV ao controlo de pragas ($p<0,001$) e maior probabilidade das crianças associarem o MV à CEP ($p<0,05$).

Descriminando cada um dos temas abordados, maior proporção das crianças que aprenderam sobre “Zoonoses” passam a considerar a Inspeção sanitária e o controlo das

pragas como competências do MV (actualmente é 9,88 vezes e 5,8 vezes mais provável, respectivamente, que uma criança que tenha tido este tema saiba tais competências; $p < 0,001$ e $p < 0,05$, respectivamente). Nas crianças que aprenderam sobre “Pragas”, actualmente é 12,83 vezes mais provável que associem o MV ao tratamento dos animais selvagens ($p < 0,001$), é 6 vezes mais provável que associem o MV ao controlo de pragas ($p < 0,05$) e é mais provável que associem o MV à prevenção de doenças ($p < 0,05$), à CEP ($p_{Fisher\ exact} < 0,001$) e à inspecção sanitária ($p_{Fisher\ exact} < 0,05$). Por outro lado, é mais provável que as crianças que aprenderam sobre “Do prado ao prato” associem a Segurança alimentar ao MV, 6,56 vezes mais do que o faziam ($p < 0,05$) e que as crianças que aprenderam sobre “Como tratar os AC-cães e gatos”, considerem como competências do MV tratar de animais selvagens e controlar as pragas, 4,58 vezes e 3,56 vezes mais do que consideravam (ambos $p < 0,05$).

4.3.3- Importância da Educação Pró-Animal

a) Qual é a percentagem de crianças que depois do projecto gostaria de saber mais sobre os animais? Difere da percentagem inicial?

A percentagem de crianças que gostaria de saber mais sobre os animais é muito semelhante nas 50 crianças que responderam inicialmente e as 42 crianças que responderam depois (72% e 71,43% respectivamente). De destacar a amostra pouco significativa (Tabela 1, Anexo 20).

b) Existem diferenças nas classificações atribuídas à importância da educação sobre os animais antes de depois do projecto?

Apesar de verificarmos diferenças entre a proporção de crianças que atribuem classificação máxima, média e mínima, principalmente em relação a Portalegre e ao tema ali aprendido ("Animais exóticos") e a Oliveira do Hospital (Tabela 4 do Anexo 20), não existem diferenças significativas entre as classificações atribuídas antes depois do projecto à importância que as crianças atribuem à educação sobre os animais. O único resultado significativo foi a proporção de crianças que atribuíram classificação abaixo de 4 no concelho de OHP, inferior depois do projecto ($p = 0,04$).

c) Qual a classificação atribuída pelas crianças à importância que o projecto tem para a melhoria do respeito que as pessoas têm sobre os animais?

A maioria das crianças atribui a classificação máxima à importância que a Educação Pró-Animal tem para melhorar o respeito que as pessoas pelos animais (60,11% de 188 crianças). 25% atribuem classificação 4 e 14,89% classificações abaixo de 4- ver Figura 2 do Anexo 20.

As proporções de classificação máxima variam, por ordem decrescentes, consoante são atribuídas pelas crianças das seguintes escolas: Porto e Vale do Alva, Portalegre e Monchique

e Lagares da Beira. À medida que a proporção de classificação 5 baixa, a classificação 4 aumenta (para a classificação abaixo de 4 não se verifica qualquer tipo de tendência).

Relativamente aos diferentes temas, a proporção mais elevada de classificação 5 ocorre nos temas "Praga urbanas" e "Como tratar os animais de companhia- cães e gatos", seguidos das "Zoonoses", "Do prado ao prato" e dos "Animais Selvagens". A menor percentagem regista-se pelas crianças onde foi abordado o tema: "Como tratar os Animais de Companhia: Exóticos".

Verifica-se uma maior proporção de classificação 5 nas crianças do género feminino (não significativa) e uma menor proporção de classificações abaixo de 4 nas crianças do género feminino, sendo 3,85 vezes mais provável encontrarmos classificação abaixo de 4 nas crianças do género masculino ($p < 0,05$). Entre crianças com e sem animais, não se verificam diferenças significativas (Figura 3 do Anexo 20).

d) Qual a classificação atribuída pelas crianças à importância que o projecto tem para a melhoria da saúde das pessoas?

Verificamos através da Figura 4 do Anexo 20, que a maior parte (mas não a maioria), atribui a classificação máxima à importância que o projecto Educação Pró-Animal tem para melhorar da saúde das pessoas (46,72% de 122 crianças). Seguiu-se a classificação 4 (32,79%) e, por último as classificações abaixo de 4 (20,49%).

Foram as crianças da escola de Vale do Alva onde maior número de crianças assinalou classificação máxima, seguida de Monchique, Porto, Portalegre e, por último, Lagares da Beira). As outras classificações variam consoantes o concelho, mais a classificação 4 é bastante elevada em Lagares da Beira (66,67%). Por outro lado, foram as crianças onde abordei o tema "Do prado ao prato" que mais atribuíram classificação máxima, seguido de "Como tratar do meu animal de companhia-Cães e gatos", de "Animais Selvagens" e, com menor proporção, "Como tratar os animais de companhia-exóticos".

Mais uma vez, verifica-se uma maior proporção de crianças do género masculino a atribuírem classificação abaixo de 4 do que do género feminino, sendo 10,92 vezes mais provável encontrarmos este tipo de classificação nas crianças do género masculino ($p < 0,05$) (Figura 5 do Anexo 20). Não existem diferenças significativas entre crianças com e sem animais.

CAPÍTULO 5 - DISCUSSÃO

As 1027 crianças inquiridas dos oito concelhos/regiões de Portugal têm entre 9 e 18 anos (11,6 de média). O género feminino representou 48,78% (sendo o masculino 51,22%) e 86,17% das crianças têm animais.

Relativamente à motivação para aprender acerca de animais, verificamos que das 744 crianças que responderam, 66,53% gostaria de saber mais sobre animais, e que 61,69% atribui a classificação máxima à importância da Educação Pró-Animal (e apenas 10,88% atribuem classificação abaixo de 4 (0/5)). É 2,86 vezes mais provável que uma criança sem animal no seu local de residência queira saber mais sobre animais do que uma criança com animais e é 1,61 vezes mais provável que uma criança do Meio Urbano atribua a classificação máxima à importância da Educação Pró-Animal do que uma criança do Meio Rural. Os dois resultados deverão estar interligados, uma vez que as crianças do Meio Urbano têm menos animais do que as crianças do Meio Rural, sendo que vou apenas analisar o primeiro caso. Considero que o facto de as crianças terem contacto diário com animais, pode dar origem a dois tipos antagónicos de sentimentos: ou uma grande ligação aos animais ou um desinteresse pelos animais. Através dos resultados, parece que a posse de animais gerou um sentimento de desinteresse, contrariamente à não posse dos animais. Tal poderá dever-se a vários factores, mas considero que nestas idades, as crianças interessam-se por aquilo que as pessoas que estão à sua volta se interessam e querem-se destacar das mesmas. Numa população onde a posse de animais é comum, o facto de se saber muito acerca deles parece pouco interessante e banal, enquanto outro tipo de actividades (videojogos, computadores, brinquedos da moda, etc.) serão mais interessantes e inversamente para aqueles que não têm animais, ou seja, saberem muito sobre animais e terem animais será considerado como diferente e original. No entanto, a desigualdade entre a amostra de crianças com animais (885 crianças) e sem animais (142), impede a generalização e conclusão cientificamente fidedigna.

Padrão de detenção dos animais pelas crianças

É 2,59 vezes mais provável que uma criança do Meio Rural tenha animais do que uma criança do Meio Urbano e 2,28 vezes mais provável que uma criança que viva num concelho cuja taxa de empregabilidade é inferior à média nacional tenha animais, do que uma criança de um concelho com empregabilidade superior. No primeiro caso, tal poderá dever-se ao facto de os animais serem mais frequentemente considerados uma fonte de rendimento nos Meios Rural do que Urbano, sendo que os animais são usados mais para o trabalho do que para companhia (incluindo cães de guarda, gatos para caçar os ratos, suínos para fazer o reaproveitamento da matéria orgânica da quinta, entre outros), ao facto de o local de

residência das famílias ter mais espaço, ao facto de o animal não depender tanto do dono para fazer necessidades e brincar ou ao facto de o investimento associado à posse de animais ser inferior no Meio Rural. No segundo caso, a disponibilidade de tempo que uma população com maior taxa de desemprego, associado à companhia e a sociabilização que o animal propicia, devem estar na origem da posse de animais ser mais comum neste grupo.

Das 1027 crianças, 54,92% têm cães, 38,95% tem gatos, 23,17% têm pássaros, 22,98% têm outros animais e 21,23% têm peixes. Quando assinalam “Outros animais” as crianças referem-se, na sua a grande maioria (61,86%) a diversos animais de quinta (desde ruminantes, a aves, suínos e asininos), seguindo-se a referência a animais exóticos variados (23,31%).

Ao agruparmos todos os animais exóticos (tartaruga, pássaro, peixe, réptil, insecto e "outro" animais exóticos especificados pela criança), verificamos que é mais comum a sua posse do que (do maior para o menor), a posse de cães e gatos em simultâneo, apenas cães (sem gatos) e apenas gatos (sem cães). Esta supremacia dos animais exóticos, tal como verificámos através deste trabalho, pode ter a ver com o facto de as crianças terem curiosidade sobre os modos de vida e hábitos destes animais (“ser um animal diferente” - 46,56% - "para saberem mais sobre o animal" - 19,85%), por se interessarem concretamente por uma determinada espécie deste tipo de animais (“porque gostam destes animais” - 9,92%), porque considerarem que os cães e gatos dão muito trabalho e esta será uma forma de terem um animal que lhes faz companhia na mesma, sem dar tanto trabalho (9,16%). As razões apontadas pelas crianças para a posse de animais nem sempre corresponderão às razões reais uma vez que a aquisição de um animal é determinada pelos pais. Os animais exóticos são geralmente mais económicos (para alimentar e cuidar), ocupam menos espaço (estão em jaulas, gaiolas ou aquários), consomem menos tempo e implicam menos problemas de agressão.

O padrão de posse não varia significativamente entre Meios Rural e Urbano, verificando-se apenas que é aproximadamente uma vez e meia mais provável uma criança do Meio Urbano ter cães sem ter gatos do que uma criança do Meio Rural. Tal era de esperar e deverá estar relacionado com o maior espaço disponível e com o uso de cães e ao gatos para trabalho no Meio Rural, enquanto que no Meio Urbano, a falta de espaço, posse do cão maioritariamente para companhia (e preferido em relação ao gato), regras de condomínio, entre outras associadas à vida em Meio Urbano. Já entre os Grupos 1 e 2, as diferenças são muitas, desde as proporções de crianças com exóticos - nomeadamente de pássaros e as tartarugas - e com cães sem gatos (ambas maiores no Grupo 1), até às proporções de crianças com gatos (sem cães) e com cães e gatos em simultâneo (ambas maiores no Grupo 2). Em relação às famílias do Grupo 1, a posse de animais exóticos por famílias empregadas deverá estar relacionada

com a facilidade de maneo e menor necessidade de tempo, associado a estes animais, e a posse de apenas cães deverá estar relacionado com a falta de tempo e disposição para cuidar das duas espécies de AC depois de um dia de trabalho. Quanto ao facto de, por um lado, o Grupo 2 ter mais gatos, e por outro, ter mais cães e gatos em simultâneo deverá ter a ver com as diferentes formas antagónicas de o ser humano reagir face ao desemprego: uma de isolamento da sociedade (na qual a independência do gato se adapta) e outra de luta contra o isolamento (onde a posse simultânea de cães e gatos pode ser uma solução).

Das famílias com animais, 22,15%, em média, têm apenas uma espécie animal 11,64%, em média, possuem apenas um animal na residência. As espécies animais dentro de ambas as condições são os cães, os gatos e os peixes, registando-se também, os insectos e os coelhos. Por outro lado, no que diz respeito à proporção de famílias com o número de cães e/ou gatos por fogo habitacional dentro dos valores permitidos por lei, estas são a maioria das que entraram no estudo (70,03% das 674 famílias com cães e/ou gatos, 45,96% das 1027). A posse de uma quantidade de cães e/ou gatos condicionada ao pedido de autorização especial (caso de existirem 5 ou 6 animais por fogo), ocorre numa frequência intermédia - 40,36% das 674 famílias com cães e gatos e 26,48% das 1027 famílias em estudo. Por sua vez, a proporção de famílias com cães e/ou gatos a proceder ilegalmente por deterem maior quantidade de cães e/ou gatos que o permitido é de 20,92%, 13,73% da população total.

Existem diferenças significativas nas proporções de famílias com apenas uma espécie animal na residência, tanto entre crianças do Meio Rural e Urbano (mais frequente nas primeiras do que nas segundas), como entre as crianças dos Grupos 1 e 2 (mais frequente nas segundas do que nas primeiras). Em ambos os casos, como coincidem com as categorias em estudo com maior proporção de famílias com animais, pensa-se que estará relacionado com o facto de, em vez de as famílias não terem qualquer animal, como acontece mais frequentemente no Meio Urbano, têm pelo menos um animal.

No que diz respeito ao número de cães e/ou gatos por fogo, verifica-se que as famílias do Meio Urbano estão mais frequentemente dentro da legalidade do que as do Meio Rural. Estas, por oposição, estão mais frequentemente numa situação de legalidade condicionada ou ilegalidade. Tal pode dever-se à maior área por habitação e sem ser urbanizada no Meio Rural, que permite que os animais andem à solta e sem dependerem tanto da disponibilidade de tempo dos donos (principalmente para os levar à rua), o que é comprovado e reforçado com o facto de ser 3,04 vezes menos provável que as famílias do Meio Rural apanhem as fezes dos seus animais e 2,54 vezes menos provável que as crianças do Meio Rural usem trela no seu animal, do que as famílias do Meio Urbano. Por outro lado, as famílias do Meio Urbano residem frequentemente em apartamentos, tendo geralmente vizinhos a morar muito

próximos de si. Nestas circunstâncias, o comportamento normal de um animal como ladrar ou andar pela casa será mais desagradável para os vizinhos, que no limite reivindicarão pela sua tranquilidade e confrontarão o vizinho com a lei.

Por outro lado, são as crianças do Grupo 2 as que mais frequentemente estão dentro da legalidade no que toca ao número de cães e/ou gatos por fogo e, por oposição, são as crianças do Grupo 1 em que menos frequentemente isto se verifica. Isto pode ser atribuído ao acaso, mas também poderá estar relacionado com o facto de as famílias (ou um dos elementos da mesma) passarem mais tempo em casa, sendo que a partilha de espaço com um grande número de animais pode se revelar um incómodo maior. Não se verificam diferenças significativas no uso de trela e recolha de fezes entre os grupos.

No que diz respeito à posse de EP, verifica-se que no geral 71,79% das famílias têm EP ou os seus familiares têm EP, 34,87% das quais têm estes animais no seu local de residência. Comparando as diferentes categorias em estudo, verificamos que é 2,37 vezes mais comum as famílias do Meio Rural terem EP no local de residência ou os seus familiares terem EP e que é aproximadamente 2,6 vezes mais provável as famílias do Meio Rural terem EP do que as do Meio Urbano e que as famílias do Grupo 2 tenham EP do que do Grupo 1.

Tal pode ser justificado usando as mesmas razões da existência da supremacia destas mesmas categorias na posse de animais no geral, acrescentando o facto de a posse de EP ser muitas vezes a fonte de sustento para as famílias do Meio Rural e, provavelmente, para as famílias do Grupo 2.

Dentro das 261 famílias com EP, 34,10% têm galinhas, 24,13% têm ruminantes (cabra, ovelha e bovinos), 15,71% têm porcos e 15,33% têm coelhos. São também assinaladas em menor proporção, aves de produção (perus, gansos e patos), outras aves (pombos e rolas), burros e equinos. Este padrão repete-se nas categorias que estamos a estudar, com excepção para a proporção de suínos no Meio Rural, 3,14 vezes mais frequente que no Meio Urbano.

Por último, verificamos que 92,86% das 56 crianças que não têm animais, gostariam de ter, mas que não os têm principalmente porque a “Mãe não deixa”, “falta de tempo” e “falta de espaço”. Tal realça a vontade de as crianças terem animais e do papel dos pais na decisão de não os terem, podendo também ser eles que, para justificarem a negação, transmitem as informações de que a posse de animais envolve tempo e espaço, que eles não têm.

Conhecimentos sobre AC

O local preferido por 311 crianças para adquirir um AC são os canis ou gatis, seguidos das lojas de animais. Não tão importante foi a opção “ir criador da raça”. Antes de interpretar os resultados, à que reflectir sobre como a pergunta foi feita. A inclusão de conotações chave nas diferentes alíneas de escolha múltipla, nomeadamente: a informação (loja de animais que

informa), afectividade (loja de animais queridos) e a solidariedade (canil com animais que anseiam por um dono dedicado), faz com que o assinalar de uma determinada alínea, seja revestida das significações tanto do local de preferência para as crianças adquirirem o AC, como o que valorizam mais no acto da aquisição do mesmo. Tendo como objectivo determinar o local, o melhor será excluir estas conotações, que acabam por nos dar uma informação incerta sobre a que aspecto em concreto a criança se refere quando assinalada dada opção. De qualquer forma, as respostas obtidas vão ao encontro da acessibilidade em adquirir um AC, uma vez que os animais obtidos em canis e gatis não implicam custos para os novos donos, ao contrário das lojas de animais, que envolvem custos, e dos criadores de raça, que para além de envolverem custo, são mais raros e implicam uma intenção inicial de adquirir um animal específico. Verificamos que é 1,93 vezes mais provável que as crianças do Meio Urbano prefiram ir ao canil municipal do que as do Meio Rural e que é 2,19 vezes mais provável numa criança do género feminino o prefira relativamente ao masculino. No primeiro caso, o facto de as crianças serem expostas ao problema de animais de rua não parece estar na base da vontade de ir ao Canil/Gatil, uma vez que não existiam diferenças significativas entre as crianças do Meio Urbano e Rural que assinalaram verem muitos animais de rua. Em vez disso, poderá estar relacionado com a maior informação que lhe chega acerca do tema e da existência associações de apoio animal que promovem iniciativas para promover a adopção de animais. Em relação ao segundo caso, tal deverá ter a ver com o facto de o género feminino ter geneticamente predisposição para ser mãe e para cuidar dos mais debilitados. Por outro lado, é 3,32 vezes mais provável que uma criança do Meio Rural queira ir à loja de animais com animais queridos (preferindo este aspecto ao facto de a loja informar acerca do animal a adquirir) e é 1,98 vezes mais provável que as crianças do género masculino também considerem mais esta opção do que as crianças do género feminino. Acerca disto temos que reflectir sobre vários aspectos. As crianças que assinalam esta opção podem querer transmitir o afecto que sentem pelos animais, mas transmitem alguma imaturidade na aquisição de AC. As crianças que respondem desta forma terão mais probabilidade de abandonar os animais. Por fim, é 2,99 vezes mais provável uma criança do género masculino preferir ir ao criador da raça do que uma criança do género feminino, o que poderá manifestar alguma vontade de obtenção de *status* com um animal “da moda” específico ou serem mais decididos naquilo que querem do que as crianças do género feminino.

No que diz respeito às obrigações dos donos, a maioria das 275 crianças que responderam a este inquérito, reconhece as obrigações associadas à posse de um animal de companhia, com excepção da colocação do *microchip* (proporção de respostas menos 50%) e que não consegue distinguir obrigações de responsabilidades, sendo que as duas opções mais assinaladas na

pergunta acerca das obrigações de um dono, diziam respeito a responsabilidades e não obrigações (“Brincar com o animal pelo menos uma vez por dia” e “Ir regularmente ao Vet”). É 3,04 vezes mais provável que as crianças do Meio Urbano incluam “recolher as fezes do seu animal” e 1,93 vezes mais provável que incluam a “colocação de *microchip*” como obrigações do dono, do que as crianças do Meio Rural. Tal poderá estar relacionado ao facto de, por um lado, serem expostos mais ao problema das fezes na via pública e a campanhas de sensibilização e, por outro, ao maior acesso a informação (por exemplo, devido a ser 2,42 vezes mais provável a população do Meio Urbano levar os seus cães ao MV do que a Rural).

47,03% das 236 crianças que têm cães e/ou gatos, afirma que os seus animais são guiados à trela sempre que passeiam na via pública e 20,76% da população apenas a usam quando vão ao veterinário ou para longe de casa. 11,02% das crianças não responde, o que dificulta a interpretação destas respostas. Mas, e tal como já foi referido, são as famílias do Meio Urbano as que mais usam a trela naquelas duas situações específicas, por necessidade de maior contenção na via pública. Tal também poderá estar associado ao facto de apenas menos de três quartos das crianças consideram obrigatório a condução do cão à trela na via pública.

Das 181 crianças que responderam a esta pergunta, aproximadamente metade afirma que a sua família apanha as fezes do animal na via pública e é 2,29 vezes mais provável de acontecer nas crianças que acham este acto obrigatório. Assim, o desconhecimento da sua obrigatoriedade poderá ser um dos factores para a não recolha de fezes (apenas 74,73% das crianças consideram obrigatório), aliado ao desconhecimento dos seus riscos.

No geral, 83,26% das 436 famílias levam os seus cães ao MV, 63,51% das 285 famílias levam os seus gatos ao MV e 24,29% das 140 famílias levam os seus pássaros ao MV. Estas percentagens poderão estar sobrevalorizadas porque 59,21% das crianças que responderam que o animal ia ao MV, não souberam especificar a frequência com que tal acontecia, o que pode significar um assinalar “leviano” na opção “Sim” acerca da ida ao MV ou um desinteresse da criança nesta área (área ainda sob responsabilidade dos pais). De qualquer forma, mesmo considerando um certo grau de incerteza, é mais provável que as famílias do Meio Urbano vão com o(s) seu(s) cão(s) e com o(s) seu(s) pássaro(s) ao MV do que as do Meio Rural (2,42 vezes mais provável com o cão, 3,66 vezes mais provável com o pássaro). Um maior acesso aos cuidados de saúde animal (mais CAV’s no concelho) e, indirectamente, a cuidados de saúde humana, um maior acesso a informação sobre o tema, um contacto mais estreito entre o animal e o dono e mais recursos financeiros das famílias do Meio Urbano em relação às do Meio Rural, poderão estar na base destes resultados.

Relativamente à opinião que as crianças têm das vacinas, as respostas dividem-se entre “Todas obrigatórias”, “Importantes mas não obrigatórias” e “Uma vacina obrigatória”,

registando-se apenas 7,64% de crianças que desconhecem o que é. Tal, juntamente com o atribuir da classificação máxima a esta medida profiláctica, por 73,81% das crianças e a 77,83% dos seus cães e/ou gatos estarem vacinados, confirma que as crianças reconhecem a importância das vacinas. Tal poderá estar relacionado com o facto de elas próprias terem de ser obrigatoriamente vacinadas. O reconhecimento de obrigatoriedade em pelo menos uma vacina é 1,98 vezes mais provável pelas crianças do Meio Urbano do que Rural e desconhecer o que são vacinas, parece ser 3,4 vezes mais comum nas crianças do Meio Rural que Urbano.

Relativamente a outras medidas profilácticas, há a destacar a esterilização e o *microchip* e os resultados relativos ao boletim sanitário. Assim, 49,14% das 175 que responderam sabem o que são esterilizações e a maioria desconhece se os seus animais estão esterilizados. Por outro lado, relativamente ao *microchip*, apesar de 71,65% saberem o que é, apenas 48,73% considera obrigatório, apenas 54,50% têm os seus cães e/ou gatos com *microchip* e apenas 46,11% atribui classificação máxima a esta medida profiláctica. Também em relação ao boletim sanitário, o desconhecimento de quase metade das 179 crianças que responderam, foi evidente. Verifica-se que no Meio Urbano é 1,91 vezes mais provável a criança saber o que são *microchips* do que no Meio Rural e que é 2,63 vezes mais provável que as crianças do Grupo 1 saibam o que são *microchips* do que do Grupo 2. Tais resultados gerais poderão ser a manifestação de desinteresse nestas áreas, talvez motivado pelo desconhecimento da importância de tais medidas e/ou a falta de acesso à informação (principalmente crianças do Meio Rural).

Animais Selvagens

O problema associado à posse de animais exóticos que provêm dos ambientes selvagens, nacional e internacional, e o controlo que existe no tráfico de animais selvagens, é do desconhecimento geral das crianças. Consideram que os animais exóticos vêm do Ambiente Selvagens Internacional (63,99% de 286) e Nacional (17,13%), e que é daí que devem vir: (respectivamente, 48,90% e 23,35% de 227 crianças a responderem). Por outro lado, 66,95% das 348 crianças, não sabe se existe controlo específico na venda de animais selvagens (2,11 vezes mais provável nas crianças do Meio Rural), apenas 23,28% consideram que sim (2,2 vezes mais provável nas crianças do Meio Urbano), sendo as restantes respostas, negativas (2,8 vezes mais provável nas crianças do Grupo 1). Tal deverá ser devido à falta de informação que as crianças recebem pois a maior parte delas demonstra interesse pelo tema.

82,9% das 345 crianças acha que pode ajudar a salvar os animais selvagens e 71,01% querem-no fazer. É 2,14 vezes mais provável que as crianças do género feminino considerem que podem ajudar a salvar os animais selvagens, mas tal não é proporcional a o quererem fazer, não havendo nesse aspecto diferenças significativas. Muitas foram as acções que as

crianças que gostariam de salvar os animais em extinção, referiram fazer para tal, destacando as acções preventivas de conservação do ambiente e de sensibilização da população, seguidos das acções activas, dirigidas directamente sobre os animais selvagens e sobre o acto de caçar.

No geral não se mostra predisposição para o uso de peles ou consumo de carne de animais em vias de extinção por parte das crianças.

Quanto a idas a Parques Zoológicos 77,33% das 322 que responderam respondem afirmativamente, sendo 5,02 vezes mais provável de acontecer em crianças do Meio Urbano que Rural e 1,79 vezes mais frequente nas crianças do Grupo 1 do que Grupo 2. No primeiro caso poderá dever-se a uma maior publicidade destes locais e aos melhores acessos e transportes que existem no Meio Urbano em relação ao Meio Rural, assim como maior disponibilidade financeira. No segundo caso, muitas podem ser as justificações, como por exemplo, disponibilidade financeira e emocional e a vontade de usar o fim-de-semana em actividades fora de casa, mas são todas suposições. 96,27% dos Parques zoológicos frequentados são nacionais e a maioria das crianças opta por ir aos parques próximos da sua área de residência.

Espécies Pecuárias e trabalho no sector primário

As respostas relativas à frequência com que a criança tem contacto com as EP dividem-se entre as que os vêem todos os dias (2,87 vezes mais provável para uma criança do Meio Rural do que Urbano e 2 vezes mais provável para uma criança do Grupo 2 do que 1), as que os vêem muito raramente e as que os vêem uma vez por semana. Algumas crianças responderam que contactam com este tipo de animais uma vez por mês, outras só quando vão a quintas pedagógicas com a escola ou com os pais e outras nunca contactam com as EP (11,12 vezes mais provável nas crianças do Grupo 1 do que 2).

Quanto à predisposição para o êxodo Rural, verifica-se que 35,63% das 261 crianças estudadas gostariam de trabalhar no campo quando crescessem (por gostar da natureza, porque o país precisa, para continuar o negócio da família, entre outras) e que 43,30% não o querem. Esta última percentagem não parecem estar relacionadas com a falta de interesse nas actividades de campo, já que 94,03% das crianças gostariam de ter mais contacto com a natureza. Em vez disso parece estar relacionado com o desprestígio social da profissão (preferindo profissões socialmente mais valorizadas como por exemplo, futebolista), por ser aborrecido, não dar dinheiro, não saberem o que fazer para o serem e já existirem pessoas suficiente no ramo.

Por outro lado, apenas 35,8% das 243 crianças querem “Continuar na sua vila/cidade” e 29,63% das crianças ainda não sabem. As restantes, querem morar num centro Urbano, nacional ou internacional. Tal não difere entre crianças que residem em meios Urbanos e

rurais, nem nos Grupos 1 e 2, mas varia muito consoante o concelho (desde 18,75% de crianças a quererem continuar na sua vila/cidade em Santiago do Cacém, até 53,85% de crianças a quererem morar em Ponte de Lima). Tal poderá ter a ver com as estruturas e estabilidade que o concelho oferece aos seus munícipes, ao espírito aventureiro da criança, à influência dos familiares e amigos, entre outras.

Em média, as crianças sabem o que são ruminantes e o que são omnívoros, nem sempre associando a galinha como sendo omnívoro. Apesar de serem conceitos aprendidos na escola, no 6º ano lectivo, verifica-se grandes diferenças no seu conhecimento entre crianças do Meio Rural e Urbano. Assim, contrariamente ao que concluimos até aqui relativamente ao conhecimento geral das crianças do Meio Urbano, é 6,10 vezes mais provável que uma criança do Meio Rural saiba o que são ruminantes do que uma criança do Meio Urbano. Tal parece estar relacionado com o facto de os familiares terem EP, já que é 2,43 vezes mais provável que uma criança cujos familiares têm EP, saiba o que são ruminantes do que uma criança sem EP. Tais dados remetem-nos a um tipo de informação veiculada pelos familiares e não pela escola e evidencia a grande influência que as crenças familiares e as tradições têm no conhecimento da criança e das suas percepções. Devemos atender a isto aquando da aplicação do projecto por forma a maximizar os resultados.

Mais uma vez, à semelhança das medidas profilácticas dos AC, é também a vacinação a medida profiláctica que mais crianças conhecem e à qual maior número de crianças atribui classificação 5. Existe ainda 2,59 vezes mais crianças do género feminino a atribuírem classificação máxima do que as crianças do género masculino. No que diz respeito às outras duas medidas profilácticas, é aproximadamente duas vezes mais provável que as crianças do Grupo 2 saibam o que são do que as crianças do Grupo 1. Tal destaca a unanimidade da importância da vacinação, a qual só difere entre crianças de géneros diferentes cujas prioridades já vimos serem diferentes no que toca aos cuidados com animais, e não encontro aparentemente justificação para as diferenças entre Grupos 1 e 2 (já que, por não diferirem entre meios rurais e Urbanos, não pode estar relacionado com o facto de estes terem mais contacto com EP).

Do prado ao prato

As respostas das 241 crianças sobre o consumo de carne dividem-se entre "2 ou 3 vezes por semana" (38,89%), "Quase todas as refeições" (25,25%) e "1 Refeição por dia" (24,75%). Outras opções assinaladas em menor proporção foram "1 vez por semana", "Todas as refeições" e "Raro ou nunca". Verificamos que é 7,16 vezes mais provável que uma criança do Meio Rural consuma carne apenas "1 vez por semana" do que uma criança do Meio Urbano. No que diz respeito aos Grupos 1 e 2, é 3,33 vezes mais frequente que as crianças do

Grupo 1 assinalem as opções de maior consumo “Todas as refeições”, “Quase todas as refeições” e “1 refeição por dia” do que as do Grupo 2, e que estas últimas, por sua vez, têm 3,18 vezes mais probabilidade de fazer os menores consumos (“2 a 3 vezes por semana”, “1 vez por semana” e “Raro/nunca”) do que as crianças do Grupo 1.

As opiniões das crianças sobre a carne que se vende actualmente dividem-se entre aquelas que têm opinião negativa (menos saudável, poder ter doença das vacas loucas ou estar cheia de hormonas), aquelas que consideram que a carne é higienicamente mais saudável e aquelas que não têm opinião sobre o assunto. É 2,06 vezes mais provável que as crianças com EP no local de residência tenham opinião negativa acerca da carne que se vende actualmente, do que as crianças que não têm EP em casa, e é 3,18 vezes mais provável que uma criança sem EP tenha opinião positiva. Tal poderá ter a ver com impressões negativas transmitidas pelos familiares e vizinhos e comentários feitos a nível local porque em percentagem semelhante temos crianças que consideram a carne higienicamente mais segura. Esta última opinião é por outro lado, 2,14 vezes mais provável de acontecer no Meio Urbano do que no Meio Rural. Tal poderá estar relacionado com a obtenção da carne maioritariamente em talhos de grandes dimensões, onde a higiene e segurança são bastante controlados e com a informação sobre o assunto.

Regra geral, os três factores que as crianças mais valorizam na escolha de uma carne são, se o animal foi “Saudável e bem tratado em vida”, se foi “Produzido de forma higiénica” e o “Local onde nasceu e cresceu”. Tal foi comum nos diferentes meios, mas houve divergência de proporções em relação a estas e a outras opções, como é o caso de o local onde o animal nasceu ser 3,46 vezes mais assinado no Meio Urbano do que no Rural, da opção “Se não sofreu durante o transporte” ser assinada por uma percentagem de crianças do Meio Rural 2,38 vezes superior à do Meio Urbano e da opção “Preço da carne” ser 2,89 vezes mais provável de ser assinalada pelas crianças sem EP do que pelas crianças com EP e de ser 3,16 vezes mais considerada pelas crianças do Grupo 1 do que do Grupo 2.

54,13% das 218 crianças que responderam considera possível que, através dos rótulos dos produtos animais, se saiba de onde veio ou vieram o animal ou os animais que lhe(s) deu ou deram origem, e tal parece ser 2,60 vezes mais provável de ser assinalado nas crianças que acham que as EP precisam de marcas de identificação do que nas que não sabem se precisam e 3,23 vezes mais provável de ser assinalado pelas crianças que prestam atenção ao rótulos do que pelas que não prestam atenção. O facto de ser possível através dos rótulos dos produtos saber-se a origem dos produtos animais, não é uma informação veiculada diariamente nos media e nem na sociedade civil. Tal conhecimento parte do sentido crítico e curiosidade natural das crianças.

Quanto às empresas que comercializam carne informarem o consumidor sobre a forma como as EP de origem foram tratadas em vida, 63,90% das crianças acha muito importante que tal seja feito, 59,99% das crianças acham que as empresas que comercializam carne não o fazem e 81,22% das crianças acham que o deveriam fazer. É interessante verificar-se que apesar de ser 2,18 mais provável que as crianças do Meio Rural considerem que as empresas que comercializam carne não informam devidamente o consumidor do que as crianças do Meio Urbano, é 5,33 vezes mais provável que as crianças do Meio Urbano, em relação às crianças do Meio Rural, considerem que as empresas o devem fazer (contrariamente ao que era de esperar). Tal denota o sentimento de quase imposição, por parte das crianças do Meio Urbano, para serem informados devidamente sobre a forma como as EP foram tratados. Esta também é a população que, segundo este estudo, consome mais frequentemente carne, sendo que tal poderá ser um factor predisponente para quererem saber a forma como as EP foram tratadas em vida. No caso das crianças do Meio Rural, denota tanto uma desvalorização do tema (que não será importante ser transmitido às pessoas, mesmo não sabendo acerca do mesmo), como uma desresponsabilização das empresas que vendem carne para informarem o consumidor. Tais factos, a longo prazo, poderão criar ideias erróneas pré-concebidas por falta de informação e por não admitirem o direito à informação, agravando as opiniões com conotação negativa relativamente à carne que se vende actualmente. Tal também poderá estar na base no facto de ser 2,13 vezes mais provável que uma criança do Meio Urbano considere que existe algum tipo de controlo na carne que chega ao comércio retalhista do que uma criança do Meio Rural.

Animais Abandonados

78,18 das 275 crianças costuma ver muito animais na rua sem coleira nem trela, e tal é mais frequente de acontecer na Lousã e menos frequente de acontecer em Santiago do Cacém. mas esta percentagem varia de 90% a 72,22%, consoante o concelho

As crianças consideram a existência de animais de rua um problema, seja por poderem atacar as pessoas ou provocar doenças às pessoas ou aos animais. Há a destacar pela negativa a proporção de respostas “Sempre queridos” e “Devem estar na rua em liberdade” dadas pelas crianças da Ilha do Pico. Por outro lado, é 3,27 vezes mais provável que uma criança do Meio Rural considere os animais de rua aterrorizadores do que as crianças do Meio Urbano, sem haverem diferenças significativas na proporção de crianças que assinala ver muitos animais de rua, o que poderá ser a manifestação da falta de controlo que os animais de rua têm no Meio Rural, uma relação animal-homem afectuosamente mais distante, entre outras. Por outro lado, é 2,56 vezes mais provável que as crianças do Grupo 2 considerem os animais de rua aterrorizadores do que as crianças do Grupo 1 e é 1,61 vezes menos provável que estes

considerem que os animais de rua devem ser alimentados. Aqui vemos como o facto de as crianças terem uma relação afectuosa com os animais de rua, pode ser prejudicial, no que toca a acharem correcto alimentar-se os animais de rua. Apesar disso, a opinião de que alimentar os animais de rua é “Necessário e de Louvar”, é unânime nas diferentes categorias.

Em relação a este aspecto, 63% das 273 crianças afirma não alimentar os animais de rua, mas 61,17% destas conhecem alguém que o faça. Em número absoluto tal vai significar uma maior quantidade de pessoas a alimentarem animais na via pública no Meio Urbano que Rural, no Grupo 1 do que Grupo 2.

62,54% das 291 crianças em estudo acha que a colecta de fezes por parte do dono é "Obrigatória" e tal é mais significativa para as crianças dos concelhos cuja percentagem que viam muitas fezes na rua foi superior, entre os quais Oliveira do Hospital. As crianças da Ilha do Pico são as que menos assinalam esta opção, preferindo outras como “Nojenta” ou “Parece mal”. “Dispensável porque os serviços da Câmara Municipal limpam as ruas todos os dias” foi mais significativo para as crianças de Ponte de Lima, as quais são que menos afirmam ver fezes na rua. As crianças de Monchique são as que consideram menos esta hipótese, havendo grande proporção a valorizarem o facto de ser uma acto feito por pessoas com a mania da limpeza.

56,25% das 256 crianças desconhece se existe algum canil no seu concelho (destacando-se as crianças de Oliveira do Hospital), 31,25% consideram que existe "Sim e tem boas condições" (destacando-se as crianças de Ponte de Lima) e a considerarem que “Não existe no concelho”, destacam-se as crianças de Monchique, que são também as que menos sabem o que são Canis/Gatis municipais.

As classificações que as crianças atribuem aos Canis/Gatis do seu concelho variam muito consoante o concelho em causa, sendo superiores em Ponte de Lima e inferiores na Lousã. Antes de mais há que relembrar que o canil municipal de Ponte de Lima é intermunicipal e legal e que o canil municipal da Lousã ainda está em vias de ser legalizado e à espera de obras. Através das Figuras e Tabelas do Anexo 1, verificamos como é o canil municipal de Ponte de Lima (de boas condições) e temos contacto com algumas acções de sensibilização às crianças (com idas regulares a escolas do 1º, 2º e 3ºs ciclos). Tal, aliado às sinalizações do caminho para o canil dispersas por todo o concelho e às campanhas de adopção realizadas periodicamente, contribuem para a merecida classificação elevada dada a este canil. Quanto ao actual canil da Lousã, tem poucas condições e, por ainda não ser legalizado, não são promovidas as visitas regulares ao mesmo. Mas eu estive em outros concelhos em que tal também se verificava mas foram as crianças da Lousã que atribuíram classificação inferior. Acontece que a existência de uma associação de apoio animal como a “Louzanimales”, que

promove campanhas de adopção e acções de sensibilização à população, juntamente com a existência de um clube escolar que aborda temas relativos ao bem-estar animal (no qual as crianças não só são sensibilizadas para temas relativos ao bem-estar animal, como têm uma acção pró-activa na comunidade), pode estar por detrás deste sentido crítico.

A sua grande maioria nunca adoptou um animal num canil ou gatil municipal. O Porto destaca-se com a maior proporção de crianças que o fizeram, e Monchique com a menor proporção de crianças que o fizeram. Tal poderá dever-se ao acesso a informação facilitada no primeiro caso, e ao facto de não haver Canil/Gatil municipal no segundo.

73,44% das respostas assinaladas pelas crianças têm conotação positiva (“Os animais que não são adoptados, ficam lá até o serem”, “Vivem bem e alegremente” e “Todos adoptados”), sendo mais frequente nas crianças de Oliveira do Hospital (as mesmas que mais frequentemente afirmam não saberem se existe Canil/Gatil municipal no seu concelho). As respostas com conotação negativa são mais assinaladas pelas crianças do Porto.

Por último, mas talvez o primeiro em importância, verificamos que quase um terço das crianças acha que é permitido abandonar os animais.

Zoonoses

Verificamos que é 5,41 vezes mais provável que uma criança que tenha répteis tenha ouvido falar de Salmonelose do que uma criança que não tenha répteis. Relativamente a outras doenças nas quais outros animais estão envolvidos, a sua detenção não estava relacionado com o facto de terem ouvido falar da doença em causa.

Verificamos que, para quase todas as situações apresentadas de momentos possíveis de lavagem de mãos, são as crianças do Meio Urbano aquelas que mais frequentemente o fazem.

As opções “Depois do recreio”, “Depois de lavar a casota do animal de companhia” e “Antes de pegar a comida com as mãos” são as menos assinaladas, sendo as duas últimas mais importantes para as crianças do género feminino do que masculino. O hábito cultural de lavar as mãos antes das refeições, o facto de as crianças sentirem que têm de lavar por terem as mãos sujas e a existência de campanhas para promover o acto de lavar as mão depois de utilizarem os sanitários, são preponderantes para o acto de se lavar as mãos.

Quanto ao consumo de leite cru, tal não é comum, principalmente pelas crianças do Meio Urbano, e não é considerado como sendo saudável.

A importância de se lavar os legumes crus antes de consumir é reconhecido pela maioria das crianças, verificando-se que é 2,55 vezes mais importante para as crianças do género feminino que masculino

Pragas urbanas

Apesar de 74,90% crianças nunca ter ouvido falar de pragas urbanas, a maior parte reconhece os problemas associados à existência de pragas, as formas que propiciam o seu aparecimento e as pragas mais comuns. Entre as pragas mais assinalada, os insectos e os ratos e ratazanas são os mais reconhecidos, contrariamente a aves sinantrópicas como pombos e gaivotas. Tal poderá estar relacionado com uma ligação emocional a estes animais. Por outro lado, os problemas "Sujar as ruas" e "Estragar monumentos" são pouco reconhecidos pelas crianças.

Relativamente à análise das pragas por concelho, verificamos que é 3,74 vezes mais provável que seja assinalada a existência de moscas no concelho e 2,72 vezes mais provável que seja assinalada a existência de ratos no local de residência das crianças em Ponte de Lima do que nos outros concelhos, 7,32 vezes mais provável que existam baratas e 3,88 vezes mais provável que existam pulgas no local de residência das crianças da Ilha do Pico relativamente a outros concelhos. É 11,32 vezes mais provável que as crianças respondam que deitam os restos de comida para a rua na Ilha do Pico do que em qualquer outro local.

Quanto a formas de controlo de pragas, 60,23% das 264 crianças não sabe se existem formas de controlar as pragas urbanas. Das crianças que respondem afirmativamente, 56,06% refere algum(ns) tipo(s) de produto(s) químico(s) como forma de controlo de pragas, sendo que as restantes referem medidas preventivas de higiene. É interessante verificar como este tipo de substâncias é do conhecimento das crianças, que em muitos casos, as reconhecem como única forma de controlo. Tal revela que tais produtos deverão ser de uso corrente pelas famílias.

Importância do MV

55,88% das 689 crianças atribui classificação 5 à importância que o Veterinário tem na SP e 19,97% deram classificação abaixo de 4. A classificação máxima é atribuída mais frequentemente pelas crianças do género feminino do que do género masculino, assim como, pelas crianças do Grupo 2 do que do Grupo 1, e as classificações abaixo de 5 são mais frequentemente atribuídas pelas crianças do género masculino do que do género feminino.

Em relação à competência do MV, o reconhecimento da sua competência na Educação Pró-Animal fica entre as três competências mais assinaladas (juntamente com a clínica de animais de companhia e a prevenção das doenças dos animais). Este reconhecimento é mais frequentemente nas crianças do género feminino do que masculino e mais frequentemente nas crianças do Grupo 1 do que do Grupo 2.

Por último, verificamos que o reconhecimento do MVM e das suas funções não é feito pelas crianças na maior parte dos concelhos.

Inquéritos finais

De destacar que apesar de terem sido incluídas neste segundo inquérito não só perguntas gerais como específicas sobre cada um dos temas, estes últimos não foram consideradas dadas as limitações de dimensão da dissertação, sendo analisadas apenas as de contexto geral.

Considero importante o facto de as crianças terem diversificado a noção das competências que para elas o MV tem, destacando-se a Inspeção Sanitária, o Controlo de Pragas e a Clínica de Espécies Pecuárias.

São as crianças do Porto e da EB 2,3 Vale do Alva, assim como as crianças às quais foram abordados os temas “Pragas urbanas” e “Como tratar dos animais de companhia- Cães e Gatos”, as que maior classificação atribuíram à importância que o projecto Educação Pró-Animal tem na promoção do respeito das pessoas pelos animais e que, por outro lado, são as crianças de Monchique e da EB 2,3 Vale do Alva, assim como as crianças às quais abordei os temas “Do prado ao prato” e “Como tratar dos animais de companhia- Cães e Gatos”, aquelas que maior classificação atribuem à importância que o projecto Educação Pró-Animal tem na melhoria da saúde das pessoas. Este último aspecto foi menos importante que o segundo, mas ainda assim, a classificação máxima foi a mais atribuída.

As crianças do género feminino atribuem, respectivamente 3,85 vezes menos e 10,92 vezes menos classificações abaixo de 4 do que as crianças do género masculino, relativamente à importância que o projecto Educação Pró-Animal tem na promoção do respeito das pessoas pelos animais e na importância que o projecto Educação Pró-Animal tem na melhoria da saúde das pessoas.

De destacar que a forma como estes inquéritos foram recolhidos e que o número limitado da amostra em relação à amostra inicial, não permitem assegurar que os resultados sejam fidedignos.

CAPÍTULO 6 - CONCLUSÕES

Cerca de 87% das crianças das 13 escolas participantes no projecto "Educação Pró-Animal" têm animais mas são as crianças que não os têm (mas que na sua maioria desejariam ter) que sentem necessidade de saber mais sobre eles. Para além disso, a posse de animais influencia muito a vida da população em sociedade, sendo até possível relacionar e rever certos padrões comportamentais de determinados grupos da população, ao padrão de posse de animais. Para sintetizar e concluir toda a informação obtida através da realização do projecto, destacamos aspectos que merecem especial atenção do Educador.

Na relação com os animais de companhia podemos agrupar as informações que devem ser transmitidas às crianças acerca da relação com os AC nos seguintes aspectos:

Obrigações do dono de um AC:

Colheita de fezes na via pública: educação das crianças para a necessidade desta medida deveria explicar os riscos associados (como promoção da existência de pragas, parasitas, e maus cheiros), e exemplificar a simplicidade do acto de recolha através da utilização de um pequeno saco;

Condução do AC na via pública, com coleira devidamente identificada, à trela: educação das crianças sobre a imprevisibilidade dos animais, mesmo estando treinados, e sobre os riscos que a não condução do animal à trela pode ter para o próprio animal - atropelamentos, ser atacado por outros animais, perder-se, ...- e para as pessoas. Recordar que os animais podem atacar até os próprios donos e que o ataque de cães a pessoas acontece, assim como o incómodo e o desrespeito que consiste para pessoas que circulam na via pública e que receiam os animais, quando são obrigadas a terem contacto com o nosso AC não contido à trela;

Colocação de *microchip*: elucidar as crianças acerca da importância que este dispositivo tem na segurança do seu animal caso se perca ou seja roubado, que é aplicado apenas uma vez e que é o número de identidade do nosso animal;

Registo na Junta de Freguesia: explicar que a Junta de Freguesia precisa de saber quantos animais vivem na freguesia para poder providenciar condições para eles, como locais para os donos passearem os seus AC com dimensões adequadas ao número de animais que os irão usar e sacos de recolha de fezes em número suficiente. Informar que o valor de taxa anual é simbólico por pessoa mas que, quando junto ao dos outros donos, permitirá à Junta de Freguesia investir na melhoria das condições para os animais.

Proibições do dono de um AC:

Abandono dos animais: o número de crianças que consideram permitido abandonar-se ao animais é muito elevado, sendo que este tema deve merecer especial atenção. A criança não

só deve ser informada de que abandonar animais é estritamente proibido, envolvendo muitas pesadas a quem o faz, como o quanto é importante elas saberem bem o que envolve a posse de um AC antes de o terem (porque depois de terem o animal, terão de se responsabilizar por ele durante toda a sua vida - exemplo de cerca de 20 anos no cão) e o quanto é importante esterilizar os animais caso não queiram fazer criação. Deverá ser explicado às crianças que a adoção de animais adultos é uma realidade incomum (sendo que grande parte dos animais que são abandonados, nunca chegam a ser novamente adoptados), que o número de animais abandonados tem aumentado no últimos tempos por falta de conhecimento das pessoas acerca de tudo o que envolve a posse de um AC antes de o terem, e que existem graves riscos para a saúde e segurança dos animais e pessoas aquando da existência de tais animais na via pública. Sabemos que são os pais das crianças que tomam a última decisão na posse ou não de um AC e que são “nossos aliados” na sensibilização das crianças sobre as responsabilidades associadas à posse de um AC. Mas se existem pais que conseguem dizer que não e/ou usar argumentos “convincentes”, o mais provável é acabarem por ter o AC sem terem condições e/ou nem sequer saberem o que envolve a posse de AC. Assim é imprescindível que a criança, desperte para os problemas da posse inadequada destes animais, pondere juntamente com os pais sobre este assunto. O Educador pode aqui também frisar resumidamente a existência de novos animais de companhia.

Responsabilidade do dono de um AC relativas à sua saúde:

O Educador deve informar as crianças sobre a importância e necessidade da vacinação, da desparasitação, dando ênfase especial à sensibilização sobre o *microchip* (já referido), a esterilização, o boletim sanitário e a importância das consultas regulares com o AC ao MV. Relativamente à esterilização, deve ter-se atenção que algumas crianças podem associar a esterilização a um acto cruel de morte de crias, por isso a informação deve começar pelos danos que a existência de um número exagerado de carnívoros domésticos tem para o equilíbrio global da população, apresentando a esterilização como uma das formas de se reduzir o problema. Deve também ser referido os benefícios na redução da agressividade dos animais e ao nível da menor incidência de doenças reprodutivas. Quanto ao boletim sanitário, quer-se que a criança consiga consultar o mesmo com segurança e conhecimento, quais são as informações veiculadas e onde as encontrar, assim como, a importância de o ter em dia. Relativamente às consultas regulares com o MV, deve-se exaltar a importância da consulta, pelo menos, bi-anual ao MV, de forma a que o animal seja saudável.

Obtenção de Animais exóticos:

Relativamente à aquisição de animais exóticos, deve-se incentivar as crianças a questionarem o vendedor de animais exóticos sobre onde foram criados aqueles animais,

preferindo animais exóticos criados de propósito para serem AC. Caso o animal exóticos seja proveniente do ambiente selvagem, esta deverá ser encorajada a solicitar o documento de legalidade daquele animal (CITES), para além de denunciar casos ilegais caso encontre.

Na relação com as espécies pecuárias e nos aspectos de segurança sanitária dos alimentos:

Do prado ao prato:

É importante que o Educador e as empresas que comercializam os produtos de origem animal tenham em mente que os três factores que as crianças mais valorizam na escolha de uma carne são se a EP foi “Saudável e bem tratado em vida”, se o produto foi “Produzido de forma higiénica” e o “Local onde a EP nasceu e cresceu”. Tal reflecte a importância da clarificação da forma como os produtos de origem animal são produzidos actualmente e a preferência de sistemas de produção que promovem o bem-estar animal, sendo que acções de formação, dirigidas principalmente a crianças com EP no local de residência e a crianças do Meio Rural (as quais tinham uma opinião mais negativa sobre a carne que se vende actualmente), são benéficos e do interesse das crianças.

Êxodo Rural:

De forma a colmatar a tendência das crianças de saírem da sua vila/cidade (com apenas 35,8% de crianças a quererem ficar na sua vila/cidade), e que iria ao encontro do já referido programa *Lead +*, poderiam ser feitas apresentações informativas e demonstrações práticas de como se pode tirar partido da natureza através da produção primária e o quanto isso é benéfico para a economia nacional.

Na relação com os animais sinantrópicos e selvagens:

Alimentação dos animais (domésticos e sinantrópicos) na via pública:

A alimentação de animais é um acto reconhecido como normal na sociedade, e a maior parte das crianças consideram uma prática “Necessária e de louvar”. Mas esta prática causa grandes problemas a nível da SP nacional, seja pela reprodução excessiva destes animais, por serem fonte de doenças para as pessoas e/ou animais, por destruírem monumentos ou por sujarem a via pública, seja por a sua presença se poder tornar um incómodo directo e até perigoso. Como é uma prática defendida e promovida por parte da população, as acções de formação junto das crianças deveriam veicular mensagens também para as famílias. O conteúdo da informação deverá exaltar os animais que são pragas em Portugal, como surgem, quais os danos que causam, os problemas relacionados com o seu próprio bem-estar quando atingem altas densidades e ainda as formas de prevenção como vantajosas relativamente aos meios de controlo, com métodos químicos prejudiciais para o ambiente. Deverá ser referido

que se nós não alimentarmos os animais, eles vão arranjar fontes de alimento por si próprios, dirigindo-se para a natureza, deixando o Meio Urbano e o arriscado contacto com os seres humanos. Relativamente aos cães e gatos abandonados, há que desincentivar a prática de alimentar, preferindo a de entregar a um canil ou gatil ou avisar o MVM da sua existência naquele local. Deve ser explicado a ligação entre alimentar os cães e gatos e o aumento do número de animais abandonados.

Controlo da comercialização dos Animais Selvagens:

As crianças deverão ser informadas sobre a existência de controlo específico do tráfico de animais selvagens, sobre os animais que não podem ter no local de residência e sobre quem contactar se virem um animal selvagem na via pública ou se quiserem denunciar casos ilegais (ICNB e SEPNA).

Por outro lado, a realização desta trabalho exaltou a evolução de conceitos nas gerações mais novas, nos seguintes aspectos: de 54,69% das crianças que não tinham animais exóticos assinalam que não têm animais exóticos porque eles devem estar no seu habitat natural, de 84,43% das crianças ter atenção para não incomodar os vizinhos, de a maioria das crianças saberem e darem importância à vacinação dos seus AC, de 74,67% das crianças atribuírem classificação máxima à importância que se levar o animal ao MV, de 83,26% das crianças afirmarem que o seu cão vai ao MV, de 94,03% das crianças quererem ter mais contacto com a natureza e de 63,9% das crianças atribuir classificação máxima ao facto de serem informados se a EP é bem tratada em vida, antes de chegar à sua mesa, assim como, no sentido crítico das crianças relativamente à luta para salvar os animais em vias de extinção, dando especial relevância às acções de prevenção: protecção do ambiente e educação aos envolvidos.

No que diz respeito à aplicação do projecto, surpreendeu-me positivamente a forma como o projecto foi acarinhado, defendido e desenvolvido pelos elementos da Direcção da Escola, pelos Professores da Escola e pelas crianças no geral, as quais aderiram a todas as actividades propostas e com as quais estabeleci uma relação de amizade e de grande empatia.

No que diz respeito ao impacto que o projecto teve, foram surpreendentes as diferenças das competência atribuídas ao MV, antes e depois do projecto, aumentando a proporção de crianças a assinalarem as competências na área da Segurança Alimentar, controlo de Pragas e Clínica de EP. A classificação máxima referente à importância que o projecto Educação Pró-Animal tem na melhoria do respeito que as pessoas têm pelos animais, ter sido atribuída por 60,11% de 188 crianças, também foi um resultado considerado satisfatório.

Espera-se que este trabalho seja útil para as acções futuras de Educação Pró-Animal. São vários os processos de aprendizagem que o Educador pode usar a “seu favor”. O importante é que este se muna dos mais variados instrumentos educativos e que recorra a diferentes processos e métodos de aprendizagem, preferindo aqueles investigativos, criativos e inovadores. Cada Educador deverá adaptar a sua técnica educativa aos meios disponíveis e características da população alvo.

Deve-se ter em conta que o projecto Educação Pró-Animal pode ser promovido não só localmente, mas também em rede, para conseguir potenciar a sua projecção e impacto. Esta aplicação implicaria a realização de um trabalho coordenado e de complementaridade entre os profissionais de saúde animal, de educação e de saúde pública, criando um grupo de pessoas sensibilizadas para o conceito Educação Pró-Animal encarregue de produzir o material formativo e informativo, vídeos e peças de teatro, disponíveis em vários suportes e também na internet, prestando apoio a todos os Educadores e promovendo encontros periódicos e acções de formação.

Poderiam ser também incentivadas as visitas de estudo a locais onde a criança pudesse contactar com a natureza e contactar com actividades de produção primária e a criação de encontros e fóruns abertos, aos alunos do 6º ano lectivo (podendo depois ser, consoante o resultado dos mesmos, abertos a mais anos lectivos), onde as crianças pudessem manifestar as suas preocupações e crenças sobre animais selvagens e ser nutridos de encorajamentos e orientações por profissionais da área. Tal seria uma forma de envolver as crianças no processo de aprendizagem do projecto e de, ao mesmo tempo, estimular o sentido crítico e vontade de lutar pela construção de um mundo melhor. Estas mesmas crianças poderiam, posteriormente, sensibilizar a sua comunidade local a adoptar práticas relacionadas com a vida selvagem conscientes (através de conversas em programas de rádio, realização de teatros, músicas, entre outras iniciativas preparadas durante os encontros de jovens).

É ainda importante a avaliação contínua do nível de conhecimentos e da adequação de conceitos relacionados com estes aspectos, para que a educação seja correctamente contextualizada e consiga o seu principal objectivo: uma sociedade onde a relação Homem-Animal, no respeito pelos animais e pelo ambiente, contribua verdadeiramente para a saúde e o bem estar do Homem.

Terminando “Aqueles que dizem “Eu faço-o”, que estão dispostos a abraçar um desafio mesmo sozinhos, são verdadeiros vencedores. A determinação, o compromisso de tomar acção [...] é a força que leva à vitória” (Daisaku Ikeda, 2011).

BIBLIOGRAFIA

- Associação Nacional dos Médicos Veterinários dos Municípios (ANVETEM) (2011). Consultado em 10 de Outubro de 2011, em <http://anvetem.com/anvetem/>.
- Bloom, B, Hastings, J & Madaus, G. (1971). Handbook of formative and summative evaluation of student learning. USA: McGraw-Hil.
- Câmara Municipal da Madalena do Pico, Consultado em Setembro 2011, em <http://www.cm-madalena.pt/default.php?pagid=24000>.
- Câmara Municipal das Lages do Pico, Consultado em Setembro 2011, em http://www.municipio-lajes-do-pico.pt/paginas.asp?id_sec=2.
- Câmara Municipal de Lousã, Consultado em Setembro de 2011, em <http://www.cm-lousa.pt/concelho/index.htm>.
- Câmara Municipal de Monchique, Consultado em Setembro 2011, em http://www.cm-monchique.pt/portal_autarquico/monchique/v_pt-PT/menu_turista/concelho/dados_estatisticos/.
- Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, Consultado em Setembro 2011, em http://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=91&Itemid=104.
- Câmara Municipal de Ponte de Lima, Consultado em Setembro 2011, em <http://www.cm-pontedelima.pt/ver.php?cod=00>.
- Câmara Municipal de Portalegre, Consultado em Setembro 2011, em <http://www.cm-portalegre.pt/page.php?topic=23>.
- Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Consultado em Setembro 2011, em <http://www.cm-santiagocacem.pt/Negocios/PerfildoConcelho/Paginas/default.aspx>.
- Câmara Municipal de São Roque do Pico, Consultado em Setembro 2011, em <http://www.municipiosrp.pt/Default.aspx?Module=GaleriaImagem>.
- Câmara Municipal do Porto, Consultado em Setembro 2011, em <http://www.cm-porto.pt/gen.pl?sid=cmp.sections/809>.
- Canil Intermunicipal Alto Minho, Consultado em 10 de Outubro de 2011, em <http://www.canil.cim-altominho.pt/>.
- Cardinet, J. (1993). Avaliar é medir?. Bruxelas: Edições ASA. Acedido em Set 27, 2011 em Educação Médica, em http://www.dem.fmed.uc.pt/Bibliografia/Livros/Educacao_Medica/Livro07.pdf.
- Carvalho, A. & Carvalho, G. (2006). “Educação para a Saúde- conceitos, práticas e necessidades de formação” Lisboa.
- Centro Veterinário de Exóticos (2011). Cnsultado em Setembro de 2011, em http://www.cve.pt/home.html#o_centro_so_exoticos.
- Código Deontológico da profissão Médico-Veterinária, Ordem dos Médicos Veterinários.
- Comissão de Luta contra a SIDA (1996). “VIH/SIDA na comunidade escolar: educar para prevenir. Manual para Professores”, Produção Editorial QuatroPonto Quatro. Programa de educação para a saúde- - Lisboa, PT.
- Damáso 1998. “O erro de Descartes- Emoção, razão e cérebro humano”. Lisboa: Publicações Europa América.
- Decisão 78/923 do Conselho de 19 de Junho de 1978, relativa à conclusão da convenção Europeia sobre a protecção dos animais nas explorações de criação.
- Declaração Universal dos Direitos dos Animais (1978), de 15 de Outubro pela UNESCO.

- Decreto de Lei nº 116/98 de 5 de Maio. Diário da República- Série 1-A, Nº103. "A estrutura da carreira de médico veterinário municipal" Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.
- Decreto de Lei nº 209/2006 de 27 de Outubro. Diário da República, 1ªsérie- Nº208. "Lei orgânica do ministério da agricultura, do desenvolvimento rural e das pescas". Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas.
- Decreto de Lei nº 313/2003 de 17 de Dezembro. Diário da República- 1ªsérie-A. "Sistema de Identificação de Caninos e Felinos (SICAFE)".
- Decreto de Lei nº 314/2009 de 28 de Outubro. Diário da República- série I, nº209. "Código comunitário relativo aos medicamentos veterinários". Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas.
- Decreto-Lei n.º 316/89. D.R. n.º 219 de 22 de Setembro, Série I. "Convenção de Berna para a conservação da vida selvagem e dos habitats naturais da Europa". Ministério do planeamento e da administração do território.
- Decreto-Lei nº 314/2003 de 17 de Dezembro. Diário da República- Série 1-A, Nº290. "Programa Nacional de Luta e Vigilância Epidemiológica da Raiva Animal e Outras Zoonoses (PNLVERAZ)". Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas.
- Decreto-Lei nº 338/99, de 24 de Agosto. Diário da República- 1ªSérie A. "Detenção e circulação de gado em território nacional" Ministério Da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.
- Decreto-Lei nº 38 382/1951, de 07 de Agosto – "Regulamento Geral de Edificações Urbanas". Ministério das Obras Públicas.
- Decreto-Lei nº 64/2000, de 22 de Abril. Diário da República, Série I. "Normas mínimas de protecção dos animais nas explorações pecuárias". Ministério Da Agricultura Desenvolvimento Rural E Pescas.
- Díaz, S., Fargione, J., Chapin, F.S. III, Tilman, D. (2006). Biodiversity Loss Threatens Human Well-Being, Consultado em Agosto 2011, em <http://www.plosbiology.org/article/info:doi/10.1371/journal.pbio.0040277>.
- Directiva 2003/99/CE, de 17 de Novembro do Parlamento Europeu, "Vigilância das zoonoses e dos agentes zoonóticos".
- Directiva 91/629/CEE de 19 de Novembro, relativa às normas de protecção dos vitelos.
- Dogs Trust*, Consultado ao longo do projecto, até Setembro de 2011, em <http://www.dogstrust.org.uk/az/default.aspx>.
- Guidano, V. (1987). *Complexity of the self: A developmental approach to psychopathology and therapy*. Londres: Guilford Press.
- Ikeda, D. (2001). *Soka Education-A Buddhist Vision for Teachers, Students and Parents*”, Soka Gakkai, United States of America, Middleway Press.
- Imprensa Nacional 1908. “Notas sobre Portugal”. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (2000). 1- Definição e caracterização da zona abrangida Programa Nacional Leader.
- INE 2011. Consultado em Junho 2011, em www.ine.pt.
- OIE 2011. “Territorial Animal Health Code- Volume I, 7.1- Introduction to the recommendation of animal welfare, 20ªEdição”.

- Lei 92/95, de 12 de Setembro. Diário da República. "Protecção dos animais".
- Mahoney, J.M., Miller, H.M. & Arciero, G. (1995). Constructive metatheory and the nature of mental representation. New York: Springer.
- Makiguti, T. (1989). "Educação para uma vida criativa- ideias e propostas de Tsunessaburo Makiguti, Fundador da Soka Gakkai", Rio de Janeiro.
- National Institute of Public Health (1997). "Estudo sobre o estado de saúde dos portugueses"
- Nista-Piccolo, V. & Silva, V. (2010). Dificuldade de aprendizagem das inteligências múltiplas: um estudo com um grupo de crianças brasileiras, Revista Portuguesa de Educação, 2010, 23(2), pp.191-211, Universidade do Minho.
- OMS (1999). Convénio OMS sobre "as tendências futuras em saúde pública veterinária" em Teramo, Itália, 1999.
- ON Leish (2011). Epidemiologia [da leishmaniose canina]. Consultado em Outubro de 2011, em <http://www.onleish.org/index.php?article=25&visual=3>.
- Portaria nº 421/204 de 24 de Abril. Diário da República. "Regulamento de registo, classificação e licenciamento de cães e gatos". Ministros de Estado e das Finanças, da Administração Interna.
- Portaria nº 81/2002 de 24 de Janeiro. Diário da República, Série I, "Programa nacional de luta e vigilância epidemiológica da raiva animal e outras zoonoses". Ministério Das Finanças; Ministério Da Administração Interna; Ministério Da Economia; Ministério Da Agricultura Desenvolvimento Rural E Pescas; Ministério Do Ambiente E Do Ordenamento Do Território.
- Regulamento (CE) N.º 1/2005 de 22 de Dezembro de 2004, "Protecção dos animais durante o transporte e operações afins".
- Regulamento (CE) N.º 1099/2009 de 24 de Setembro de 2009 do Conselho relativo à protecção dos animais no momento da occisão.
- Regulamento de Resíduos Sólidos da Cidade de Lisboa de 12 de Agosto de 2004, Deliberação nº 523/CM/2004. "Normas técnicas dos sistemas de deposição de resíduos sólidos no município de Lisboa (NTRS)". Departamento de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos.
- Reis, J.C. (2005). "O que é a saúde- significações pessoais, modelos científicos e educação para a saúde", Colecção saúde para todos, Editora Veja, Lisboa.
- Russel, N. (1996). "Manual de educação para a saúde- Direcção Geral de Saúde", Lisboa.
- Stilwell, G. (2011). Comunicação pessoal, Julho 8. Trabalho com Bem-estar Animal em Portugal: George Stilwell, FMV. consultado a 26 de Setembro de 2011, "Animalos", em <http://animalogos.blogspot.com/2011/07/trabalhar-com-bem-estar-animal-em.html>.
- Vaz, Y. (2010). "Prevenção e controlo de pragas urbanas" – Disciplina de Saúde Pública Veterinária, Faculdade de Medicina Veterinária/Universidade Técnica de Lisboa.
- Vaz, Y. (2010). "'Papel do Médico Veterinário na formação e educação para a saúde e na comunicação de risco" – Disciplina de Saúde Pública Veterinária, Faculdade de Medicina Veterinária/Universidade Técnica de Lisboa.
- Virbac 2011. Notícia de 24 de Maio de 2011: "Agora pode vacinar o seu cão contra uma doença mortal". Consultado em Setembro 2011 em www.virbac.pt.

Anexo 1. Contexto sanitário de cada um dos concelhos

Tabela 1- Dados estatísticos de cada um dos concelhos (fonte INE 2001)

Município	População residente	Densidade populacional (N.º/ km ²)	Área total (km ²)	Freguesias	%População escolaridade obrigatória	%Analfabetismo	%Produção primária	% SAU
Porto	237559	6 337,42	41,5	15	52,52	4,79	0,16%	15,78%
OHP	20919	94,28	234,53	21	24,07	12,27	2,12%	17,86%
Portalegre	24973	57,98	446,24	10	39,54	12,67	2,49%	66,10%
Ponte de Lima	43594	138,23	320,26	51	21,87	12	4,13%	33,52%
Santiago do Cacém	29720	29,37	1058	11	36,16	15,68	4,25%	65,68%
São Roque do Pico	3394	25,49	144,31	5	28,22	5,47	5,01%	34,23%
Madalena do Pico	6049	41,71	149,08	6	27,34	6,92	7,01%	41,16%
Lousã	17380	113,8	139,16	6	37,38	7,08	7,48%	4,16%
Lages do Pico	4701	32,46	153,61	6	22,79	6,12	8,08%	52,94%
Monchique	6037	17,62	396,15	3	23,51	20,3	8,36%	7,53%
Portugal	10555853	112,38	92090	4260	37,95	9,03	2,04%	41,95%
Lisboa	545245	6 672,70	83,84	53	55,63	6,01	0,20%	9,00%

Figura 1- Campanha de adoção realizada a 15 de Outubro de 2010 pela “Louzanimales”, na Praça de Sá Carneiro da Lousã.



Figura 2- Exemplos da raça de ovinos Serra da Estrela de uma exploração em OHP.



Figura 3- Entidades que participaram e apoiaram o projecto “Educação Pró-Animal” em OHP



Figura 4- Canil Municipal de Santiago do Cacém e Associação de apoio animal S.Francisco de Assis



Figura 5- Cartaz da Feira de Enchidos Tradicionais de Monchique nos dias 5 e 6 de Março de 2011.



Figura 6- Canil Municipal de Portalegre



Figura 7- Panfleto disponibilizado pela Câmara Municipal de Portalegre

Se é dono ou responsável por um cão, colabore civicamente nesta campanha destinada a melhorar a nossa imagem e a de nossos animais perante toda a comunidade, que nos acusa com razão de sujarmos as ruas com fezes de cães e de outras irresponsabilidades similares. Com os nossos cumprimentos, e em nome do seu próprio cão, queremos dizer-lhe que contamos consigo.

A Câmara Municipal de Portalegre
(with thanks already)

Exmo.º Sr.º
Município
do Conselho de
Portalegre

Quem é o melhor amigo do homem?

...e do cão?

Caro Múncipe:
Costuma-se dizer que o cão é o melhor amigo do homem.

Salvo raras e pouco honrosas excepções, aceitamos isso como verdadeiro. Mas, a seguir apetece perguntar: será que o homem é o melhor amigo do cão?

A resposta, honestamente, é **NÃO!**

Se é dono ou responsável por um cão, pedimos-lhe que faça este breve teste (não é preciso responder, basta reflectir):

- vacina anualmente o seu cão?
- passeia com ele todas as dias?
- fornece-lhe alimento próprio?
- mantém limpo o local onde fica?
- procura o veterinário quando ele adoece?
- dá-lhe periodicamente medicamentos contra vermes?
- usa sempre coleira e guia ao levá-lo a passear?
- coloca uma identificação na sua coleira?
- recebe as fezes do cão em locais públicos?
- toma medidas de segurança para que o seu cão de guarda não ataque?
- impedia que o seu cão atacasse indiscriminadamente?

Se o resultado do teste não for muito satisfatório, pode ficar com a certeza de que está a violar algumas regras ou posturas municipais. Informe-se, para assim colaborar:

- Com a Câmara Municipal;
- Com o seu próprio cão.

Lembre-se de que é obrigatório o registo e o licenciamento de todos os cães com 6 ou mais meses de idade. Para tal contacte a Junta de Freguesia da sua área de residência.

Adopte um cão.

Adopte-me!!!

800 200 150

Gabinete do Município

Não se esqueça de mim!!

Figura 8- Algumas associações de apoio animal do Porto.



Figura 9- Canil Intermunicipal do Alto Minho e transporte para a recolha dos animais de rua



Tabela 2- Calendário das campanhas de sensibilização e divulgação do Canil Intermunicipal Alto Minho (2010/2011)

Município	Centro Escolar	Data	Hora	Público-alvo
Arcos de Valdevez	Centro Escolar Prof.º António M. Machado	16-02-2011	14h00	1º Ciclo
Barcelos	EB1 Escola Gonçalo Pereira	17-02-2011	13h45	1º Ciclo
Caminha	Centro Escolar de Dem e EB1 de Caminha	06-01-2011	13h30	Pré-escolar/1º Ciclo
Esposende	Jardim-de-Infância de St.º António e EB1 de Barral	10-02-2011	14h00	Pré-escolar/1º Ciclo
Melgaço	Centro Escolar da Vila	07-10-2010	14h30	Pré-escolar
		04-11-2010	14h30	1º Ciclo
Monção	Prof. José Pinheiro Gonçalves	21-10-2010	14h30	Pré-escolar
		16-12-2010	14h30	1º Ciclo
Paredes de Coura	Centro Cultural de Paredes de Coura	25-11-2010	14h30	Pré-escolar/1º Ciclo
		09-12-2010	14h30	1º Ciclo
Ponte da Barca	Centro Escolar de Entre Ambos-os-Rios	13-01-2011	14h30	Pré-escolar/1º Ciclo
Ponte de Lima	Centro Escolar de Vitorino de Piães	03-02-2011	14h00	Pré-escolar/1º Ciclo
Valença	Muralhas do Minho	18-11-2010	14h30	Pré-escolar
Viana do Castelo	Centro Escolar de Santa Marta de Portuzelo	27-01-2011	14h30	Pré-escolar/1º Ciclo
Vila Nova de Cerveira	Centro Escolar de Cerveira	28-10-2010	14h30	Pré-escolar
		02-12-2010	14h30	1º Ciclo

Figura 10- Acções de sensibilização nas escolas desenvolvidas pelo canil intermunicipal Alto Minho



Figura 11- Canil Municipal da Madalena do Pico



Anexo 2. Contexto médico-veterinário nacional

Figura 1- Panfleto fornecido no âmbito do “Programa ANTIDOTO”



Figura 2- Calendarização das auditorias pela DGV para metade do ano de 2011

PROGRAMA ANUAL DE AUDITORIAS PARA 2011				
MÊS	DIAS	AUDITORIA		
		ÂMBITO	N.º da Auditoria	LOCAL
FEVEREIRO	21 a 25	Alimentação Animal: Fabricantes de Alimentos.	1	DSPA-DAА
	28 a 04 de Março	Leite e Lactínios, Ovos e Ovoprodutos, Mel e Outros Produtos.	2	DSVRN
MARÇO	14 a 17	Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis.	3	DSP
	21 a 25	Brucelose dos Pequenos Ruminantes e Trânsito Intracomunitário Animais Vivos.	4	DSVRLVT
	23 a 25	Seguimento das Auditorias de 2009 e 2010. (Auditoria de seguimento)	5	DSSPA
ABRIL	18 a 20	Seguimento das Auditorias de 2009 e 2010. (Auditoria de seguimento)	6	DSVRLVT
MAIO	16 a 20	Brucelose dos Pequenos Ruminantes e Trânsito Intracomunitário de Animais Vivos	7	DSVRALG
	25 a 27	Seguimento das Auditorias de 2009 e 2010. (Auditoria de seguimento)	8	DSVRA
JUNHO	06 a 14	Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis.	9	DSVRA
	27 a 29	Seguimento das Auditorias de 2009 e 2010. (Auditoria de seguimento)	10	DSVRN
JULHO	05 a 08	Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis	11	DSVRALG
	04 a 08	Alimentação Animal: Fabricantes de Alimentos e Alimentos Medicamentosos	12	DSVRLVT
	11 a 13	Seguimento das Auditorias de 2009 e 2010. (Auditoria de seguimento)	13	DSHPV
	18 a 20	Seguimento das Auditorias de 2009 e 2010. (Auditoria de seguimento)	14	DSVRC

Figura 3- Nº de ações de sensibilização desenvolvidas pela ASAE, entre 2006 e 2011, em diversas entidades

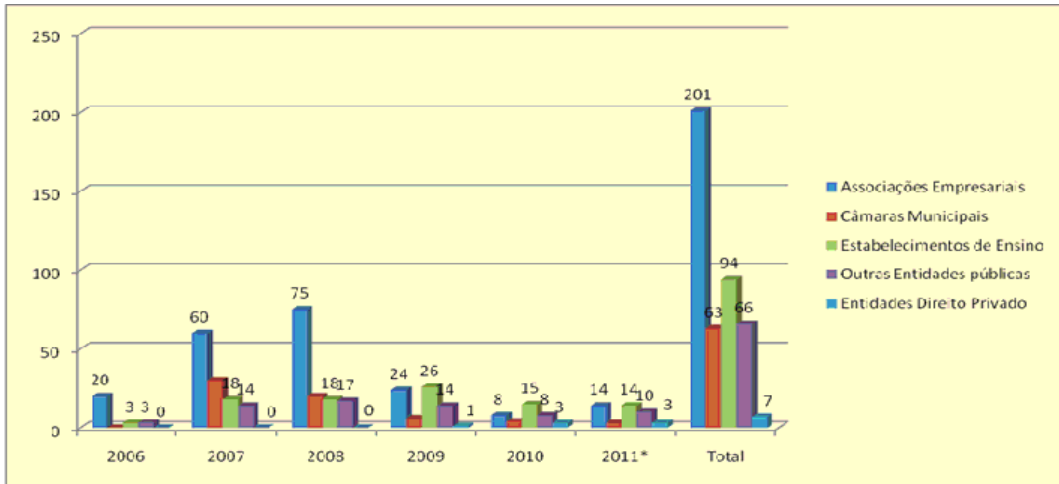


Figura 4- Panfletos da Associação de apoio animal “Pelos animais”, distribuídos gratuitamente

Uma Vida Miserável

Quase nenhum dos cães que corre pelas ruas sabe que não está amado, e muito menos que não está protegido. Quando nenhum dos cães sabe o que é o amor, o que é o carinho, o que é a vida, não tem hipótese de que o ser humano...

Porque É Errado Acorrentar Um Cão?

Mante um cão acorrentado e expor ao frio que se lhe pode dar. Os cães são animais de rua, são animais sociais que precisam de estar integrados numa família com a qual possam interagir. Pagar um cão de estimação social e de afecto não é algo, necessariamente, fácil que convalesça a sua natureza.

Adoptar um animal não é um acto muito rápido no seu temperamento, porque tem de ser muito lento para que possa adaptar-se a uma nova vida. Não se trata de um acto de amor, mas de um acto de responsabilidade. Não se trata de um acto de amor, mas de um acto de responsabilidade. Não se trata de um acto de amor, mas de um acto de responsabilidade.

Animais de Companhia

Cuidar e Proteger

Guia resumida para quem está a pensar adoptar um animal de companhia ou para quem já tem um animal de companhia a seu cuidado.

Partilhar a nossa vida com um animal de companhia pode ser uma experiência incrivelmente recompensadora e enriquecedora, mas é fundamental compreender que ter um animal de companhia exige um compromisso sério e responsável da nossa parte, para toda a vida.

E Se Um Dia o Seu Animal Desaparecer?

Todos os dias, desaparecem centenas de animais em Portugal, mas a esmagadora maioria dos desaparecimentos era evitável com algumas medidas básicas de protecção. Perdidos e desconhecidos, os animais passam por muitas dificuldades para encontrar alimento, água e abrigo, sendo que muitos deles não sobrevivem aos primeiros dias da sua vida. A prevenção é o melhor remédio!

www.encontra-me.org

LIBERTA-ME

Porquê esterilizar?

Em Portugal, a população de cães e de gatos cresce descontroladamente dia após dia. Este aumento resulta não só das ninhadas de animais que vivem nas ruas, mas sobretudo das ninhadas geradas por animais a responsabilidade de alguém.

O destino dos animais destas ninhadas é quase sempre incerto. Algumas ninhadas são metidas por afogamento (situação ainda muito comum no nosso país), outras ninhadas são "empacadas" para adaptarem a população e outras ainda são cobaias em laboratório. Uma coisa é certa: trata-se de um círculo vicioso. A maioria destes filhotes vai também reproduzir-se e dar origem a mais filhotes que terão igualmente um destino incerto. A história repete-se vezes a vez, com o resultado de mais animais abandonados, mais animais vítimas de abuso e mais animais, mais animais abandonados e mais animais abandonados nos centros de acolhimento.

Combater esta triste realidade está nas mãos de todos nós, evitando que os nossos animais de companhia se reproduzam e educando os outros por nós a sobre importância da esterilização.

Respeitar os Animais

Abandonar um animal é uma atitude humana?

As tauradas são um espectáculo aceitável?

Matar animais pelas suas peles é legítimo?

A respeito de todos estes assuntos é um forte e inequívoco "Não!". Contudo, no nosso dia-a-dia, desparamos-nos com muito mais exploração animal e violência que devemos igualmente combater.

Figura 5- Publicações avulsas disponibilizadas pelo IPIMAR sobre segurança alimentar



Figura 6- Cartazes de sensibilização divulgados pela União Zoófila.



Figura 7- Logótipo da Associação Nacional dos Médicos Veterinários dos Municípios



Anexo 3. Material de sensibilização fornecido gratuitamente

(Dentro desta bolsa estão contidos vários panfletos de distribuição gratuita)

Anexo 4. Metodologias de Educação e Inquéritos

Tabela 1- Métodos de educação segundo Russel 1996.

Centrado no formador	Interactivo	Individualizado	Experimental
Estudantes passivos Eficiente para baixos níveis de aprendizagem e classes grandes	Discussão de Classe A classe deve ser pequena Pode ser consumidora de tempo Encoraja o envolvimento dos formandos	Ensino programado Mais eficaz em níveis baixos de aprendizagem Muito estruturado Permite que os formandos trabalhem ao seu próprio ritmo Feedback extensivo para todos os formandos	Campo ou Clínica O desempenho ocorre em ambiente natural Envolve o formando activamente Pode ser difícil para gerir e avaliar
Questionamento Monitoriza a aprendizagem dos formandos Encoraja o envolvimento do formando Pode causar ansiedade a alguns formandos	Grupos de Discussão Classe pequena Participação do formando Eficaz para níveis cognitivos e afectivos elevados	Ensino modular Pode ser consumidor de tempo Formatos muito flexíveis Permite que os formandos trabalhem ao seu próprio ritmo	Laboratório Exige planeamento e avaliação cuidadosos Envolve os formandos activamente em ambientes realistas
	Demonstração Ilustra a aplicação de uma habilidade ou conceito Os formandos são passivos.	Ensino de pares Exige planeamento e monitorização cuidadosos Utiliza as diferenças de perícia dos formandos Encoraja o envolvimento dos formandos	Projectos independentes Mais apropriados para níveis elevados de aprendizagem Podem ser consumidores de tempo Envolvimento activo dos formandos na aprendizagem
	Projectos de grupo Exige planeamento e monitorização cuidadosos Utiliza as diferenças de perícia dos formandos Encoraja o envolvimento dos formandos	Ensino computadorizado Pode implicar tempo e despesas consideráveis de formadores Pode ser flexível Permite que os formandos trabalhem ao seu próprio ritmo Implica os formandos em várias actividades	Simulações e Jogos Fornece prática de habilidade específicas Produz ansiedade a alguns formandos Participação activa dos formandos
			Exercício Mais apropriado em níveis baixos de aprendizagem Proporciona prática activa Pode não ser motivador para alguns formandos

Tabela 2- Organização dos questões dos inquéritos 1, 2 e 3 aplicados às crianças (continua nas páginas 129 e 130)

	Inquérito 1		Inquérito 2	Inquérito 3
	S/animais	C/animais		
Perfil	Turma, Idade, Nota a Ciências, Género, Ter animais			
Padrão da posse de animais	Espécies de animal, quantidades e se vão ou não ao MV			
		Ter ou não animais exóticos	Ter ou não EP, espécies de animais e quantidades	
			Familiares com EP	

(1a.resposta de escolha múltipla sem número pré-determinado de alíneas, 1b.resposta de escolha múltipla com número pré-determinado de alíneas, 1c.resposta-chave, 2a.resposta aberta nominal, 2b.resposta aberta ordinal, 2c.resposta aberta métrica, 3a.resposta fechada nominal, 3b.resposta fechada ordinal, 3c.resposta fechada métrica; AC- Animal de Companhia; EP- Espécies Pecuárias).

	Inquérito 1		Inquérito 2	Inquérito 3
	S/animais	C/animais		
Questões de atitudes		Com que regularidade o animal vai ao MV (1b)	Frequência do contacto com EP? (1b)	Vê muito animais de rua? (3a)
		Animais estão vacinados? (3a)	Presta atenção aos rótulos dos produtos de origem animal? (3a)	Alguma vez foi atacado por um animal? (3a)
		Animais estão desparasitados? (3a)		Se foi atacado, quantas vezes? (1c,2c)
		Animais têm microchip? (3a)		Se foi atacado, conhecias? (1c,3a)
		Animais estão esterilizados? (3a)		Costuma brincar e interagir c/animais de rua? (3a)
		Animais têm boletim sanitário? (3a)		Costuma alimentar animais de rua? (3a)
		Passear de trela? (1b)		Conhece alguém q alimente animais de rua? (3a)
		Apanhar as fezes? (3a)		Vê muitas fezes na rua? (3a)
		AC dormem na cama dos donos? (3a)		Já foi a algum Canil/Gatil? (3a)
		Treino? (1b)		Se já foi a algum Canil/Gatil, qual? (1c,2a)
		Atenção para n perturbar vizinhos? (3a)		Se já foi a algum Canil/Gatil, o q achou das instalações? (1c,2b)
		O q faria se visse uma águia-bebé na rua? (1b)		Já adoptou animal num Canil/Gatil? (3a)
		Conhece alguém que use casacos de pele? (3a)		Se já adoptou animal num Canil/Gatil, pretende adoptar mais? (1c,3a)
		Se conheces alguém q use casacos de pele, feitos de que animal? (2a)		Se n adoptou animal num Canil/Gatil, pretende adoptar? (1c,3a)
		Já foste a algum zoo? (3a)		Quando lava as mãos? (1a)
		Se já foste a algum zoo, qual? (2a)		Já bebeu leite cru? (3a)
		A escola organiza visitas de estudo a zoos? (3a)		Costuma comer legumes crus? (3a)
		Os pais levam-nos a zoos? (3a)		O q faz aos restos da comida? (1a)
Questões de opinião	Importância de se ir ao MV (0 a 5) (3b)			
	Importância do MV na SP (0 a 5) (3b)			
	Importância da educação sobre animais (0 a 5) (3b)			
	Importância da vacinação (0 a 5) (3b)			O q acha de ver muito animais de rua? (1a)
	Importância da desparasitação (0 a 5) (3b)			O q acha dos animais de rua? (1a)
	Importância do microchip (0 a 5) (3b)	Importância das marcas de identificação de EP (0 a 5) (3b)		O q acha de alimentar animais de rua? (1a)
	Importância da esterilização (0 a 5) (3b)	O q acha da carne q s vende actualmente? (1a)		O q acha da recolha das fezes dos animais por parte do dono? (1a)
	Acha que pode contribuir para salvar as espécies em extinção	Acha os rótulos dos produtos de origem animal importantes? (3a)		O q acha do abandono de animais? (3a)
	Porquê de ter animais exóticos? (1c,1a)	Acha possível através dos rótulos s saber d onde veio o animal que deu origem ao produto? (3a)		
	Porque n gostaria de ter animal exótico? (1c,1a)	3 factores importantes na escolha da carne? (1b)		
		Importância de saber s os animais foram bem tratados até do prado ao prato? (0 a 5)? (3b)		
		Acha q empresas de carne informam devidamente o consumidor sobre como viveu o animal? (3a)		
	Acha q empresas de carne deviam informar o consumidor sobre como viveu o animal? (3a)			

	Inquérito 1		Inquérito 2	Inquérito 3
	S/animais	C/animais		
Questões de percepção	Competências do MV (1a)			
	Ouviu falar do MVM			
	Sabe as responsabilidades do MVM			
	Existe algum MVM no concelho			
	Se existe algum MVM no concelho, identificar (2a)			
	Se existe algum MVM no concelho, viu-o pessoalmente (3a)			
	Sabe o que são desparasitações (3a)			É comum os animais atacarem os donos? (3a)
	Obrigações de um dono de AC (1a)	Sabe o q são ruminantes? (3a)		É comum os animais de rua atacarem as pessoas? (3a)
	Definição de vacinas dos cães (1a)	Animais omnívoros (1a)		Sabe para q servem Canis/Gatis? (3a)
	Sabes o que são microchips (3a)	Sabe o q são marcas de identificação para EP? (3a)		Forma como são tratados os animais nos Canis/Gatis? (1a)
	Sabe o que é esterilização (3a)	Sabe o q são vacinas? (3a)		Existe algum Canil/Gatil no concelho? (1b)
	De onde costumam vir os animais exóticos? (1b)	Acha que os EP precisam de ser vacinados? (3a)		O homem pode transmitir doenças ao animal? (3a)
	De onde deveriam vir os animais exóticos? (1b)	Acha que os EP precisam de ser desparasitados? (3a)		Já ouviu falar de zoonoses? (3a)
	Venda ilegal de animais exóticos é crime? (3a)	Acha que os EP precisam de marcas de identificação? (3a)		Doenças que já ouviu falar? (1a)
	Ocorre muito no mundo? (3a)	Existe e em q processos existe controlo da carne até chegar ao comércio? (1a)		Das doenças que já ouviu falar, quais são zoonoses? (1c,1a)
	Existe algum tipo de controlo do tráfico de animais exóticos? (3a)	Animais sofrem até chegar à nossa mesa? (3a)		Grávidas podem ter contacto com gatos? (3a)
	2 exemplos de animais em vias de extinção (2a)	Se animais sofrem até chegar à nossa mesa, em q processo? (1b)		Beber-se leite cru é saudável? (3a)
	Animais desaparecem devido à acção do homem? (1b)	Processos da produção de carne em q o MV intervém? (1a)		O que acha do acto de se comer legumes crus? (3a)
	Porquê dos animais estarem vias de extinção? (1a)	Sabe tudo sobre o animal exótico? (3a) Assuntos dos exóticos costuma ter dúvidas? (1a)		Sabe o q são pragas? (3a)
				Qualquer animal s pode tornar praga? (3a)
				Temos pragas em Portugal? (3a)
				Existem pragas no concelho? (3a)
				S existem pragas no concelho, quais? (1c,2a)
				Animais q são pragas? (1a)
				Pragas em casa? (1a)
				Problemas aos quais estão associadas as pragas? (1a)
				O q contribui para o aumento das pragas? (1a)
			Existem formas de controlar as pragas? (3a)	
			S existem formas de controlar as pragas, quais? (1c,2a)	
Questões de preferências/gostos	Gostaria de contribuir para reduzir o número de animais em vias de extinção? (3a)		Gostaria de ter mais contacto com natureza? (3a)	
	O que faria para reduzir o número de animais em vias de extinção? (2a)		Gostaria de trabalhar no campo no futuro? (1b)	
	Onde prefere adquirir AC? (1b)		Se gostaria de trabalhar no campo no futuro, porquê? (1a)	
	Gostaria de provar carne de animal diferente? (3a)		Se não gostaria de trabalhar no campo no futuro, porquê? (1a)	
	Se gostaria de provar carne de animal diferente, de qual? (2a)		No futuro gostaria de morar? (1b)	
	Gostaria de saber mais sobre animais? (3a)		Regularidade de consumo de carne? (1b)	
	Se não tem animal de estimação, gostaria de ter animal? (1c,3a)		De onde vem a maioria da carne q consome? (1b)	
	Se gostaria de ter animal de estimação, porque n tens? (1a)			

Tabelas 3, 4 e 5- Atividades desenvolvidas em cada uma das EB 2,3 onde o projecto decorreu

Escola	Decorreu de	a	Altura crítica?	Se sim pq?	Nº Turmas	Inquérito 1	Inquérito 2	Inquérito 3	Tempo/turma (em mins)	Inquéritos pos?
Lousã	04-10-2010	20-10-2010	Não		8	3	2	3	180	Não
Vale do Alva	12-11-2010	19-11-2010	Não		2	1	1		180	Sim
Lagares da Beira	12-11-2010	19-11-2010	Não		2	1		1	180	Sim
Cordinha	12-11-2010	19-11-2010	Não		2	1		1	180	Não
Mascarenhas	12-11-2010	19-11-2010	Não		3	1	1	1	135	Não
Santiago do Cacém	19-01-2011	02-02-2011	Não		7	3	2	2	180	Não
Monchique	21-02-2011	25-02-2011	Sim	Testes de avaliação	3	1	1	1	90	Sim
Portalegre	14-03-2011	23-03-2011	Não		5	2	1	2	180	Sim
Porto	02-05-2011	11-05-2011	Não		7	3	2	2	180	Sim
Ponte de Lima	23-05-2011	03-06-2011	Não		9	4	2	3	180	Não
Lages do Pico	08-06-2011	17-06-2011	Sim	Final do ano	2	1		1	135	Não
São Roque do Pico	08-06-2011	17-06-2011	Sim	Final do ano	2	1		1	135	Não
Madalena do Pico	08-06-2011	17-06-2011	Sim	Final do ano	4	1	2	1	135	Não

Escola	Filme?	Trabalho sobre filme?	Trabalho grupo?	Apresentação de trabalhos à turma?	Apresentação Final (AF)?	Adesão de >50% na AF?	AF extra curricular?	Contacto directo c MVM?
Lousã	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Vale do Alva	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	0	0	Não
Lagares da Beira	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	0	0	Não
Cordinha	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	0	0	Não
Mascarenhas	Sim	Não	Sim	Sim	Não	0	0	Não
Santiago do Cacém	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Monchique	Não	Não	Não	Não	Não	0	0	Sim
Portalegre	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	0	0	Sim
Porto	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Ponte de Lima	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Lages do Pico	Não	Não	Sim	Sim	Não	0	0	Não
São Roque do Pico	Não	Não	Sim	Não	Não	0	0	Não
Madalena do Pico	Sim	Não	Não	Não	Não	0	0	Não

Escola	Aprendizagem musica?	Apresentação da pública da musica?	AF: Presença direcção escola?	Associação apoio animal na AF?	Presença dos pais na AF?	Divulgação do evento nos media?
Lousã	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Vale do Alva	Sim	Não	0	0	0	0
Lagares da Beira	Sim	Não	0	0	0	0
Cordinha	Sim	Não	0	0	0	0
Mascarenhas	Não	0	0	0	0	0
Santiago do Cacém	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Monchique	Não	0	0	0	0	0
Portalegre	Sim	Sim	0	0	Não	0
Porto	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
Ponte de Lima	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Lages do Pico	Não	0	0	0	0	0
São Roque do Pico	Sim	Não	0	0	0	0
Madalena do Pico	Não	0	0	0	0	0

Anexo 5. Panfletos em formato digital

Panfletos fornecidos gratuitamente por diversas entidades (no DVD do Anexo 6):

- ✓ DGV
- ✓ Câmaras Municipais de Monchique, de Loures e de Santa Maria da Feira.

Anexo 6. DVD contendo diversos materiais educativos:

- ✓ Apresentações em “*Power-point*”

As 8 apresentações realizadas nas EB 2,3.

- ✓ Vídeo da RSPCA: “Nós e os animais”

Vídeo da RSPCA “Nós e os animais” (cedido por Dr. Henrique Paulo, MVM da Lousã).

- ✓ Informação dos Anexos 5 e 7

Panfletos em formato digital

Música do projecto Educação Pró-Animal, “Se queres ter um animal”

Anexo 7. Música do projecto: “Se queres ter um animal”

A música final está do projecto cantada pelos alunos está contidas no DVD do Anexo 6.

“Se queres ter um animal”

1. Flauta (Lá, Sol, Mi, Ré, Sol, Lá, Sol, Mi, Lá, Sol, Mi, Ré, Sol, Mi)

2. Vacinar, HEI!, Adoptar, HEI! Passear, HEI!, Brincar, HEI!, Escovar, HEI!

Se queres ter um animal
Nunca te deves esquecer
Faz parte da tua vida
De ti depende pra viver

3.

Seja qual for o animal
Com respeito deves tratar
Seja cachorro ou galinha
Tens do seu bem estar cuidar

1. Flauta (Lá, Sol, Mi, Ré, Sol, Lá, Sol, Mi, Lá, Sol, Mi, Ré, Sol, Mi)

Esquema: 1 → 2 → 3 → 1 → 2 → 3 → 1

Anexo 8. Fotografias do projecto “Educação pró-Animal”

Figura 1- Turma da EB 2,3 Vale do Alava (OHP)



Figura 2- Turma da EB 2,3 Frei André da Veiga (St^{go}.do Cacém)



Figura 3- Turma da EB 2,3 António Feijó



Figura 4- Trabalhos de grupo em OHP



Figura 5- Trabalhos de grupo na Ilha do Pico



Figura 6- Apresentações à turma em Santiago do Cacém



Figura 7- Apresentação à turma na Ilha do Pico



Figura 8- Cartazes usados na Lousã, Santiago do Cacém e Portalegre para anunciar a AF



Figura 9- AF na Lousã



Figura 10- AF em Santiago do Cacém



Figura 11- AF em Portalegre



Figura 12- AF em Ponte de Lima



(Fotografia em cima à direita- vice-director da EB 2,3, Prof. João Videira; em baixo à esquerda- MVM de Ponte de Lima, Dra. Natália do Campo; em baixo à direita- Presidente da associação de apoio animal ALAAR, Sra. Zulmira)

Anexo 9. Caracterização da população em estudo

Tabela 1– Alunos da EB 2,3 da Lousã

Turma	Total	%F	%S	Idades			Notas a Ciências		
				Média	Máx	Mín	Média	Máx	Mín
B	20	45,00%	90,00%	11,00	12	10	3,53	5	3
C	21	33,33%	100,00%	10,75	12	10	3,40	5	2
D	21	38,10%	85,71%	11,17	13	10	3,60	5	2
E	20	35,00%	90,00%	10,85	12	10	3,55	5	2
F	21	42,86%	71,43%	11,00	11	11	3,40	5	3
G	22	31,82%	81,82%	10,82	12	10	3,95	5	3
H	23	39,13%	86,96%	10,75	12	10	3,91	5	3
I	20	50,00%	75,00%	11,20	13	10	3,70	5	3
Geral	168	39,29%	85,12%	10,93	13	10	3,64	5	0

Tabela 2- Alunos das EB 2,3 de Oliveira do Hospital.

Escola/ Turma	Total	% Total	%F	%S	Idades			Notas CN		
					Média	Máx	Mín	Média	Máx	Mín
Cordinha	33	22,45%	51,52%	96,97%	11,33	14	9	3,27	4	2
A	17		64,71%	94,12%	11,29	12	10	2,88	4	2
B	16		37,50%	100,00%	11,38	14	9	3,69	4	3
Lagares da Beira	23	15,65%	56,52%	100,00%	11,52	13	11	3,41	5	2
A	8		62,50%	100,00%	11,63	13	11	3,43	4	3
B	15		53,33%	100,00%	11,47	13	11	3,4	5	2
Mascarenhas	57	38,78%	52,63%	84,21%	11,49	17	10	3,7	5	3
B	19		57,89%	89,47%	11,56	14	10	3,67	5	3
D	20		50,00%	85,00%	11,53	17	11	3,83	5	3
E	18		50,00%	77,78%	11,4	13	10	3,61	5	3
Vale Alva	34	23,13%	58,82%	100,00%	11,39	14	10	3,47	5	2
A	14		71,43%	100,00%	11,5	13	10	2,92	4	2
B	20		50,00%	100,00%	11,32	14	10	3,84	5	3
Geral	147	100,00%	54,42%	93,20%	11,44	17	9	3,5	5	2

Tabela 3- Alunos da EB 2,3 de Santiago do Cacém.

Turma	Total	%F	%S	Idades			Notas a Ciências		
				Média	Máx	Mín	Média	Máx	Mín
A	16	62,50%	93,75%	11,31	13	11	4,00	5	3
B	13	53,85%	100,00%	11,15	12	11	3,92	5	3
C	17	41,18%	82,35%	11,71	15	11	3,82	5	3
D	18	44,44%	88,89%	11,28	12	11	3,61	5	2
E	19	68,42%	78,95%	11,89	18	11	3,82	5	2
F	22	59,09%	90,91%	11,43	14	10	3,86	5	3
G	10	50,00%	100,00%	13,40	15	12	3,11	5	2
Geral	115	54,78%	89,56%	11,65	18	10	3,77	5	2

Tabela 4 - Alunos da EB 2,3 de Monchique.

Turma	Total	%F	%S	Idades			Notas CN		
				Média	Máx	Mín	Média	Máx	Mín
A	16	50,00%	100,00%	11,69	13	11	3,57	5	2
B	14	42,86%	92,86%	11,29	13	11	3,54	4	2
C	14	35,71%	100,00%	11,57	13	11	3,43	4	3
Geral	44	43,18%	97,73%	11,52	13	11	3,51	5	2

Tabela 5- Alunos da EB 2,3 de Portalegre.

Turma	Total	%F	%S	Idades			Notas a CN		
				Média	Máx	Mín	Média	Máx	Mín
A	19	52,63%	89,47%	11,84	14	11	3,56	4	3
B	15	86,67%	53,33%	11,33	13	11	4,13	5	3
C	15	60,00%	80,00%	12,00	15	11	3,43	5	2
D	16	43,75%	87,50%	11,63	13	11	3,44	5	3
E	22	36,36%	68,18%	11,59	14	11	3,86	5	2
Geral	87	54,02%	75,86%	11,68	15	11	3,69	5	2

Tabela 6- Alunos da EB 2,3 do Porto.

Turma	Total	%F	%S	Idades			Notas a Ciências		
				Média	Máx	Mín	Média	Máx	Mín
B	27	48,15%	59,26%	11,56	14	11	3,64	5	2
C	23	47,83%	78,26%	11,65	14	10	3,52	5	2
D	23	56,52%	60,87%	12,00	15	10	3,86	5	2
E	17	35,29%	70,59%	11,41	13	11	3,67	5	3
F	21	42,86%	85,71%	11,95	14	11	3,60	5	2
G	23	34,78%	56,53%	11,78	14	11	4,10	5	3
Geral	134	44,78%	67,91%	11,73	15	10	3,73	5	2

Tabela 7- Alunos da EB 2,3 de Ponte de Lima.

Turma	Total	%F	%S	Idades			Notas a Ciências		
				Média	Máx	Mín	Média	Máx	Mín
A	21	42,86%	85,71%	11,57	14	11	4,16	5	3
B	21	57,14%	95,24%	11,81	14	11	4,24	5	3
C	24	66,67%	95,83%	11,54	12	11	3,83	5	3
D	28	32,14%	82,14%	11,71	14	11	4,00	5	2
E	24	41,67%	91,67%	11,48	12	11	3,95	5	3
F	27	55,56%	85,18%	11,33	12	10	4,59	5	3
G	20	55,00%	85,00%	11,55	13	11	3,68	5	3
H	19	42,10%	84,21%	11,42	12	11	3,94	5	3
I	21	38,10%	100,00%	11,71	13	11	3,85	5	2
Geral	205	47,80%	89,27%	11,57	14	10	4,05	5	2

Tabela 8 - Alunos das EB 2,3 da Ilha Pico.

Escola/Turma	Total	% Total	%F	%S	Idades			Notas a Ciências		
					Média	Máx	Mín	Média	Máx	Mín
Lages	48	37,80%	60,42%	91,67%	11,80	15	11	3,89	5	3
A	24		70,83%	95,83%	11,58	12	11	3,86	5	3
B	24		50,00%	87,50%	12,05	15	11	3,91	5	3
Madalena	67	52,76%	46,27%	95,52%	12,06	18	11	3,76	5	2
A	20		60,00%	95,00%	11,90	14	11	3,65	5	3
B	18		50,00%	100,00%	12,22	18	11	4,00	5	2
C	23		43,48%	95,65%	11,70	13	11	3,70	5	3
D	6		0,00%	83,33%	13,50	15	12	3,50	4	3
São Roque	12	9,45%	66,67%	91,67%	12,75	15	11	3,10	4	3
A	12		66,67%	91,67%	12,75	15	11	3,10	4	3
Geral	127	100,00%	53,54%	93,70%	12,03	18	11	3,75	5	2

Anexo 10. Padrão de detenção de animais

Figura 1- Padrão de posse de animais das famílias com animais (n= 885)

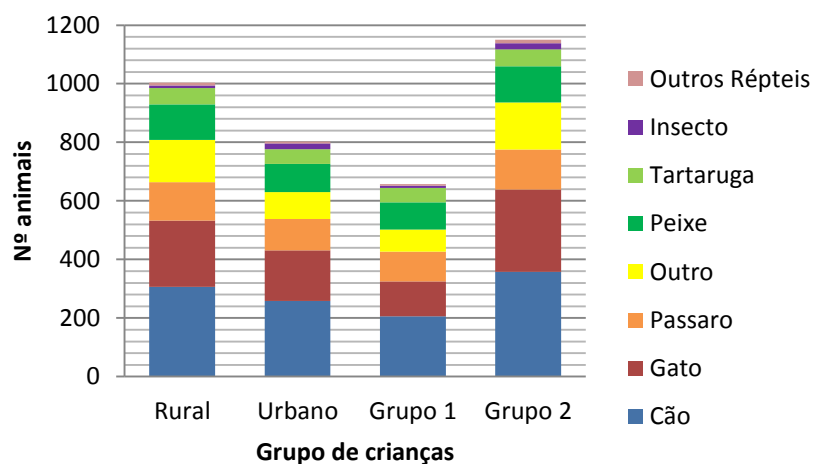


Figura 2- Proporção de crianças com animais exóticos, cães e gatos em simultâneo e cães e gatos isoladamente.

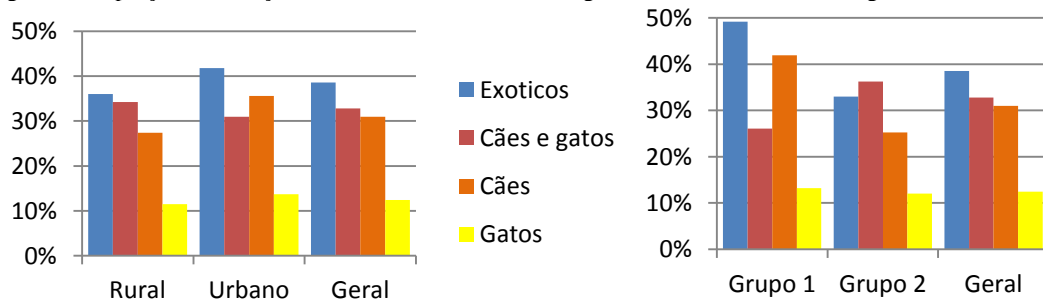


Tabela 1- Proporção de pessoas com apenas uma espécie animal e com apenas um animal, dentro da população com animais.

Concelhos de	Total com animais	% Apenas uma espécie	% Apenas 1 animal
Meio Rurais	303	29,04%	13,20%
Meio Urbanos	582	18,56%	10,82%
Grupo 1	497	16,70%	9,66%
Grupo 2	388	29,12%	14,18%
Geral	885	22,15%	11,64%

Figura 3- Distribuição do número de cães e/ou gatos por fogo habitacional

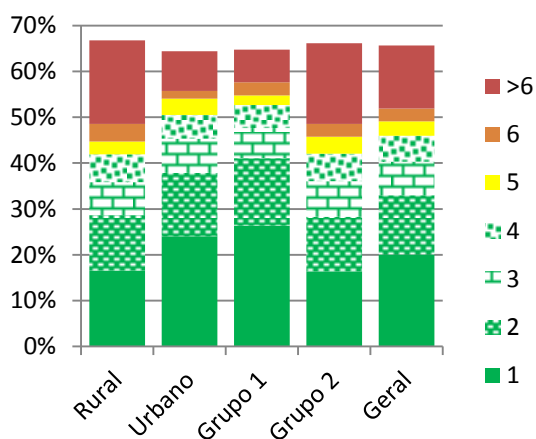


Tabela 2 - Números máximos, mínimos e médios de cães, gatos e pássaros das crianças.

Espécies	Cães				Gatos				Pássaros			
	Total	Média	DesvPad	Máx	Total	Média	DesvPad	Máx	Total	Média	DesvPad	Máx
Rural	306	2,30	2,95	33	227	2,69	2,84	22	131	5,94	9,46	50
Urbano	258	1,95	1,89	16	173	2,44	2,95	20	107	4,91	7,57	50
Grupo 1	206	2,35	3,20	33	119	2,18	2,09	12	102	4,18	6,68	34
Grupo 2	358	1,98	1,88	20	281	2,77	3,21	22	136	6,53	9,84	50
Geral	564	2,13	2,50	33	400	2,57	2,89	22	238	5,44	8,59	50

Tabela 3- Proporção dos animais assinalados como "Outros"

Animais "Outros"	De quinta	Exóticos	Coelho	Equinos	Selvagens	Total de "outros"
Meio Rural	66,67%	20,83%	6,94%	4,17%	1,39%	144
Meio Urbano	54,35%	27,17%	13,04%	4,35%	1,09%	92
Grupo 1	46,67%	34,67%	9,33%	6,67%	2,67%	75
Grupo 2	68,94%	18,01%	9,32%	3,11%	0,62%	161
Geral	61,86%	23,31%	9,32%	4,24%	1,27%	236

Figura 4- Padrão da distribuição de EP.

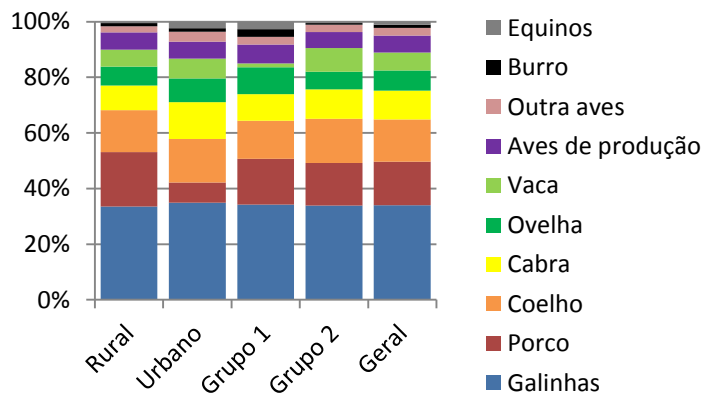


Tabela 4- Proporção das crianças que vai ao Veterinário com o seu animal exótico e características dos Grupos 1 e 2.

Amostra	% Leva exótico ao Vet	População
Rural	43,10%	58
Urbano	39,66%	58
Grupo 1	35,56%	45
Grupo 2	45,07%	71
Geral	41,38%	116

Amostra	N Vai ao MV	Vai ao MV	População
Grupo 1	29	16	45
Monchique	5		5
Portalegre	10	5	15
Porto	2	1	3
Santiago do Cacém	12	10	22
Grupo 2	39	32	71
Ilha do Pico	9	7	16
Lousa	6	7	13
Oliveira do Hospital	1	1	2
Ponte de Lima	23	17	40
Geral	68	48	116

Figura 5- Distribuição das dúvidas mais frequentes sobre os animais exóticos.

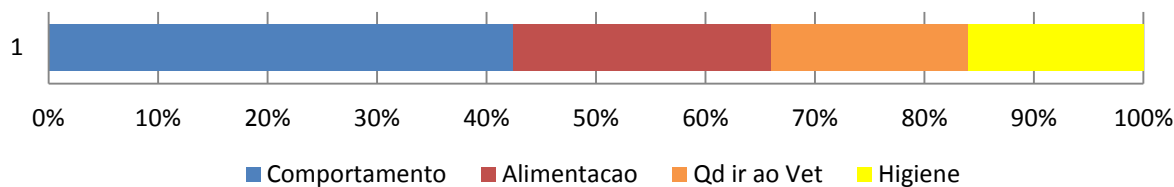


Figura 6- Razões pelas quais as crianças querem ou gostam/gostariam de ter animais exóticos.

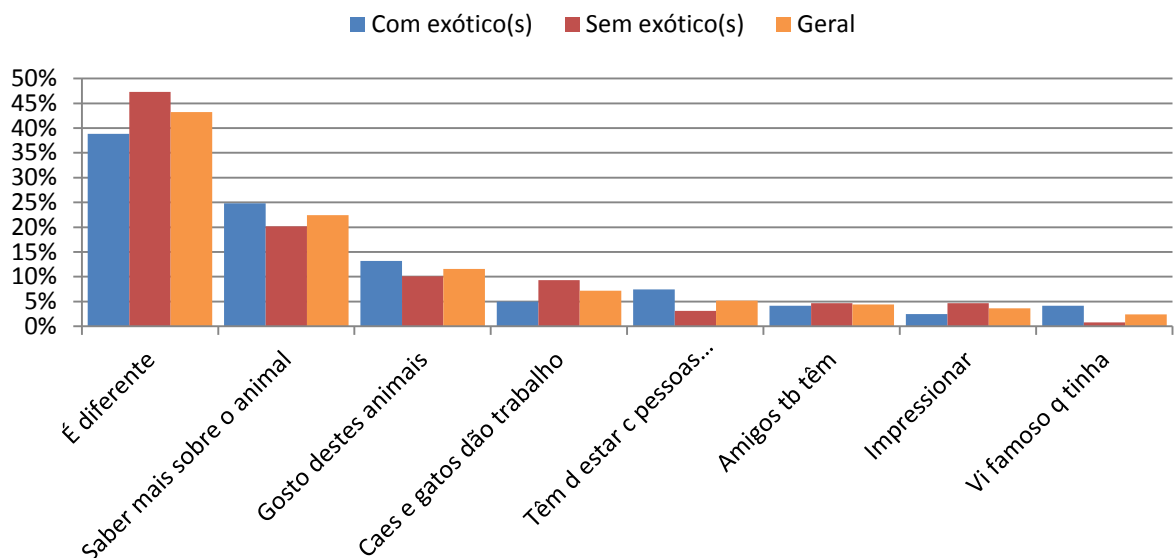
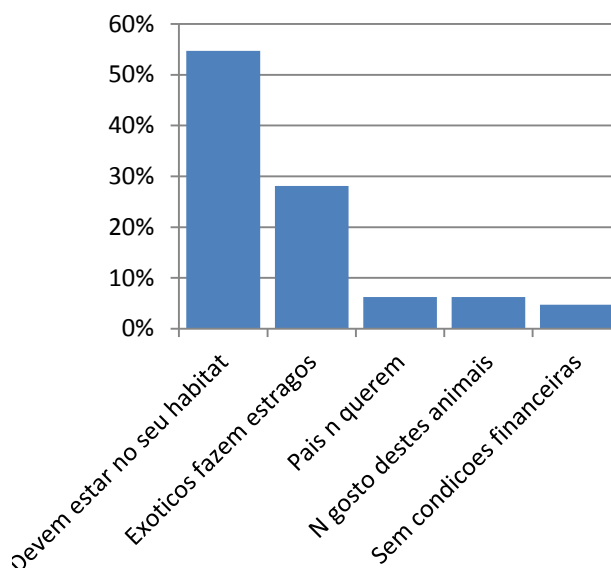


Tabela 5- Proporção das crianças que não tendo animais de estimação, gostaria de ter.

Concelho	%Gostaria de ter animais de estimação	População s/animais
Rural	100,00%	7
Urbano	91,84%	49
Grupo 1	90,48%	42
Grupo 2	100,00%	14
Geral	92,86%	56

Figura 7- Razões pelas quais as crianças não querem ter animais exóticos.



Anexo 11. Generalidades do conhecimento das crianças

Tabela 1- Proporção de crianças que não sabe tudo o que gostaria sobre animais.

Concelhos	% Não sabe tudo	População	Concelhos	% Não sabe tudo	População
Rural	65,03%	346	Grupo 1	63,28%	305
Urbano	67,84%	398	Grupo 2	68,79%	439
Geral	66,53%	744	Geral	66,53%	744

Figura 1- Classificações atribuídas à importância da educação sobre animais. Classificação de N1 a N5 (escala de 1 a 5).

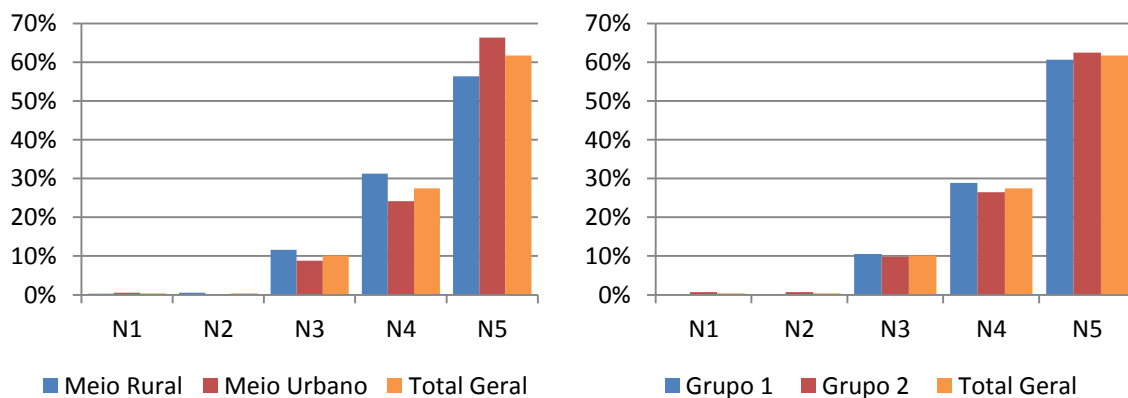


Tabela 2– Crianças que não sabem e que sabem tudo o que gostariam de saber sobre os animais.

Amostra	N sabem tanto como queriam	Sabem tudo o q querem	População
F	261	123	384
M	261	158	419
S/Animais	98	21	119
C/Animais	424	260	684
Geral	522	281	803

Anexo 12. Conhecimentos das crianças sobre os animais de companhia

Figura 1- Locais de eleição para a aquisição de animais de companhia

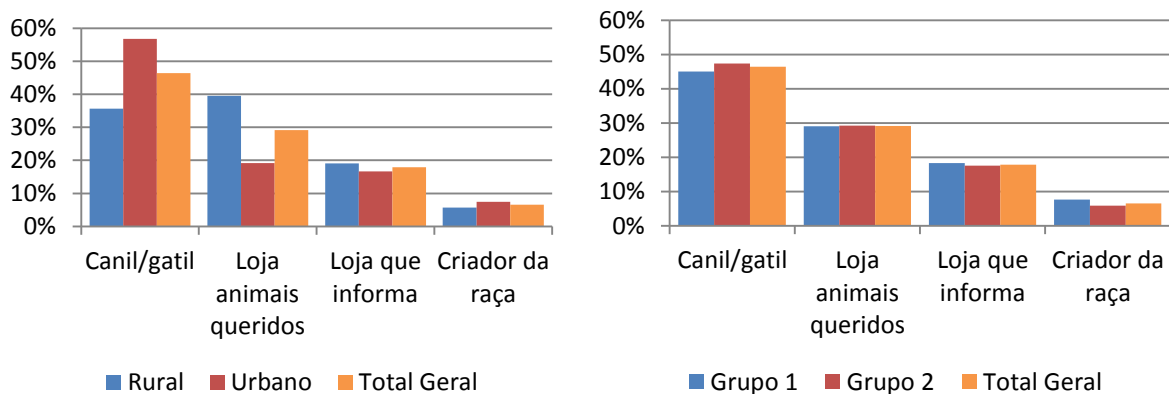


Figura 2- Locais de eleição para aquisição de animais de companhia consoante o género das crianças.

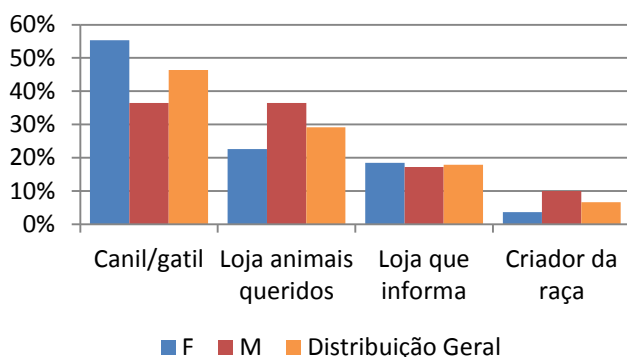


Figura 3- Distribuição das respostas sobre quais as obrigações de um dono de um animal de companhia aos olhos das crianças.

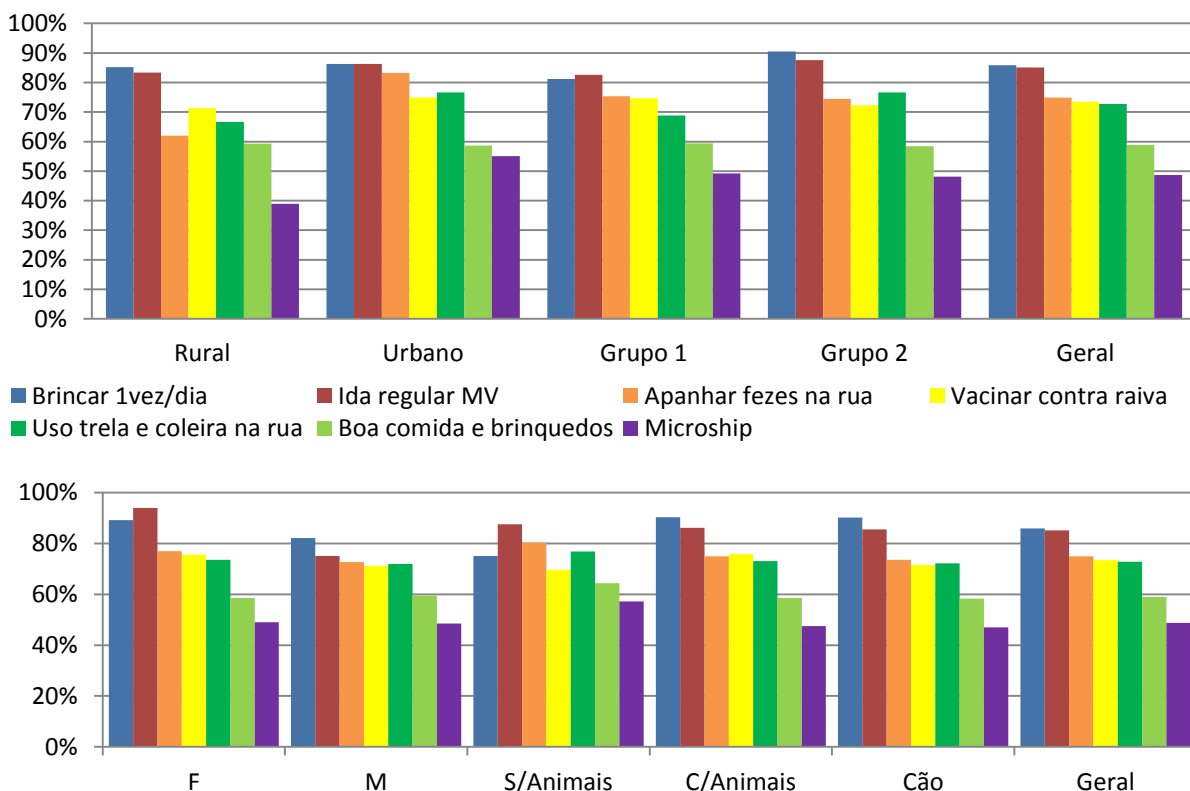


Figura 4- Distribuição das respostas sobre o uso de trela nos animais de companhia quando passeiam na via pública.

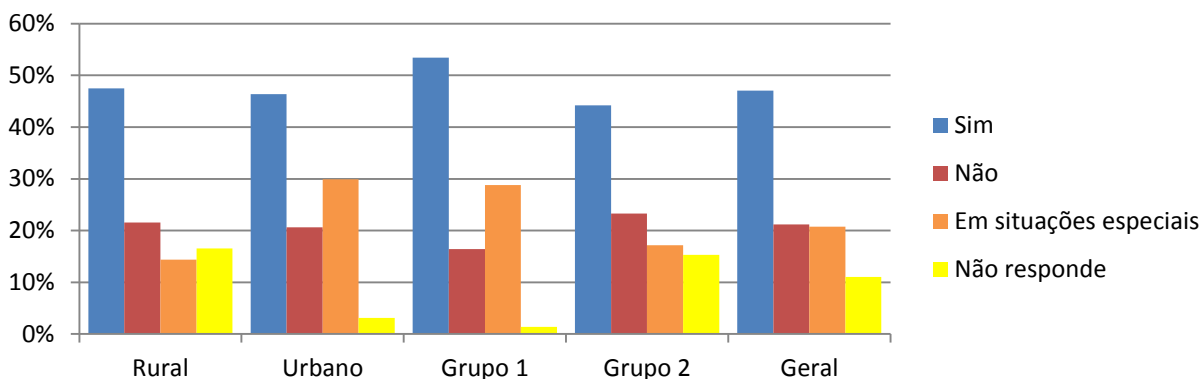


Tabela 1- Proporção das crianças cujas famílias apanham as fezes dos seus animais de companhia.

Concelhos	%Apanha fezes	População	Concelhos	%Apanha fezes	População
Rural	47,67%	86	Grupo 1	52,00%	75
Urbano	52,63%	95	Grupo 2	49,06%	106
Geral	50,28%	181	Geral	50,28%	181

Tabela 2- Proporção das famílias que dormem com os animais.

Concelhos	% Dormem c dono	População	Concelhos	% Dormem c dono	População
Rural	19,23%	52	Grupo 1	18,00%	50
Urbano	19,64%	112	Grupo 2	20,18%	114
Geral	19,51%	164	Geral	19,51%	164

Tabela 3- Proporção das famílias que têm preocupação para que os seus animais não incomodem os vizinhos.

Concelhos	% Preocupação vizinhos	População	Concelhos	% Preocupação vizinhos	População
Rural	83,64%	55	Grupo 1	86,00%	50
Urbano	77,87%	112	Grupo 2	83,76%	117
Geral	84,43%	167	Geral	84,43%	167

Figura 5- Classificação dada pelas crianças para a importância de ir com o animal ao Veterinário, de 0 a 5.

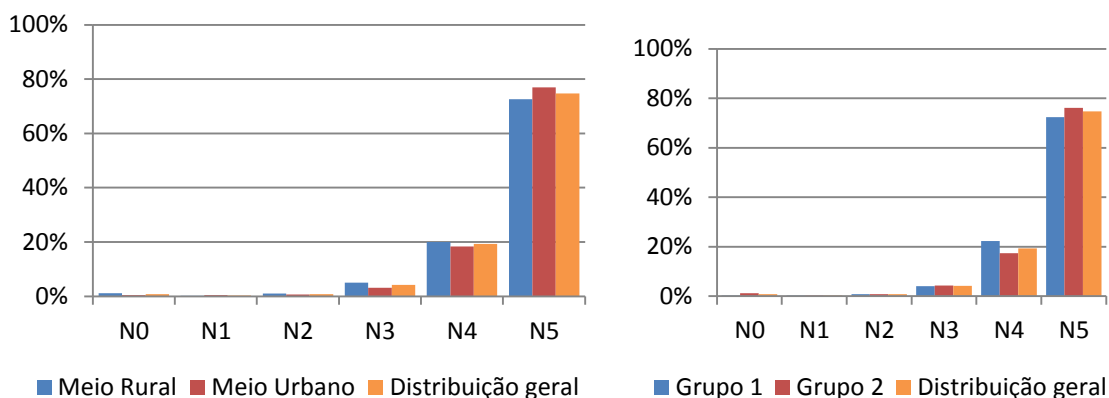


Tabela 4- Proporção de cães, gatos e pássaros que vão ao MV

Espécie	Cão		Gato		Pássaro	
	Total	% Vai ao MV	Total	% Vai ao MV	Total	% Vai ao MV
Rural	196	76,53%	133	57,89%	46	10,87%
Urbano	240	88,75%	152	68,42%	94	30,85%
Grupo 1	159	89,31%	83	68,67%	60	33,33%
Grupo 2	277	79,78%	202	61,39%	80	17,50%
Geral	436	83,26%	285	63,51%	140	24,29%

Tabela 5– Variação da proporção de famílias que levam os seus cães e gatos ao MV com o nº de cães e/ou gatos por fogo habitacional.

Animais por fogo	<=4	5a6	>6	População	Animais por fogo	<=4	5a6	>6	População
Cão n vai ao MV	81,82%	9,09%	9,09%	66	Gato n vai ao MV	68,37%	17,35%	14,29%	98
Cão vai ao MV	80,23%	8,60%	11,17%	349	Gato vai ao MV	72,88%	12,99%	14,12%	177
Geral	80,48%	8,67%	10,84%	415	Geral	71,27%	14,55%	14,18%	275

Tabela 6- Proporção das crianças que sabe com que frequência o seu animal de companhia vai ao MV.

Concelhos	% Sabe frequência q vai ao MV	População	Concelhos do	% Sabe frequência q vai ao MV	População
Rural	30,56%	36	Grupo 1	46,15%	52
Urbano	43,97%	116	Grupo 2	38,00%	100
Geral	40,79%	152	Total Geral	40,79%	152

Figura 6- Diferenças na frequência de idas ao MV.

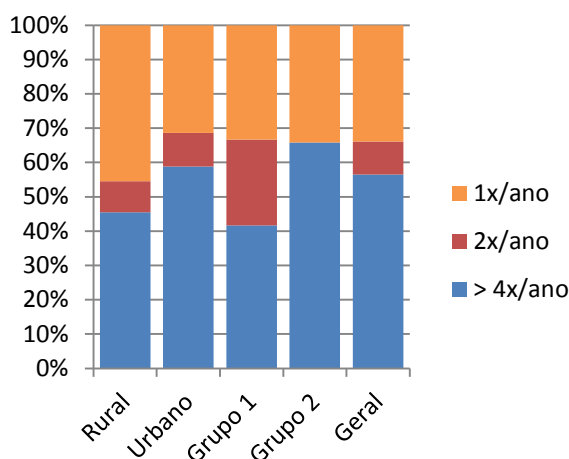


Figura 7- Distribuição das opiniões das crianças sobre as vacinas.

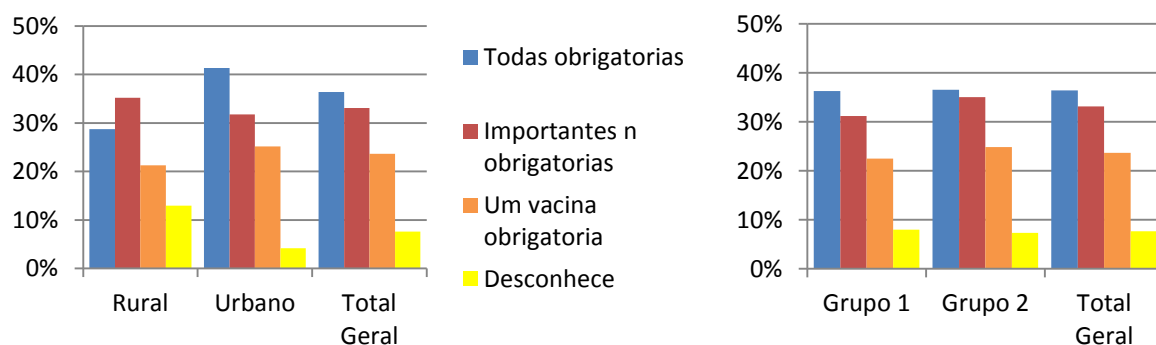


Figura 8- Distribuição das famílias que vacinam, não vacinam e cujas crianças não sabem se vacinam.

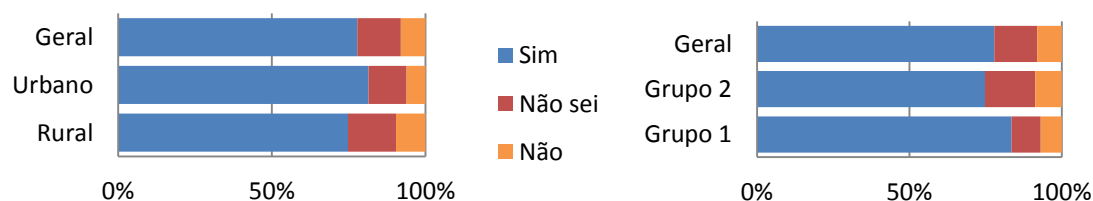


Tabela 7- Proporção das crianças que sabe o que são desparasitações.

Amostra	% Sabe desparasitações	População	Amostra	% Sabe desparasitações	População
Rural	66,67%	195	Grupo 1	69,89%	93
Urbano	70,08%	127	Grupo 2	67,25%	229
Geral	68,01%	322	Geral	68,01%	322

Figura 9- Distribuição das famílias que desparasitam/não desparasitam/não sabem se desparasitam.

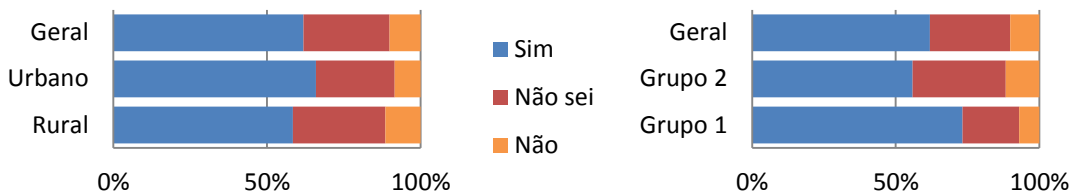


Tabela 8- Proporção das crianças que sabe o que são esterilizações.

Amostra	% Sabe esterilização	População
Rural	46,67%	60
Urbano	50,43%	115
Geral	49,14%	175

Amostra	% Sabe esterilização	População
Grupo 1	54,90%	51
Grupo 2	46,77%	124
Geral	49,14%	175

Figura 10- Distribuição das famílias que esterilizam/não esterilizam/cujas crianças não sabem que esterilizam.

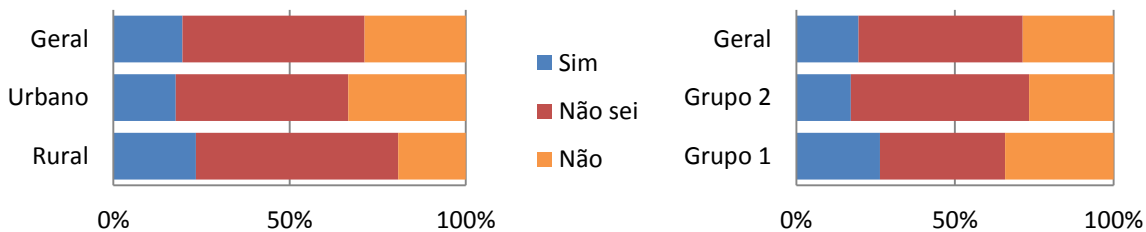


Figura 11- Distribuição das famílias cujos animais têm *microchip*/não têm *microchip*/crianças não sabem se têm *microchip*.

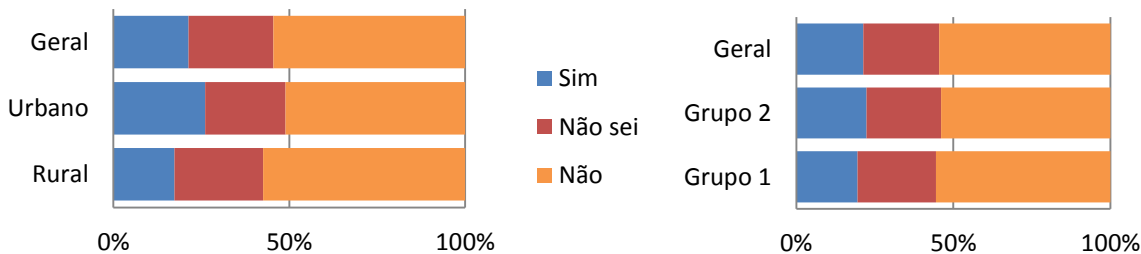


Figura 12- Distribuição da proporção de famílias cujos animais têm boletim sanitário/não têm boletim sanitário/não sabem se têm boletim sanitário.

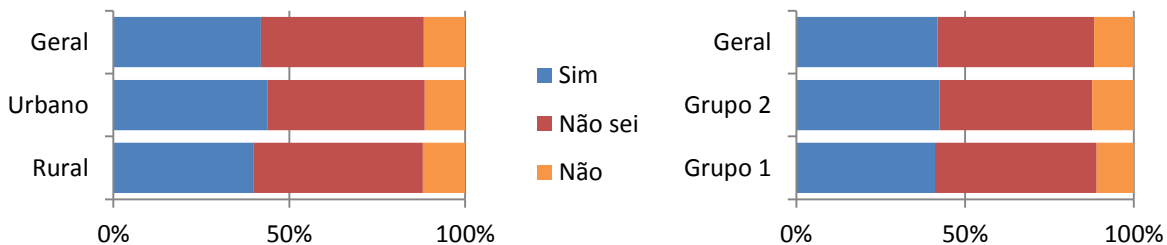


Figura 13- Distribuição das classificações atribuídas de 1 a 5 à importância que as crianças cujos animais estão/não estão/não sabem se estão vacinados atribuem à vacinação.

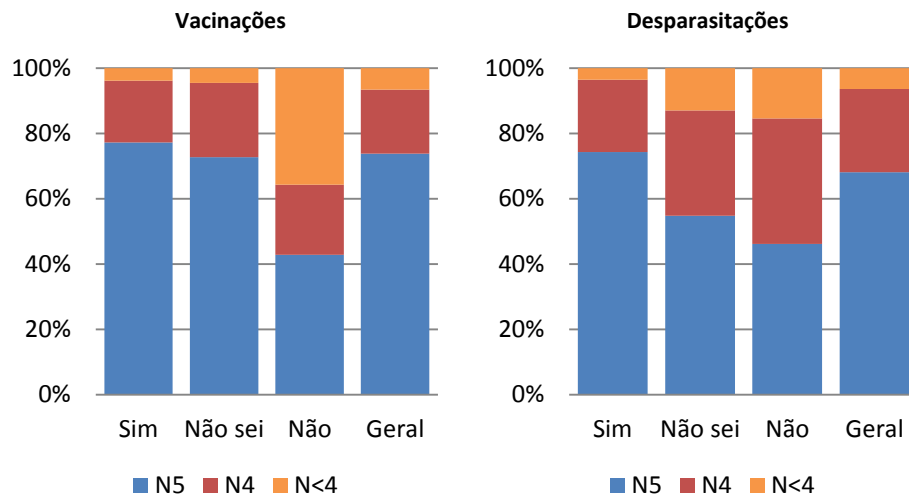
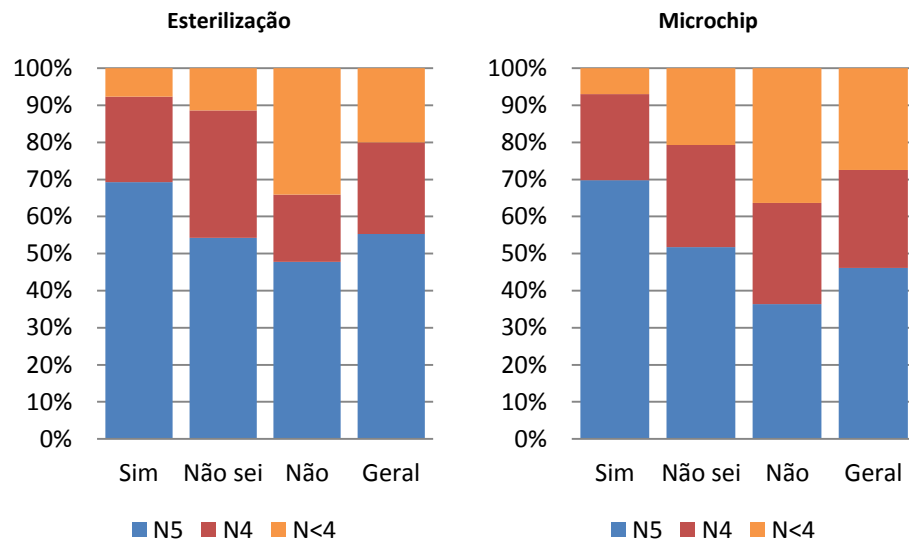


Figura 14- Classificações atribuídas à importância da esterilização e do microchip, consoante os seus animais tenham sido, não tenham sido e não saibam se tenham sido, submetidos a tais medidas.



Anexo 13. Conhecimentos das crianças sobre animais selvagens

Figura 1- Respostas das crianças sobre onde costumam vir os animais exóticos que estão à venda nas lojas.

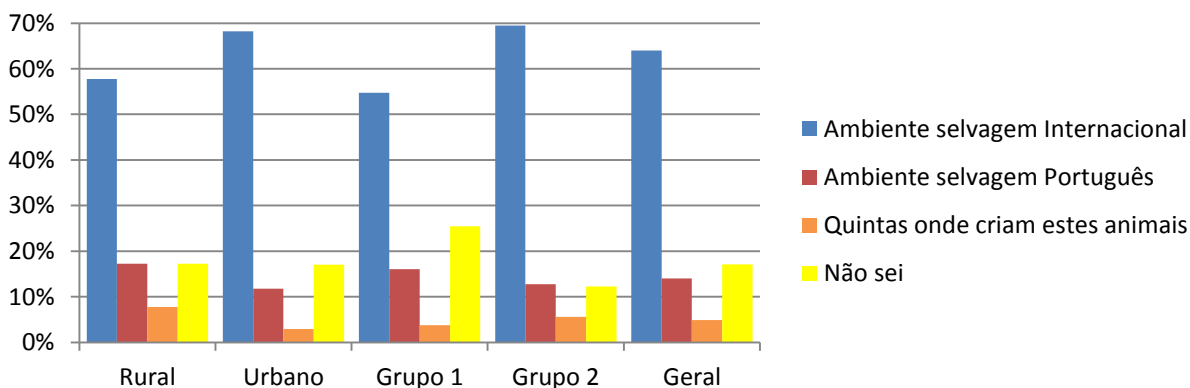


Figura 2- Respostas crianças sobre onde deveriam vir os animais exóticos que estão à venda nas lojas.

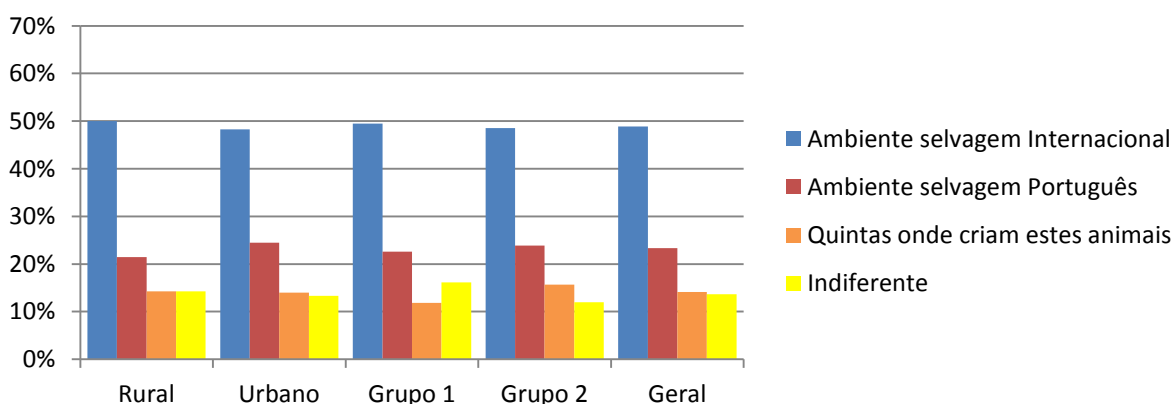


Figura 3- Comparação entre a proporção de resposta das crianças acerca de onde costumam vir e de onde deveriam vir os animais exóticos.

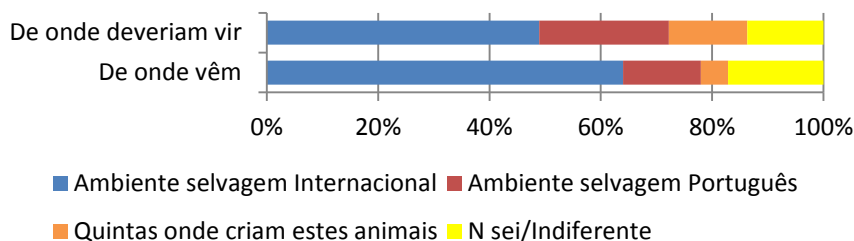


Figura 4- Distribuição das opiniões das crianças sobre a existência de controlo específico no tráfico ilegal de animais selvagens

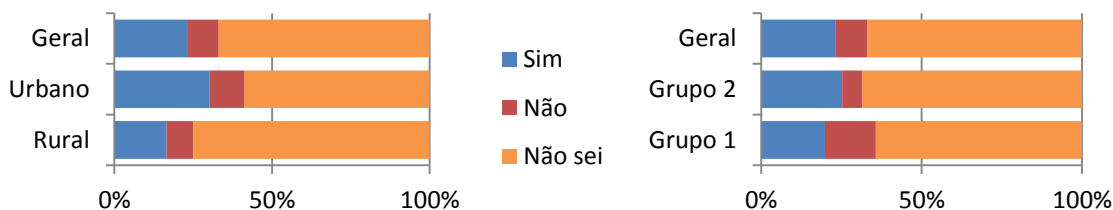


Figura 5- Distribuição das respostas sobre se as crianças acham que o Homem é responsável pelo desaparecimento dos animais selvagens.

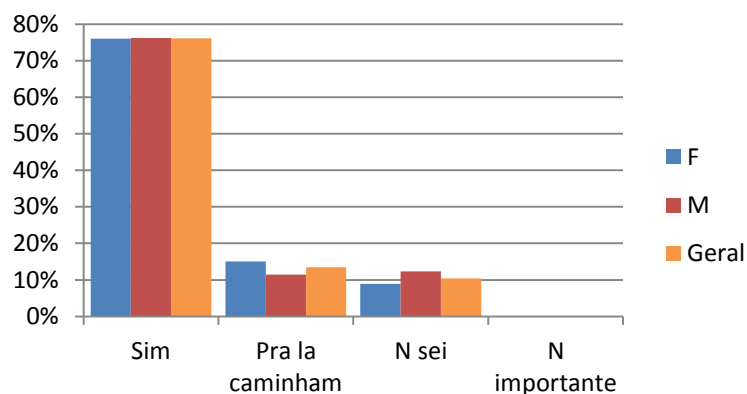


Figura 6- Distribuição das razões pelas quais as crianças acham que os animais selvagens estão em vias de extinção.

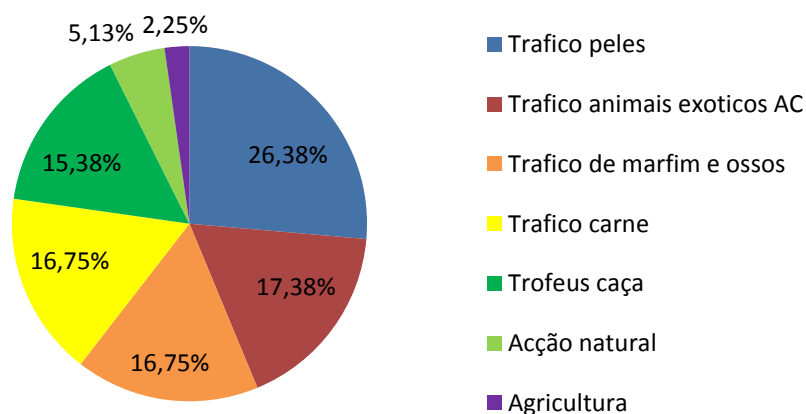


Tabela 1- Espécies de aves referidas pelas crianças como estando em vias de extinção.

Aves	F	M	Total	Aves	F	M	Total
Açores	1		1				
Águia	2	5	7	Flamingo	2		2
Águia de asa redonda		1	1	Garça-real		1	1
Águia de Bornelli		1	1	Papagaio	2	1	3
Águia-real	11	14	25	Papagaios exóticos		1	1
Alguns pássaros		1	1	Pelicano	2	1	3
Andorinhas	1		1	Pinguim real	1	1	2
Arara azul	3		3	Pinguim		2	2
Araras		2	2	Pintassilgo	2		2
Cagarras	2	2	4	Quetzal	1		1
Falcão	1	1	2	Tucano		2	2
Falcão peregrino	1	1	2	Total Geral	32	37	69

Tabela 2- Espécies de mamíferos australianos referidas pelas crianças como estando em vias de extinção.

Mamíferos australianos	F	M	Total Geral
Canguru	1	1	2
Koala	6	4	10
Total Geral	7	5	12

Tabela 3- Espécies de mamíferos marinhos referidas pelas crianças como estando em vias de extinção.

Mamíferos marinhos	F	M	Total	Mamíferos marinhos	F	M	Total
Baleia	11	6	17				
Baleia assassina		1	1	Foca branca	2	2	4
Baleia azul	5	6	11	Foca-monge		1	1
Baleia Branca		1	1	Golfinho	4	2	6
Baleia de bossa		1	1	Leão-marinho	1		1
Baleia gigante		1	1	Orca	3		3
Foca	5	1	6	Total Geral	31	22	53

Tabela 4- Espécies de mamíferos africanos referidas pelas crianças como estando em vias de extinção.

Mamíferos africanos	F	M	Total	Mamíferos africanos	F	M	Total
Búfalo	1		1	Leopardo	1	1	2
Cão da pradaria		1	1	Leopardo negro		4	4
Chita	1		1	Okapi		1	1
Elefante	3	3	6	Puma	1		1
Elefante Africano		1	1	Rinoceronte	2	2	4
Elefante indiano	1	1	2	Rinoceronte branco		1	1
Girafa		2	2	Tigre	4		4
Hipopótamo	1		1	Tigre Branco	3	5	8
Hipopótamo branco	1		1	Zebra	2	3	5
Hipopótamo pigmeu	2		2	"Leão branco"	2		2
Leão	3	2	5	Total Geral	28	27	55

Tabela 5- Espécies domésticas referidas pelas crianças como estando em vias de extinção.

Domésticos	F	M	Total Geral
Burro	6	11	17
Cão	4	2	6
Cobra	1	1	2
Coelho	2	1	3
Gato	2	2	4
Rato	1		1
Total Geral	16	17	33

Tabela 6- Espécies de répteis referidas pelas crianças como estando em vias de extinção.

Répteis	F	M	Total Geral
Crocodilo	1		1
Dragão de Komodo	5	2	7
Iguanas	2	1	3
Tartarugas	3	1	4
Tartaruga gigante	1		1
Tartaruga marinha	2	1	3
Total Geral	14	5	19

Tabela 7- Espécies de mamíferos europeus referidas pelas crianças como estando em vias de extinção.

Mamíferos europeus	F	M	Total	Mamíferos europeus	F	M	Total
Gato selvagem	2		2				
Lince	13	5	18	Raposa	2	2	4
Lince ibérico	52	60	112	Raposa do Ártico	1		1
Lobo	7	1	8	Texugo	4	1	5
Lobo ibérico	4	5	9	Veado	1	2	3
Morcego	1		1	Total Geral	87	76	163

Tabela 8- Outras espécies de mamíferos terrestres referidas pelas crianças como estando em vias de extinção.

Outros Mamíferos terrestres	F	M	Total	Outros Mamíferos terrestres	F	M	Total
Lobo-de-crina	1		1	Tigre de bengala	3	2	5
Macaco-narigudo		1	1	Tigre de dentes de sabre	1		1
Macacos	3	2	5	Urso	8	5	13
Panda	23	12	35	Urso polar	3	5	8
Panda Gigante	2	2	4	"Tigre dos pântanos"	1		1
Tigre da Sibéria	2		2	Total Geral	47	29	76

Tabela 9- Outras espécies aquáticas referidas pelas crianças como estando em vias de extinção.

Outros Animais aquáticos	F	M	Total Geral
Cavalo-marinho	1		1
Manta		2	2
Mantas gigantes		1	1
Peixes	1		1
Tubarão	1		1
Tubarão branco	1	1	2
Total Geral	4	4	8

Tabela 10- Espécies de invertebrados referidas pelas crianças como estando em vias de extinção.

Invertebrados	F	M	Total Geral
Abelhas		1	1
Amêijoas	1		1
Caranguejo		1	1
Lapas	4	1	5
Total Geral	5	3	8

Tabela 11- Outras espécies referidas pelas crianças como estando em vias de extinção.

Outros	F	M	Total Geral
Dinossauro	1		1
Ornitorrinco	4	4	8
Total Geral	5	4	9

Figura 7- Distribuição da proporção dos grupos de animais referidos pelas crianças como estando em vias de extinção.

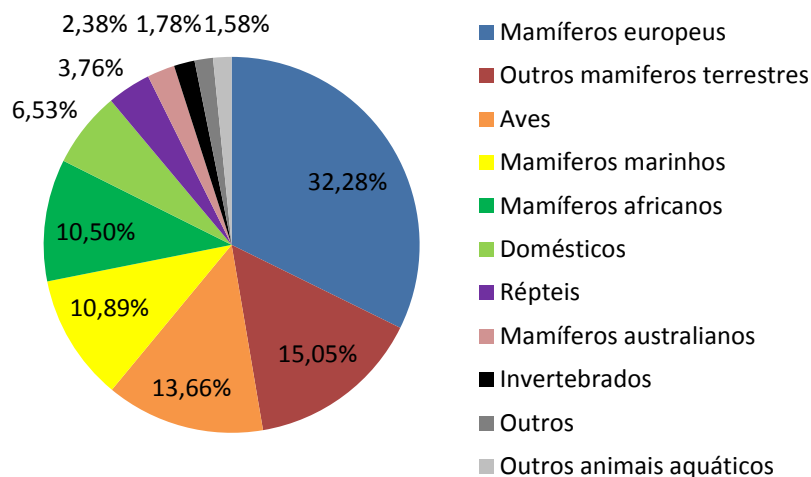


Figura 8- Distribuição da proporção dos grupos de animais referidos pelas crianças como estando em vias de extinção para as crianças do género feminino e masculino.

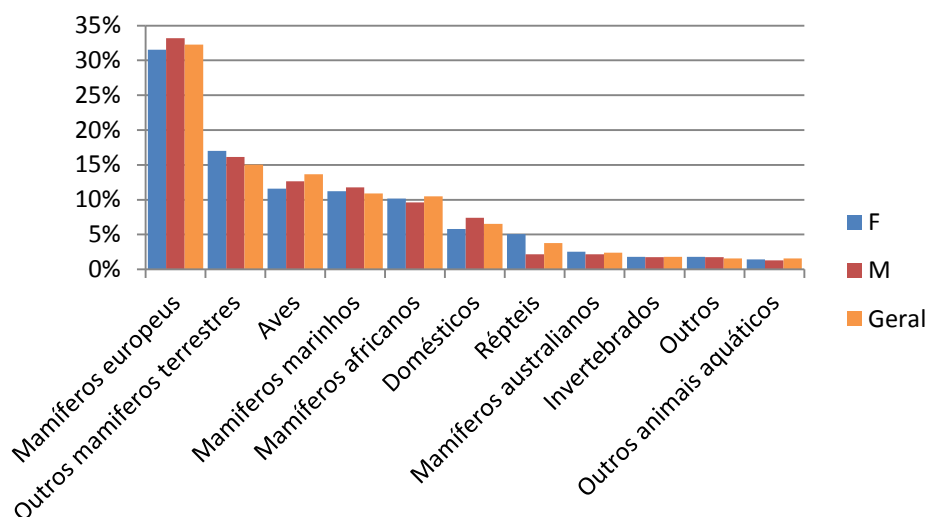


Tabela 12- Crianças que acham que podem contribuir para salvar os animais selvagens e a percentagem que quer e não quer ajudar a salvar animais selvagens.

Acha que pode contribuir para salvar animais selvagens	Não			Sim			Total Geral
	Total	% N Quer	% Quer	Total	% N Quer	% Quer	
F	22	50,00%	50,00%	160	11,25%	88,75%	182
M	37	43,24%	56,76%	126	18,25%	81,75%	163
Geral	59	45,76%	54,24%	286	14,34%	85,66%	345

Figura 9- Distribuição das respostas das crianças sobre o que fariam para salvar os animais em vias de extinção. A sua interpretação deverá ser feita com a Tabela 53.

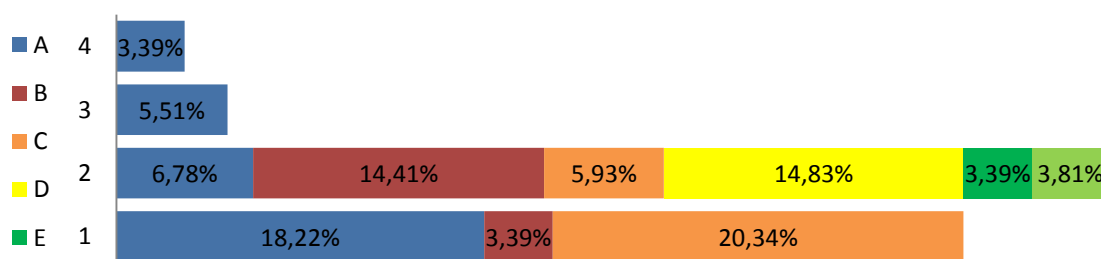


Tabela 13- Distribuição das respostas dadas pelas crianças ao que fariam para salvar os animais em vias de extinção.

(1) Acções Preventivas	(A) Educação	(i) Conteúdo da educação não especificado	
		(ii) Conteúdo da educação especificado	(1) Caça (2) Dirigido aos Caçadores (3) Respeito animal (4) Comércio (5) Poluição (6) Dirigida às autoridades
			Uso de meios (z) N definido (y) Papel (x) Oral (w) Media/audiovisuais
	(B) Legislação		
	(C) Protecção do habitat	(1) Criação de zonas protegidas (2) Protecção das árvores (3) Contra poluição e promoção da reciclagem (4) Contra destruição do habitat (5) Contra aquecimento global	

(2) Acções Activas	(A) Sobre os caçadores		(1) Multa (2) Prisão (3) Morte (4) Inespecíficas
	(B) Sobre a caça	(i) No geral	(1) Total (2) Parcial
		(ii) Especifica	(1) Dos animais em vias de extinção (2) Para tirar pêlo (3) Illegal (4) De crias
	(C) Sobre o tráfico	Tipo	(1) Peles (2) Geral (3) Ambos
		Processo	(1) Produção (2) Venda (3) Compra (4) Geral
	(D) Sobre os animais	Quem?	(1) A própria (2) Outros
		Tipo de acção desenvolvida	(1) Promoção da vida em cativeiro (2) Promoção da vida em liberdade (3) Inespecífico
	(E) Dar dinheiro		
	(F) Outros		
	(3) Inespecíficas		
(4) Desenquadradas			

Tabela 14- Acções específicas das crianças para salvar os animais em vias de extinção: Educação (temas específicos).

		Ação Preventiva: Educação (1A): Conteúdos educativos			
		F	M	T	
Acções inespecíficas			2	2	
		1		1	
		1		1	
			1	1	
		1		1	
			1	1	
		1		1	
			1	1	
		1		1	
			1	1	
		1	1	2	
		2		2	
		1		1	
			1	1	
		1		1	
		1		1	
		1		1	
Específica	Caça	Avisaria as pessoas para n matarem		1	1
		Dizia para matarem menos animais		1	1
		Espalha cartazes pela cidade para reduzir a morte de animais por necessidade humana ou outros interesses	1		1
		Fazer um programa de televisão a dizer para não matarem os animais	1		1
	Caçadores	Diria aos caçadores para n matarem mais animais	1		1
		Faria um protesto muito grande contra os caçadores	1		1
	Respeito animal	Diria às pessoas para não fazerem mal aos animais em vias de extinção		1	1
		Fazia as pessoas perceberem que os animais são importantes	1		1
		Mostrar às pessoas que não devem destruir os habitats dos animais	1		1
		Mostrar q há animais q n devem desaparecer		1	1
		Mostrar aos portugueses o que fazem com eles (animais em vias de extinção) e fazer um manifesto	1		1
		Tentaria dissuadir as pessoas que lhes fazem mal dizendo-lhes que não deveriam fazer aquilo	1		1
	Comércio	Diria para não venderem essas espécies de animais em vias de extinção	1		1
		Dizia às pessoas para deixarem de fazer acessórios com a pele do animal	1		1
		Incentivava as pessoas a não comprarem roupas de pele		1	1
	Poluição	Dizer aos meus pais para usarem mais os transportes públicos		1	1
		Iria dizer às pessoas que conheço para não poluírem o ambiente	1		1
		Pedia a toda a gente da minha família para n fazer tanta poluição		1	1
		Pedia às pessoas que poluissem menos o ambiente e que n matassem animais	2		2
		Tentava informar as pessoas daquilo que estavam a fazer e pedia para deixarem de poluir o ar	1		1
Autoridades	Dizia à policia para se concentrar nos animais em extinção		1	1	
	Educava vigilantes em florestas e proibia caçadores		1	1	
Total		26	17	43	

Tabela 15- Acções específicas das crianças para salvar os animais em vias de extinção: Educação (meios específicos).

		Ação Preventiva: Educação (1A): Meios específicos	F	M	T
Não definidos		alertava as pessoas		2	2
		alertava as pessoas para não o fazerem	1		1
		Avisar e alertar as pessoas	1		1
		Avisaria as pessoas para n matarem		1	1
		Colocaria anúncios	1		1
		Educava vigilantes em florestas e proibia caçadores		1	1
		Faria um protesto muito grande contra os caçadores	1		1
		Fazer uma campanha	1	1	2
		Fazia as pessoas perceberem que os animais são importantes	1		1
		Incentivar as pessoas	2		2
		Incentivava as pessoas a não comprarem roupas de pele		1	1
		Mostrar às pessoas que não devem destruir os habitats dos animais	1		1
		Mostrar q há animais q n devem desaparecer		1	1
		Mostrar aos portugueses o que fazem com eles (animais em vias de extinção) e fazer um manifesto	1		1
		Pequenos avisos		1	1
		Tentaria dissuadir as pessoas que lhes fazem mal dizendo-lhes que não deveriam fazer aquilo	1		1
		Tentava informar as pessoas daquilo que estavam a fazer e pedia para deixarem de poluir o ar	1		1
Papel		Cartazes		1	1
		Distribuía panfletos		1	1
		Espalha cartazes pela cidade para reduzir a morte de animais por necessidade humana ou outros interesses	1		1
		Eu afixava milhares de cartazes pelo mundo, mandava a caça parar e o que conseguisse	1		1
		Faria protestos com cartazes contra a extinção dos animais		1	1
		Fazendo anúncios, folhetos e essas coisas	1		1
		Pôr panfletos na rua	1		1
Oral	População	Diria aos caçadores para n matarem mais animais	1		1
		Diria às pessoas para não fazerem mal aos animais em vias de extinção		1	1
		Diria para não venderem essas espécies de animais em vias de extinção	1		1
		Dizia à policia para se concentrar nos animais em extinção		1	1
		Dizia às pessoas para deixarem de fazer acessórios com a pele do animal	1		1
		Dizia para matarem menos animais		1	1
		Passava a mensagem aos outros	1		1
		Pedia às pessoas que poluissem menos o ambiente e que n matassem animais	2		2
	Família	Diria aos meus pais para usarem mais os transportes públicos		1	1
		Iria dizer às pessoas que conheço para não poluírem o ambiente	1		1
		Pedia a toda a gente da minha família para n fazer tanta poluição		1	1
	Media/Audiovisuais	Um filme que tivesse como objectivo chamar a atenção para esse tema	1		1
		Fazer um apelo na tv sobre esses animais		1	1
		Fazer um programa de televisão a dizer para não matarem os animais	1		1
Punha anúncios no jornal		1		1	
		Total	26	17	43

Tabela 16- Acções específicas das crianças para salvar os animais em vias de extinção: Protecção do habitat.

Acções preventivas: Protecção do habitat dos animais selvagens (1C)		F	M	T
Criação de áreas protegidas	Criar reservas naturais		1	1
	Criaria uma zona protegida onde era proibido caçar		1	1
	Criava muitas áreas protegidas com esses animais		1	1
	Fazer reservas naturais		1	1
	Haver áreas distintas onde não se pode caçar		1	1
	Preservar o seu habitat, respeitá-los	1		1
	Protegia o planeta	1		1
	Usava uma área protegida para eles estarem à vontade		1	1
Protecção das árvores	Acabava com o arrombamento das florestas	1		1
	Cortar menos árvores		1	1
	Cortava menos árvores, proibia incêndios florestais		1	1
	Plantava muitas árvores em todo o mundo		1	1
	Tentava evitar a desflorestação	1		1
Luta contra a poluição	Cuidar do ambiente		1	1
	Diminuição da poluição/reciclagem	3	1	4
	Não poluir	1		1
	Evitaria atirar o lixo para os rios q os bichos vivem lá podem ser contaminados		1	1
	Fazer com que se poluisse menos		1	1
	Não deitar lixo para o chão nem para o mar		1	1
	Não deitava lixo para o chão		1	1
	Não fazer tanta poluição sonora em certos sítios	1		1
	Não ir à caça e n poluir os seus habitats		1	1
	Não poluía o seu habitat	1		1
	Não poluir	1		1
	Não poluir o ambiente		1	1
	Não poluir o ambiente	1		1
	Não poluir o habitat desses animais	2		2
	Não poluir o seu habitat porque podem morrer	1		1
	Não poluirmos muito		1	1
	Não se poluir	2		2
	Não poluir os meios ambientes deles	1		1
	Não haver tanta poluição	1		1
	Para n poluir a área deles, ou seja, o meio ambiente	1		1
Poderia evitar o desperdício, andar mais a pé do q d carro e reutilizar mais do que reciclar		1	1	
Poluir menos		1	1	
Tentava não poluir		1	1	
Luta contra a destruição habitat	Não deitar abaixo o ambiente deles		1	1
	Não estragar os seus ambientes naturais	1		1
	Tentaria fazer com que a destruição do habitat desses animais (parasse)	1		1
Aquecimento global	O aquecimento global é uma causa de extinção, por isso fazia o que podia para combater o aquecimento global		1	1
	Teria cuidado com o ambiente porque os animais estão habituados a uma certa temperatura		1	1
	Teria cuidado para n aumentar a temperatura global		1	1
	Terminaria com o aquecimento		1	1
Total		22	26	48

Figura 10- Distribuição das respostas das crianças sobre o que fariam para salvar os animais em vias de extinção em cada um dos géneros. A sua interpretação deverá ser feita com a Tabela 53.

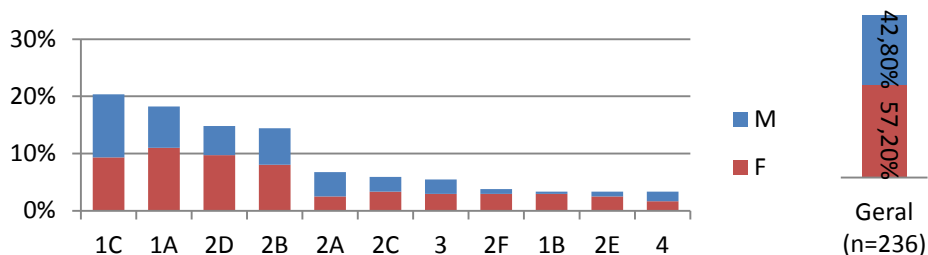


Tabela 17- Acções específicas das crianças para salvar os animais em vias de extinção: Legislação.

Acção preventiva: Legislação (1B)		F	M	T
Colocaria uma lei para ser proibido matar/roubar os animais do seu habitat		1		1
Eu criava leis para eles não poderem ser caçados nem mortos		1		1
Fazia com que a caça a animais selvagens fosse ilegal		1		1
Fazia uma lei que não permitia matar animais em vias de extinção, se não cumprissem a lei eram punidos		1		1
Meteria uma lei			1	1
Tentar arranjar uma lei que dissesse que todos os animais em vias de extinção fossem tratados numa reserva natural ou jardim zoológico		1		1
Tentava por ilegal a matança dos animais selvagens		1		1
Total		6	1	7

Tabela 18- Acções específicas das crianças para salvar os animais em vias de extinção: Acções sobre os caçadores.

Acções directas: Sobre os caçadores (2A)		F	M	Total
Multas	Tentava que as pessoas que os matassem levassem uma multa muito grande	1		1
Prisão	Capturar todos os traficantes e prendê-los durante muitos anos		1	1
	Faria com que todos os que matam os animais fossem presos		1	1
	Prender as pessoas que fazem e dizer para não fazerem isso	1		1
	Prenderia os caçadores e traficantes		1	1
	Prenderia quem matasse esses animais	1		1
	Prendia aos homens que estão a fazer mal	1		1
Morte	Acabar com os caçadores		1	1
	Matar os caçadores		1	1
	Matar os caçadores ou então prendê-los em prisão perpétua		1	1
	Mandava matar todos os caçadores do mundo		1	1
Não concretas	Proibia caçadores		1	1
	Mandaria os caçadores pararem		1	1
	Proibia os caçadores de caçar		1	1
	Reduzia q que alguns homens parassem de matar	1		1
	Tentava que os homens não acabassem com eles para fazerem casacos, tapetes, ...	1		1
Total		6	10	16

Tabela 19- Acções específicas das crianças para salvar os animais em vias de extinção: Dar dinheiro.

Acções activas: dar dinheiro (2E)		F	M	Total
Dar algum dinheiro			1	1
Dar dinheiro		1		1
Daria dinheiro para construírem um lugar melhor para eles viverem			1	1
Daria dinheiro para poder contribuir		3		3
Dava dinheiro para construírem novos edifícios para eles		2		2
Total		6	2	8

Tabela 20- Acções específicas das crianças para salvar os animais em vias de extinção: Outros.

Acções activas: Outros (2F)			F	M	Total
	Chamava o guarda florestal		1		1
	Colaborando com associações ou entidades especializadas no assunto		1		1
	Era criar um grande grupo em cada país e investigar; apanhá-los e levá-los para um lugar seguro		1		1
	la telefonar para o veterinário			2	2
	Manifestação		1		1
	Poderia lutar e tentar parar com o problema pois nada é impossível		1		1
	Todos os animais que encontrasse, levava ao Médico Veterinário		1		1
	Uma manifestação e uma campanha		1		1
Total			7	2	9

Tabela 21- Acções específicas das crianças para salvar os animais em vias de extinção: Controlo do tráfico (Tipo de tráfico).

Acções activas: Controlo do Tráfico (2C) - consoante tipo de tráfico			F	M	Total
Peles	Parava com o tráfico de peles		1		1
	N deixava que as lojas vendessem casacos de pele		1		1
	N usar casacos de animais, cachecóis, ...		1		1
	Parava os casacos com peles de animais			1	1
	Acabar com o comércio de peles de animais		1		1
Geral	N s vendiam animais selvagens			1	1
	Não compraria produtos feitos desse animal; ajudaria causas e campanhas			1	1
	Para não venderem espécies de animais em vias de extinção		1		1
	Prendia os vendedores de animais		1		1
	Proibia a venda ilegal		1		1
	Proibia as pessoas de venderem esses animais		1		1
	Tentava que as lojas não vendessem			1	1
Ambos	Proibia o trafico de animais e a venda de peles de animais			1	1
	Se eu pudesse parava a caça de animais e a produção de casacos de pele			1	1
	Tentava acabar com o comércio de peles de animais		1		1
Total			9	6	15

Tabela 22- Acções específicas das crianças para salvar os animais em vias de extinção: Controlo do tráfico (Processo).

Acções activas: Controlo do Tráfico (2C) - consoante o processo em que intervinham		F	M	Total
Produção	Se eu pudesse parava a caça de animais e a produção de casacos de pele		1	1
Venda	Não deixava que as lojas vendessem casacos de pele	1		1
	Não se vendiam animais selvagens		1	1
	Para não venderem espécies de animais em vias de extinção	1		1
	Prendia os vendedores de animais	1		1
	Proibia a venda ilegal	1		1
	Proibia as pessoas de venderem esses animais	1		1
	Proibia o trafico de animais e a venda de peles de animais		1	1
	Tentava que as lojas não vendessem		1	1
Compra	Não usar casacos de animais, cachecóis, ...	1		1
	Não compraria produtos feitos desse animal; ajudaria causas e campanhas		1	1
Geral	Parava com o tráfico de peles	1		1
	parava os casacos com peles de animais		1	1
	Tentava acabar com o comércio de peles de animais	1		1
	Acabar com o comércio de peles de animais	1		1
Total		9	6	15

Tabela 23- Acções inespecíficas das crianças para salvar os animais em vias de extinção.

Acções inespecíficas	F	M	Total
Ainda n pensei nisso		2	2
Muita coisa	2		2
n sei bem mas gostava muito de contribuir de alguma forma		1	1
N sei mas faria qualquer coisa	3	1	4
Não sei, o que for preciso		1	1
Tudo	2		2
Total	7	5	12

Tabela 24- Acções específicas das crianças para salvar os animais em vias de extinção: Controlo da caça.

		Acções activas: controlo da caça (2B)	F	M	T
Específico	De animais em vias de extinção	Fazia com que parassem de caçar e pescar animais em vias de extinção		1	1
		Proíba as caças a animais em vias de extinção	1		1
		Proíba a caça de animais em vias de extinção	2	1	3
		Proíba a caça desses animais		1	1
		Proíba a caça nas zonas onde tivesse animais em vias de extinção		1	1
		Proíba a sua caça	1		1
	Pele	Não matar os animais para retirar o seu pêlo	1		1
		Não os matar para fazer roupa		1	1
	Ilegal	Acabaria com a caça ilegal	1		1
	Crias	Não pescar nem caçar animais bebés	1		1
Inespecífico	Total	Deixava de matar animais	1		1
		Impedir que os animais fossem caçados (talvez com um abaixo assinado)		1	1
		Não ir à caça		1	1
		Não matar animais		1	1
		Não matar os animais		1	1
		Não matarem os animais		1	1
		Não caçava	1		1
		Não matarem e cuidarem deles	1		1
		Não os matar	1	1	2
		Para n matarem animais	1		1
		Para não destruírem a vida animal na selva		1	1
		Para não os matarem	1		1
		Parava de apanhar	1		1
		Proíba as pessoas de os matarem	1		1
		Proibiria mais a caça, protegia mais espécies	1		1
		Se eu pudesse parava a caça de animais		1	1
	Tentaria impedir que matassem esses animais	1		1	
	Tentava extinguir as caças de animais selvagens	1		1	
	Parava a caça em ambientes selvagens		1	1	
	Parcial	Diminuía a caça	1		1
Não deixava matarem animais desnecessariamente		1	1	1	
Proíba certas caças		1	1	1	
Total		21	16	35	

Tabela 25- Acções específicas das crianças para salvar os animais em vias de extinção: acções sobre os animais.

Acções activas: sobre os Animais (2D)- acções próprias ou de outros		F	M	T
Acções na primeira pessoa	Ajudaria os animais a fugir e não deixaria o homem ir buscá-los	1		1
	Criava as crias para depois de serem maiores se reproduzirem	1		1
	Criava uma quinta de animais para os criar	1		1
	Dar-lhes-ia comida	1		1
	Dava-lhe anestesia e levava para o zoo onde fosse bem tratado e admirado	1		1
	Deixá-los-ia no seu habitat natural	1		1
	Eu cuidava deles	1		1
	Eu fazia tudo o que servisse para os salvar	1		1
	Ficaria a tomar conta dessa espécie	1		1
	Ir buscá-los para cá		1	1
	Não os deixaria morrer		1	1
	Pedia para cuidar de qualquer animal	1		1
	Protegia	2		2
	Punha animais em vias de extinção numa selva onde não houvesse perigo		1	1
	Punha dois animais em cativeiro (macho e fêmea) para estes se reproduzirem	1		1
	Punha os animais num sítio sem poluição		1	1
	Retirava os animais e punha-os em parques naturais para se reproduzirem		1	1
	Tratava deles o tempo que fosse preciso		1	1
Acções de outrem	Ajudá-los	1		1
	Alguns que estão no Jardim Zoológico que estão em vias de extinção deviam-nos deixar ir para o seu habitat		1	1
	Alimentar		1	1
	Cameras para ver todos os animais		1	1
	Criá-los em cativeiro	1		1
	Cuidar dos animais e dar comida	1		1
	Cuidar muito bem dos animais		1	1
	Não matarem e cuidarem deles	1		1
	Para não fazerem mal aos animais		1	1
	Se visse algum fora do seu habitat natural, tomaria conta dele	1		1
	Protegê-los mais	1		1
	Protegê-los		1	1
	Tratá-los melhor	1		1
	tratar dos animais	2		2
	Tratar muito bem dos animais; Salvar os animais dos homens que caçam	1		1
Total		23	12	35

Tabela 26- Acções específicas das crianças para salvar os animais em vias de extinção: acções sobre os animais.

Acções activas: sobre os Animais (2D)- tipo de acções desenvolvidas		F	M	T
Promoção da vida em cativeiro	Alimentar		1	1
	Cameras para ver todos os animais		1	1
	Criá-los em cativeiro	1		1
	Criava as crias para depois de serem maiores se reproduzirem	1		1
	Criava uma quinta de animais para os criar	1		1
	Cuidar dos animais e dar comida	1		1
	Cuidar muito bem dos animais		1	1
	Dar-lhes-ia comida	1		1
	Dava-lhe anestesia e levava para o zoo onde fosse bem tratado e admirado	1		1
	Eu cuidava deles	1		1
	Ficaria a tomar conta dessa espécie	1		1
	Ir buscá-los para cá		1	1
	Não matarem e cuidarem deles	1		1
	Pedia para cuidar de qualquer animal	1		1
	Se visse algum fora do seu habitat natural, tomaria conta dele	1		1
	Punha dois animais em cativeiro (macho e fêmea) para estes se reproduzirem	1		1
	Retirava os animais e punha-os em parques naturais para se reproduzirem		1	1
	Tratava deles o tempo que fosse preciso		1	1
	Promoção da vida em liberdade	Ajudaria os animais a fugir e não deixaria o homem ir buscá-los	1	1
Alguns que estão no Jardim Zoológico que estão em vias de extinção deviam-nos deixar ir para o seu habitat		1		1
Deixá-los-ia no seu habitat natural		1	1	1
Punha animais em vias de extinção numa selva onde não houvesse perigo		1		1
Geral	Ajudá-los	1	1	1
	Eu fazia tudo o que servisse para os salvar	1	1	1
	Não os deixaria morrer	1		1
	Para não fazerem mal aos animais	1		1
	Protegê-los mais	1	1	1
	Protegê-los	1		1
	Protegia	2	2	2
	Punha os animais num sítio sem poluição	1		1
	Tratá-los melhor	1	1	1
	Tratar dos animais	2	2	2
	Tratar muito bem dos animais; Salvar os animais dos homens que caçam	1	1	1
Total		29	17	35

Tabela 27- Respostas desenquadradas do conteúdo da perguntas acerca do que as crianças fariam para salvar os animais em vias de extinção.

Desenquadradas	F	M	T
Chamava o veterinário para o vir buscar	1		1
Estaria atenta		1	1
Gostaria de fazer mais canis para proteger os animais	1		1
Juntar um cão com uma cadela	1		1
Não deixar os animais na rua		1	1
Para ele viver		1	1
Se tivesse um animal levá-lo-ia frequentemente ao veterinário e tratava bem dele para que sobrevivesse mais tempo e pudesse acasalar para haver mais animais dessa espécie	1		1
Tentava convencer as pessoas falando com elas para ficarem com esses animais porque os animais também fazem parte da nossa vida		1	1
Ver os animais na rua e dar-se a uma pessoa que gosta de animais		1	1
Total	4	5	9

Figura 11- Respostas dadas pelas crianças à pergunta: "O que farias se visses uma águia-real bebé na rua?".

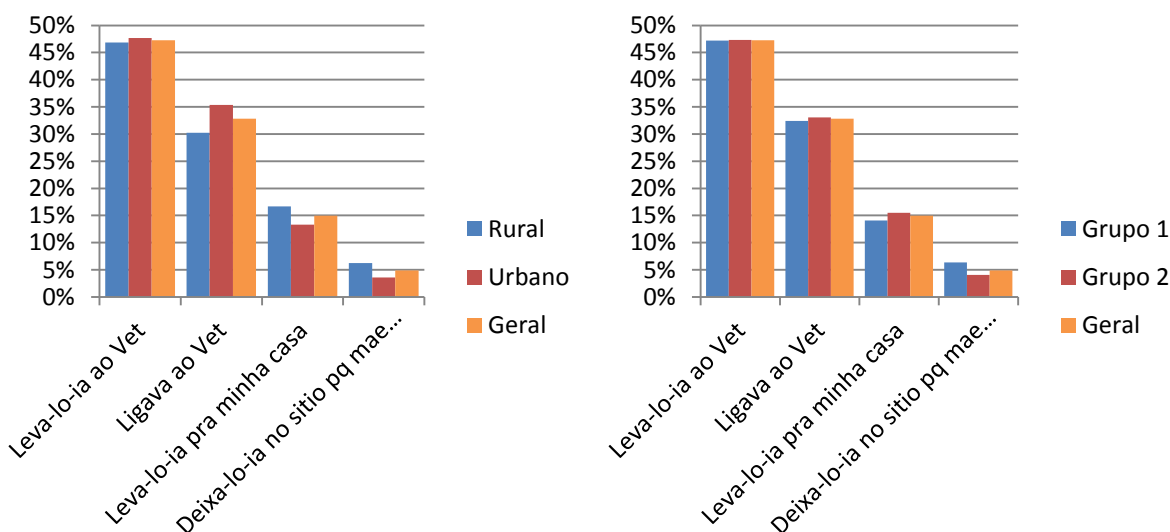


Figura 12- Animais selvagens a partir dos quais são feitos os casacos de pele que os quais as crianças tiveram contacto.

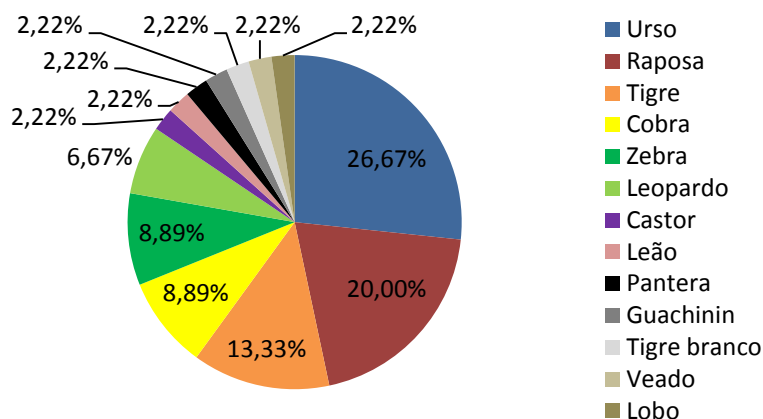


Tabela 28- Proporção de crianças, no geral e dos géneros feminino e masculino, que gostariam de experimentar uma carne à qual não estão habituadas.

Género	% Gostaria de experimentar carne diferente	População
F	14,62%	171
M	17,22%	151
Geral	15,84%	322

Figura 13- Distribuição das proporções de grupos de animais que as crianças gostariam de comer/experimentar.

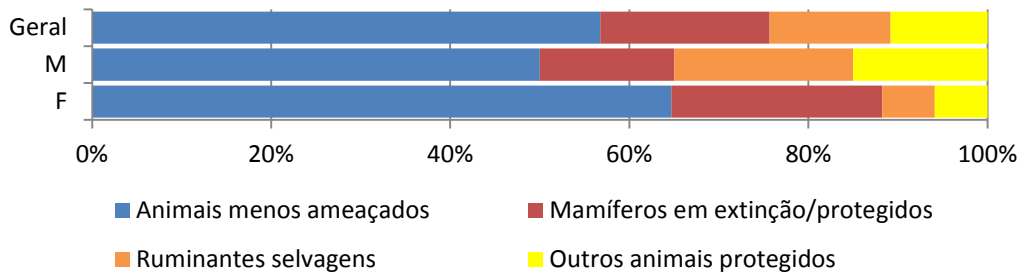


Figura 14- Zoológicos do Sul, do Centro, do Norte e do Estrangeiro visitados pelas crianças dos diferentes concelhos.

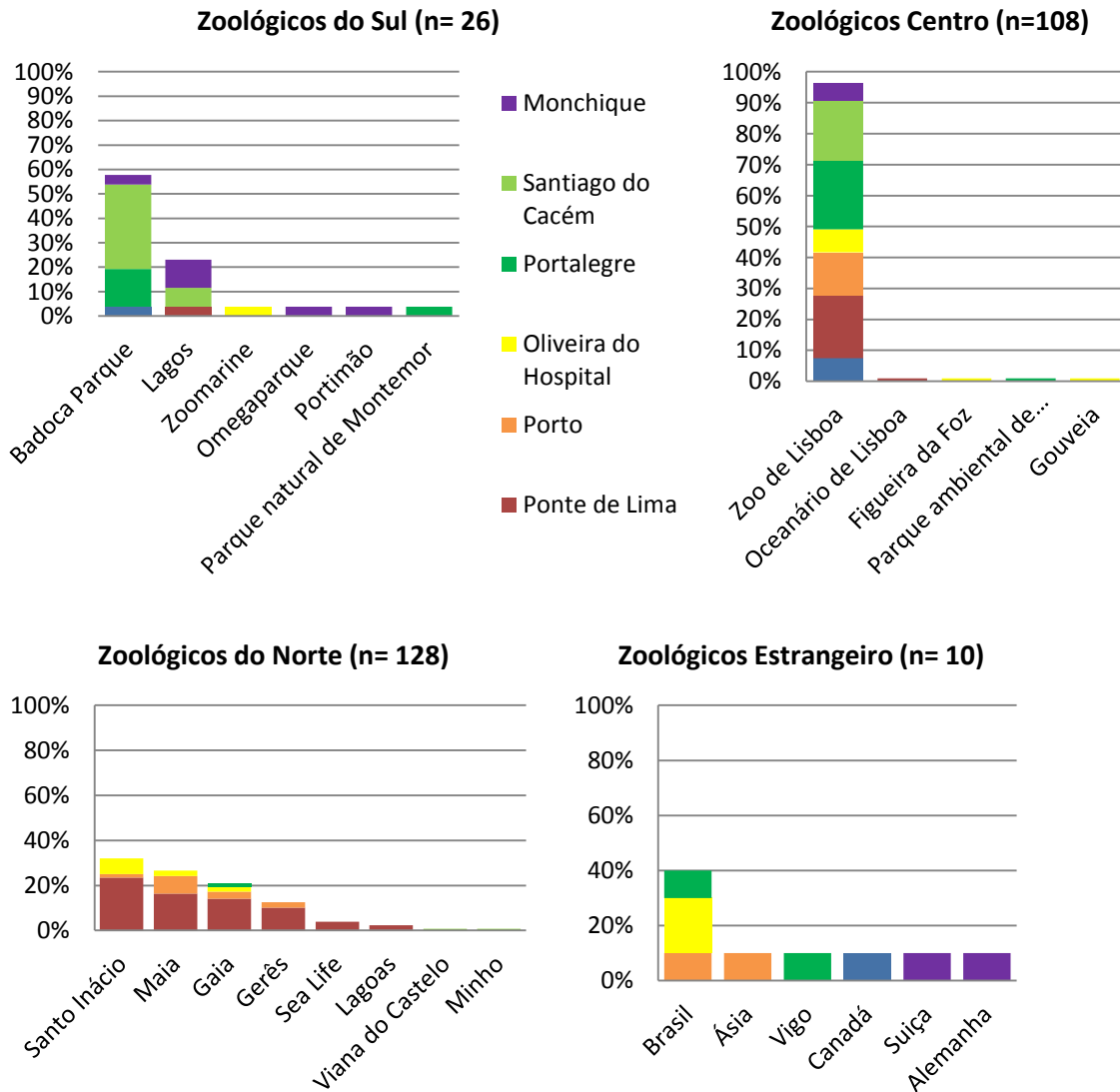
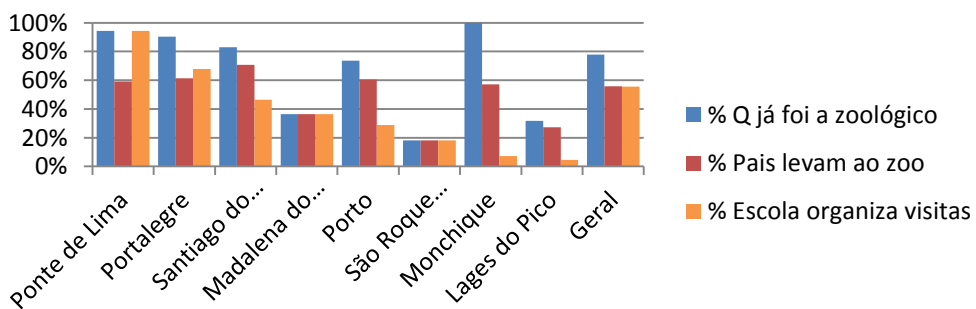


Figura 15- Proporção de crianças que já foi ao zoológico, que os pais as levaram aos zoológicos e que a escola organiza visitas aos zoológicos nos diferentes concelhos



Anexo 14. Conhecimentos das crianças sobre espécies pecuárias

Figura 1- Distribuição da frequência com que as crianças têm contacto com espécies pecuárias.

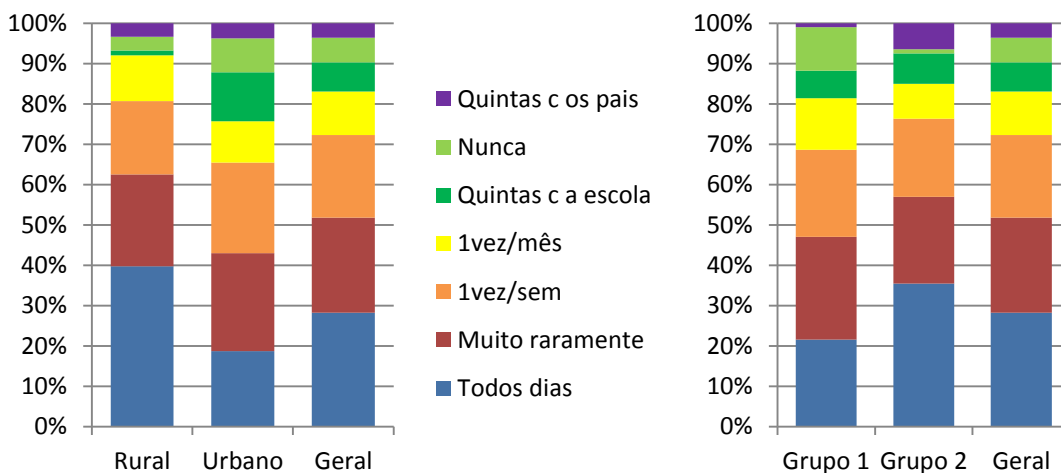


Tabela 1- Proporção das crianças que gostariam de ter mais contacto com a Natureza.

Concelhos do	% Gostavam d + contacto com natureza	População
Meio Rural	92,22%	90
Meio Urbano	95,50%	111
Geral	94,03%	201

Concelhos do	% Gostavam d + contacto com natureza	População
Grupo 1	92,59%	108
Grupo 2	95,70%	93
Geral	94,03%	201

Figura 2- Distribuição das proporções de crianças que querem trabalhar no campo no futuro, não querem trabalhar no campo no futuro e que não sabem se querem trabalhar no campo no futuro.

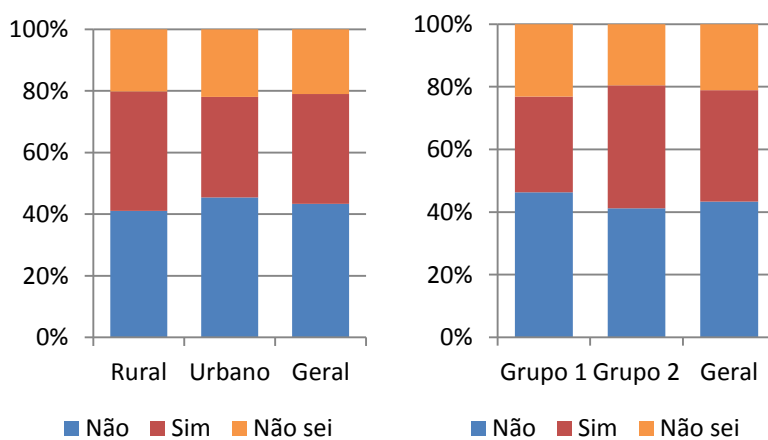


Figura 3- Distribuição das razões pelas quais as crianças gostariam e não gostariam de trabalhar no Meio Rural no futuro.

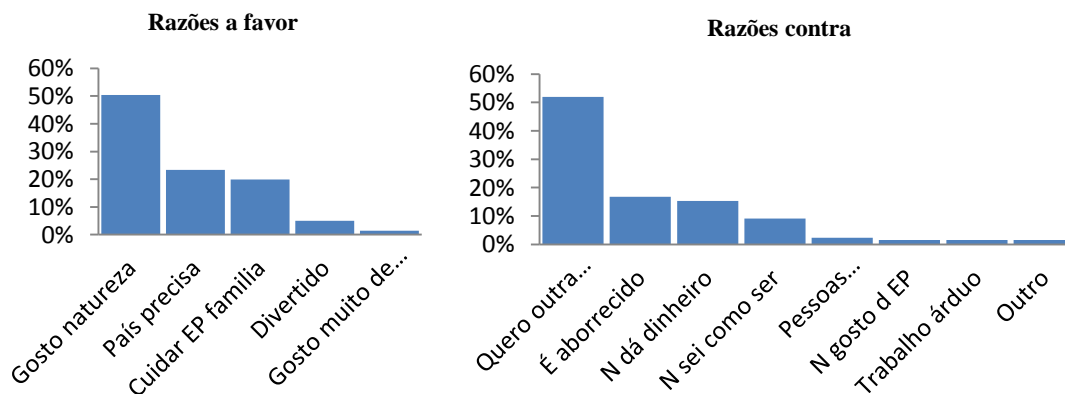


Tabela 2- Distribuição das profissões, que as crianças que não querem trabalhar no campo porque querem ter outra profissão, escreveram.

10	Veterinária
9	Futebolista
4	Médica, Pediatra
3	Actor/actriz
2	Estilista, Advogada, Engenheiro
1	(Cada) Arquitecta, Cantora, Designer, Modelo, Música, Pintora, Jornalista, Bióloga Marinha, Cientista, Fisioterapeuta Assistente social, Cabeleireira, <u>Cozinheira</u> , <u>Mecânico</u> , Cirurgiã, "Skater", velejador, Empresário, Ser famoso, Um emprego mais sério

Figura 4- Distribuição dos locais de residência de futuro das crianças de cada um dos concelhos do estudo.

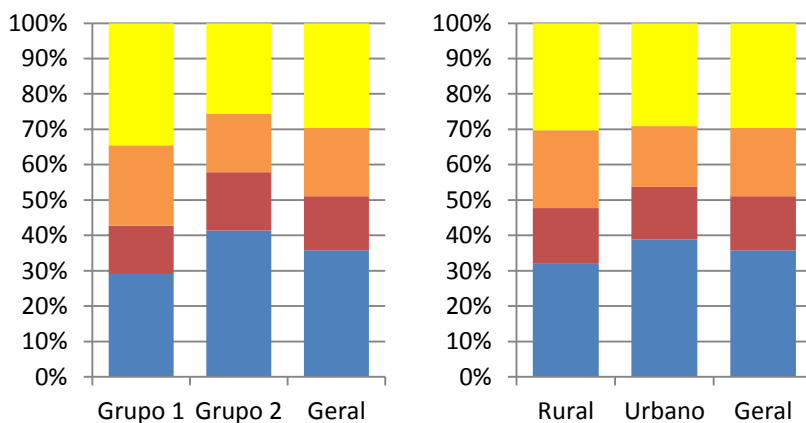
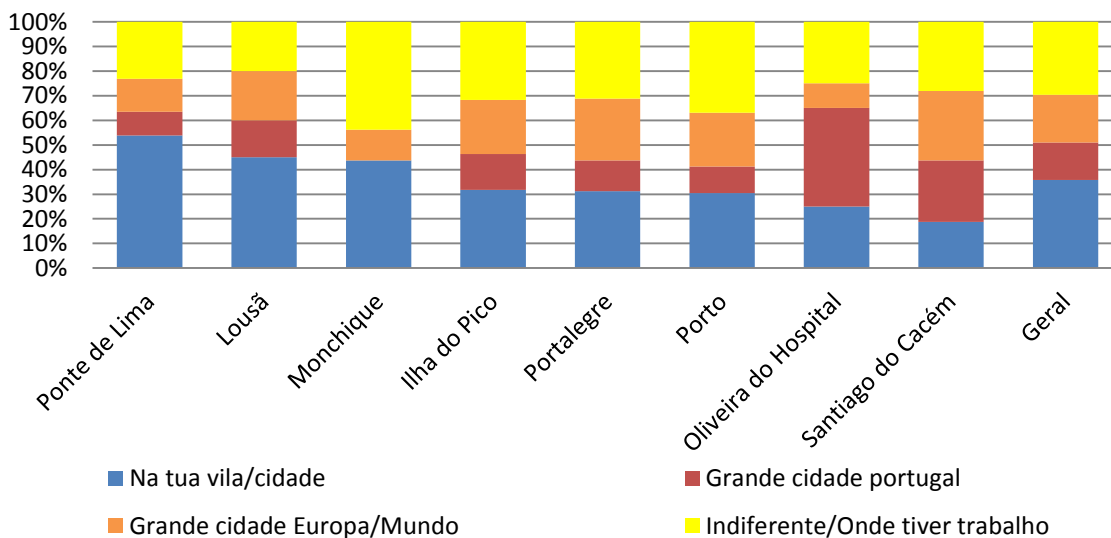


Figura 5- Distribuição dos animais referidos como omnívoros pelas crianças.

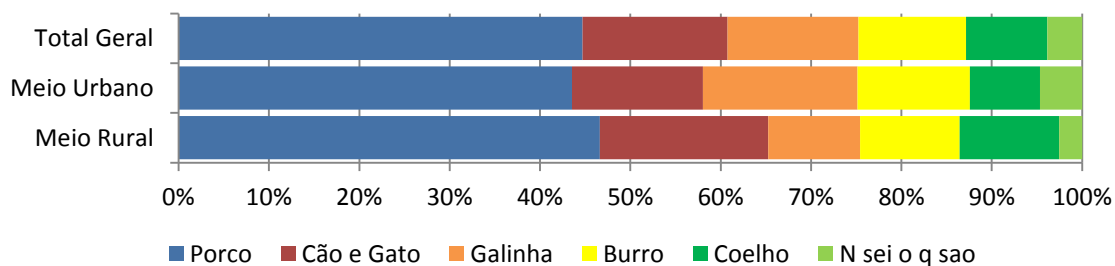


Figura 6- Distribuição das respostas das crianças sobre quais os animais omnívoros dentro de uma lista de 5 animais (Porco, Galinha, Coelho, Burro e Cão e Gato).

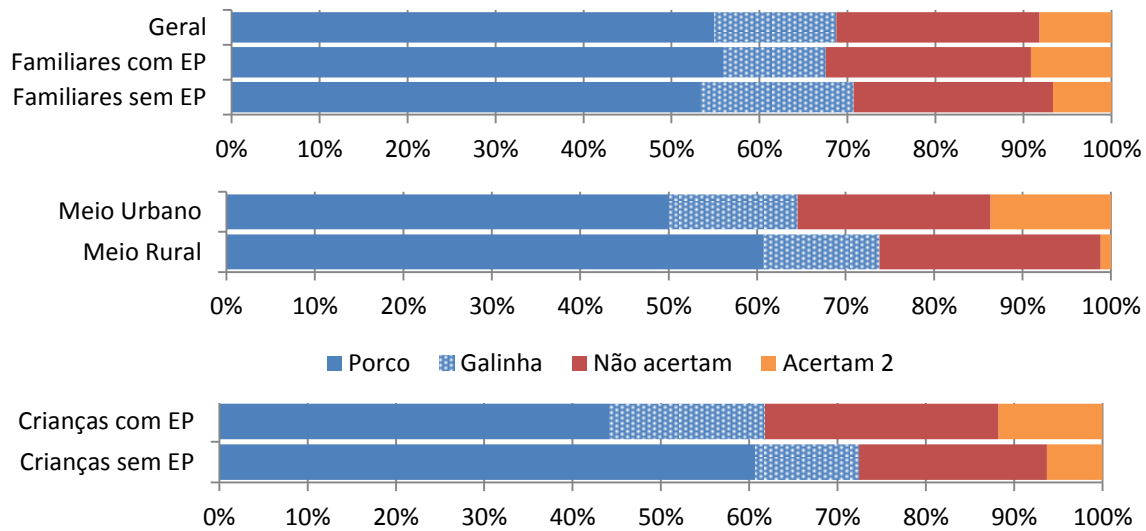


Figura 7- Padrão de frequência que as espécies pecuárias são assistidas pelos Médicos Veterinários.



Figura 8- Respostas dadas pelas crianças sobre se acham que os animais de pecuárias devem ser identificados, desparasitados e vacinados.

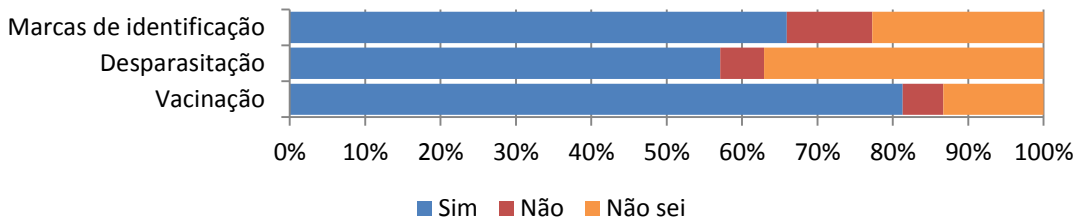
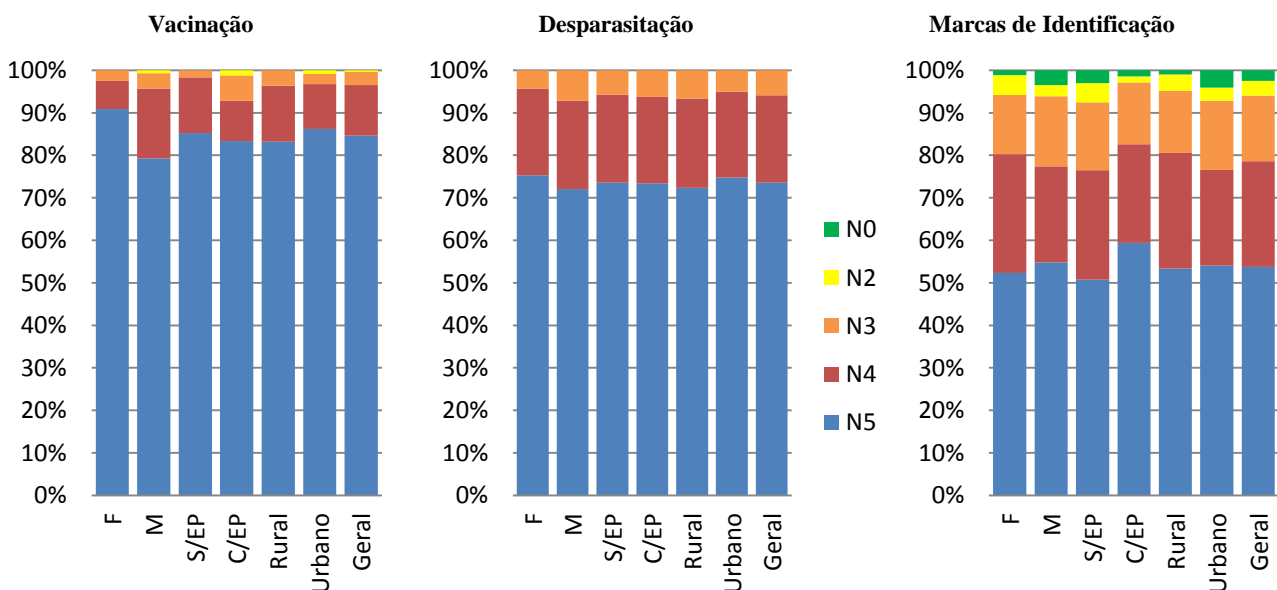


Figura 9- Classificações dadas à vacinação, desparasitação e identificação das espécies pecuárias (de 0 a 5)



Anexo 15. Conhecimentos das crianças acerca do tema: “do Prado ao Prato”

Figura 1- Padrão da frequência do consumo de carne pelas crianças.

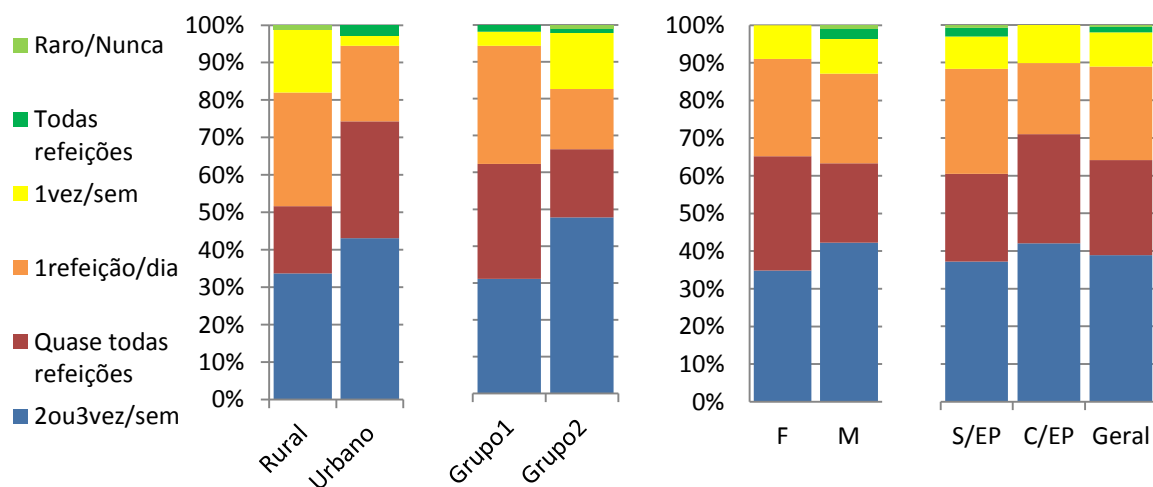


Figura 2- Local de onde vem a carne que as crianças consomem.

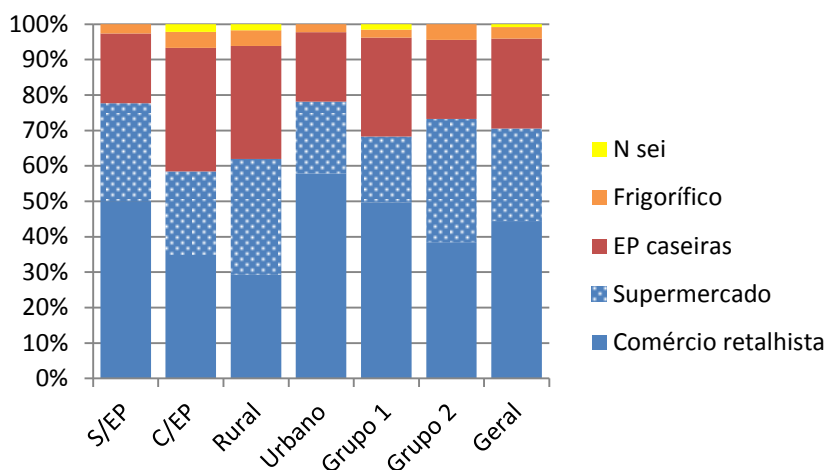


Figura 3- Opiniões que as crianças têm acerca da carne que se vende actualmente.

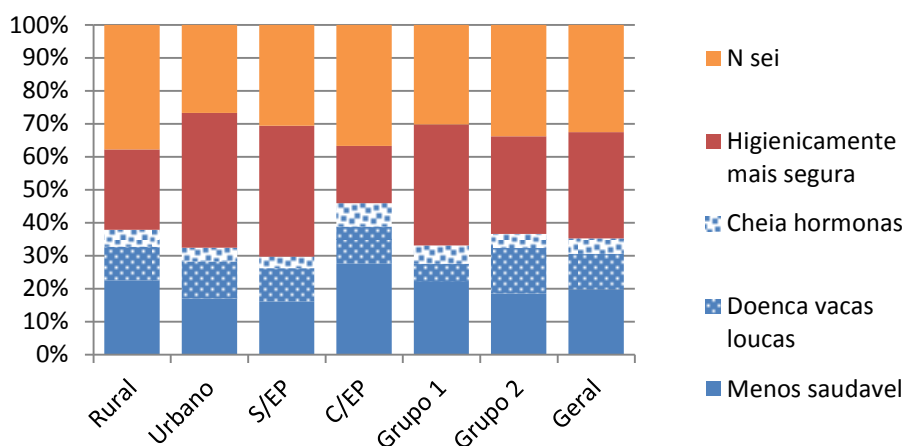


Figura 4- Factores que as crianças consideram mais importantes na escolha da carne que consomem no geral.

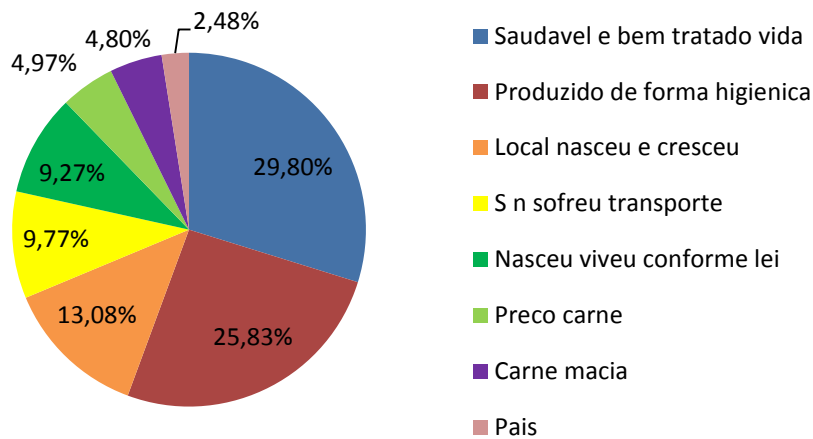


Figura 5- Factores que as crianças consideram mais determinantes na escolha da carne que comem.

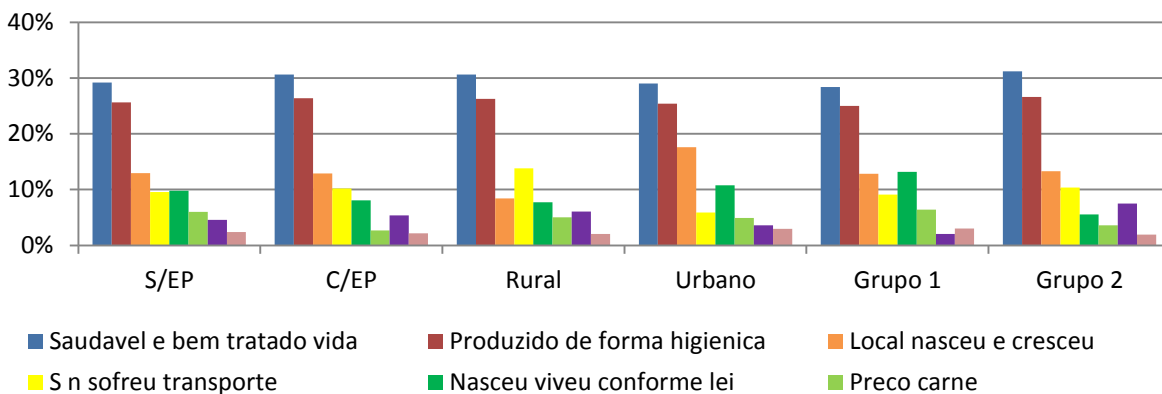


Figura 6- Proporção de crianças que responde Sim/Não/Não Sei à pergunta: "acham que é possível através dos rótulos da carne saberem de onde veio o animal que lhe deu origem?".

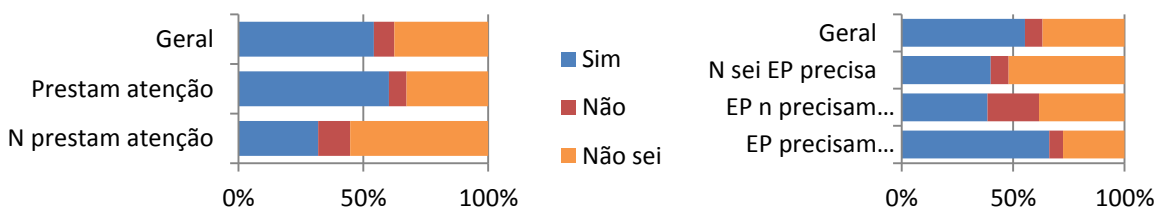


Figura 7- Distribuição das classificações da importância atribuída pelas crianças.

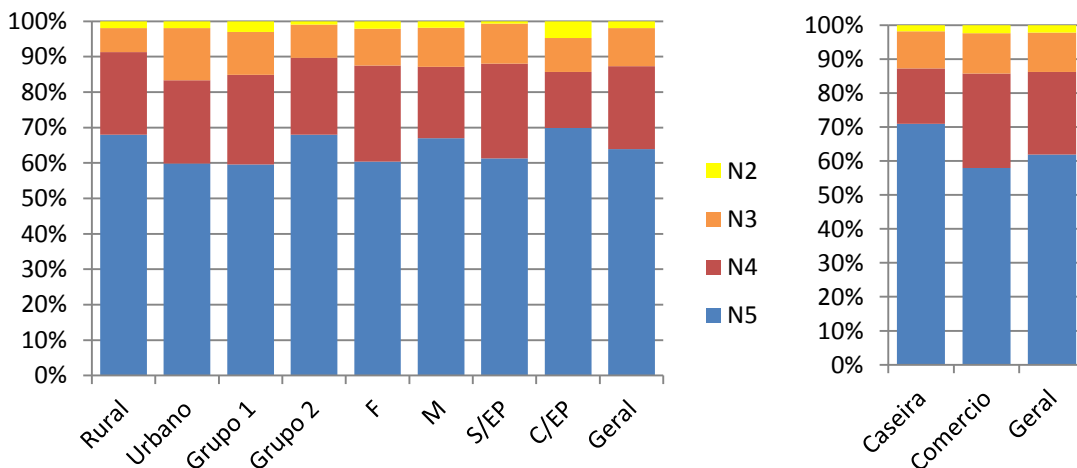


Figura 8- Percentagem das crianças que acham que as empresas deveriam informar devidamente o consumidor sobre como viveu o animal antes de chegar à sua mesa.

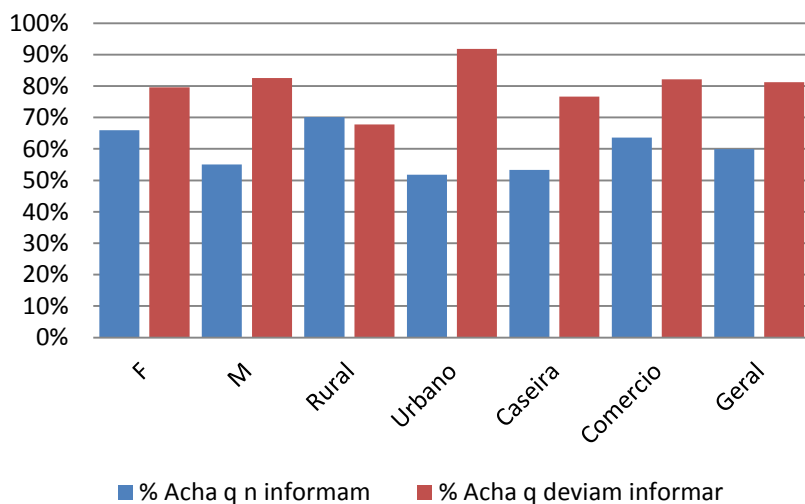


Figura 9- Crianças que acham que as empresas deveriam informar o consumidor sobre como viveu o animal antes de chegar à sua mesa, consoante a importância que atribuem ao facto de saberem se o animal foi bem tratado (<4, 4 ou 5).

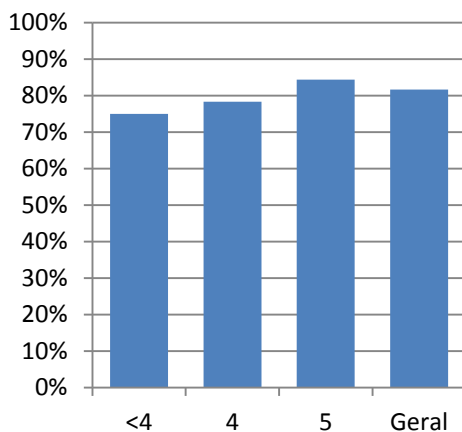


Tabela 1- Proporção de crianças que acham que as espécies pecuárias sofrem até chegar à sua mesa.

Amostra	% EP sofrem "prado ao prato"	População
Rural	88,07%	109
Urbano	87,50%	112
F	89,11%	101
M	86,67%	120
S/EP	86,39%	147
C/EP	91,78%	74
Geral	87,78%	221

Consumo	% EP sofrem "prado ao prato"	População
Caseira	83,33%	60
Comercio	89,47%	133
Geral	87,56%	193

Figura 10- Distribuição das respostas acerca de onde existe controlo da carne "do Prado ao Prato".

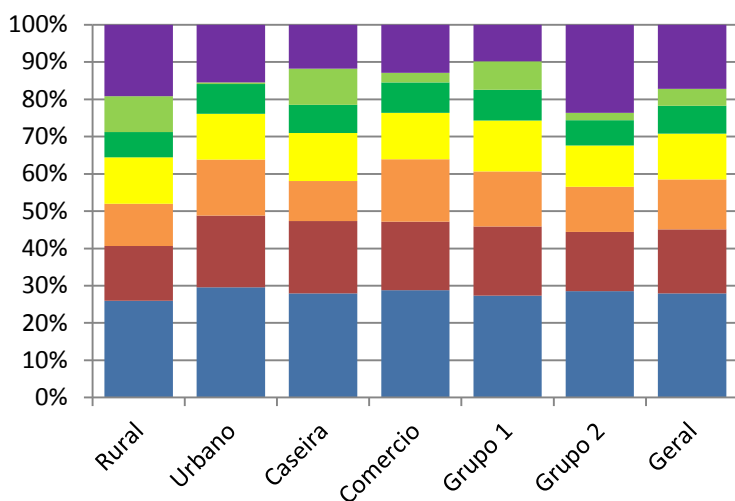
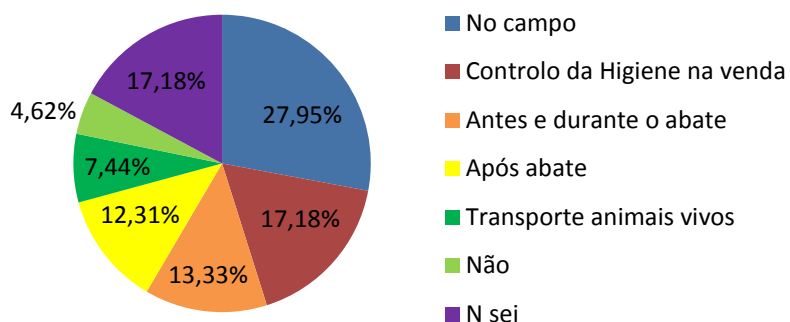
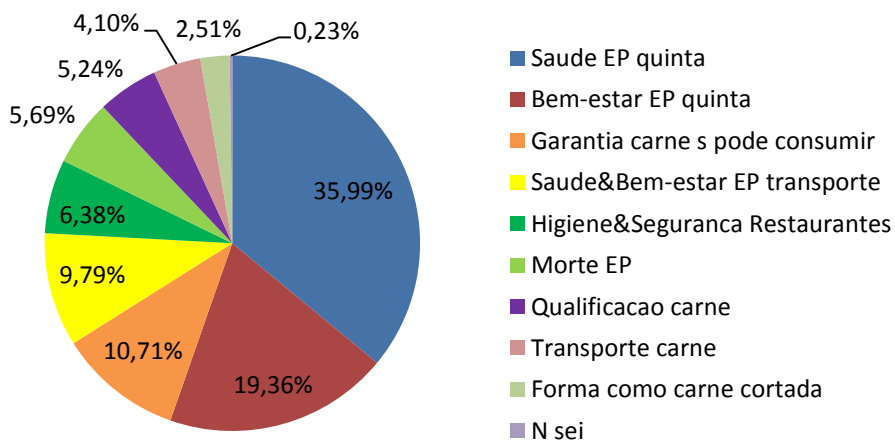


Figura 11- Distribuição das respostas sobre os processo do ciclo "do Prado ao Prato" em que o Médico Veterinário intervém.



Anexo 16. Conhecimentos das crianças sobre animais abandonados

Tabela 1- Proporção de crianças que vê animais na rua sem trela nem coleira.

Meios	% Vê muitos animais de rua	População	Concelhos	% Vê muitos animais de rua	População
Rural	76,42%	106	Grupo 1	76,87%	134
Urbano	79,29%	169	Grupo 2	79,43%	141
Geral	78,18%	275	Geral	78,18%	275

Figura 1- Distribuição da opinião das crianças que costumam ver muitos animais na rua sem trela nem coleira acerca de como vêm o facto de eles existirem.

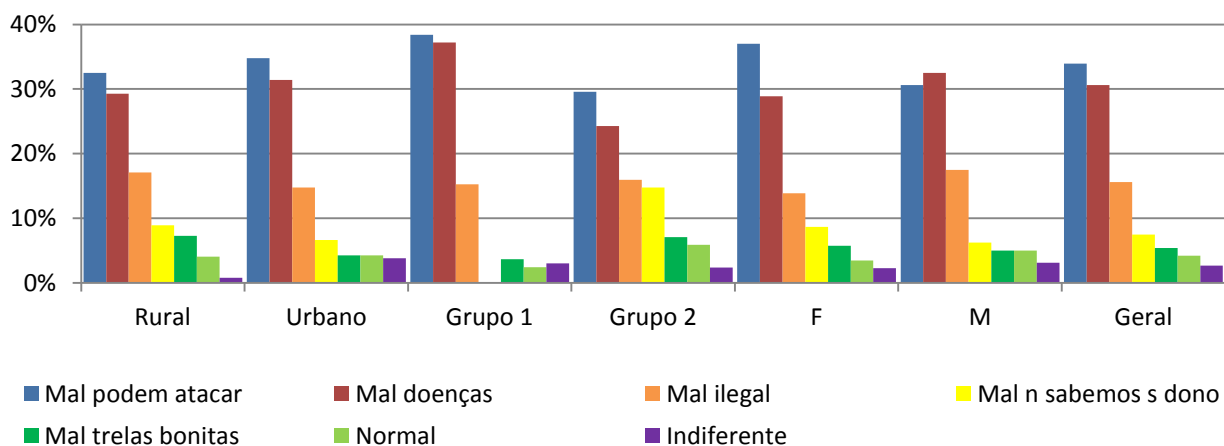


Figura 2- Opiniões das crianças acerca dos animais de rua.

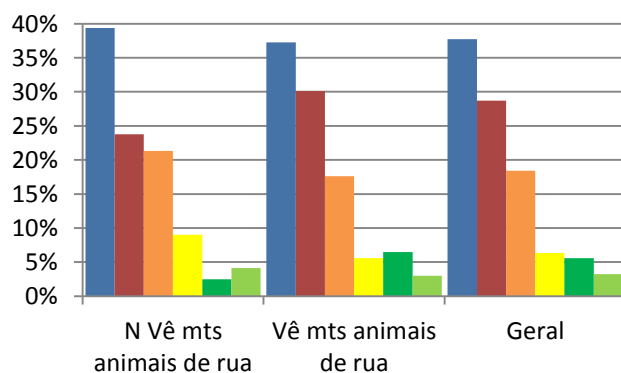
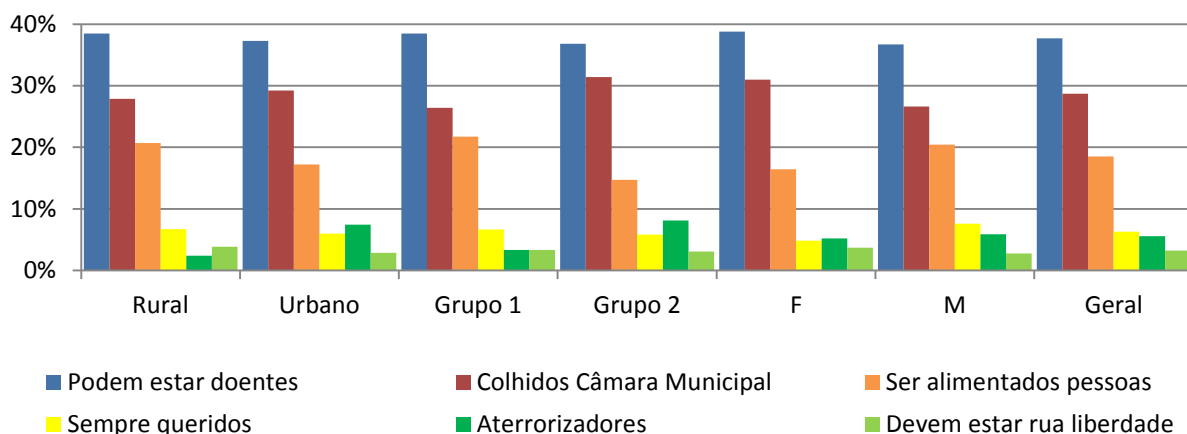


Figura 3- Distribuição das respostas do que as crianças acham acerca de se alimentar os animais na rua.

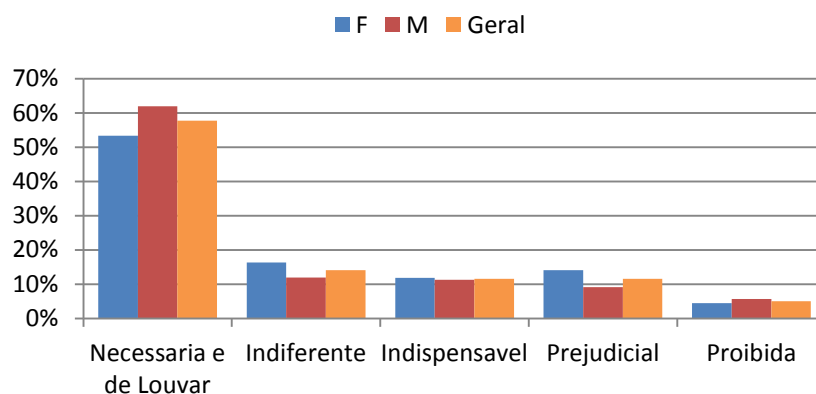


Tabela 2- Crianças que alimentam e/ou conhecem alguém que o faça (Meio Rural e Urbano).

Criança Alimenta?	Não		Sim		Crianças a alimentar	População	Total de pessoas a alimentar
	Sim	Não	Sim	Não			
Rural	32	11	32		40,57%	106	1067
Urbano	53	8	50		34,73%	167	2561
Geral	85	19	82		37%	273	3628

Tabela 3- Crianças que alimentam e/ou conhecem alguém que o faça (Grupo 1 e 2 e Gêneros F e M)

Criança Alimenta?	Não		Sim		Crianças a alimentar	População	Total de pessoas a alimentar
	Sim	Não	Sim	Não			
Grupo 1	43	8	46		40,6%	133	2167
Grupo 2	42	11	36		33,57%	140	1349
Geral	85	19	82		37%	273	3516

Criança Alimenta?	Não		Sim		Crianças a alimentar	População	Total de pessoas a alimentar
	Sim	Não	Sim	Não			
F	44	7	43		37,31%	134	1900
M	41	12	39		36,69%	139	1574
Geral	85	19	82		37%	273	3474

Figura 4- Proporção de crianças que vêem muitos animais de rua e muitas fezes na rua e que alimentam os animais de rua.

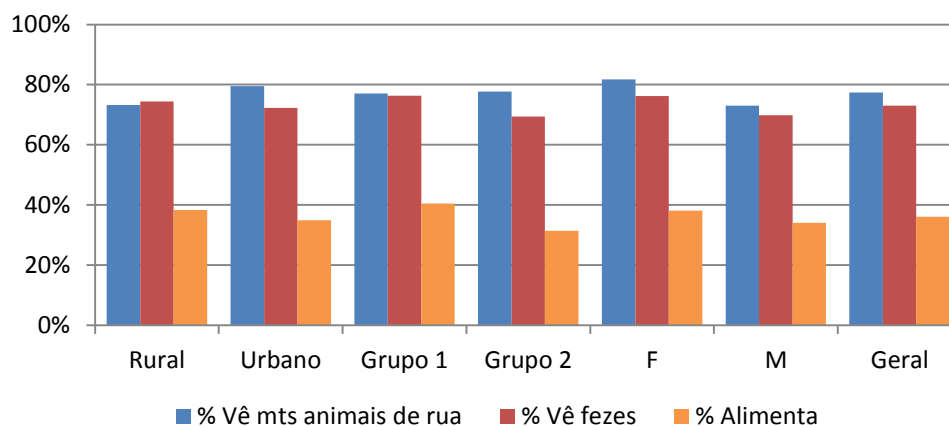


Figura 5- Distribuição das respostas assinaladas, sobre o que as crianças acham acerca do dono apanhar as fezes do seu animal na via pública.

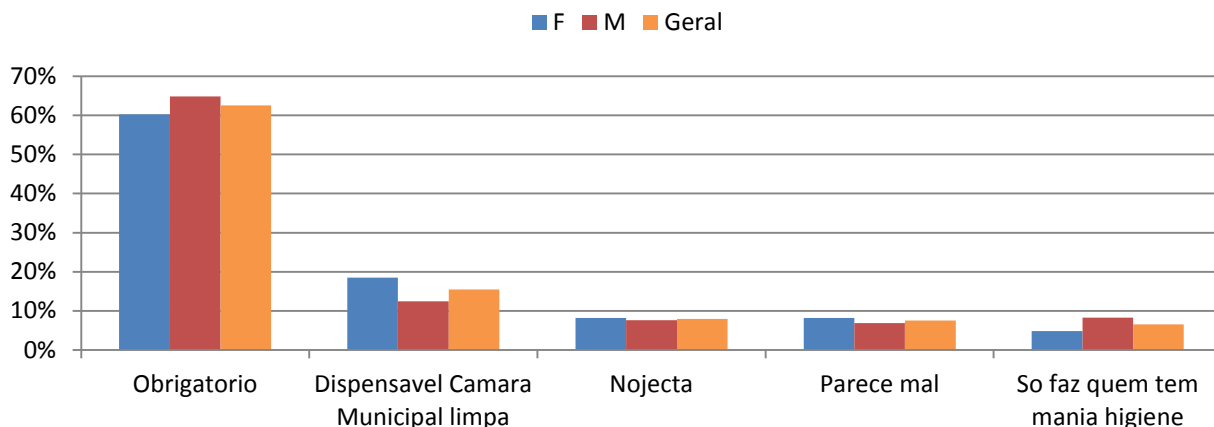


Figura 6- Distribuição das respostas assinaladas pelas crianças de cada um dos concelhos em estudo, sobre o que acham dos donos apanharem as fezes dos seus animais de companhia na via pública.

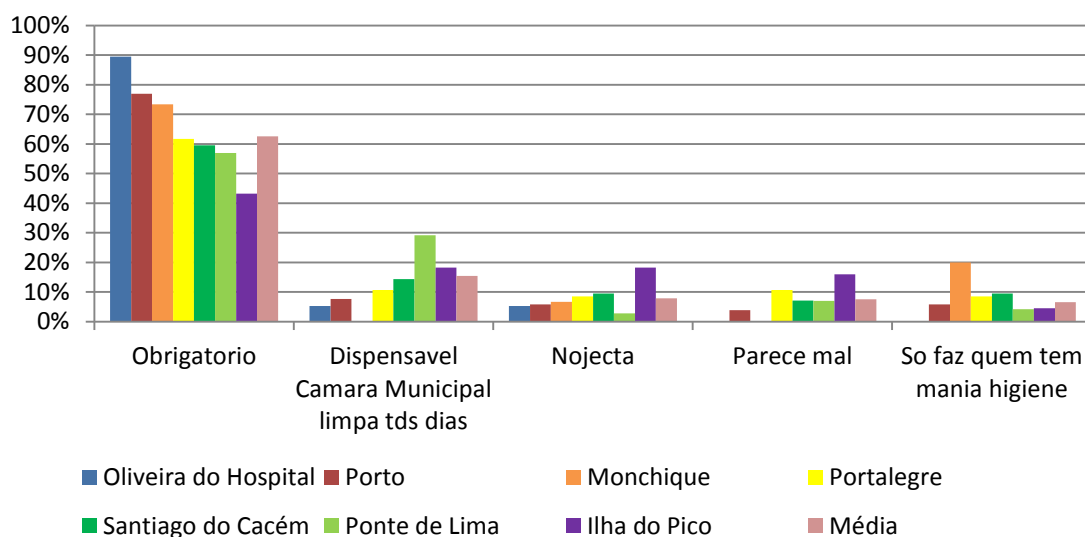


Figura 7- Proporção de crianças que já foi atacada por algum cão ou gato e que costuma interagir com os animais de rua.

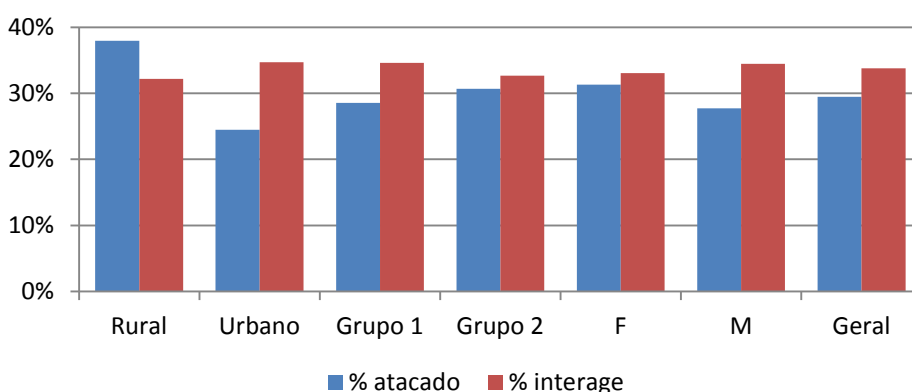


Tabela 4- Proporção de crianças que foram atacadas e que conheciam o animal envolvido.

Meio	% Conhecia o animal	População
Rural	78,79%	33
Urbano	57,14%	35
Geral	67,65%	68

Concelhos	% Conhecia o animal	População
Grupo 1	73,68%	38
Grupo 2	60,00%	30
Geral	67,65%	68

Tabela 5- Classificação atribuída às instalações dos Canis/Gatis municipais de cada um dos concelhos pelas crianças.

Concelhos	Total de respostas	Média da classificação atribuída
Ponte de Lima	17	4,47
Porto	5	3,4
Ilha do Pico	3	3,67
Lousã	1	3
Portalegre	2	3,5
Geral (s/ Ponte de Lima)	11	3,45
Geral (c/Ponte de Lima)	28	4,07

Figura 8- Distribuição das respostas sobre se já foram a algum Canil/Gatil e dentro delas quais eram Canis/Gatis municipais.

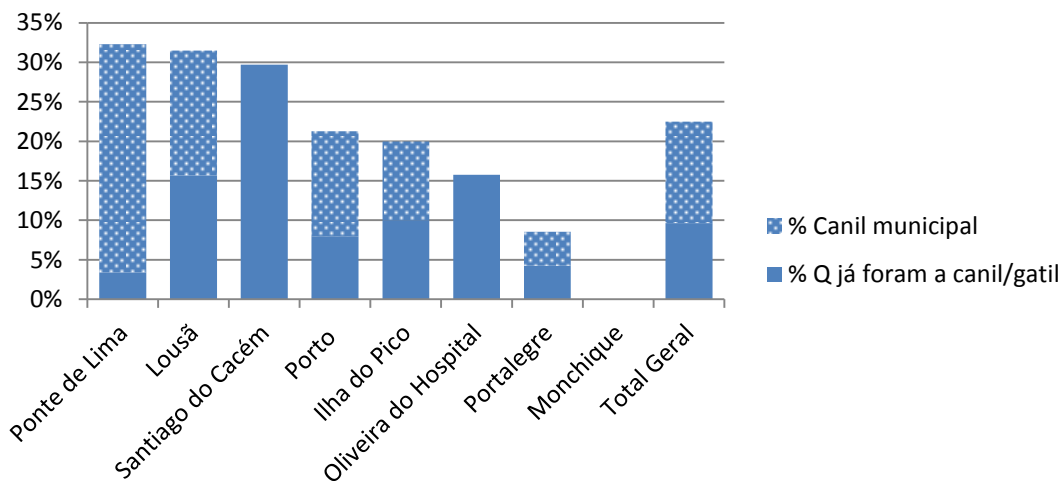


Figura 9- Proporção de crianças que pretende adoptar um animal, tendo e não tendo adoptado já algum, nos diferentes concelhos e na população geral.

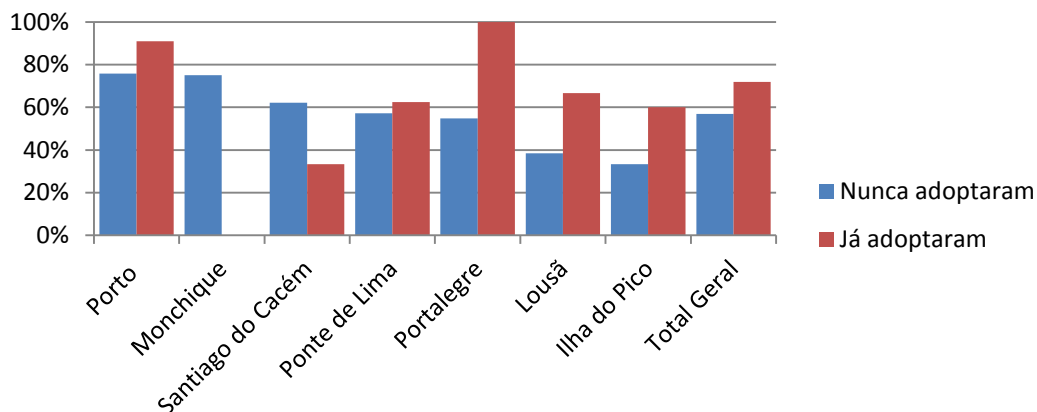


Figura 10- O que as crianças dos diferentes concelhos acham acerca dos Canis/Gatis municipais no geral.

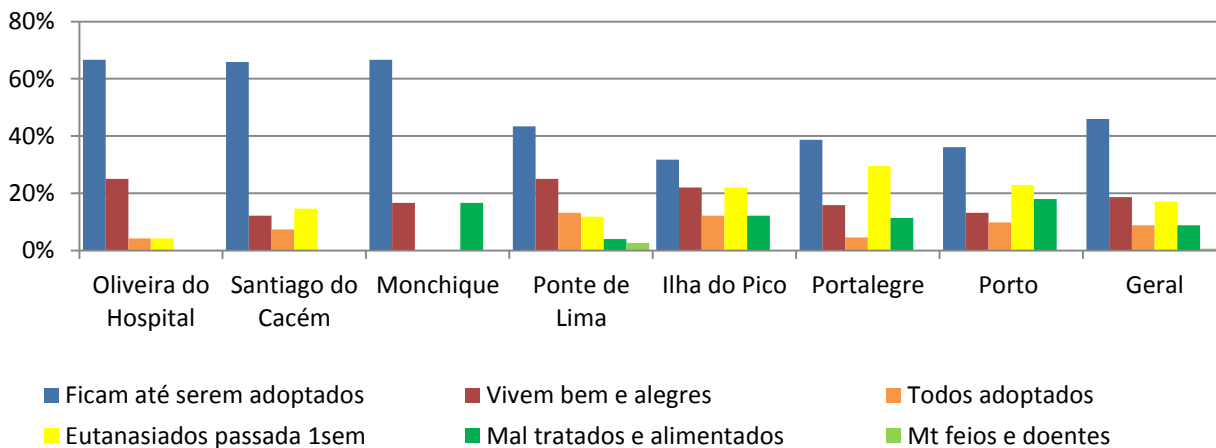


Figura 11 Opiniões das crianças sobre o canil municipal do concelho no geral (cima) e nas que já foram ao canil municipal (abaixo).

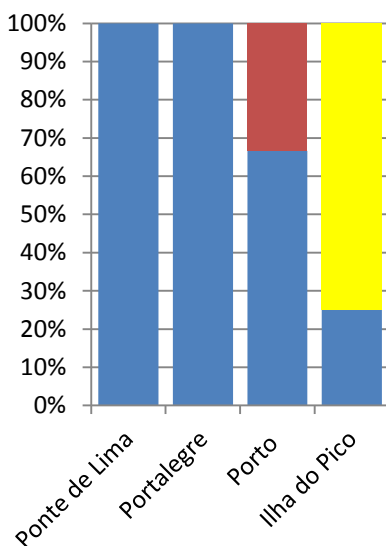
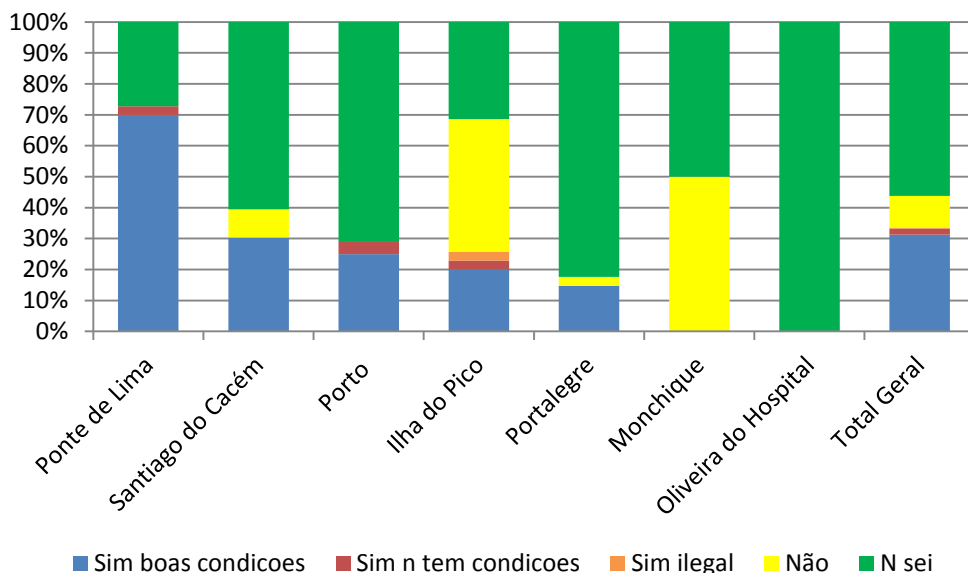
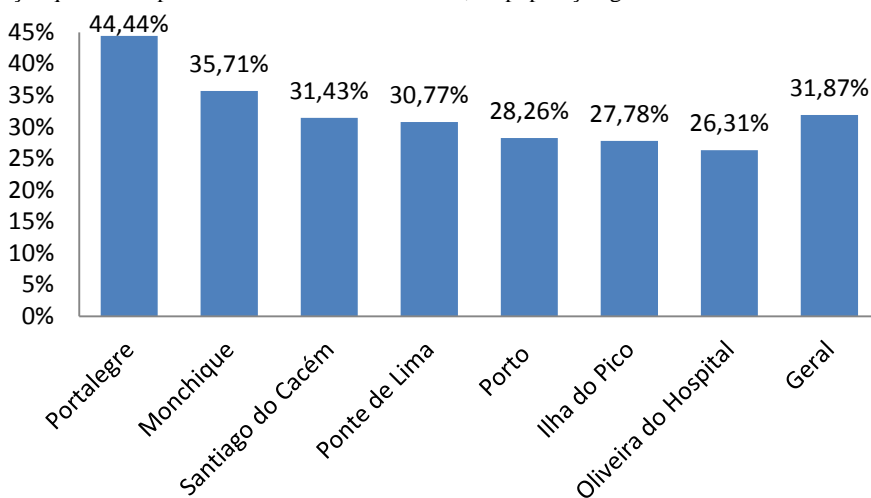


Figura 12- Crianças que acham permitido abandonar os animais, na população geral e em cada um dos concelhos em estudo.



Anexo 17. Conhecimentos das crianças sobre as zoonoses

Tabela 1- Crianças que acham que o Homem pode transmitir doenças aos animais e que já ouviu falar de zoonoses.

Concelhos	% Homem passa doenças ao animal	População	Concelhos	% Ouviu zoonoses	População
Rural	40,18%	112	Rural	4,73%	148
Urbano	39,04%	146	Urbano	3,57%	140
Geral	39,53%	258	Geral	4,17%	288

Concelhos	% Homem passa doenças ao animal	População	Concelhos	% Ouviu zoonoses	População
Grupo 1	35,88%	131	Grupo 1	3,13%	128
Grupo 2	43,31%	127	Grupo 2	5,00%	160
Geral	39,53%	258	Geral	4,17%	288

Figura 1- Doenças que as crianças já ouviram falar dentro de uma lista pré-definida com todas as doenças apresentadas.

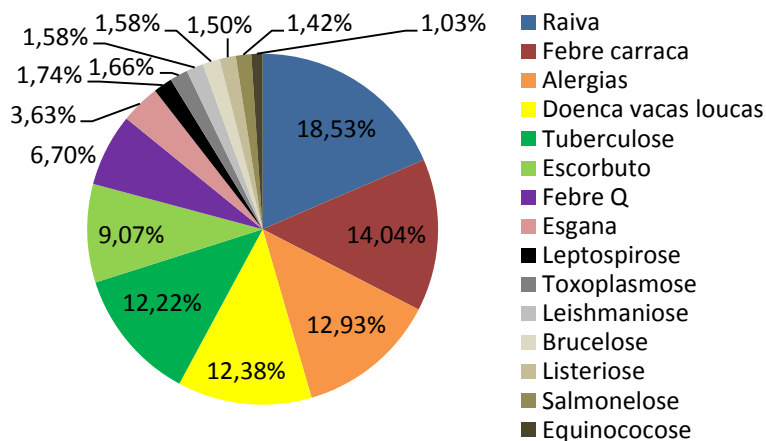


Figura 2- Proporção das crianças que assinalaram cada uma das doenças que consideram que estas são, não são ou não sabem se são transmitidas entre Animal e Homem.

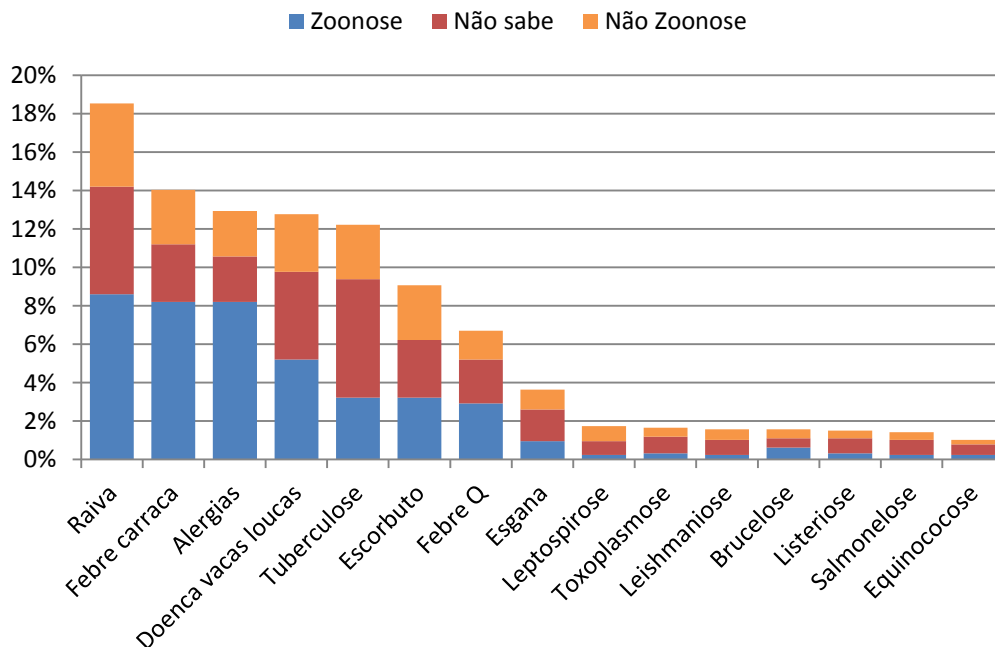


Figura 3- Proporção das crianças que ouviram falar de certas doenças e de terem ou não o animal envolvido no ciclo biológico da doença.

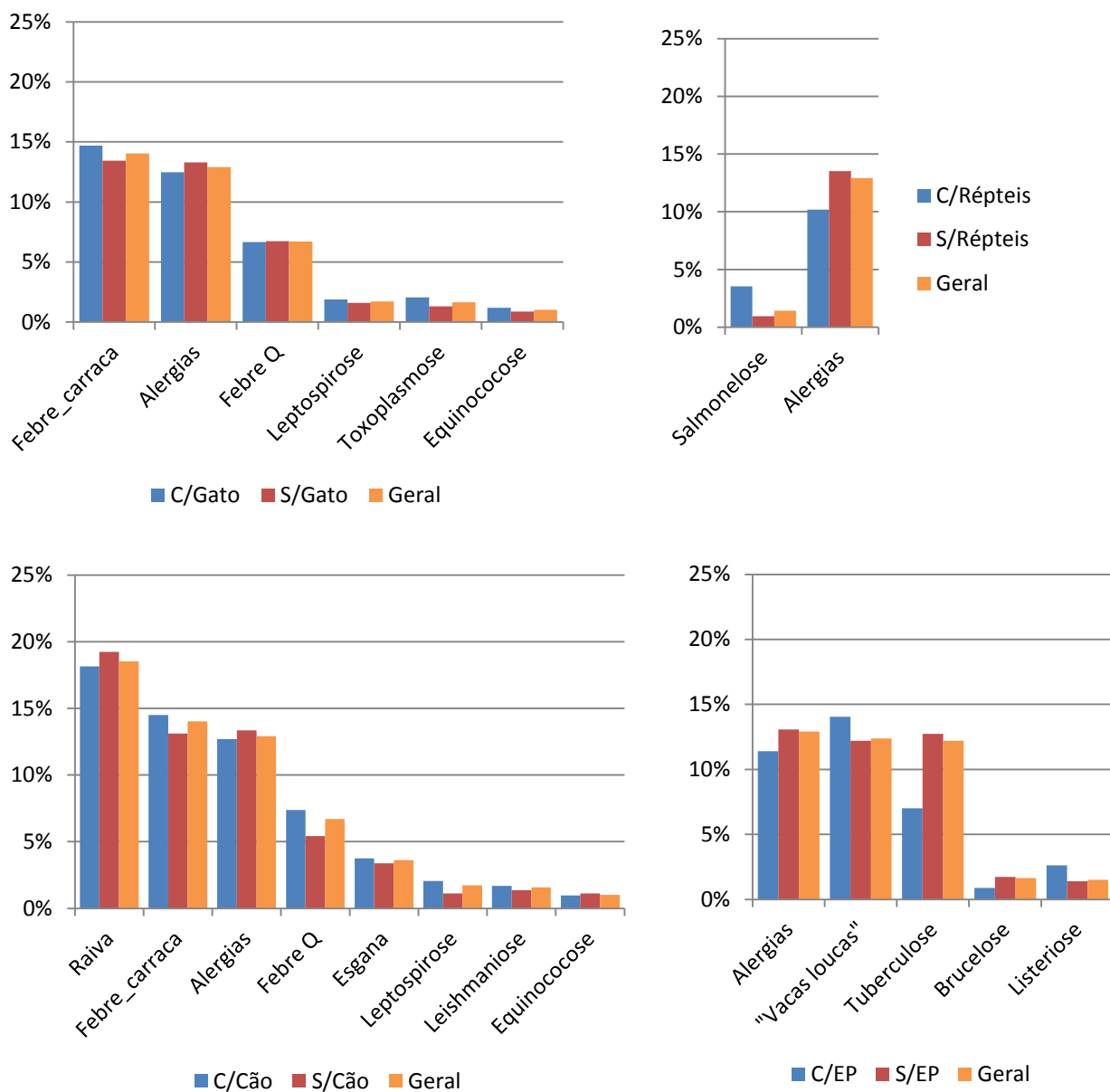


Figura 4- Distribuição das 1300 respostas dadas pelas crianças sobre em que situações costumam lavar as mãos.

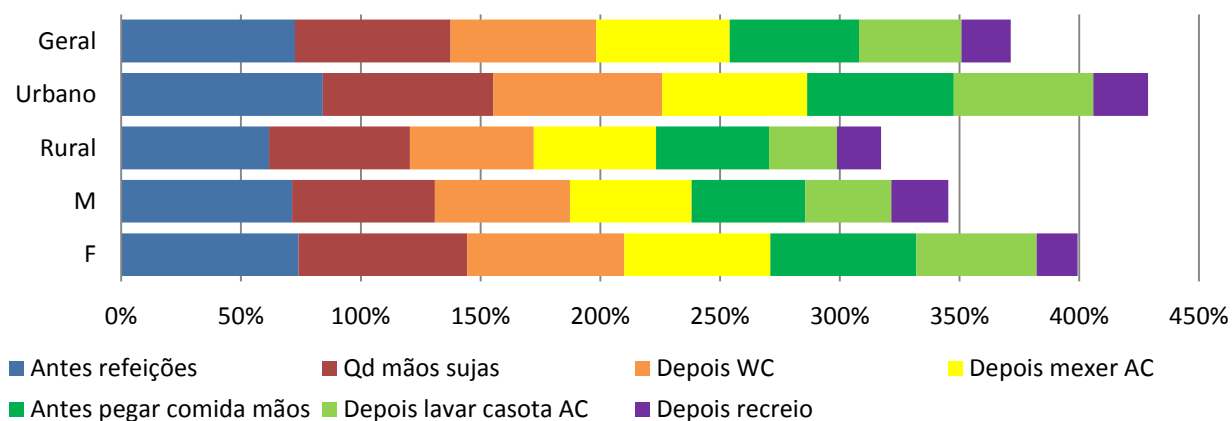


Figura 5- Distribuição das respostas das crianças sobre se é saudável as senhoras grávidas terem contacto com gatos ou não.

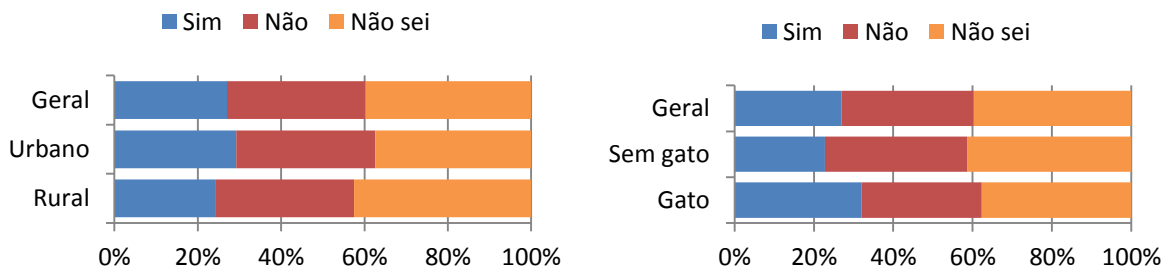


Figura 6- Distribuição das respostas das crianças sobre a frequência com que consomem leite cru.

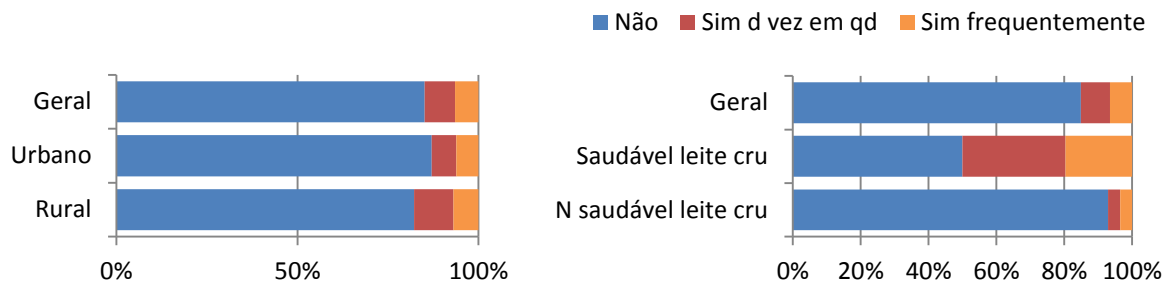
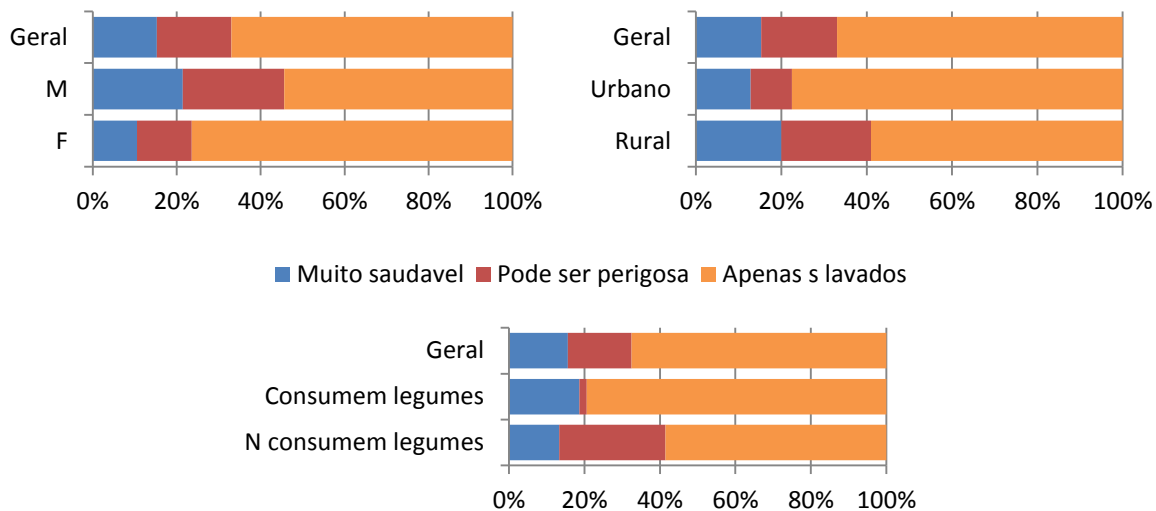


Figura 7- Opinião das crianças sobre os legumes crus.



Anexo 18. Conhecimentos das crianças sobre as pragas urbanas

Figura 1- Distribuição das espécies referidas pelas crianças como pragas urbanas.

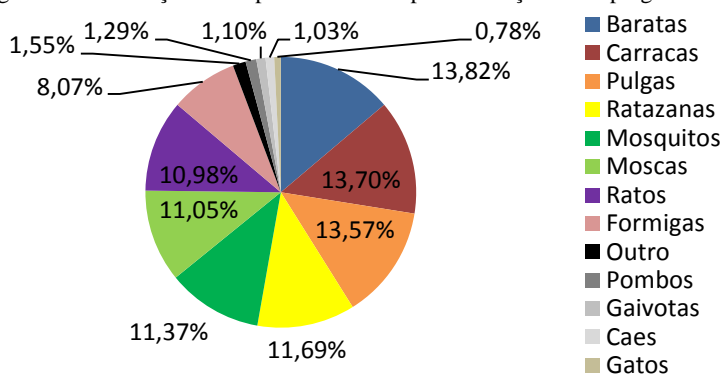


Figura 2- Distribuição das respostas das crianças sobre os problemas associados às pragas urbanas.

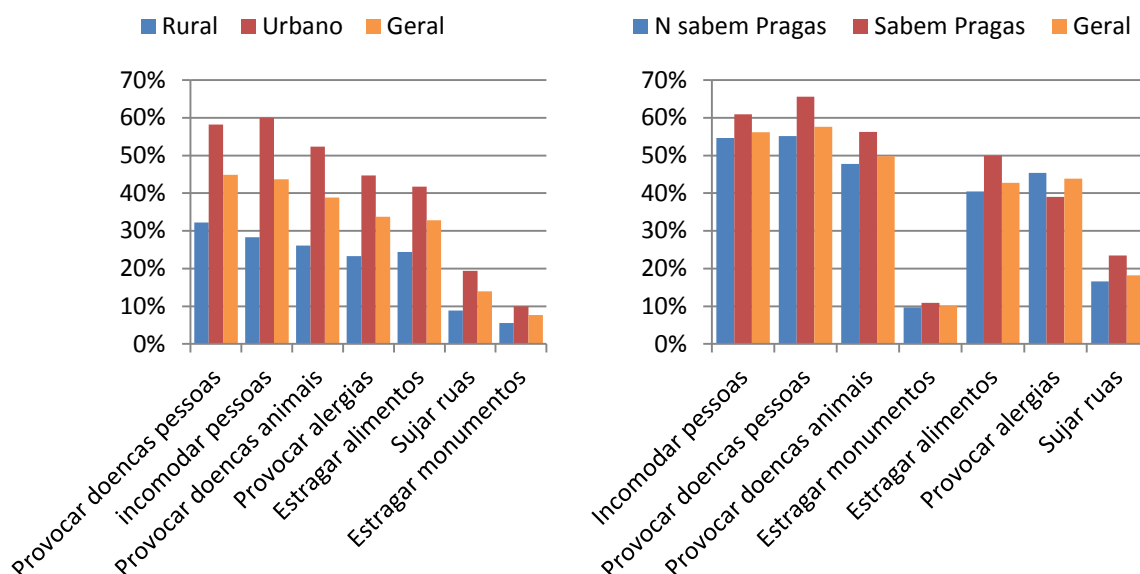


Figura 3- Relação entre a proporção de crianças que considera que existem pragas em Portugal e que existem pragas no seu concelho.

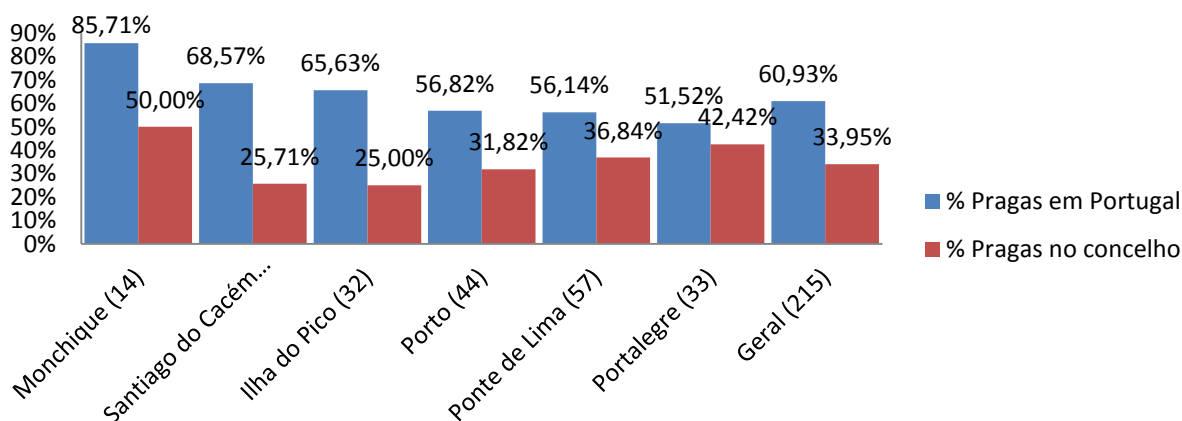


Figura 4- Pragas que as crianças encontram frequentemente no seu concelho e no seu local de residência.

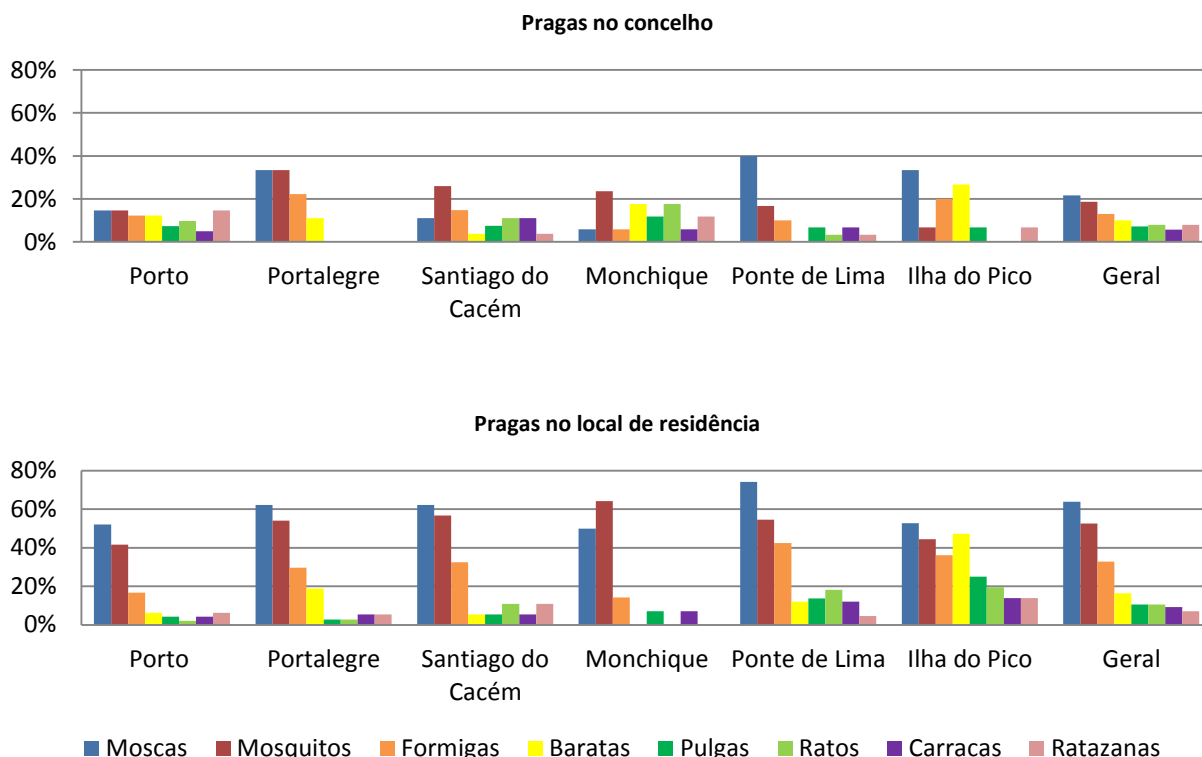


Figura 5- Distribuição das respostas sobre o que é que as crianças fazem aos restos de comida que sobram das refeições.

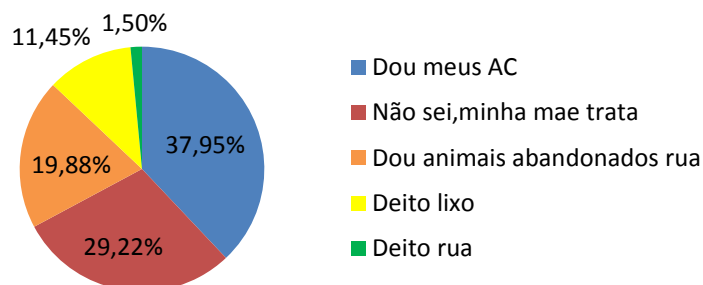


Figura 6- Distribuição das respostas “Dou a animais abandonados na rua” e “Deito para a rua” os restos de comida, nos diferentes concelhos.

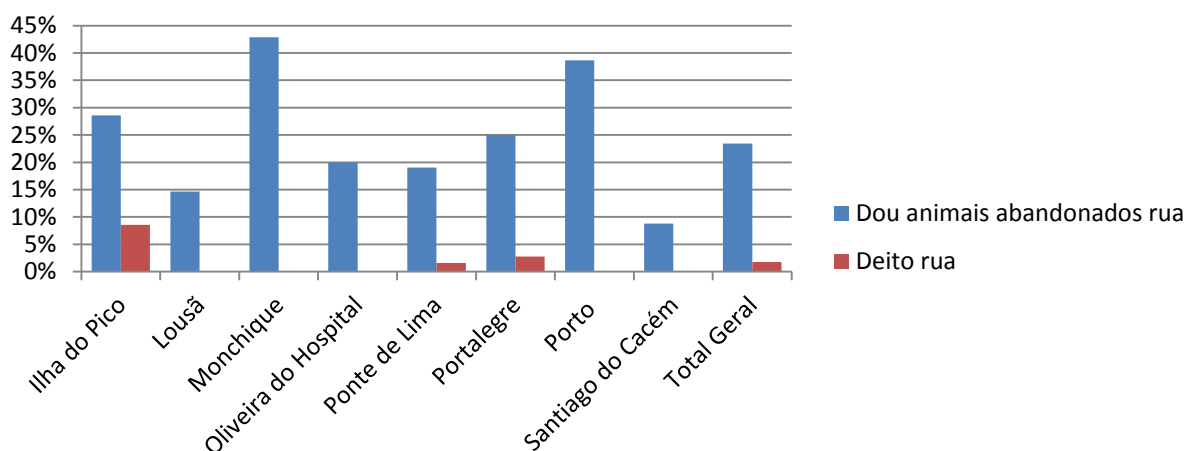
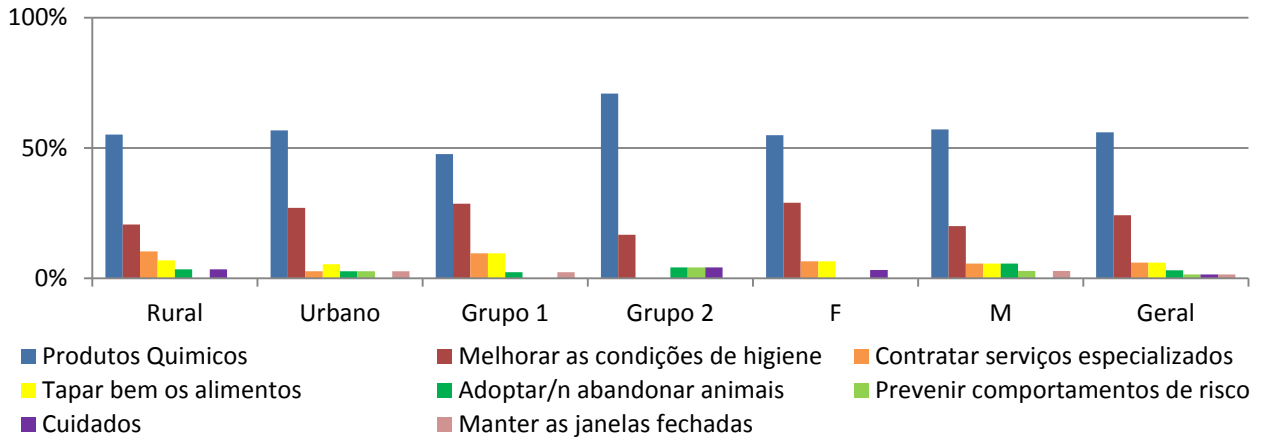


Figura 7- Formas de controlo das pragas.



Anexo 19. Importância e papel atribuídos ao Médico Veterinário

Figura 1- Proporção das classificações atribuídas pelas crianças à importância do MV na salvaguarda da SP.

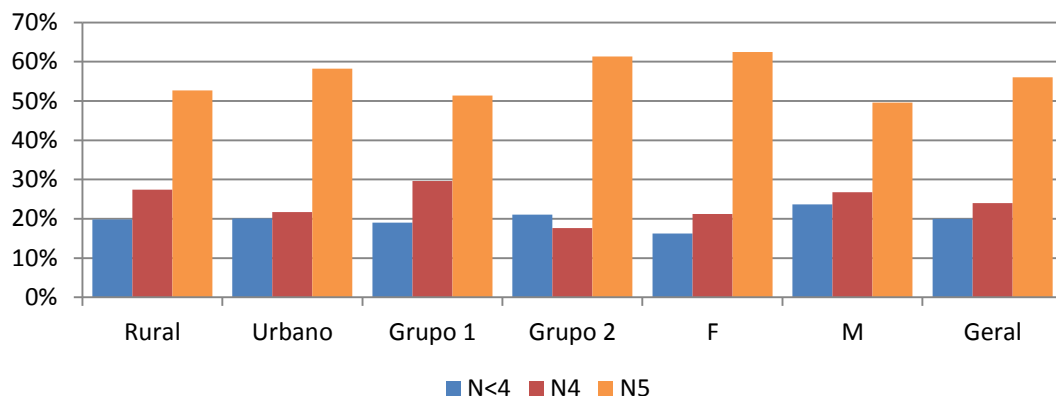


Figura 2- Distribuição das competências que as crianças atribuem ao Veterinário.

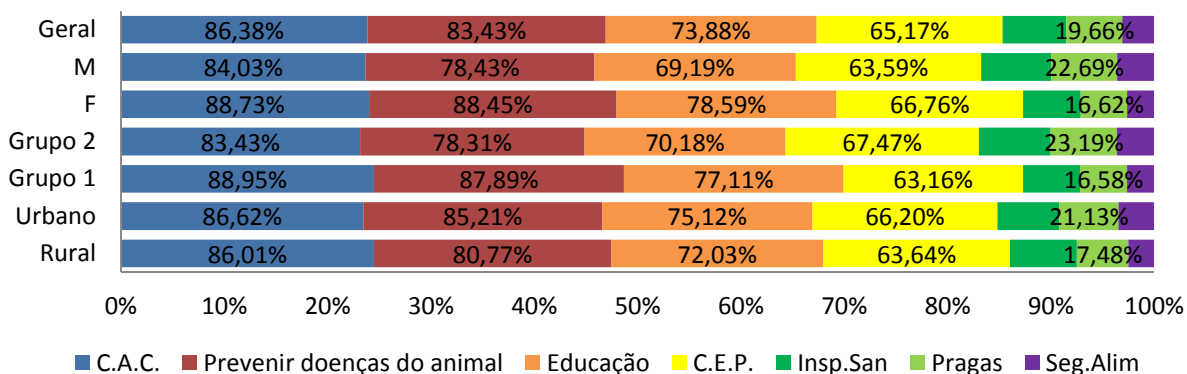


Figura 3- Proporção das crianças que sabem minimamente as competências do MVM

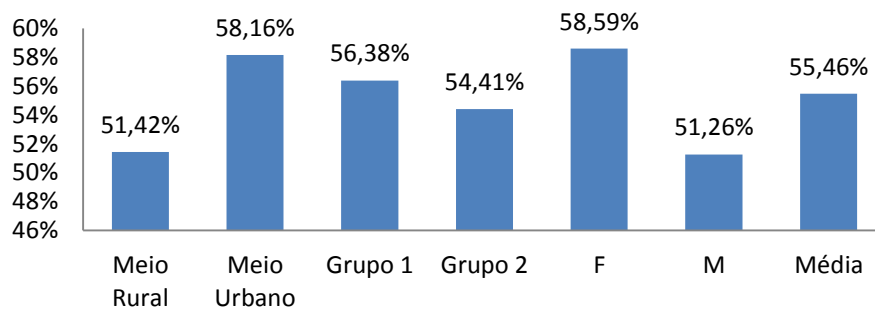


Figura 4- Crianças que ouviram falar do MVM, não ouviram falar ou não responderem, nos respectivos concelhos.

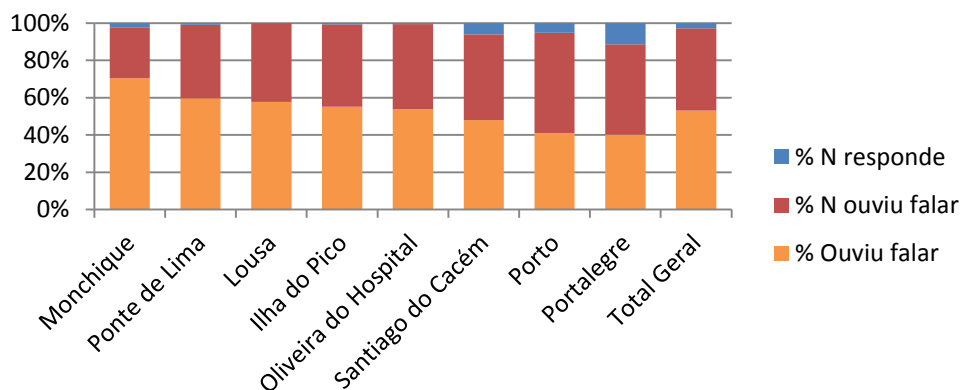


Tabela 1- Perfil das crianças que sabem quais são as responsabilidades do MVM, pelos 8 concelhos.

Concelhos	% Têm animais	% F	Total Geral
Monchique	95,83%	62,50%	24
Ilha do Pico	96,23%	56,60%	53
Porto	80,49%	43,90%	41
Oliveira do Hospital	90,91%	41,82%	55
Ponte de Lima	91,46%	39,02%	82
Santiago do Cacém	94,44%	47,22%	36
Portalegre	86,36%	68,18%	22
Lousa	81,36%	45,76%	59
Total Geral	89,52%	47,58%	372

Figura 5- Crianças que acham que existe, não existe e não sabem se existe MVM no concelho.

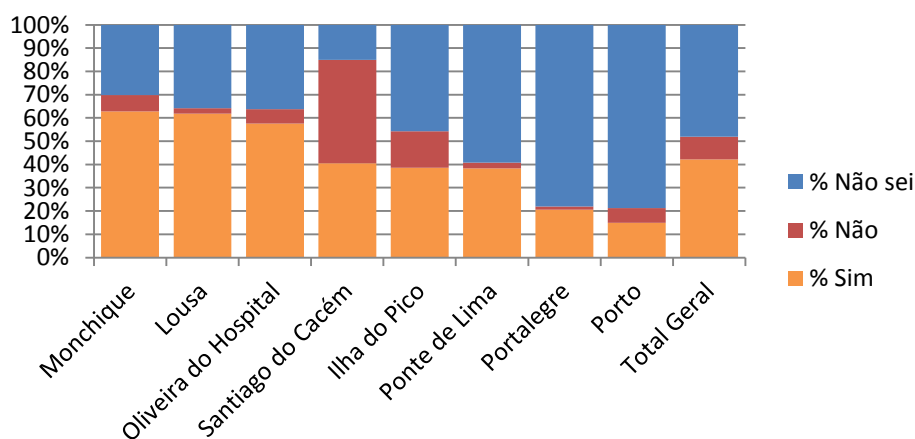


Figura 6- Proporção de crianças que acerta, não acerta e que especificamente não acerta porque confunde com um Médico Veterinário privado, acerca de quem é o MVM de cada um dos cinco concelhos em estudo.

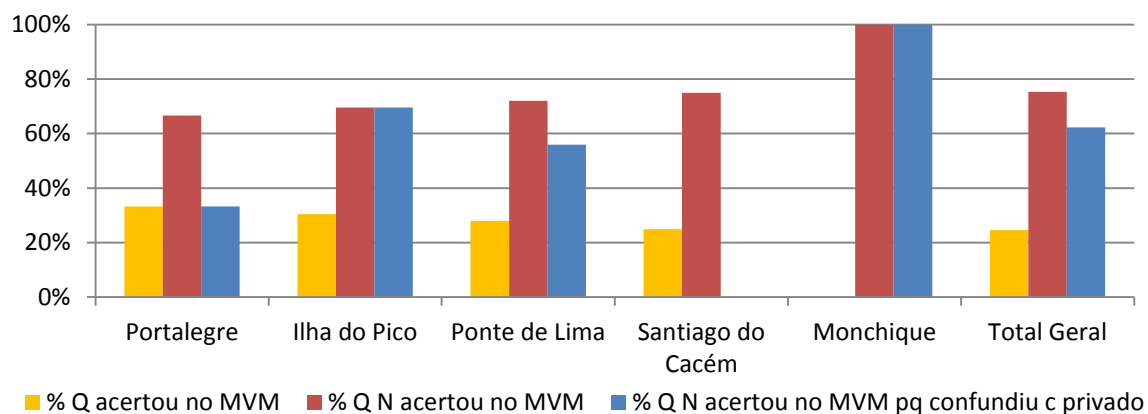


Tabela 2- Crianças que já viram o MVM pessoalmente, em relação às crianças que confundiram o MVM com MV privado.

Concelhos	% Tem animais	% Q viu "MVM" pessoalmente	Total Geral
Ilha do Pico	93,75%	50,00%	16
Monchique	100,00%	83,33%	12
Ponte de Lima	92,86%	35,71%	14
Portalegre	100,00%	66,67%	3
Geral	95,56%	55,56%	45

Anexo 20. Informações fornecidas pelos inquiridos finais

Figura 1- Proporção de crianças que têm animais antes e depois do projecto, comparando os diferentes concelhos e os diferentes temas abordados.

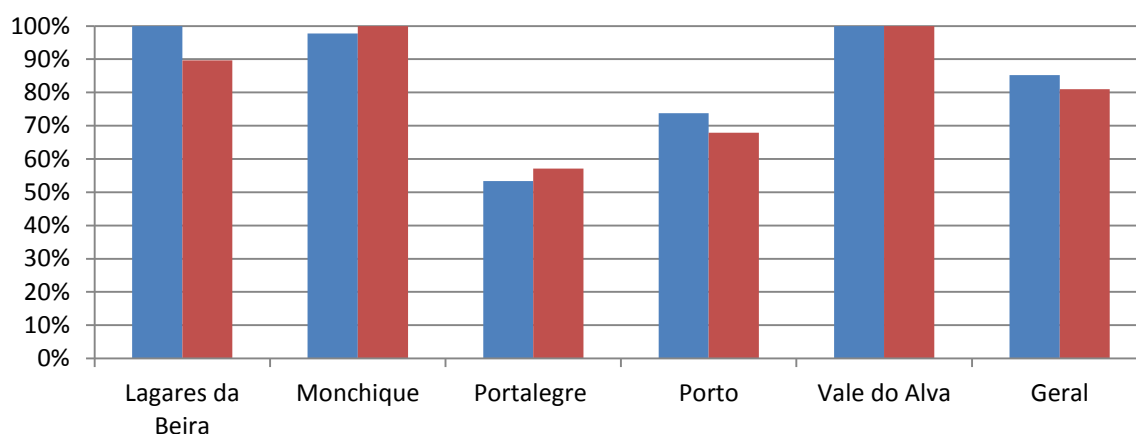
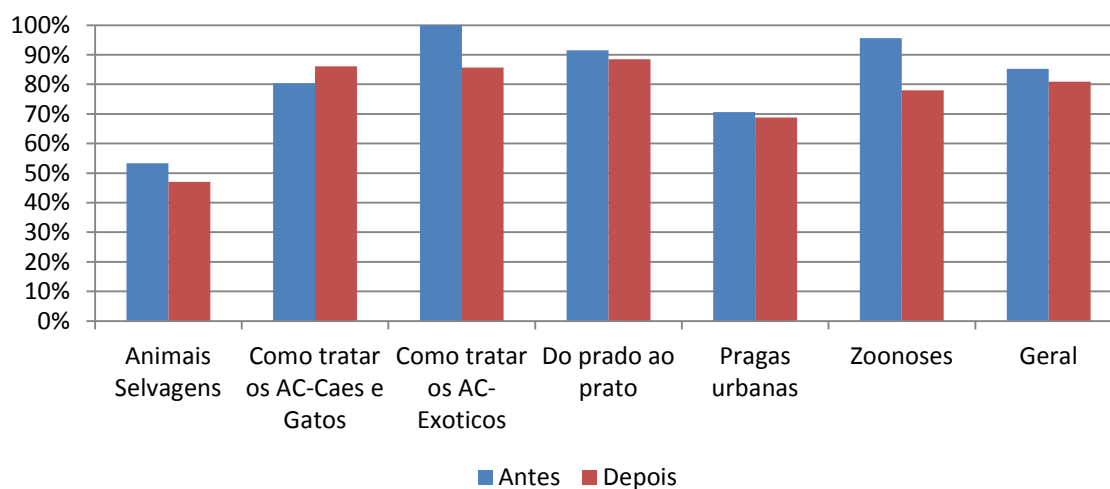


Tabela 1- Comparação das classificações de importância em se ir ao Médico Veterinário com o animal de estimação, nos diferentes concelhos e para os diferentes temas, antes e depois do projecto.

Concelhos	<4	4	5	População
Monchique	7,14%	26,19%	66,67%	42
Portalegre	26,67%	26,67%	46,67%	15
Porto	5,13%	12,82%	82,05%	78
Vale do Alva	3,33%	30,00%	66,67%	30
Geral	7,27%	20,61%	72,12%	165

Concelhos	<4	4	5	População
Monchique	6,67%	16,67%	76,67%	30
Portalegre	7,14%	21,43%	71,43%	14
Porto		9,76%	90,24%	82
Vale do Alva		12,50%	87,50%	16
Geral	2,11%	12,68%	85,21%	142

Temas	<4	4	5	População
Animais Selvagens	26,67%	26,67%	46,67%	15
AC-Caes e Gatos	6,38%	31,91%	61,70%	47
Do prado ao prato	5,45%	20,00%	74,55%	55
Pragas urbanas	5,88%	11,76%	82,35%	17
Zoonoses	2,17%	4,35%	60,87%	46
Geral	7,27%	20,61%	72,12%	165

Temas	<4	4	5	População
Animais Selvagens	7,14%	21,43%	71,43%	14
AC-Caes e Gatos		19,05%	80,95%	42
Do prado ao prato	5,71%	11,43%	82,86%	35
Pragas urbanas		6,25%	93,75%	16
Zoonoses		5,71%	94,29%	35
Geral	2,11%	12,68%	85,21%	142

Tabela 2- Comparação das classificações de importância do Médico Veterinário na salvaguarda da saúde pública, nos diferentes concelhos e para os diferentes temas, antes e depois do projecto.

Concelhos	N<4	N4	N5	População	Concelhos	N<4	N4	N5	População
Monchique	17,07%	29,27%	53,66%	41	Monchique	26,67%	13,33%	60,00%	30
Portalegre	35,71%	14,29%	50,00%	14	Portalegre	7,14%	42,86%	42,86%	14
Porto	19,23%	32,05%	48,72%	78	Porto	27,50%	28,75%	43,75%	80
Geral	20,30%	29,32%	50,38%	133	Geral	25,00%	26,61%	47,58%	124

Temas	N<4	N4	N5	População	Temas	N<4	N4	N5	População
Animais Selvagens	35,71%	14,29%	50,00%	14	Animais Selvagens	14,29%	42,86%	42,86%	14
AC-Caes e Gatos	27,78%	22,22%	50,00%	36	AC-Caes e Gatos	44,00%	16,00%	40,00%	25
Do prado ao prato	8,33%	52,78%	38,89%	36	Do prado ao prato	26,47%	32,35%	41,18%	34
Pragas urbanas	29,41%	35,29%	35,29%	17	Pragas urbanas	12,50%	50,00%	37,50%	16
Zoonoses	13,33%	13,33%	73,33%	30	Zoonoses	22,86%	11,43%	65,71%	35
Geral	20,30%	29,32%	50,38%	133	Geral	25,00%	26,61%	47,58%	124

Figura 2- Competências que o Médico Veterinário tem para a criança, antes (A) e depois (D) do projecto em relação aos diferentes concelhos e que aprenderam sobre os diferentes temas.

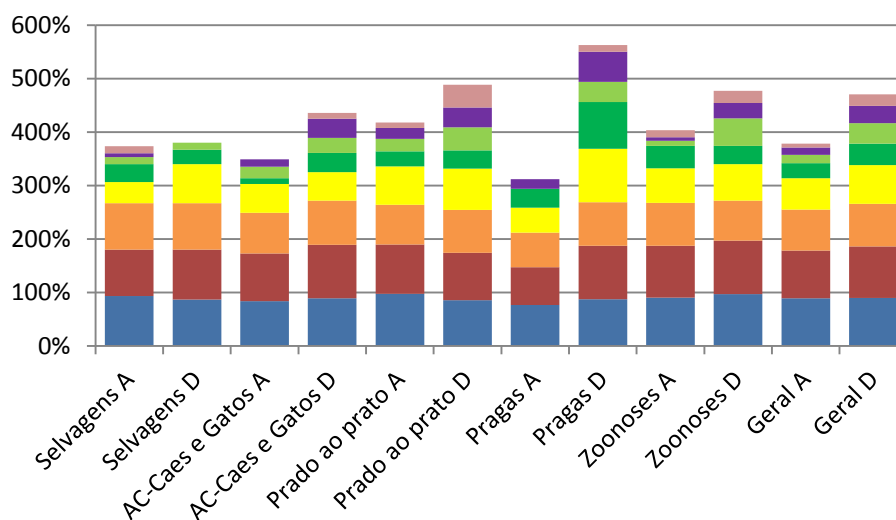
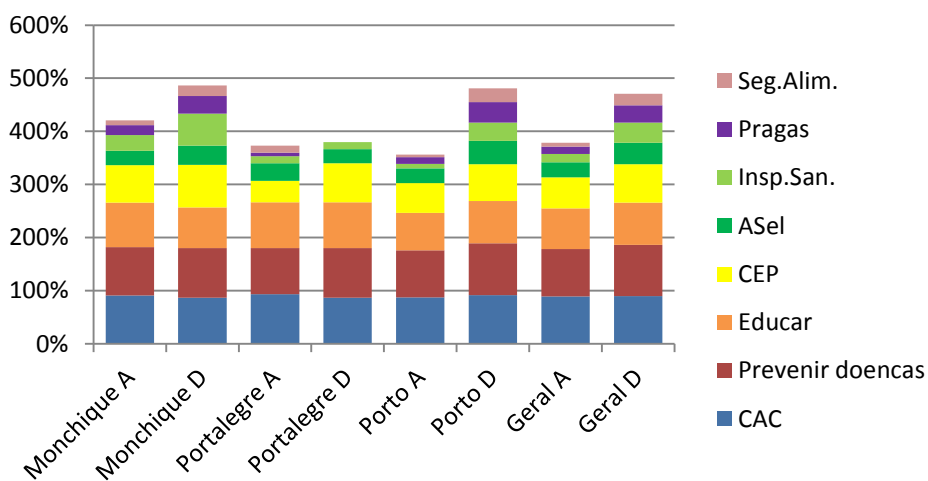


Tabela 3- Proporção de crianças que gostaria de saber mais do que o que sabe sobre animais, comparando diferentes concelhos e diferentes temas abordados.

Concelho Antes	% N sabe tudo	População	Concelho Depois	% N sabe tudo	População
Monchique	71,43%	14	Monchique	66,67%	6
Portalegre	80,00%	15	Portalegre	71,43%	14
Porto	66,67%	21	Porto	72,73%	22
Geral	72,00%	50	Geral	71,43%	42

Tema Antes	% N sabe tudo	População	Tema Depois	% N sabe tudo	População
Selvagens	80,00%	15	Selvagens	71,43%	14
AC-Caes e Gatos	68,57%	35	AC-Caes e Gatos	71,43%	28
Geral	72,00%	50	Geral	71,43%	42

Tabela 4- Classificações atribuídas à importância da educação sobre os animais, antes e depois do projecto, para os diferentes concelhos e temas.

Temas Antes	N<4	N4	N5	População	Temas Depois	N<4	N4	N5	População
Animais Selvagens	13,33%	53,33%	33,33%	15	Animais Selvagens	20,00%	26,67%	53,33%	15
AC-Caes e Gatos	21,43%	33,33%	45,24%	42	AC-Caes e Gatos	9,09%	36,36%	54,55%	44
Prado ao prato	11,11%	35,19%	53,70%	54	Prado ao prato	22,45%	30,61%	46,94%	49
Geral	15,32%	36,94%	47,75%	111	Geral	16,67%	32,41%	50,93%	108

Concelhos Antes	N<4	N4	N5	População	Concelhos Depois	N<4	N4	N5	População
Monchique	10,71%	35,71%	53,57%	28	Monchique	11,76%	35,29%	52,94%	17
Portalegre	13,33%	53,33%	33,33%	15	Portalegre	20,00%	26,67%	53,33%	15
Porto	15,00%	35,00%	50,00%	40	Porto	18,60%	30,23%	51,16%	43
Vale do Alva	21,43%	32,14%	46,43%	28	Vale do Alva	15,15%	36,36%	48,48%	33
Geral	15,32%	36,94%	47,75%	111	Geral	16,67%	32,41%	50,93%	108

Figura 3- Classificações atribuídas à importância que o projecto Educação Pró-Animal tem para melhorar o respeito que as pessoas têm pelos animais, nas diferentes escolas, e para os diferentes temas.

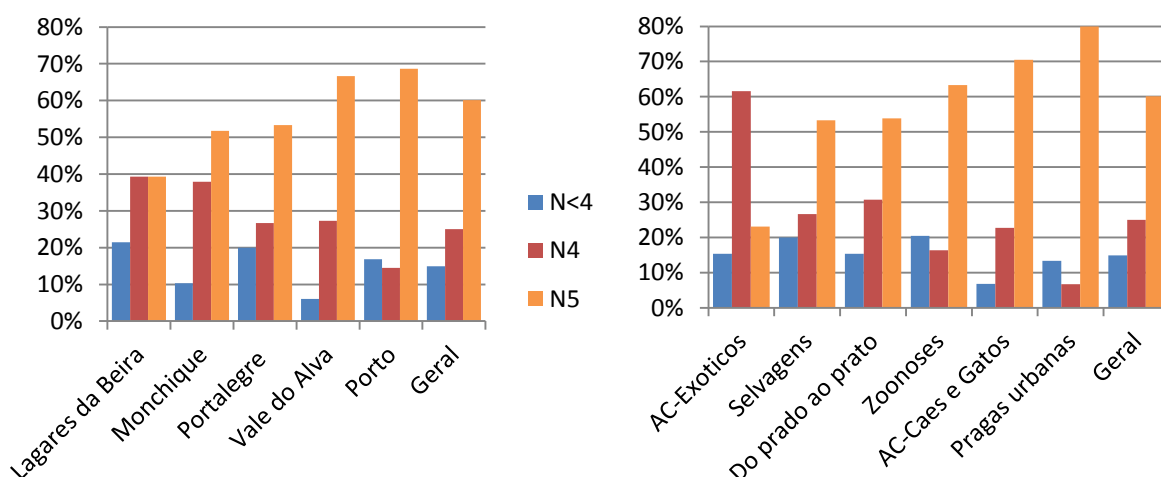


Figura 4- Classificações atribuídas à importância que o projecto Educação Pró-Animal tem para melhorar a saúde das pessoas, nas diferentes escolas, e para os diferentes temas.

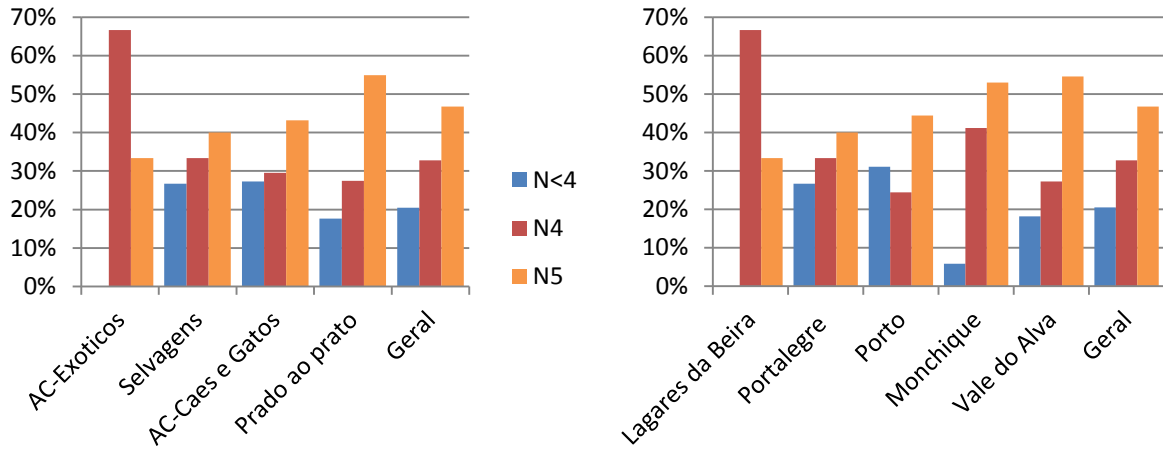


Figura 5- Classificações atribuídas pelas crianças do género masculino e feminino, com ou sem animais, à importância que o projecto Educação Pró-Animal tem para melhorar o respeito que as pessoas têm pelos animais (esquerda) e para melhorar a saúde das pessoas (direita).

